

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS**

REGINALDO CLECIO DOS SANTOS

**A PROSA DE FICÇÃO FRANCESA NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*,
O LIBERAL PERNAMBUCANO E *JORNAL DO RECIFE* (1850-1870): JOSEPH MÉRY
E O PÚBLICO LEITOR**

JOÃO PESSOA-PB
2021

REGINALDO CLECIO DOS SANTOS

**A PROSA DE FICÇÃO FRANCESA NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*,
O LIBERAL PERNAMBUCANO E *JORNAL DO RECIFE* (1850-1870): JOSEPH MÉRY
E O PÚBLICO LEITOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Letras (PPGL), da Universidade Federal da
Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências
para conclusão do Doutorado em Letras.

Área de concentração: Literatura e Cultura
Linha de pesquisa: Memória e Produção Cultural
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Socorro de Fátima
Pacífico Barbosa.

JOÃO PESSOA-PB
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ATA DE DEFESA DE TESE DO(A) ALUNO(A)
REGINALDO CLECIO DOS SANTOS

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às catorze horas, realizou-se, por videoconferência, a sessão pública de defesa de Tese intitulada: "A PROSA DE FICÇÃO FRANCESA NOS PERIÓDICOS *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, *O LIBERAL PERNAMBUCANO* E *JORNAL DO RECIFE* (1850-1870): JOSEPH MÉRY E O PÚBLICO LEITOR", apresentada pelo(a) aluno(a) Reginaldo Clecio dos Santos, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de DOUTOR EM LETRAS, área de Concentração em Literatura, Teoria e Crítica, segundo encaminhamento da Prof.^a Dr.^a Daniela Maria Segabinazi, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O(A) professor(a) Doutor(a) Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (PPGL/UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Virna Lúcia Cunha de Farias (IFPB), Natanael Duarte de Azevedo (UFRPE), Karla Janaina Costa Cruz (FMB) e Gilda Maria Whitaker Verri (UFPE). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente Socorro de Fátima Pacífico Barbosa convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(a) doutorando(a) para apresentar uma síntese de sua tese, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final, ao qual foi atribuído o seguinte conceito: **Aprovado**. Proclamados os resultados pela presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (Secretária *ad hoc*), lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

João Pessoa, 30 de setembro de 2021.

Parecer:


Prof.(a) Dr.(a) Socorro de Fátima Pacífico Barbosa
(Presidente da Banca)


Prof.(a) Dr.(a) Virna Lúcia Cunha de Farias
(Examinadora)


Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo
(Examinador)


Prof.(a) Dr.(a) Karla Janaina Costa Cruz
(Examinadora)


Prof.(a) Dr.(a) Gilda Maria Whitaker Verri
(Examinadora)


Reginaldo Clecio dos Santos
(Doutorando)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Reginaldo Clecio dos.

A prosa de ficção francesa nos periódicos Diário de Pernambuco, O Liberal Pernambucano e Jornal do Recife (1850-1870) : Joseph Méry e o público leitor / Reginaldo Clecio dos Santos. - João Pessoa, 2021.
177 f. : il.

Orientação: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Prosa de ficção. 2. Ficção francesa. 3. Imprensa periódica do século XIX. 4. Circulação de materiais impressos. 5. Cultura letrada. I. Barbosa, Socorro de Fátima Pacífico. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-3(043)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo reconstituir os modos de circulação da prosa de ficção nos jornais periódicos do Recife, capital da província de Pernambuco, entre 1850 e 1870. Nesse sentido, empreendeu-se o levantamento de autores e autoras que estiveram presentes nas seções destinadas à prosa de ficção bem como nas colunas de comentários variados sobre a vida cultural da província dos jornais *Diário de Pernambucano*, *Jornal do Recife* e *O Liberal Pernambucano*. Paralelamente a esse levantamento, foi feita uma pesquisa bibliográfica que objetivou reconstituir os primeiros passos da história da tipografia, da imprensa periódica, bem como de reconstruir fragmentos de memória de sujeitos e de instituições direta ou indiretamente envolvidos na circulação da cultura escrita em Pernambuco no século XIX (CARVALHO, 1906; FREYRE, 1979; MELO, 1856, 1858; NASCIMENTO, 1966, 1968). Para analisar os dados coligidos nos periódicos recifenses, foram utilizados pressupostos da História Cultural, sobretudo as noções relacionadas às práticas e aos modos de circulação de materiais impressos em determinadas comunidades de leitores, bem como às representações construídas por essas comunidades a partir de apropriações e representações específicas (ABREU, 2003a, 2003b; BARBOSA, 2007; CHARTIER, 1999, 2012; MEYER, 1996, 1998). Assim, demonstrou-se a presença majoritária, quase exclusiva, da prosa de ficção produzida na França, que circulou em Paris por meio de publicações periódicas a exemplo da *Revue de Paris*, da *Revue des Deux Mondes* e do jornal diário *La Presse*. A partir da análise, torna-se possível afirmar que a prosa de ficção, majoritariamente oriunda dos impressos periódicos franceses, em circulação nos jornais periódicos recifenses na metade do século XIX, apresenta indícios de critérios de seleção de textos ficcionais por parte de redatores e demais envolvidos no processo de tradução e veiculação, relacionados intimamente com o gosto e a mentalidade de pelo menos uma parte do público leitor pernambucano.

Palavras-chave: Prosa de ficção. Ficção francesa. Imprensa periódica do século XIX. Circulação de materiais impressos. Cultura letrada.

ABSTRACT

This work aims to reconstitute the modes of circulation of fiction prose in periodical newspapers of Recife, capital of the province of Pernambuco, between 1850 and 1870. In this sense, the survey of authors and authoresses who were present in the sections destined to the fiction prose as well as in the columns with a variety of comments about the cultural life of the province of the newspaper *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* and *O Liberal Pernambucano*. In parallel to this survey, it was done a bibliographic research that aimed to reconstruct the first steps of the history of typography, of the periodical press, as such as reconstruct fragments of memory of subjects and institutions directly and indirectly involved in the circulation of written culture in Pernambuco in the 19th century (CARVALHO, 1906; FREYRE, 1979; MELO, 1856, 1858; NASCIMENTO, 1966, 1968). To analyze the data collected in the periodicals from Recife, were utilized presupposed of Cultural History, especially the notions related to the practices and ways of circulation of printed materials in certain communities of readers, as well as the representations built by these communities from appropriations and specific representations (ABREU, 2003a, 2003b; BARBOSA, 2007; CHARTIER, 1999, 2012; MEYER, 1996, 1998). Thus, the survey undertaken demonstrated a majority presence, almost exclusive, of fiction prose produced in France, that circulated in Paris through periodical publications such as the *Revue de Paris*, *Revue des Deux Mondes* and the daily newspaper *La Presse*. From the analysis, it becomes possible to affirm that the prose of fiction, mostly from French periodicals, in circulation in periodical newspaper from Recife in the middle of the 19th century, shows evidence of criteria for the selection of fictional texts by editors and others involved in the translation and placement process, closely related to taste and the imaginary of at least part of the reading public in Pernambuco.

Key-words: Fictional prose. French fiction. Periodical press in eighteenth-century. Circulation of printed materials. Literate culture.

RESUMÉ

Cette ouvrage vise à reconstituer les modes de circulation de la prose de fiction dans la presse périodique de Recife, chef-lieu de la province de Pernambuco, entre 1850 et 1870. Dans ce sens, la recherche s'est appuyée sur l'enquête d'auteurs présents dans les sections destinées à la prose de fiction ainsi que dans les colonnes avec une variété de commentaires sur la vie culturelle de la province du journal *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* et *O Liberal Pernambucano*. En parallèle de cette enquête, il a été fait une recherche bibliographique qui visait à reconstruire les premiers pas de l'histoire de la typographie, de la presse périodique, en tant que tel, reconstituent des fragments de mémoire de sujets et d'institutions directement et indirectement impliqués dans la circulation de la culture écrite à Pernambuco au XIX siècle (CARVALHO, 1906; FREYRE, 1979; MELO, 1856, 1858; NASCIMENTO, 1966, 1968). Analyser les données collectées dans la presse périodique de Recife, ont été utilisés présupposés d'Histoire Culturelle, notamment les notions liées aux pratiques et modes de circulation des presses dans certaines communautés de lecteurs, ainsi que les représentations construites par ces communautés à partir d'appropriations et de représentations spécifiques (ABREU, 2003a, 2003b; BARBOSA, 2007; CHARTIER, 1999, 2012; MEYER, 1996, 1998). Donc, l'enquête entreprise a démontré une présence majoritaire, presque exclusif, de prose de fiction produite en France, qui a circulé à Paris dans des publications périodiques telles que le *Revue de Paris*, *Revue des Deux Mondes* et le quotidien *La Presse*. De l'analyse, il devient possible d'affirmer que la prose de fiction, principalement de périodiques français, en circulation dans la presse périodique de Recife au milieu du siècle XIX, montre la preuve des critères de sélection des textes de fiction par les éditeurs et autres personnes impliquées dans le processus de traduction et de placement, étroitement lié au goût et à l'imaginaire d'au moins une partie du public de lecture à Pernambuco.

Mots-clés: Fiction en prose. Fiction française. Presse périodique du dix-neuvième siècle. Circulation de documents imprimés. Culture lettrée.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Academia Popular</i> , 03 mai. 1863	43
Figura 2 – <i>Academia Popular</i> – Prosa de ficção “Romeu e Julieta: conto histórico”	44
Figura 3 – Anúncio de venda de “romances”, <i>Diário Novo</i> , 03 fev. 1852	45
Figura 4 – <i>Diário de Pernambuco</i> , n. 159, 17 jul. 1851	48
Figura 5 – “A carteira”, Folhetim do <i>Diário de Pernambuco</i> , 24 set. 1855	49
Figura 6 – <i>Diário de Pernambuco</i> , 15 dez. 1859, p. 1	51
Figura 7 – <i>Diário de Pernambuco</i> , 15 dez. 1859, p. 8	51
Figura 8 – <i>O Liberal Pernambucano</i> , 07 set. 1852	56
Figura 9 – <i>O Liberal Pernambucano</i> , 02 jan. 1856	58
Figura 10 – <i>O Liberal Pernambucano</i> , 14 jan. 1856	59
Figura 11 – <i>O Liberal Pernambucano</i> , 14 out. 1852	62
Figura 12 – <i>Jornal do Recife</i> , 01 jan. 1859	65
Figura 13 – <i>Jornal do Recife</i> , drama-comédia “Uma união desigual”, 22 out. 1859.....	66
Figura 14 – <i>Jornal do Recife</i> , prosa de ficção “O monge de Olinda”, 17 set. 1859.....	67
Figura 15 – <i>Jornal do Recife</i> , coluna “Carta de Fígaro”, 11 jun. 1859	69
Figura 16 – <i>Revue de Paris</i> , capa da edição de outubro de 1851.....	86
Figura 17 – Suplemento, <i>Revue de Paris</i> , 1º jul. 1853	89
Figura 18 – <i>Diário de Pernambuco</i> , 06 dez. 1853, câmbio referente a 05 de dez.	90
Figura 19 – « <i>Le livre Posthume</i> », Maxime de Camp, <i>Revue de Paris</i> , dez. 1852	94
Figura 20 – “ <i>O livro póstumo</i> ”, Maxime de Camp, <i>Diário de Pernambuco</i> , 26 set. 1855 ..	94
Figura 21 – « <i>Le tueur de Tigres</i> », Paul Féval, <i>Revue de Paris</i> , 1º ago. 1853	95
Figura 22 – « <i>Un conte de fée</i> », Léon Laurent-Pichat, <i>Revue de Paris</i> , 15 set. 1853	95
Figura 23 – « <i>Les petits-fils de Lovelace</i> », Amédée Achard, <i>Revue de Paris</i> , 15 out. 1853 ..	95
Figura 24 – “Os netos de Lovelácio”, Amédée Achard, <i>Diário de Pernambuco</i> , 28 fev. 1854	95
Figura 25 – “Um conto de fada”, Léon Laurent-Pichat, <i>Diário de Pernambuco</i> , 12 jun. 1854	95
Figura 26 – “O matador de tigres”, Paul Féval, <i>Diário de Pernambuco</i> , 28 jul. 1855	95
Figura 27 – « <i>Le nouveau péché originel</i> », Alfred Michiels, <i>Revue de Paris</i> , 1º mar. 1854	96
Figura 28 – « <i>Germain Barbe-bleue</i> », Henri de La Madelène, <i>Revue de Paris</i> , 1º set. 1854	96

Figura 29 – “O novo pecado original”, Alfred Michiels, <i>Diário de Pernambuco</i> , 12 fev. 1855 « <i>Le champ de pierres</i> », Hippolytte Castille, <i>Revue de Paris</i> , 1º mar. 1855.....	96
Figura 30 – “Germano Barba-azul”, Henri de La Madelène, <i>Diário de Pernambuco</i> , 24 fev. 1855	96
Figura 31 – « <i>Le champ de pierres</i> », Hippolytte Castille, <i>Revue de Paris</i> , 1º mar. 1855	97
Figura 32 – “O campo de pedras, Hippolytte Castille, <i>Diário de Pernambuco</i> , 14 jun. 1855	97
Figura 33 – « Coup d’œil sur la doctrine et les travaux des alchimistes », Louis Figuier, <i>Revue de Paris</i> , 15 mar. 1854.....	99
Figura 34 – « Étude sur la philosophie morale au dixneuvième siècle : le devoir, par Jules Simon », de Jules Barny, <i>Revue de Paris</i> , 1º mai. 1854.....	99
Figura 35 – « Esquisse d’un tableau de la littérature anglaise (1830-1854) », de Alfred Hédouin, <i>Revue de Paris</i> , 1º set. 1854.....	99
Figura 36 – Anúncio de venda de “ <i>Les petits-fils de Lovelace</i> ”, <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 18 dez. 1854.....	102
Figura 37 – “Os bibliomaniacos”, de Padre Lopes Gama, seção “Variedade: O Carapuceiro”, <i>Diário de Pernambuco</i> , 29 mar. 1843	106
Figura 38 – “Reflexões sobre Carlambrogio e sobre a literatura popular”, assinado por <i>Americus</i> , seção “Variedade”, <i>Diário de Pernambuco</i> , 27 ago. 1850.....	107
Figura 39 – “Continuação das Reflexões sobre a literatura popular”, assinado por <i>Americus</i> , seção “Variedade”, <i>Diário de Pernambuco</i> , 28 ago. 1850.....	108
Figura 40 – <i>O Liberal Pernambucano</i> , “Literatura”, 10 jan. 1856	115
Figura 41 – <i>O Liberal Pernambucano</i> , “Variedades”, 08 ago. 1854	117
Figura 42 – Panteão dos homens e mulheres de letras da França, gravura de Félix Nadar, 1854.	122
Figura 43 – Retrato de J. Méry, rep. de litografia de Marie-Alexandre Alophe, sem data ...	126
Figura 44 – Retrato de J. Méry, litografia de Marie-Alexandre Alophe, sem data.	127
Figura 45 – Retrato de J. Méry, litografia de Pierre-Gustave Staal, sem data	129
Figura 46 – <i>le Constitutionnel</i> , nota sobre <i>la Villéiade</i> , 23 jul. 1826.....	135
Figura 47 – <i>La presse</i> , Folhetim, « <i>Héva</i> », de J. Méry, 26 fev. 1842.	140
Figura 48 – <i>La presse</i> , Folhetim, « <i>La Floride</i> », de J. Méry, 07 fev. 1844	140
Figura 49 – <i>La presse</i> , Folhetim, « <i>la Guerre du Nizam</i> », de J. Méry, 13 ago. 1844	141
Figura 50 – <i>La Presse</i> , anúncio do periódico « <i>La Psyque</i> », 19 nov. 1840	146
Figura 51 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , anúncio da prosa “A judia no Vaticano”, 28 jun. 1851	149
Figura 52 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , anúncio da livraria Garnier, 05 ago. 1854	151
Figura 53 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , anúncio da livraria Garnier, 05 nov. 1854	151
Figura 54 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , anúncio da livraria Garnier, 11 abr. 1854.....	152
Figura 55 – <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , seção de “Variedades”, 12 jun. 1855	153

Figura 56 – <i>Courrier du Brésil</i> , seção de “ <i>Variedades</i> ”, 12 jun. 1855	154
Figura 57 – <i>Diário de Pernambuco</i> , anúncio da Livraria da rua do Colégio, 27 jul. 1857, p. 4	155
Figura 58 – <i>Diário de Pernambuco</i> , anúncio da Livraria Universal, 09 abr. 1859.....	155
Figura 59 – <i>Diário de Pernambuco</i> , anúncio da <i>Librairie Française</i> , 28 out. 1865.....	156
Figura 60 – <i>Jornal do Recife</i> , anúncio da <i>Librairie Française</i> , 06 abr. 1872.....	156
Figura 61 – <i>Diário de Pernambuco</i> , “O paraíso terrestre”, de J. Méry, 15 fev. 1854.....	158
Figura 62 – <i>Revue Contemporaine</i> , « <i>Le paradis terrestre</i> », 1853	159
Figura 63 – <i>Diário de Pernambuco</i> , “História de uma colina”, de J. Méry, 20 abr. 1860....	160
Figura 64 – <i>La Presse</i> , « <i>Histoire d’une colline</i> », de J. Méry, « <i>Variétés</i> », 27 jun. 1838..	160
Figura 65 – <i>Jornal do Recife</i> , coluna “O que se passa em casa”, 26 jun. 1859	162
Figura 66 – <i>Jornal do Recife</i> , coluna “Cinco minutos”, 02 jul. 1859	163

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – <i>Anuário do GPLPE (1854)</i> – Entradas e saídas de livros em 1853.....	37
Tabela 2 – <i>Anuário do GPLPE (1854)</i> – Movimento de leitores em 1853.....	40
Tabela 3 – <i>Anais da imprensa pernambucana (1908)</i> – Jornais segundo o ano de aparecimento	42
Tabela 4 – <i>Anais da imprensa pernambucana (1908)</i> – Jornais segundo a localidade	42
Quadro 1 – <i>Diário de Pernambuco</i> – Autores/as veiculados/as nas seções destinadas à prosa de ficção	52
Quadro 2 – <i>Jornal do Recife</i> – Autores/as veiculados/as nas seções destinadas à prosa de ficção	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
BN	Biblioteca Nacional
BNF	Biblioteca Nacional da França
BPE	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
DP	Diário de Pernambuco
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
GPLPE	Gabinete Português de Leitura de Pernambuco
JR	Jornal do Recife
LP	O Liberal Pernambucano

O analista que conhece do passado apenas os autores que a história literária reconheceu como dignos de ser conservados condena-se a uma forma intrinsecamente viciosa de compreensão e de explicação: pode apenas registrar, à sua revelia, os efeitos que esses autores ignorados por ele exerceram, segundo a lógica da ação e da reação, sobre os autores que pretende interpretar e que, por sua recusa ativa, contribuíram para o seu desaparecimento; ele se impede por isso de compreender realmente tudo que, na própria obra dos sobreviventes, é, como suas recusas, o produto indireto da existência e da ação dos autores desaparecidos. (Pierre Bourdieu, *As regras da arte*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CAPÍTULO 1 – OS MODOS DE CIRCULAÇÃO DA PROSA DE FICÇÃO NOS PERIÓDICOS RECIFENSES.....	29
1.1. As práticas de difusão das belas-letas e o cenário cultural do Recife em meados do século XIX: um breve panorama	29
1.2. A imprensa periódica e a proliferação das belas-letas e da prosa de ficção no Recife	41
1.2.1 <i>Diário de Pernambuco</i>	46
1.2.2 <i>O Liberal Pernambucano</i>	55
1.2.3 <i>Jornal do Recife</i>	63
2. CAPÍTULO 2 – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS FRANCESAS: FONTES DE PROVENIÊNCIA DA PROSA DE FICÇÃO DA IMPRENSA RECIFENSE	80
2.1. A <i>Revue de Paris</i> e a cronologia de circulação da prosa de ficção no <i>Diário de Pernambuco</i>	85
2.2. Amédée Achard no rastro de Richardson: “Os netos de Lovelácio”, “Clarissa Harlowe” e os critérios de seleção das prosas de ficção no <i>Diário de Pernambuco</i>	93
2.3. <i>O Liberal Pernambucano</i> e as reservas em relação à leitura de romances	113
3. CAPÍTULO 3 – JOSEPH MÉRY: UMA CELEBRIDADE LITERÁRIA DA PROVÍNCIA A PARIS, DE PARIS AO RECIFE	120
3.1. Um grande homem de província em Paris: notas biográficas, retratos e anedotas ...	121
3.2. A imprensa e o folhetim na França da primeira metade do século XIX: a emergência da celebridade literária	142
3.3. A prosa de ficção de J. Méry nos jornais periódicos do Recife.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se a reconstituir a difusão da prosa de ficção francesa em periódicos que circularam na cidade do Recife entre 1850 e 1870 e a investigar as relações entre esses textos, seus modos de circulação e a constituição de um público leitor pernambucano. Esta investigação nasceu de um passeio que, durante muito tempo, mais tempo do que poderiam prever e suportar o pesquisador e a instituição a que está quase sempre submetido, manteve-se errático através das páginas dos periódicos que circularam na cidade do Recife ao longo do século XIX. Talvez seja útil e recompensador tentar reconstituir, ainda que sucintamente, a trajetória que, por caminhos irregulares e entrecruzados, me trouxe até este ponto. O ponto em que a *flâneurie* deve ceder lugar à ordem do discurso acadêmico.

O passeio começou sem um plano preciso e, para um neófito da imprensa periódica do século XIX, os jornais são um labirinto onde é possível facilmente se perder, haja vista a massa de dados com que o pesquisador se depara. Uma massa heterogênea e dispersa por diversos arquivos, submetida, geralmente, a condições precárias de conservação. Para enfrentar tal desafio, foi necessário lançar mão de duas estratégias. A primeira consistiu em localizar os acervos, físicos ou digitais, bem como encontrar os arquivos a partir dos quais se deveria constituir um *corpus*. A segunda foi percorrer as pesquisas que se têm produzido nos últimos anos e que tomam a imprensa periódica como fonte primária para desvelar aspectos importantes sobre a constituição do campo literário brasileiro.

Para fazer o levantamento dos acervos, consultou-se “A imprensa em Pernambuco: uma bibliografia”, documento produzido por Lúcia Gaspar e Virgínia Barbosa (2008), bibliotecárias da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Fundaj), à ocasião das comemorações dos 200 anos da imprensa no Brasil. Nesse documento, foram compilados 272 títulos que abordam a imprensa brasileira, de modo geral, mas especialmente a imprensa periódica pernambucana desde as décadas finais do século XIX. A bibliografia ainda localiza todo o acervo de periódicos disponível em instituições como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPE) e a própria Fundaj, onde se podem encontrar os impressos também em formato de microfimes. É preciso deixar registrado que as visitas ao acervo de periódicos do Arquivo Público foram marcadas pela frustração e pela tristeza, uma vez que, a despeito da boa disposição dos funcionários, deparei-me com um catálogo mal organizado e cujo mau estado somente ficava atrás dos próprios periódicos. Nenhum dos impressos solicitados, a exemplo de *O eco artístico* e *O eco literário*, que

circularam entre 1874 e 1876, estava em condições de manuseio e, de acordo com o que declarou um funcionário, esse era o caso de muitos dos impressos, sobretudo os de meados do século XIX, todos virando pó à espera de restauro. Dos mais de 1.500 periódicos pernambucanos que foram coligidos por Alfredo de Carvalho (1908) no começo do século XX, talvez restem apenas algumas centenas. Alguns, como o *Tifis pernambucano*, sobreviveram em edições facsimilares e afins, outros, porém, foram condenados ao desaparecimento.

Fez-se também uma busca nos acervos digitais. Nesse sentido, constatou-se que a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) disponibiliza, no seu sítio, parte do acervo de periódicos do APEJE em formato digital, isto é, 686 títulos, aproximadamente 15.000 páginas. Outro sítio consultado foi o da Biblioteca Nacional (BN), cuja hemeroteca digital disponibiliza boa parte da produção da imprensa pernambucana desde 1823 – quando começou a circular o periódico *A sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco*, redigido por Cipriano Barata (1762-1838) – até finais da década de 1980. A constituição do *corpus* de pesquisa foi feita basicamente a partir dos acervos digitais da BN, uma vez que os periódicos selecionados para construí-lo – *Diário de Pernambuco*, *O liberal pernambucano* e *Jornal do Recife* –, dentro do recorte temporal estabelecido, estão todos disponíveis nessa plataforma, com a vantagem das ferramentas do mundo digital que facilitam a leitura, permitem o recorte e o descarregamento, etc.

O processo de constituição do *corpus* e o desenho do objeto de pesquisa que se intenta constituir foi a fase em que se encontraram mais desafios, uma vez que, além da já mencionada grande dimensão da massa documental, inexistem estudos em Pernambuco que se dediquem exclusivamente à difusão e à circulação das belas-letas, sobretudo dos gêneros da prosa ficção, na imprensa periódica oitocentista. Não obstante o grande número de referências, que foi crescendo cada vez mais ao longo do século XX na forma de livros, artigos, catálogos de exposição, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses etc., não foram encontradas pesquisas que abordem especialmente os modos pelos quais a imprensa periódica difundiu e fez circular a cultura escrita na província pernambucana no século XIX.

À medida que o contato com a massa arquivística ia aumentando e se tornando mais sistemático, algumas questões foram se impondo. Questões tais como: quais escritoras e escritores franceses circularam pelas páginas dos periódicos, seja com a sua produção em espaços dos jornais destinados à prosa de ficção, seja através dos anúncios sobre a venda e a tradução de romances? Entre esses/as quais eram mais populares? Quais foram as fontes de proveniência dessas prosas de ficção e quais os modos por que redatores veicularam esse gênero de texto nos periódicos? Tais modos de veiculação seriam passíveis de informar acerca do

público leitor e de suas demandas por leitura? Uma vez que essas questões convergiam para a constituição do público leitor de Recife, acabaram por impor também a consulta a catálogos do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE), a busca por estatísticas populacionais, além de testemunhos de homens de letras, a fim de verificar a difusão das práticas letradas na capital da província pernambucana.

As escritoras e os escritores franceses foram, ademais, imposições feitas tanto pelo material de arquivo com que fui entrando em contato quanto pelo recorte temporal estabelecido. Por exemplo, em 1842, o *Diário de Pernambuco*, quando passou a apresentar uma seção de “Folhetim” na qual eram comumente veiculadas prosas de ficção, optou, dentre outras fontes, por transcrever tais prosas de *O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, publicação portuguesa semanal que começou a circular em Lisboa em 1837, sob a direção de Alexandre Herculano.¹ Como se pôde verificar, todavia, no início da década de 1850, as fontes de proveniência das quais as prosas de ficção veiculadas no *Diário* eram transpostas foram se concentrando mais e mais nos periódicos advindos da França, a exemplo da *Revue des Deux Mondes*, da *Revue de Paris* e do *La Presse*, de modo que autoras e autores franceses de prosa de ficção foram se tornando cada dia mais presentes e majoritários nas páginas do periódico.

Esse afrancesamento da cultura da capital da província pernambucana em meados do Oitocentos pode ser demonstrado também pelos anúncios do *DP* em que, cotidianamente, ofereciam-se aulas de francês para moças, casas de comércio exigiam empregados com conhecimento dessa língua, livrarias anunciavam obras de método de aprendizagem do francês, dicionários como o “Roquete: dictionnaire portugais-français” (*Diário de Pernambuco*, 11 de jan. 1850, p. 4), além de romances de autores como Eugène Sue (1804-1857), Alexandre Dumas (1802-1870) e Paul de Kock (1793-1871), etc. Por outro lado, era frequente a remissão a autoras e autores franceses nas colunas em que se discutia o cotidiano e os costumes da capital da província a exemplo de “O Carapuceiro”, coluna do *DP* redigida pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1793-1852), e “Cinco minutos”, do *Jornal do Recife*. Nessas colunas, escritoras e escritores franceses e suas respectivas obras ficcionais eram abordados, ora como modelos de bom gosto, instrução e/ou virtude aos quais os leitores e as leitoras deviam se ater,

¹ Ao longo de todo o ano de 1842, encontraram-se inúmeras prosas de ficção que foram veiculadas, geralmente de modo parcelado, no rodapé do *Diário de Pernambuco*, tomando, muitas vezes, três das quatro páginas do periódico, a exemplo de “O monge vingativo”, “O pintor”, “A reconciliação”, “Anna D’Arconna”, “Florita”, “Arrhas por foro D’Espanha”, etc., quase todas transcritas, até onde se pôde averiguar, de *O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*.

ora eram condenados na condição de leituras imorais que não tinham outra finalidade senão a de corromper a conduta e o bom gosto de quem os lia.

Entre tais mulheres e homens de letras, chamou a atenção um que era bastante recorrente nos anúncios de compra e venda, nos espaços destinados à prosa de ficção dos periódicos, mas também em artigos que tinham por fim, entre outros, o comentário sobre os costumes da capital da província e, não raro, versavam sobre autores e obras ficcionais preferidos pelos leitores e leitoras recifenses: Joseph Méry. Nascido em 1797, em *Les Aygalades*, em Marselha, foi poeta, compositor de ópera, cronista e um dos autores de ficção mais presentes nos periódicos franceses a exemplo de *Figaro* e *La Presse*. Frequentou o círculo das principais personalidades da imprensa periódica da época como Émile de Girardin (1802-1881) e foi elogiado por autores românticos como Honoré de Balzac (1799-1850), Alexandre Dumas (1802-1870), Théophile Gautier (1811-1872), Alfred de Musset (1810-1857), Gérard de Nerval (1808-1855), Victor Hugo (1802-1855), etc. Depois de uma carreira profícua e prodigiosa como homem de letras, depois de ser elevado ao panteão dos grandes romancistas e de ser objeto de alguns biógrafos ainda no século XIX, Joseph Méry parece ter sido condenado ao esquecimento e, tal qual tantos outros autores folhetinescos, é totalmente ignorado nos dias atuais.

A opção por se abordar a prosa de ficção veiculada em impressos periódicos recifenses e, a partir daí, focar-se um autor específico foi uma estratégia de restringir o *corpus* e lhe atribuir uma unidade. Rever Assim, do universo de impressos periódicos que foi possível consultar, o autor francês compareceu maciçamente no *Diário de Pernambuco*, n' *O liberal pernambucano* e no *Jornal do Recife* entre 1854 e 1870, do que se pode inferir, que esses periódicos são atravessados por uma mesma ordem de discurso, ao menos, no que diz respeito à seleção e à difusão de textos de ficcionistas franceses, bem como aos inúmeros comentários de redatores a eles dedicados nesses impressos. Tanto o desenho do *corpus* quanto o recorte temporal justificam-se, por outro lado, uma vez que a prosa de ficção parecia já estar bastante consolidada nos periódicos no início da segunda metade do Oitocentos, conforme se pôde verificar nas pesquisas dos historiadores da imprensa pernambucana, sobretudo Luiz do Nascimento (1966; 1968), bem como nos estudos já empreendidos no contexto brasileiro de modo geral (MEYER, 1996; BARBOSA, 2007).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a presente pesquisa se situa num significativo deslocamento do estatuto da imprensa periódica que tem ocorrido nos últimos anos nas práticas historiográficas. Assim, conforme Tania Regina de Luca (2015), em “História dos, nos e por meio dos periódicos”, a história da imprensa brasileira já estava relativamente consolidada na década de 1970, haja vista o número significativo de pesquisas e estudos acerca da introdução

e difusão da imprensa no Brasil, bem como acerca de itinerários e perfis de jornais e jornalistas brasileiros. Para a pesquisadora, traçar a história *da* imprensa já não era novidade nesse período, entretanto ainda havia relutância em tomar os próprios impressos para escrever a história *por meio* da imprensa. Ela afirma que tal relutância, que não se configura como especificidade brasileira, deve-se a uma tradição historiográfica, hegemônica ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, que estabeleceu uma hierarquia entre documentos e pôs sob suspeita a objetividade, a neutralidade, a fidedignidade e a credibilidade dos periódicos, argumentando que os jornais só poderiam fornecer imagens parciais, distorcidas e subjetivas dos eventos históricos.

Essa situação, ainda segundo Luca (2015), começou a se modificar na Europa a partir das pesquisas da terceira geração dos *Annales* – com historiadores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michel de Certeau, etc. – que passaram a absorver aportes analíticos de outras Ciências Humanas a exemplo da Sociologia, da Psicanálise, da Antropologia, da Linguística e da Semiótica e, desse modo, contribuíram com aspectos metodológicos fundamentais para o alargamento dos limites da História e modificaram a própria concepção de “documento” bem como de sua crítica. Além dos historiadores dos *Annales*, foi basilar, para a mudança da tradição citada acima, o movimento de renovação do marxismo encetado pelos trabalhos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, principalmente, E. P. Thompson que propôs a adoção, por parte da História, da perspectiva dos vencidos. Reunidos em torno da *New Left View* (1960), esses historiadores contestaram a preeminência dos aspectos econômicos, privilegiados pela ortodoxia marxista, e valorizaram os elementos culturais, que deixaram de ser vistos simplesmente como reflexos da infraestrutura.

Já no Brasil, tanto Luca (2015) quanto Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007) atribuem um pioneirismo incontestável a Gilberto Freyre – *Um engenheiro francês no Brasil* (1940), *Ingleses no Brasil* (1948) e *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963) – que estudou vários aspectos da constituição societária e cultural do Brasil por meio de anúncios de jornais oitocentistas.² Especialmente em *O escravo nos anúncios de*

² É de suma importância advertir que as informações oferecidas por Barbosa (2007) e Luca (2015) se referem exclusivamente a uma cronologia das publicações em livro, do que se pode depreender erroneamente que o interesse do sociólogo pernambucano pelos periódicos se deu somente a partir da década de 1940. Na realidade, entretanto, o texto de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* se originou de uma conferência intitulada “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império”, proferida na Sociedade Felipe d’Oliveira – iniciativa de intelectuais ligados à segunda fase Modernista – no mesmo ano da publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933). Segundo Alberto da Costa e Silva (2010), que assina o prefácio à quarta edição de *O escravo nos anúncios...*, o texto da conferência começou a ser escrito provavelmente um pouco antes ou logo depois daquela publicação. Além disso, ao folhear o ensaio *Social life in Brazil in the middle of the 19th century* (Vida social no Brasil nos meados do século XIX), apresentado à Universidade de Columbia em 1922, traduzido

jornais brasileiros do século XIX, Gilberto Freyre (1979) contribuiu para desenvolver e difundir uma abordagem histórica da sociologia e da antropologia que toma como fonte primária a imprensa periódica, mais precisamente os anúncios que circulavam no *Diário de Pernambuco*, mas também em outros periódicos brasileiros, durante o Oitocentos e tratavam de compra, venda, aluguel, além de fuga e captura de escravos e escravas fugidos, um *corpus* de aproximadamente dez mil anúncios. O sociólogo defendeu que era possível substituir as fontes históricas tradicionais pelas abundantes informações oferecidas por esses anúncios.

Nesse sentido, as descrições físicas – dimensões gerais do corpo ou de partes específicas como nariz, olhos, boca, quadril, presença de marcas tribais ou de cicatrizes de castigos – e de caráter comportamental – civilizado/a, político/a, de boa conduta – veiculadas pelos anúncios daquela época, de acordo com a perspectiva freyreana, revelariam não só indícios acerca dos grupos societários e étnicos de que provinham negros e negras escravizados, mas também aspectos ligados às relações sociais estabelecidas entre senhores escravocratas e os sujeitos em situação de escravidão.

Ainda que não adentre profundamente as questões acerca da linguagem de modo geral nem, especialmente, da língua nacional, o autor, já na primeira página do texto de *Escravos nos anúncios...*, afirmou que as pesquisas dessa natureza poderiam servir ao estudo, além dos aspectos sócio-antropológicos, do desenvolvimento da língua brasileira, uma vez que os anúncios do século XIX estão tomados de palavras de origem africana e tupi-guarani, bem como de “brasileirismos do melhor sabor” (FREYRE, 1979, p. 3). Parecia-lhe que tais “brasileirismos” recorrentes nos anúncios de jornal – “sapiroanga”, “cambiteiro”, “troncho”, “munganga”, “cangulo”, “engurujado”, etc. – eram mais representativos da expressão nacional do que toda literatura produzida no Brasil no mesmo período.

Mais adiante, ele chamará a atenção para a franqueza, a exatidão e a minuciosidade desses anúncios, comparando-os a peças de identificação policial: “Linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos” (FREYRE, 1979, p. 26). Desse modo, entre outros aspectos, o esquadrinhamento e a posse do corpo escravizado, inferidos das descrições pormenorizadas dos anúncios, constituiriam uma espécie de “dramatismo”³ em que emergem relações sociais conflituosas –

e editado em livro pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e pelo Ministério da Educação e Cultura em 1964, constata-se que o recurso à fonte da imprensa periódica já se fazia presente no âmbito desse estudo.

³ Na introdução à segunda edição de *Os escravos nos anúncios...*, Gilberto Freyre (1979) toma essa expressão de empréstimo a Kenneth Burke (1945; 1969) – *A Grammar of Motives* e *A Rhetoric of Motives*. Sob esse horizonte teórico-metodológico, o sociólogo concebeu os anúncios como “a agência” ou o palco onde, numa “espécie de atuação simbolicamente sociológica” (FREYRE, 1979, p. XXXIV) – atuação, a sua vez, constituída por uma

conflituosas porque não estão imunes à resistência – e revelam os modos pelos quais um sujeito (senhor escravocrata) intenta atuar sobre um “objeto” (indivíduo escravizado).

Por outro lado, a tentativa dos senhores escravocratas de atuar sobre o corpo de negros e negras escravizados, de pontuar sua posse, seria materializada não só pelo detalhamento de traços físicos, psíquicos e comportamentais franca e explicitamente expostos nas descrições de escravos e escravas fugidos ou à venda, mas também por possíveis intrigas e tramas que ficariam implícitas na redação dos anúncios, tal qual Freyre (1979, p. 84-5) demonstrou por meio de anúncio veiculado no *Diário de Pernambuco*, em 11 de maio de 1835, o qual se transcreve abaixo:

A pessoa que no Recife conservar em sua casa uma ama de nome Joana, mulata bem alva, cabelos soltos, já assemelhando-se a branca, com uma filha, anuncie imediatamente a sua morada, e nome para se lhe prestar os motivos porque não deve conservá-la; por cujas razões, dadas a princípio, não deve estar, visto ignorar o que é passado e ser ela suspeita. A pessoa a quem se dirige este anúncio não deverá dar parte a dita ama, porque todos os princípios lhe servirão de incômodo inesperado.

Freyre considera que os anúncios de jornal do século XIX deixam o analista diante de mistérios profundos, conforme se pode constatar pelo que foi exposto acima. Quais os motivos por que ninguém deveria abrigar a “ama Joana”? Perguntou-se o sociólogo. À distância de quase um século, só foi possível supor que deveria haver “muito drama escondido por trás dos anúncios de vendas e fugas de escravos” (FREYRE, 1979, p. 85).

Além disso, defendeu que os anúncios permitiam capturar indícios do cotidiano da cidade do Recife: a moda, os divertimentos, as procissões e as semanas santas, o mobiliário, bem como a leitura praticada por nossos antepassados, em que se sobressaíam os clássicos latinos, portugueses e franceses, a folhinha de algibeira e os almanaques. Não obstante, não conseguiu enxergar, na parte editorial e nos folhetins dos periódicos, a mesma força “dramática” que vislumbrou nos anúncios:

São os jornais, os do século XIX, quase sem nenhum interesse na parte editorial, para quem os folheie à distância de um século ou de meio século. Seus artigos de fundo e seus folhetins literários raramente nos comovem. Sua retórica política não nos comunica hoje nenhuma vibração humana. Seu noticiário só na última fase do regime escravocrático começa a dramatizar-se, interessando-nos na vida e nos crimes da época; registrando menos as fugas de escravos que os raptos das moças brancas, das iaiás finas, das filhas dos grandes proprietários, pelos bacharéis pobres ou por mulatos claros. (FREYRE, 1979, p. 11, grifos meus)

retórica particular – senhores patriarcais e sujeitos escravizados, “os agentes”, envolvem-se num conflito dramático. A linguagem dos anúncios de jornais, assim, compartilharia com outras (a exemplo da literatura, da política e da religião) a finalidade de persuadir por meio de palavras ou imagens atraentes e sugestivas, por meio de “artes ostensivas ou dissimuladas de comunicação empenhada em contagiar indivíduos, grupos, públicos com seus valores ou seus motivos ou a favor dos seus interesses” (FREYRE, 1979, p. XXXIV).

Pode parecer um contrassenso que Freyre tenha descartado de modo tão lacônico os dados históricos acerca da constituição do campo literário no Brasil oitocentista que a imprensa periódica poderia oferecer, já que, diferentemente da tradição que se impunha, ele tratava a imprensa periódica como fonte primária de seu inquérito, fonte passível de informar sobre variados aspectos da constituição societária nacional, inclusive, conforme ele mesmo apontara, da língua “brasileira”, atravessada pelo elemento indígena e pelo africano. Entretanto, talvez esteja aí mesmo uma das razões pelas quais Gilberto Freyre tenha sido tão indiferente à parte editorial e às seções que veiculavam prosa de ficção dos jornais periódicos.

É provável que ele desejasse ver transpostos para as seções de “Miscelânea”, “Variedades” e “Folhetim”, geralmente preenchidas com traduções de prosa de ficção estrangeira, ao que tudo indica de procedência francesa, mas também com os mais variados gêneros de texto (MEYER, 1996; BARBOSA, 2007), a mesma “originalidade” de vocabulário e o mesmo “dramatismo” que conseguia ver tão claramente nos anúncios. Vale ressaltar, no entanto, que a inexistência de uma língua híbrida que expresse o caráter brasileiro é uma falta imputada não só aos folhetins e à parte editorial dos impressos periódicos, mas também ao romance nacional produzido no século XIX desde, pelo menos, Joaquim Manuel de Macedo (1844), com *A moreninha*. Assim, a língua dos anúncios de jornais brasileiros de meados do século XIX até perto de suas décadas finais “parece-se às vezes maior, como expressão nacional, do que toda a nossa literatura do mesmo período, incluindo o romance com as suas moreninhas e as suas iaiás já meio desportuguesadas” (FREYRE, 1979, p. 7, grifos meus).

Outra razão para a indiferença em relação ao potencial dos folhetins e da parte editorial dos periódicos é que talvez o sociólogo tenha compreendido bem cedo a importância dos anúncios como fonte de informações históricas, sociais e antropológicas, de modo que essa parte, diga-se que majoritária em muitos impressos periódicos de meados do Oitocentos e o *Diário de Pernambuco* é ilustrativo desse fato, acabou por se tornar majoritária também nos desdobramentos de suas pesquisas. Assim, o próprio Gilberto Freyre (1979) afirmaria, no prefácio à segunda edição de *Escravos nos anúncios...*, que passou a aprofundar suas pesquisas nos anúncios de jornais do século XIX na década seguinte ao aparecimento de seu trabalho de mestrado *Social life in Brazil in the middle of the 19th century* (Vida social no Brasil nos meados do século XIX) apresentado à Universidade de Colúmbia em 1922, pesquisas que se espalharam em livros como *Casa-grande & senzala* (1933), *Sobrados e mocambos* (1936), entre outros, “num desdobramento, através de interpretações das análises, de uma quase ciência nova que se pudesse denominar anunciologia” (FREYRE, 1979, p. XIII, grifo meu). Conforme o sociólogo, o texto de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* é o

resultado mais especializado e sistemático dessa “anunciologia” que possibilitou, dentro de uma perspectiva abrangente, o estudo “de aspectos os mais íntimos da ordem social brasileira nos dias patriarcais”, especialmente as “atitudes das classes dominantes para com pessoas de várias situações socioeconômicas e culturais e de várias origens ou condições étnicas [...]” (FREYRE, 1979, p. XII).

Ainda que à guisa de digressão ou de sugestão de refinamento ou de inflexão das análises, Gilberto Freyre (1979) continuará incorporando, por meio dessas introduções e prefácios, elementos teóricos da retórica e de estudos da cultura de massa – por exemplo, *The mechanical bride, Folklore of industrial man*, de Herbert Marshall McLuhan (1951), a fim de aprofundar questões acerca da linguagem dos anúncios em relação às formas e aos objetivos desse gênero, ao público que intenta persuadir, aos recursos linguísticos de que lança mão para alcançar seus propósitos, etc., o que, portanto, acrescentaria, ao já grande potencial dessas pesquisas, outras possibilidades de análise e interpretação dos anúncios à luz de variadas perspectivas teórico-metodológicas. Portanto, é provável que ainda faltem pesquisas que reconstituam historicamente o papel desempenhado pela imprensa periódica, especialmente pelos anúncios, na trama da interpretação freyreana do Brasil na primeira metade do século XX. Mas não só isso. Resta ainda talvez reconstruir os modos pelos quais a abordagem pioneira de Gilberto Freyre, no tratamento da imprensa periódica, de modo geral, e no tratamento dos anúncios, de modo específico, afetou a sociabilidade intelectual de sua época e impactou o futuro das pesquisas dessa natureza.

Pensa-se aqui, por exemplo, em Octávio Tarquínio de Sousa, que, conforme Márcia de Almeida Gonçalves (2009) – *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa* –, propunha em 1939, com *Evaristo da Veiga*, uma decifração, por meio de narrativas biográficas, da fisionomia da sociedade brasileira do século XIX. Por força, certamente, do caráter das atividades a que se dedicava o sujeito biografado, uma vez que Evaristo da Veiga fora livreiro, além de proprietário e redator do periódico *Aurora Fluminense*, Octávio Tarquínio de Sousa utilizou-se dos anúncios de jornais fluminenses que circularam nos primeiros anos da década de 1820, para investigar o movimento livreiro no Rio de Janeiro e deslindar alguns aspectos da vida na capital do Império naquele período. O historiador destacaria a importância dos jornais e, em particular, dos anúncios, visto que se constituíam em verdadeiros flagrantíssimos das influências inglesas e francesas sobre os mais variados aspectos da vida tanto pública quanto íntima dos brasileiros. Vale salientar ainda que o historiador, dois anos antes, publicara *Bernardo Vasconcelos e seu tempo*, sob a sugestão de Gilberto Freyre, para compor a coleção “Documentos Brasileiros”, da qual fez parte *Raízes do Brasil*, de Sérgio

Buarque de Holanda (1936). Além disso, Octávio Tarquínio de Sousa compôs, entre 1933 a 1945, a equipe editorial da revista *Lanterna Verde*, da Sociedade Felipe d'Oliveira, impresso no qual o texto da conferência “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império” foi publicado pela primeira vez, em 1933. Tais pesquisas históricas, no entanto, fogem ao escopo da presente investigação e o que interessa expor efetivamente, neste âmbito, são as pesquisas que, nos últimos anos, vêm fazendo variados usos da imprensa periódica, a fim de, entre outros objetivos, reconstruir práticas letradas relacionadas ao cotidiano e que, apesar de terem sido práticas constituintes do campo literário no Brasil em meados do século XIX, foram, no geral, esquecidas pela historiografia literária.

A esse respeito, deve-se dar destaque aos estudos de Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na esteira de pesquisadores pioneiros, a exemplo de Barbosa Lima Sobrinho (1960), Brito Broca (1979), José Ramos Tinhorão (1994) e Marlyse Meyer (1996; 1998), Barbosa vêm colaborando, desde 2005, para elucidar as práticas multifacetadas de produção e difusão da literatura nos jornais do século XIX. Segundo essa pesquisadora, do mesmo modo que a imprensa periódica foi relegada a segundo plano na tradição historiográfica brasileira, houve resistência por parte dos historiadores da literatura em considerar a imprensa periódica como fonte primária na escrita da história da literatura nacional. Isso se deve, entre outros fatores, a uma concepção anacrônica de “literatura” que se consolidou sobretudo nas décadas finais do século XIX e que excluiu os textos veiculados pelos impressos periódicos por serem supostamente destituídos de valor estético. Tal concepção de literatura possibilitou a construção de um cânone literário nacional centrado nas figuras de autores do gênero “romance”, cujas publicações se deram no suporte “livro”, mesmo quando tais autores e romances tenham aparecido originalmente nos periódicos (BARBOSA, 2007).

Tal situação, conforme a autora, começa a mudar com estudos como os de Barbosa Lima Sobrinho (1960), *Os precursores do conto no Brasil*, de Brito Broca (1979), “O romance-folhetim no Brasil”, de José Ramos Tinhorão (1994), *Os romances em folhetim no Brasil*. Em especial, Barbosa Lima Sobrinho foi o pioneiro que, a partir do conhecimento da história da imprensa francesa e uma profunda pesquisa nos periódicos brasileiros, formulou a hipótese de que o conto resultou do aperfeiçoamento da imprensa em constante relação com seu público, ou seja, a demanda do público leitor por traduções de romances e folhetins fez com que autores brasileiros comesçassem a ensaiar aquele gênero no espaço do jornal. Não obstante, o reconhecimento da hipótese de Lima Sobrinho, relegada por décadas à obscuridade, só se tornaria possível com o advento das pesquisas de história da leitura – entre outras, Robert Darnton (1990), Roger Chartier (1999), Donald Francis McKenzie (2004) – que destacariam a

grande relevância tanto da ação dos leitores sobre os materiais escritos quanto do suporte em que circulam os textos. Nesse sentido, a “prosa de ficção” – noção a que se voltará mais adiante – “surgiu [...] como uma demanda do público leitor de periódico, cujo controle era impossível de restringir ou estabelecer *a priori*, uma vez que ia se conformando a partir das expectativas da época” (BARBOSA, 2007, p. 22).

Por seu turno, os estudos de Brito Broca (1979) e José Ramos Tinhorão (1994) poriam em relevo as relações entre os jornais, o folhetim e a formação do romance brasileiro e influenciaram a pesquisa que daria início à utilização da imprensa periódica como fonte primária nos inquéritos históricos sobre a literatura brasileira. Assim, conforme Barbosa (2007), os estudos de Marlyse Meyer (1996; 1998) – *Folhetim: uma história* e *Mil faces de um herói canalha*, respectivamente – são os que melhor, e de modo pormenorizado, estabeleceram a relação de dívida da literatura para com os jornais.

Os achados de Meyer contribuíram, assim, para que a noção corrente de “literatura” com a qual a historiografia costumava operar retrospectivamente sobre a produção literária do Brasil no século XIX perdesse toda a sua evidência, porque apontaram para elementos pouco valorizados ou apenas “intuídos” ou ensaiados pelos historiadores que a antecederam a exemplo da presença determinante de uma prosa de ficção popular estrangeira, anterior à popularização do “romance-folhetim”, na formação de certo paradigma ou protótipo de ficção seguido por autores brasileiros.

Além disso, em relação à imprensa periódica e à “literatura” que nela se veiculava, Meyer (1996) destacou a grande difusão e popularidade da prosa de ficção no espaço dos periódicos conhecido como “folhetim”. Geralmente localizado no rodapé (*rez-de-chaussée*) da primeira página, o “folhetim” era uma seção que veiculava textos variadíssimos – piadas, charadas, receitas, comentários sobre as últimas representações dramáticas e os livros mais recentemente lançados, etc. – e cujo objetivo primordial era o entretenimento. O Brasil importou a moda da França no final da década de 1830 e passou a veicular ficções em prosa, em parcelas diárias, de autores franceses populares como Paul de Kock nesse espaço destinado às variedades literárias e, nos primeiros anos da década de 1840, os periódicos brasileiros poriam em circulação os autores que foram tornados célebres por suas produções de “romances-folhetins”, ou seja, uma forma de ficção produzida sob as condições próprias ao mundo da imprensa e às exigências do público leitor, a exemplo de Alexandre Dumas (pai), Eugène Sue, Paul Féval, Frédéric Soulié, Ponson du Terrail, etc. Também seria sob o abrigo da imprensa periódica e do folhetim que muitos autores brasileiros, mas também autoras, ingressariam no universo da prosa de ficção.

A rápida e bem-sucedida trajetória do folhetim em terras brasileiras sugere a constituição no Brasil, nas décadas de 1840 e de 1850, de “um corpo de leitores e ouvintes consumidores de novelas já em número suficiente para influir favoravelmente na vendagem do jornal que as publica e livros que as retomam” (MEYER, 1996, p. 292). Desse modo, em meados do Oitocentos, já se podia contar com um público leitor e ouvinte da prosa de ficção difundida por meio da imprensa periódica e retomada pelas publicações em livro, público que apresentava modos próprios de partilha do escrito e que, por isso, já impunha suas preferências e concorria para condicionar a atividade dos proprietários de jornal, dos editores e dos redatores das folhas periódicas. Portanto, com a atenção voltada para textos que, supostamente, não teriam valor estético e, por conseguinte, não mereceriam a atenção dos historiadores, Meyer (1996) levanta o véu sobre a estreita relação entre as condições de produção da prosa de ficção na imprensa periódica e os modos cotidianos de partilha da cultura literária no Brasil.

Barbosa (2007) registra, a partir dos anos 2000, um aumento dos inquéritos históricos que tomam a imprensa periódica como fonte primária. Com efeito, em vários estados do Brasil, têm sido empreendidas pesquisas, a exemplo de “Narrativas itinerantes: aspectos franco-britânicos da ficção brasileira, em periódicos do século XIX”, de Maria Eulália Ramicelli (2004); “Circulação de romances nos periódicos Mato-grossenses dos Oitocentos”, de Eni Neves da Silva Rodrigues (2008); “A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista”, de Antônia Pereira de Souza (2017); e, finalmente, “Vida literária na Belém oitocentista: a contribuição do *Diário de Belém* para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889)”, de Alan Victor Flor da Silva (2018), que vêm modificando, assim, as perspectivas tradicionais da historiografia literária. (mencionar trabalhos mais complexos)

Um mesmo princípio teórico-metodológico atravessa essas pesquisas, a saber, o aprofundamento do inquérito histórico sobre as práticas específicas de um determinado período e, a partir daí, o desvelamento dos códigos que, por ventura, regem tais práticas. Nesse sentido, pode-se definir a “prática letrada” como uma rarefação do discurso dos sujeitos que se envolvem na partilha de um objeto simbólico, uma ordenação e uma distribuição de lugares (FOUCAULT, 2006), uma classificação que pressupõe uma hierarquização dos textos partilhados por determinadas comunidades de leitores, que estabelece regras de uso e exige certas disposições dos sujeitos nela envolvidos (CHARTIER, 1999). Ainda que se tratem de regras e disposições sempre em tensionamento com as táticas, as astúcias dos sujeitos que se utilizam dos textos de modos não previstos, ou mesmo combatidos, pelas instâncias que os codificam e os hierarquizam (DE CERTEAU, 1994). É preciso ainda chamar a atenção para o

fato de que o “objeto simbólico”, seja um livro ou outro tipo de impresso, é uma forma expressiva, constituída não somente pelo texto que dá a ler, mas pela conjunção entre o texto e a forma material que lhe serve de suporte. Assim, a forma material dos impressos, quaisquer impressos, bem como o modo pelo qual esses impressos são postos em circulação no mundo social lhe atribuem uma maneira específica de uso ou um sentido (MCKENZIE, 1999; CHARTIER, 1999; 2012).

Na condição de forma expressiva, de objeto simbólico cuja produção e partilha são contingentes do ponto de vista histórico, os jornais periódicos do século XIX, em sua maioria, nasciam e morriam ao sabor das circunstâncias políticas, das polarizações filosóficas e religiosas; sua frequência era, geralmente, flutuante e também obedecia a causas materiais concretas – número de redatores e operários de tipografia, crises na importação do papel, processos judiciais, violência e até mesmo assassinatos sofridos por jornalistas em períodos de grandes agitações sociais e revoluções. Conteúdos, formas e gêneros, além disso, variavam enormemente não só em função de tais circunstâncias, mas também em conformidade com o público leitor (BARBOSA, 2007).

Assim, as pesquisas por meio dos impressos periódicos reivindicam a suspeição acerca da evidência histórica da noção de “literatura” que se consolidou ao longo do século XX e acabou por abranger, retrospectivamente, a produção literária oitocentista, bem como o deslocamento dessa noção, a fim de a situar num universo de práticas letradas específicas, nesse caso, as práticas relacionadas às Belas-letras de meados do século XIX que se materializaram nos jornais, e, desse modo, reconhecer e explorar os códigos de apreensão e representação da realidade próprios a grupos e/ou comunidades imersos em tais práticas (BARBOSA, 2007). Tal inflexão obriga, por sua vez, a uma outra perspectiva sobre o que até então se compreendia por “autoria” e por gêneros literários como o “romance”.

É preciso, então, duvidar, assim como Michel Foucault (2000), em “Linguagem e literatura”, conferência proferida em 1964, de que a literatura e a linguagem têm a mesma idade e que suas origens se confundem. Se tal crença persiste é porque se costuma apreciar, retrospectivamente, autores como Eurípedes, Dante e Shakespeare, de um modo que lhes era totalmente alheio. De maneira ligeiramente modificada, o filósofo lançará mão desse argumento mais uma vez em *A arqueologia do saber* (2012), afirmando que “nem a literatura, nem a política, nem tampouco a filosofia e as ciências articulavam o campo do discurso nos séculos XVII ou XVIII como o articularam no século XIX” e que, se se insiste em aplicar essas categorias à cultura medieval ou mesmo à cultura clássica é “por uma hipótese retrospectiva e por um jogo de analogias formais ou de semelhanças semânticas” (FOUCAULT, 2012, p. 27).

Portanto, pode-se afirmar, a partir das considerações do filósofo, que a noção de “literatura”, ou melhor, os modos pelos quais essa noção se articulava no campo do discurso das Ciências Humanas, são descontínuos e contingentes, ainda que sujeitos a ordenações bem específicas.

Nessa direção, Márcia Abreu (2003a) afirmará que, na Europa de modo geral, entre os séculos XVI e XVIII, a palavra literatura designava “conhecimento”, “erudição”, e não um conjunto de escritos, conforme seria estabelecido no século XIX. Para a historiadora, esse deslocamento da noção de literatura deve-se a determinadas condições históricas, a exemplo da fundação de Academias e Sociedades literárias, a própria atuação dos homens de letras no que diz respeito à organização do trabalho e à luta pelo reconhecimento de um ofício considerado menor, o surgimento dos direitos do autor. Entre as consequências desse processo pode-se destacar a divisão do trabalho dos homens de letras. De um lado, ocorrem movimentos pela remuneração e profissionalização que levam a uma aproximação entre esses trabalhadores e o mercado e, geralmente, a uma sujeição às regras de produção e vendagem. De outro, acontece o movimento de aproximação com o poder – a fim de atribuir prestígio àqueles que se dedicam à escrita – e, assim, o desejo de distanciamento desses literatos das massas e do mercado. Assim,

a definição moderna de literatura se fez no momento em que entraram em cena novos leitores, novos gêneros, novos escritores e novas formas de ler. Escritores e leitores eruditos interessavam-se fortemente em diferenciar-se de escritores e leitores comuns a fim de assegurar seu prestígio intelectual, abalado pela disseminação da leitura. Isso os levou a eleger alguns autores, alguns gêneros e algumas maneiras de ler como as melhores. Convencionaram chamar a isso de literatura. (ABREU, 2003a, p. 28)

Abreu (2003a) traça a gênese da noção de “literatura”, no âmbito lusitano, a partir de indícios materiais presentes nos processos de dicionarização, de classificação de obras utilizada pela Impressão Régia e, finalmente, do aparecimento do discurso fundador que atravessará a historiografia literária de Portugal, bem como a do Brasil no século XIX.⁴ Esse último aspecto da gênese da noção de literatura teve um grande significado, uma vez que houve um esforço para definir critérios de análise conjugados ao objetivo de selecionar, em meio à produção escrita de um país, as obras que pareciam superiores, hierarquizar-las e julgá-las. A definição de critérios passava pelo estabelecimento de um conjunto de obras imortais, pela verificação do elo entre as obras e o meio social que as gerou e transformou e pelo exame do modo como as obras se influenciavam mutuamente. Desse modo, conseguiu-se “preservar a ideia de que a produção estética é fundamento da nacionalidade, sem perder de vista o fato de que há fortes semelhanças na produção erudita dos diferentes países europeus” (ABREU, 2003a, p. 52).

⁴ Conforme Carmen Zink Bolognini (2003), a *História da poesia e eloquência desde o final do século XIII*, de Friedrich Bouterwek, publicada entre 1801 e 1819, composta de 12 volumes, dos quais o quarto é dedicado à Portugal, é o discurso fundador da historiografia literária moderna e atravessará a mentalidade de alguns dos primeiros historiadores da literatura brasileira.

Enfeixada, portanto, numa subcategoria das “artes e ciências”, a “poesia e a eloquência”, “a bela literatura” ou “a literatura”, essas duas últimas sempre associadas a uma nacionalidade, vão fundar o processo de construção do cânone nacional, segmentado, ainda de acordo com Abreu (2003a), em dois níveis, o dos grandes autores universais, e o dos autores locais influenciados por aqueles. Tal postulado atravessará as histórias literárias, com ênfase nas histórias produzidas nos países periféricos, que relacionam a “evolução” da produção nacional às mudanças estéticas levadas a cabo por autores europeus.

No que diz respeito à noção de “autoria”, Roger Chartier (2012), pontua que, até o final do século XVIII, nos países da Europa moderna, imperava uma ordem de discurso em que a instabilidade dos gêneros e a coletividade eram constitutivas da produção escrita. A análise de *Cardenno* ou *Cardenna*, peça encenada apenas duas vezes pelos *King's Men*, na Inglaterra, em 1612 e 1613, e cujo enredo foi destacado de um episódio de *Dom Quixote*, peça desaparecida e reencontrada mais de cem anos depois, adaptada em inúmeras montagens e a partir de variadas perspectivas até os dias atuais, permite ao historiador apontar uma tensão entre a ordem de discurso em que foram produzidas as obras de Shakespeare e Cervantes e a ordem de discurso que construiu as condições de difusão e recepção de tais obras mais tarde. Nesse sentido, Chartier (2012) coloca em evidência a enorme mobilidade dos textos, constantemente reescritos e reempregados, lidos com expectativas e sob códigos muito distintos dos da Modernidade, numa ordem dos discursos que pressupunha a intervenção coletiva sobre as práticas da escrita e, portanto, ainda não baseada na individualização dessas práticas, na originalidade das obras e na canonização do autor.

No princípio do século XX, Alfredo de Carvalho (1908) irá identificar essa flutuação de autoria nos periódicos que circularam em Pernambuco no Oitocentos, ao traçar a história da imprensa pernambucana. Esse historiador, de modo tão pioneiro quanto Freyre em seus estudos sobre anúncios de jornais, já desconfiava da fidedignidade das informações expostas pelos “expedientes” dos periódicos, por exemplo, sobre tiragem, informações que eram omitidas ou exageradas, e reconhecia que a ocultação do nome dos redatores nas matérias se devia “à prática dominante do anonimato e ao sistema dos nossos jornais diluírem a responsabilidade pessoal de cada redator numa responsabilidade coletiva verdadeiramente anônima” (CARVALHO, 1908, p. X).

Ao se voltar para essa “prática dominante” dos periódicos brasileiros do século XIX, Barbosa (2007), também irá identificar a forte presença do anonimato, bem como a grande utilização do pseudônimo, tanto nos jornais da Corte quanto naqueles que circularam nas províncias a partir da segunda metade do século XIX. Num artigo recente, intitulado “As

‘Cartas Chilenas’ do jornal *Minerva Brasiliense* e a murmuração da Corte no Segundo Reinado”, Barbosa (2018) apresenta os resultados de, pelo menos, dez anos de pesquisas nos periódicos, a fim de verificar que os jornais construíram uma linguagem própria assentada na utilização da estratégia retórica conhecida como *dissimulation*. Tal estratégia incluía falsa atribuição de autoria, a junção de escritos de autorias distintas e seu emprego convergia para um lugar comum já bem estabelecido na cultura escrita dos séculos anteriores, conforme demonstrou Chartier (2012) com o *Cardenio* e, muito utilizado pelo romance do século XVIII e XIX: o manuscrito perdido e reencontrado.

O “romance”, na condição de gênero que, conforme Ian Watt (2010), visa a uma correspondência entre a obra e a realidade que imita, começou a ascender entre o público burguês da Inglaterra no século XVIII com autores como Daniel Defoe (1660-1731), Samuel Richardson (1689-1761) e Henry Fielding (1707-1754). No Brasil, começou a crescer no gosto do público ainda no final desse século, mesmo que se tratasse de um gênero ainda sem legitimidade e contra o qual muitos literatos lutavam (ABREU, 2003b). Ganhou o espaço do jornal, nas primeiras décadas do Oitocentos, seja nos anúncios de compra e venda de livrarias, seja nos comentários de redatores solicitados a “criticar” os romances enviados aos jornais, seja, mais tarde, no rodapé das páginas dedicadas ao folhetim (MEYER, 1996; BARBOSA, 2007; RODRIGUES, 2008). A definição de “romance”, entretanto, oferece muitas dificuldades, uma vez que não havia consenso entre os homens de letras acerca desse gênero de ficção diante da profusão de narrativas que reivindicavam para si o estatuto de verdade. Assim, para contornar essa dificuldade, Abreu (2003b) considera mais adequado o termo “prosa de ficção” para designar essas narrativas que com extensão e estilos distintos, materializadas em variados suportes objetivavam publicizar com a máxima veracidade “A história de...”, “As memórias de...”, “As aventuras de...”.

É nesse terreno em que se pretende assentar a presente investigação, atentando-se para o fato de que a imprensa periódica foi, no século XIX, o lugar da multiplicidade discursiva por excelência em que se revelaram, ainda que de modo incipiente, “as vozes de uma ‘opinião pública’, da qual participavam os mais variados segmentos da sociedade, entre os quais as mulheres” (BARBOSA, 2007, p. 40).

Assim, no primeiro capítulo – “Os modos de circulação da prosa de ficção nos periódicos recifenses”, pretende-se, inicialmente, traçar um panorama da vida cultural e, especialmente, das práticas letradas que se desenvolviam na Recife de meados do século XIX, lançando-se mão de dados estatísticos, de informações sobre frequência e empréstimos de livros presentes em catálogos do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE), bem como de

testemunhos de homens de letras que viveram na capital da província nesse período. Depois, concentrando-se nos periódicos *Diário de Pernambuco*, *O liberal pernambucano* e *Jornal do Recife*, será feito um levantamento da prosa de ficção francesa veiculada nas seções de “Folhetim” desses impressos, com vistas a analisar os modos pelos quais esses periódicos difundiam e davam a ler a prosa de ficção entre o público leitor.

No segundo capítulo, “Joseph Méry na imprensa periódica de Recife”, será focado especialmente o caso do autor francês, por meio das ocorrências em anúncios e dos comentários de redatores sobre a prosa do autor, a fim de depreender as representações em torno desse ficcionista por parte do público leitor de Recife e as maneiras pelas quais ele é situado por esse público entre outros ficcionistas franceses da época.

No terceiro capítulo, “A prosa de Ficção de Joseph Méry na imprensa periódica de Recife”, serão analisadas as prosas de ficção de autoria de Joseph Méry veiculadas pelos periódicos *Diário de Pernambuco*, *O liberal pernambucano* e *Jornal do Recife*, entre 1850 e 1870, a fim de analisar quais os aspectos dessas prosas (estrutura narrativa, ação e caracterização de personagens, os temas) afetavam o público leitor de Recife e garantiam um lugar privilegiado para esse autor nas páginas dos periódicos. A hipótese a ser comprovada é a de que Méry foi um autor que povoou a imaginação dos leitores e das leitoras pernambucanos, principalmente, por causa da moral religiosa que atravessava tanto o caráter dos personagens quanto as intrigas que compunham as narrativas.

CAPÍTULO 1 – OS MODOS DE CIRCULAÇÃO DA PROSA DE FICÇÃO NOS PERIÓDICOS RECIFENSES

1.1 As práticas de difusão das belas-letras e o cenário cultural de Recife em meados do século XIX: um breve panorama

Em 1850, Recife já era a capital da província de Pernambuco há pouco mais de duas décadas. As informações mais detalhadas acerca do movimento populacional tanto da província quanto da capital remontam a 1842. Começaram a ser produzidas por Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1979), secretário da presidência da província, sob o governo de Francisco do Rego Barros (1802-1870) em 1841, mas só foram publicadas em 1852 com o título de *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*.⁵

De acordo com os dados levantados por Melo (1979), a população da província era de aproximadamente 339.778 em 1815 e é provável que tenha alcançado a cifra de 644.924 habitantes no início da década de 1840, isto é, quase dobrou em 25 anos. Recife, especificamente, tinha uma população aproximada de 60.000 a 70.000 habitantes em 1842. Além disso, se somadas as parcelas da população da antiga capital Olinda e da nova que se dedicavam às profissões liberais e industriais – boticários, proprietários de imóveis, funcionários públicos pagos pelo Estado ou pela Câmara Municipal, professores públicos de primeiras letras, escrivães de todas as classes, advogados, médicos e cirurgiões, oficiais mecânicos, juízes de paz, etc. – mais os membros do clero e os estudantes das aulas públicas de ambas as cidades, chegar-se-ia ao total de aproximadamente 4.000 habitantes, cujas atividades exigiam distintos níveis de inserção na cultura escrita.

É provável, entretanto, que tais números estejam longe de representar a realidade das práticas letradas existentes em Pernambuco bem como da difusão das belas-letras, especialmente na capital Recife e na vizinha Olinda, pois as abordagens quantitativas, de modo geral, relacionadas à origem social e às atividades profissionais dos sujeitos de uma população,

⁵ Originalmente, o *Ensaio...* foi impresso pela Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria (1801-1866) que, em 1835, tornara-se o único proprietário do *Diário de Pernambuco*. A impressão desse livro foi levada à cabo com muitas dificuldades, e M. F. de Faria chegou a vender a peso as folhas do livro já impressas, mas ainda não brochadas, para servirem de papel de embrulho. Em 1979, o livro foi reeditado tendo como base fotografias tiradas de um dos dois exemplares que restaram, de posse do acervo do Ginásio Pernambucano, que foram recopiadas, editadas e publicadas por iniciativa do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. As informações para esta nota foram retiradas do prefácio a essa edição de 1979, assinado por Antônio Gonsalves de Melo.

não são capazes de dar conta das práticas letradas em cujo funcionamento se sobressai a partilha coletiva dos textos escritos (CHARTIER, 1999). Por outro lado, para evitar o risco do anacronismo, é imprescindível marcar a distância temporal que separa as “nossas” práticas daquelas dos homens e mulheres do século XIX. Tal distância passa pelo ajustamento da lente historiadora de modo a pôr em perspectiva as ordens de discurso e os códigos a elas relacionados que intervinham sobre as práticas de difusão do escrito, que as regiam e as faziam funcionar (CHARTIER, 2012).

Nesse sentido, Antônio Joaquim de Melo (1858), ao reconstituir as vidas de alguns homens ilustres da província de Pernambuco, boa parte contemporâneos que viveram entre o final do século XVIII e os meados do XIX, oferece algumas pistas para a compreensão das referidas ordens discursivas e dos códigos próprios a determinadas práticas letradas ainda no Brasil colônia:

Bem que as fontes do saber não fossem então na Província tão amplas, como hoje, a ardente mocidade estudiosa nelas saciava-se; e era assim que o amor das letras, e das artes reunia às tardes no Consistório da Igreja de S. José a Francisco Ferreira Barreto, José Marinho Falcão Padilha, José Bernardino de Sena, Pedro Borges de Faria, e outros, sob a direção do Ajudante João Nepomuceno da Silva Portella, e aí tomavam lições, e exercitavam-se na declamação sagrada, e profana. Louvável e belo exemplo! (MELO, 1858, p. 58, grifos meus)

Num período em que a simples oposição entre alfabetismo e analfabetismo não seria eficaz para abarcar a transmissão da cultura escrita (HANSEN, 1999), em que as tipografias ainda eram proibidas pela Coroa e a posse e a circulação de livros ainda eram bastante rarefeitas, dependentes de concessões por parte da Metrópole e estreitamente relacionadas à atividade profissional (VILLALTA, 1999; ABREU, 2003a), pode-se identificar não só o contexto em que ocorria tal circulação, mas também as disposições, os conhecimentos, os gestos para que determinados sujeitos pudessem participar do mundo letrado. Como se pode verificar, a capacidade de declamação e a memória eram disposições nucleares na aprendizagem da leitura e na partilha de materiais escritos. Além disso, vê-se que a instituição religiosa permitia a partilha dos materiais escritos e estabelecia critérios de classificação desses materiais – sagrados e profanos.

E não se atribuam essas disposições a um suposto “primitivismo” das práticas letradas no contexto do Brasil Colônia nem se as restrinja a esse período específico. Isso porque a Retórica ajudou a forjar as feições das práticas letradas no Brasil desde o período colonial – e tal força modeladora tampouco foi minimizada com a reforma pombalina em 1759 – e se perpetuou ao longo do Oitocentos. A declamação ou, em termos retóricos, a “elocução”, continuou sendo

parte constituinte do aprendizado dos sujeitos que passaram pelas aulas régias tanto em Portugal quanto no Brasil após a reforma operada pelo Marquês de Pombal (CARVALHO, 2000). Por outro lado, a memória era uma competência insistentemente requerida nos manuais didáticos do Colégio de Pedro II ao longo do século XIX (SOUZA, 1999; RAZZINNI, 2000). Nesse sentido, não obstante todas as dificuldades relacionadas à consolidação de um sistema educacional no início do século XIX, pode-se dizer que “qualquer pessoa com alguma educação acima da alfabetização elementar, em Portugal ou no Brasil, teria passado por elas [aulas régias] e, portanto, teria alguma formação em retórica” (CARVALHO, 2000, p. 133).

As capacidades mnemônica e de declamação, bem como a utilização de tais capacidades no refinamento argumentativo dos homens de letras, talvez heranças inapeláveis do ensino de Retórica, não eram atributos exclusivos dos homens letrados de Portugal e do Brasil. Eram também disposições extremamente valorizadas entre escritores franceses de meados do século XIX, segundo o que se pôde constatar na biografia de Joseph Méry, poeta, jornalista e autor de romances-folhetins, *Méry: sa vie intime, anecdotique et littéraire* (Méry: sua vida íntima, anedótica e literária), de Gustave Claudin (1868). Nela, o biógrafo exaltou sobremaneira a prodigiosa memória daquele autor e sua capacidade de declamar variados textos em determinadas circunstâncias:

A memória de Méry era prodigiosa. Ele passou quinze anos de sua juventude, após sua saída da escola, a ler todos os livros acumulados nas bibliotecas. Ele sabia quase de cor todas as obras clássicas. Ele conhecia os autores gregos, latinos, ingleses, alemães, italianos e espanhóis tão bem quanto os autores franceses. Ele recitava à vontade os discursos de Cícero, os Anais de Tácito, os versos de Virgílio, de Horácio, de Ovídio e de Homero. Então, se o desejasse, ele citava de memória os salmos da Bíblia, os Pais da Igreja, a Grande Suma de São Tomás de Aquino, os capítulos do *Astrée*, em uma palavra, tudo o que se podia ser lido. (CLAUDIN, 1868, p. 16, grifos meus)⁶

Além do contexto religioso, há que se mencionar também os cenários da vida privada e urbana da capital da província como determinantes para a circulação e partilha das práticas letradas. Novamente Melo (1856) e suas *Biografias...* irão auxiliar na demonstração dessa faceta da cultura escrita presente em Pernambuco. Numa nota de fim de texto em que informa sobre o modo pelo qual teve acesso a uns versos dedicados a Santa Bárbara, produzidos pelo soldado e poeta João Nepomuceno da Silva Portela, nascido possivelmente no ano de 1766, autor de

⁶ « La mémoire de Méry tenait du prodige. Il avait quinze ans de sa jeunesse, après sa sortie des écoles, à lire tous les livres accumulés dans les bibliothèques. Il savait presque par cœur tous les ouvrages classiques. Il connaissait les auteurs grecs, latins, anglais, allemands, italiens et espagnols aussi bien que les auteurs français. Il récitait à volonté les discours de Cicéron, les annales de Tacite, les vers de Virgile, d’Horace, d’Ovide et d’Homère. Puis, si on le désirait, il citait de mémoire les psaumes de la Bible, les Pères de l’Eglise, la Grande Somme de saint Thomas d’Aquin, les chapitres de l’Astrée, en un mot tout ce qu’on pouvait avoir lu. »

cuja produção não restou mais do que aqueles versos de um hino, para ser executado por vozes femininas, na memória de um mestre de primeiras letras:

Deu-nos estes versos o falecido Máximo Pereira Garros, com quem tomamos lições de música. Ele era pardo, nascido na cidade do Recife, de ótimos costumes, e benquisto. Viveu sempre de músico, tocando rabeção, e ensinando música, e primeiras letras; e também poetava. O Excelentíssimo conselheiro Antônio Peregrino Maciel Monteiro aprendeu com ele primeiras letras. Alguns moços talentosos tinham-lhe amizade, e frequentavam a sua casa, e eram desde [sic] número os falecidos vigário Francisco Ferreira Barreto, Padre José Marinho Falcão Padilha, José Bernardino de Sena, o Tenente Coronel Pedro Borges de Faria, o Dr. José da Natividade Saldanha, e outros, os quais recitavam-lhe suas poesias, e composições como a um juiz esclarecido, e desapaixonado. (MELO, 1856, p. 13-14)

Essa nota torna-se valiosa não só pela informação acerca da fonte que propicia o acesso à produção de um poeta esquecido, mas sobretudo pela cena que dá a ver: um lar urbano, a casa de um mestre de primeiras letras pardo e benquisto, onde se reuniam sujeitos de ao menos duas gerações distintas para lhes recitar suas produções como que diante de um juiz criterioso e desapaixonado. Sujeitos que ganhariam notoriedade por sua produção de belas-letras ao longo do século XIX e comporiam o cenário cultural de Recife a exemplo do poeta Maciel Monteiro (1804-1868), que “trouxe para a província os lampejos do Romantismo francês, em plena efervescência no momento de sua estada em Paris, onde chega três anos depois da publicação das *Premières Méditations*, de Lamartine” (FERREIRA, 2010, p. 217). Além disso, percebe-se que a memória e a declamação aparecem novamente nesse depoimento como fatores essenciais para a recuperação do hino composto pelo soldado e poeta biografado por Melo, uma vez que o músico e professor guardava os versos do hino composto por João Nepomuceno da Silva Portela de cor, não havendo até a publicação das *Biografias*... nenhum registro escrito desses versos.

Sobre esse cenário em que 1) ainda vigem determinados lugares de circulação da cultura escrita (igrejas e lares localizados no centro urbano); 2) circulam textos selecionados e classificados sob o arbítrio de tais lugares ou instituições (textos sagrados e profanos); e finalmente, 3) os sujeitos envolvidos em práticas letradas, ainda no Brasil colônia, parecem já apresentar certa diversidade de origens tanto étnica quanto de classe e, embora algumas figuras sejam predominantes (padres, estudantes e poetas neófitos, algumas patentes militares, professores de primeiras letras), emergem sujeitos que perfizeram trajetórias de autodidatismo e alcançaram lugares de prestígio nas comunidades de leitores de que faziam parte (como é o caso de alguns dos sujeitos biografados por Melo (1856; 1858) e como é o caso do próprio biógrafo), seria possível, para os fins da presente pesquisa, assentar as transformações ocorridas

com a transferência da família real para o Brasil, entre elas, o advento da imprensa e, a partir daí, a proliferação da imprensa periódica pelas províncias.

Achou-se por bem fazer essa contextualização, a fim de demonstrar que tais ordens discursivas, classificações e hierarquizações entre impressos, disposições requeridas aos sujeitos para participar da cultura letrada são processos descontínuos no sentido de que são objetos de disputa simbólica, são articulações entre “antigas” ordenações, seja dos discursos, seja dos impressos ou dos códigos que permitem seus usos, e “novas” ordenações (CHARTIER, 2012). A retórica, por exemplo, que regrava a produção e a interpretação dos discursos e detinha a hegemonia dos códigos de classificação e partilha da cultura escrita até fins do século XVIII, vai perdendo tal hegemonia ao longo de todo o século XIX, mas ainda sobreviveu fortemente no discurso crítico sobre o “romance”, uma vez que, na falta de critérios específicos para arbitrar acerca da escrita e da leitura de um gênero ainda em formação, recorreu-se a critérios retóricos (AUGUSTI, 2006), mas também, conforme já dito, na produção de antologias e manuais que visavam ao ensino da língua e da literatura nacionais (SOUZA, 1999; RAZZINI, 2000).

Portanto, reconstituir os modos de circulação da prosa de ficção na imprensa periódica implica interrogar as práticas de leitura em seus aspectos contextuais, materiais e técnicos, isto é: que tipos de impresso circulavam em determinadas comunidades e por que meios e técnicas eram levados a público? que instituições regulavam seu aparecimento? No caso dos impressos periódicos, quais eram os sujeitos responsáveis pela mediação (seleção, produção, impressão, edição, tradução, etc.) entre textos e público leitor? Por que alguns impressos, determinados gêneros e certos/as autores/as eram preferidos/as a outros/as?

Nesse sentido, é preciso registrar ainda alguns dados importantes, a fim de potencializar as inferências feitas a partir do *Ensaio...*, de Jerônimo M. F. de Melo (1979), sobre a existência de uma população envolvida em distintas práticas da leitura e inserida, devido às suas atividades profissionais, na cultura escrita, e compreender o cenário cultural que se desenvolvia na capital pernambucana em meados do século XIX. Torna-se, então, necessário, penetrar no universo das tipografias e do estabelecimento de instituições dedicadas à leitura pública.

De acordo com a *Folhinha de almanaque ou diário eclesiástico e civil*, impresso em 1858, pela tipografia de Manoel Figueiroa de Faria, havia oito oficinas tipográficas funcionando no Recife naquele ano. Na *Folhinha...* de 1860, impressa pela mesma tipografia, as oficinas já eram em número de dez e, conforme o primeiro *Almanaque administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província de Pernambuco*, impresso pela Tipografia Universal em 1874, já eram dezoito tipografias em pleno funcionamento na capital da província. Esses números parecem comprovar a afirmação de José Maria Corrêa de Frias (1866, p. 1), na

Memória sobre a tipografia maranhense, de que “além do Rio de Janeiro nenhuma outra província se avanta a esta em trabalhos tipográficos, e só a de Pernambuco a iguala.”

Guiando-se pelas informações oferecidas por Alfredo de Carvalho (1903), em “A imprensa em Olinda”, Laurence Hallewell (2012) afirma que apenas a tipografia A união, de Santos e Cia., que funcionava desde 1836, com certeza produziu livros. Entretanto, no *Catálogo Geral da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco* referente ao ano de 1882, constam dez livros publicados em Pernambuco em diferentes oficinas tipográficas, entre 1847 e 1879, dos quais foi possível manusear quatro: *Nossa senhora dos Guararapes: romance histórico, descritivo, moral e crítico*, de Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro e *Rodolpho ou o louco assassino*, de Francisco Antônio Pessoa de Barros, ambos publicados no formato in-8º, respectivamente, em 1847 e 1858, pela tipografia de Manoel Figueiroa de Faria; *Tatayra, Alfredo e Contos populares*, de M. P. de Moraes Pinheiro, publicado in-8º, pela Tipografia Republicana Federativa Universal em 1857 e, por fim, *Cenas da vida americana*, de Paulo Saunière, publicado pela Tipografia do Liberal em 1871. Vale lembrar também que os três tomos das *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco*, de Antônio Joaquim de Melo, foram publicados pela Tipografia Universal, no Recife, respectivamente, em 1856, 1858 e 1859.

Não é o intuito da presente pesquisa reconstituir a história desses livros, todavia, para os fins dessa breve contextualização, é imprescindível deixar registrado que, embora totalmente apagados pela historiografia da literatura brasileira, trata-se de incursões no universo da prosa de ficção de escritores naturais de Pernambuco, ou que viviam na província para estudar ou trabalhar. Destaque para *Nossa senhora dos Guararapes*, escrito pelo português Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (1809-1871), considerado por Antônio Gonsalves de Melo (1980) o primeiro romance pernambucano.⁷

Esse livro fez uma interessante trajetória de circulação que pode ser verificada na imprensa periódica, começando pelas publicações da capital da província pernambucana – *Diário Novo*, n. 231, de 23 de outubro de 1847; *Diário de Pernambuco*, n. 252, de 08 de

⁷ O romance é narrado em primeira pessoa por um personagem que está de passagem por Recife para trabalhar nos anos agitados que antecederam a Revolução Praieira (1848). Como se trata de um jovem português, ele se propõe a conhecer os monumentos históricos não só do Recife, mas também de Olinda e, sobretudo, a Igreja de Nossa Senhora dos Guararapes, localizada no alto de um monte do vilarejo de Jaboatão, que foi um dos palcos principais da guerra contra o domínio holandês no século XVII. A intriga amorosa do romance, como afirma o mencionado redator D*****, da revista *O progresso*, é uma parte muito modesta da narrativa e gira em torno de um amor proibido: uma moça cede aos apelos sensuais de um rapaz nobre que prometera com ela se casar, mas se vê abandonada, porque o rapaz fora comprometido por seu pai em um noivado que o uniria a uma família mais nobre e rica que a da donzela abandonada. À medida que o narrador faz suas andanças por Recife e pelos outros vilarejos mencionados, vai encontrando os personagens que ajudam a construir os elos da intriga, bem como são os agentes que o inteiram dos dados históricos pelos quais procura.

novembro de 1847; *O progresso: revista social, literária e científica*, tomo do segundo semestre de 1847 – até as publicações periódicas de outras províncias e da capital do Império – do Ceará, *Pedro II*, n. 670, de 20 de novembro de 1847 e o n. 1206, de 02 de fevereiro de 1853; do Rio de Janeiro, *Íris: periódico de religião, belas-artes, ciências, letras, história, poesia, romance, notícias e variedades*, tomo primeiro, de 1848; *Jornal do Comércio*, n. 103, de 14 de abril de 1849, etc.

Ao comparecer nos anúncios de venda e, especialmente, numa “crítica” da revista *O progresso*, cujo autor assinou apenas como D.*****, *Nossa Senhora dos Guararapes* parece ter sido uma obra que suscitou debates, que se expôs ao escrutínio dos redatores de jornais periódicos de Recife e de outras partes do Brasil, que reclamou para si mesma, por meio de seu subtítulo, a classificação de “romance” – classificação veementemente rejeitada pelos comentários do referido redator D.*****, que afirmou haver uma desproporção entre a “fábula” e a “parte histórica” –, ou seja, envolveu-se num sistema de práticas e de trocas simbólicas que operou para a enfeixar numa ou noutra categoria, para delimitar seus sentidos, para lhe dar seu exato lugar (ou sua ausência de lugar) num sistema literário em formação.

A transferência da Família Real para o Brasil em 1808 teve como consequência o arrefecimento de alguns dos entraves do pacto colonial e a adoção de “medidas que tiveram grande repercussão no campo da cultura” (SCHAPOCHINIK, 2008, p. 156). Segundo Schapochinik (2008), podem-se destacar, entre tais medidas, a instauração da Imprensa Régia e o advento de lugares dedicados à leitura pública: clubes do livro, bibliotecas públicas, gabinetes de leitura. Embora não tenha sido a primeira iniciativa nesse âmbito na província, o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE), que começou a funcionar em 1851, parece ter sido a única que, efetivamente, se consolidou como espaço da sociabilidade em torno das práticas da leitura no Recife.

Encontrou-se no número 273, do *Diário de Pernambuco*, de 13 de dezembro de 1839, referência ao “Gabinete Literário de Pernambuco” para o qual Bernardo José da Gama (1782-1854), o visconde de Goiana, doava, entre outras, “as obras completas de Xenofonte em francês, latim e grego em 10 volumes in-fólio”. Em carta publicada nesse número do *DP*, o visconde de Goiana, respondendo ao secretário do provavelmente recém criado Gabinete, Luiz da Costa Portocarreiro, afirma que fazia esforços desde 1822 para “promover a ilustração desta muitas vezes iludida Província” (*Diário de Pernambuco*, 13 de dez. 1839, p. 3). Entre os catálogos de bibliotecas públicas e gabinetes de leitura consultados por Marlyse Meyer (1996), encontra-se o *Catálogo dos livros do Gabinete Literário de Pernambuco*, datado de 1841. Não foi possível a esta investigação ter acesso a esse documento, mas pela proximidade das datas, presume-se

que se trata do mesmo estabelecimento. Nesse sentido, pode-se afirmar que a questão da leitura pública e da difusão das belas-letas era preocupação de alguns atores políticos de Pernambuco ainda no Primeiro Reinado e, que, efetivamente, existiu um Gabinete de Leitura funcionando entre 1839 e 1841. Entretanto, não deve ter sido uma iniciativa duradoura, uma vez que não se encontraram documentos, além dessa troca de cartas entre o doador e o estabelecimento para o qual doava as referidas obras e a referência de Meyer ao catálogo de 1841, que atestem a sobrevivência desse gabinete ao longo da década de 40 do Oitocentos.

Os documentos que subsidiaram a presente contextualização – o já referido *Catálogo Geral da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco, de 1882*, impresso na cidade do Porto pela Imprensa Portuguesa, ainda se encontra na instituição e pôde ser consultado e o *Anuário Administrativo e Literário do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco para o ano de 1854*, impresso no Recife pela Tipografia Universal, que se encontra em formato digital disponibilizado pela hemeroteca do sítio da Biblioteca Nacional – foram os únicos que restaram do século XIX e podem oferecer dados que auxiliem na compreensão do cenário cultural que se desenvolvia na capital da província e a difusão da prosa de ficção, especialmente a prosa de ficção francesa. Essa chegou a Recife tanto na língua original quanto em edições traduzidas e editadas em Portugal, mas também por meio das publicações periódicas advindas de Paris, a exemplo da *Revue de deux mondes* e *L'illustration*.

Especialmente, o *Anuário* de 1854, organizado pelo primeiro secretário João Quirino D'Aguilar, é um documento precioso no sentido de que traz informações detalhadas acerca da quantidade de volumes presentes no acervo do Gabinete, do número de sócios, subscritores e visitantes, além de uma “estatística literária” em que constavam as entradas e saídas de livros, bem como a frequência trimestral de usuários, todos dados referentes ao ano de 1853. É desse documento que a presente contextualização mais se valerá. Devido, provavelmente, à multiplicação do número de livros, o *Catálogo* de 1882, não apresenta informações tão detalhadas quanto o *Anuário* de 1854, mas é possível, a partir de sua apreciação, observar o crescimento por que passou o acervo do GPLPE, especialmente, o aumento da prosa de ficção de autoria de Joseph Méry, objeto de principal interesse deste trabalho, ao qual se dedicará o segundo capítulo.

Assim, havia, no GPLPE, 340 sócios, subdivididos entre “sócios acionistas”, 209 membros, e “subscritores”, 131 membros. Em meio ao grande número de nomes masculinos, apenas dois femininos, Adèle Poirson e D. Virginia da Costa Carvalho, compunham a lista das subscritoras em 1853, o que, porém, não significa que a leitura estava interdita à maioria das mulheres. Nesse sentido, de acordo com Gilberto Freyre (2004), em *Sobrados e Mocambos*,

embora viesse ocorrendo um alargamento da paisagem social das “iaíás” moradoras de sobrados em meados do século XIX, e elas pudessem desfrutar de um maior contato com o mundo extra doméstico por meio das aulas de francês, de música e de dança, das idas ao teatro e da leitura de romances, o universo das mulheres que viveram na capital da província durante o Segundo Reinado ainda estava restrito à casa e à igreja – podiam também vislumbrar a vida exterior da janela de suas casas nobres nesse regime que o sociólogo chamou de “semipatriarcal” (FREYRE, 2004, p. 228). Não se perca de vista, por outro lado, que instituições como os gabinetes de leitura também eram espaços de censura e de controle não só das práticas públicas da leitura, mas também dos sujeitos que aí podiam ou não circular (MARTINS, 1999; SCHAPOCHINIK, 2008). Portanto, é provável que o acesso das mulheres de Recife, sobretudo daquelas advindas de famílias abastadas, a materiais impressos não resultasse, de modo geral, da frequência direta a esse tipo de lugar mediador das práticas de leitura, mas sim dependesse principalmente do controle de pais e/ou maridos.

No que diz respeito à entrada e saída de livros do GPLPE, o relatório do *Anuário* traz tabela detalhada por trimestre, conforme se pode verificar abaixo:

Movimento de livros	Entrados	Saídos	Total
Janeiro a março	1.230	1.233	2.463
Abril a junho	1.822	1.807	3.629
Julho a setembro	2.582	2.765	5.347
Outubro a dezembro	2.327	2.434	4.761
	Total dos volumes		16.200

Tabela 1 – *Anuário* do GPLPE (1854) – Entradas e saídas de livros em 1853

Considerando apenas a coluna dos livros “saídos”, tem-se, em média, um movimento de aproximadamente 2.000 volumes tomados de empréstimo por trimestre. Número bastante significativo se se leva em consideração o fato de que o GPLPE estava funcionando há menos de quatro anos e seu acervo, ainda em fase de formação e organização, contava com menos de 2.500 livros – um número que variou entre 2.273 e 2.331, entre volumes e brochuras, classificados em 55 rubricas de classificação.⁸

⁸ Há uma incongruência nos dados acerca do número de livros constantes no acervo do *Anuário*. No relatório inicial, à página 5, são contabilizados 2.273 volumes, mas no “Elenco da classificação científica do catálogo”, às páginas 65 e 66, em que os livros são listados conforme suas rubricas de classificação – “Administração militar”, “Belas Artes”, “Gramática”, “História”, etc. – aparece um total de 2.331 volumes, ou seja, uma diferença de 58 volumes para mais. É provável que tal incongruência se deva à própria situação da biblioteca do GPLPE, que, conforme o relatório de João Quirino D’Aguilar, ainda se encontrava em plena organização e carecia, inclusive, de mobiliário apropriado para a guarda dos livros. Outro problema apontado pelo secretário era “o abuso na restituição de livros” (*Anuário*, 1854, p. 6), fato que fica evidente quando se observa, na tabela 1, as disparidades entre livros “saídos” e “entrados” em cada trimestre. Entretanto, a julgar pela precisão do número de romances

Apesar de não haver informações sobre quais livros eram mais procurados pelos leitores e leitoras de Recife, é possível aventar a hipótese de que os romances, sobretudo os franceses, geralmente em traduções editadas em Portugal, deviam ser os mais procurados, uma vez que o catálogo contava com 881 livros classificados sob essa rubrica, ou seja, os romances representavam aproximadamente 38% do acervo do GPLPE nos primeiros anos de seu funcionamento. Depois dos romances, as três únicas rubricas que ultrapassavam as centenas de volumes eram a “História” (367), a Literatura (342) e a Poesia (191), que somadas chegavam a cerca de 39% do acervo do Gabinete. A vultosa presença do romance na capital da província pernambucana é inteiramente compatível com outras províncias do Império, ainda que circulassem discursos de condenação a esse tipo de leitura (ABREU, 2003b; BARBOSA, 2006; SCHAPOCHINIK, 2008).

Eis uma diminuta amostra da maciça presença das belas-lettras francesas, especialmente dos autores e autoras mais populares do universo da prosa de ficção no catálogo do *Anuário* de 1854: Alexandre Dumas (pai), de quem, entre tantas edições de Lisboa e do Porto, pode-se destacar “uma edição enriquecida de estampas” de *O Conde de Monte Cristo*, em três volumes, publicada na capital portuguesa, em 1851; Paul Féval – *Os amores de Paris* e *O filho do diabo*, cada um com duas edições de três e quatro volumes, editadas em Lisboa, respectivamente, em 1849 e 1850; Victor Hugo – *Nossa Senhora de Paris*, duas edições de Lisboa, de 1841; Paul de Kock – entre outros, *O barbeiro de Paris*, edição de 1842, de Lisboa; Madame de Montolieu, *Saint-Clair das Ilhas*, edições de Lisboa, de 1835 e 1848, de três volumes cada; Eugène Sue – entre outras, quatro edições de *Os mistérios de Paris*, e duas de *O judeu errante*, todas publicadas em Lisboa, em 1851.

Foi nesse mesmo catálogo de 1854 que, pela primeira vez, notou-se a presença de um autor francês que compareceria nos folhetins e em outros espaços dedicados à prosa de ficção de alguns jornais da capital pernambucana, especialmente no *Diário de Pernambuco*, no *Jornal do Recife* e no *O liberal pernambucano*, ao longo das décadas de 50 e 60 do Oitocentos, e seria muito comentado na imprensa periódica recifense: o já mencionado Joseph Méry. Ele comparece com duas obras no catálogo do *Anuário* de 1854, *La floride*, indicado como “brochura”, editada em Bruxelas, no ano de 1844 e *Amor e Roma: ou a judia no Vaticano*, edição de Lisboa, de 1852. A presença do autor só aumentaria ao longo das três próximas décadas. Desse modo, no referido *Catálogo* de 1882, constam as seguintes edições de livros de Méry, conforme a cronologia das edições: *Les nuits anglaises* (1853), in-18º; *Les nuits*

catalogados, a variação da porcentagem, considerando-se os dois totais, seria de menos de 1%, o que em nada invalida a afirmação sobre a preeminência do romance nesse catálogo.

italiennes: contes nocturnes (1853), in-18°; *Les nuits d'Orient: contes nocturnes* (1854), in-18°; *Les nuits parisiennes*, (1855), in-18°; *Contes et nouvelles*, (1860), 2ª edição, in-18°; *Un homme heureux: Saint Pierre de Rome* (1866), in-16°; *Un mariage de Paris* (1873), in-18°; *Un crime inconnu* (1874), in-16°, todos editados em Paris. O porquê da preferência do público recifense por este que seria considerado por um folhetinista do *Diário de Pernambuco*, ao lado de Alexandre Dumas (1802-1870), Honoré de Balzac (1799-1850) e Victor Hugo (1802-1855), como representante da “moderna escola” e detentor dos direitos e das gloriosas “tradições de toda a Europa literária” (*Diário de Pernambuco*, 28 de nov. 1858, p. 2), será objeto do segundo capítulo desta tese.

Por ora, torna-se necessário abordar as publicações periódicas disponíveis no acervo do GPLPE, relacioná-las e nomeá-las em sua totalidade. Assim, ainda segundo o catálogo do *Anuário*, foram disponibilizados, no ano de 1853, os seguintes impressos periódicos: *Direito, Cidadão, Estréa, Liberal Pernambucano* e *Diário de Pernambuco*, de Recife; *Mercantil*, da Bahia; *Globo*, do Maranhão; *Ilustração Brasileira, Marmota Fluminense, Palestra, Correio Mercantil, Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro; *Revista Universal Lisbonense, Revista Popular, Revista Militar, Gazeta dos Tribunais, Boletim do Ministério das Obras Públicas, Indústria e Comércio, Panorama, Revista Médica, Escholiaste, Diário do Governo, Revolução de Setembro, Nação, Português*, de Lisboa; *Periódico dos Pobres, Nacional, Braz Tizana*, do Porto; *Revista Acadêmica*, de Coimbra; *Ilustracion e Semanario Pitoresco*, de Madrid; e, finalmente, *Revue de deux mondes* e *L'illustration*, de Paris. Nesse sentido, segundo Barbosa (2007), a circulação das notícias e da prosa de ficção propiciada pela forte presença dos impressos periódicos advindos da Europa e, por conseguinte, o intenso trânsito das belas-letas verificado em praticamente todas as províncias brasileiras, demonstram que, ao contrário do que se pode supor em relação à capital do Império, não havia um centro irradiador da cultura escrita. A imprensa periódica já estava grandemente disseminada pelo território brasileiro em meados do século XIX. É imprescindível destacar, de outro lado, que, não obstante a natureza efêmera dos jornais, esses circulavam, geralmente, encadernados, o que lhes garantia maior sobrevida e, logo, maior capacidade de penetração social.

Conforme já mencionado, o acesso a tais materiais impressos era possível por intermédio da associação ou da subscrição. Ser sócio acionista era uma prerrogativa dos indivíduos de origem portuguesa. Esses, além de pagarem mensalidades maiores do que as dos/as subscritores/as, investiam anualmente somas pecuniárias com vistas a retornos financeiros. De acordo com o relatório administrativo do *Anuário* do GPLPE, na discriminação das despesas de 1852, consta o pagamento de 1:334\$770 aos acionistas. A subscrição, por sua vez, já era

prática comum não só no caso das assinaturas das publicações periódicas desde o advento da imprensa no Brasil, mas também como recurso para que escritores de modo geral pudessem custear a impressão de seus livros e garantir a antecipação da aquisição por parte do público leitor (BARBOSA, 2007) e, nesse caso, como forma de acesso aos lugares dedicados à leitura pública (SCHAPOCHINIK, 2008). Nesse sentido, é importante pontuar que, em 1853, a receita referente às subscrições do Gabinete totalizava 1:500\$000, o que parece demonstrar que as práticas da leitura pública no Recife já ganhavam proporções significativas e concorriam, inclusive, para que acionistas auferissem algum tipo de lucro e, ainda, após o cômputo de despesas com novas aquisições de livros e de mobiliário, sobrasse um saldo positivo de 54\$397 para o exercício do ano de 1854.

Efetivamente, o empréstimo (entradas e saídas) de livros era direito exclusivo de sócios acionistas e de subscritores/as, porém, os leitores visitantes eram admitidos e sua frequência também foi registrada pelo cuidadoso secretário, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

Movimento de leitores	Acionistas	Subscritores	Visitantes	Total
Janeiro a março	938	542	138	1.618
Abril a junho	1.183	742	147	2.072
Julho a setembro	1.474	905	1.231	3.610
Outubro a dezembro	1.198	789	157	2.144
		Total de leitores		9.444

Tabela 2 – Anuário do GPLPE (1854) – Movimento de leitores em 1853

Convertidos em números percentuais, os acionistas representavam em torno de 51% dos frequentadores do GPLPE, enquanto que os subscritores chegavam a cerca de 31% e os visitantes por volta de 18%. Conforme a média calculada por João Quirino D’Aguilar, houve um movimento de 787 leitores que fizeram circular 1.350 volumes em cada mês daquele ano de 1853.

Portanto, os dados quantitativos expostos no início dessa seção, coligidos pelo *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1979), conforme os quais se pôde constatar que, por volta de 1840, havia uma pequena parcela da população, entre 6% e 7% aproximadamente, que estava inserida no mundo letrado, haja vista, sobretudo, a natureza de suas atividades profissionais, não representam a realidade da difusão da cultura escrita e das belas-letas entre os recifenses.

Isso porque, em primeiro lugar, se se leva em conta os argumentos de Hansen (1999) acerca das práticas de leitura específicas ao Brasil Colônia e aos modos de apropriação da cultura escrita nesse período, sem dúvida, extensivos ao período imperial, há que se considerar

que, embora ainda rarefeita e sob condições que fogem ao modelo, que se tornará hegemônico na Modernidade, centrado na prática individual e extensiva da leitura (CHARTIER, 1999), está-se diante de uma ordem dos discursos ou um regime que ainda pressupunha a partilha coletiva dos materiais escritos.

Em segundo lugar, a confiar no testemunho de homens de letras como Antônio Joaquim de Melo (1856; 1858), entre a população de Recife já havia, desde o final do século XVIII, sujeitos que construíram trajetórias de autodidatismo e fizeram circular as belas-letras entre o âmbito público e privado, entre a instituição religiosa – que desenvolvia classificações estritas entre impressos – e uma sociedade que, mais tarde, com o desenvolvimento da imprensa periódica e do advento das instituições, como o GPLPE, cuja função era mediar as práticas públicas da leitura, iria difundir com mais diversidade e com mais penetração social a cultura do escrito.

1.2 A imprensa periódica e a proliferação das belas-letras e da prosa de ficção no Recife

Quando o GPLPE se estabeleceu como um lugar de leitura pública em 1851, a imprensa periódica pernambucana estava em pleno funcionamento. Em 1850, de acordo com o levantamento de Carvalho (1908), circularam 27 jornais periódicos e, ao final da década, o total chegaria a 112. Entre 1860 e 1869, circularam 158 periódicos e, somadas as duas décadas, o total seria de 370 periódicos que circularam na capital da província. De acordo com as tabelas abaixo, retiradas de Carvalho (1908), de 1821, ano de aparecimento do *Diário de Pernambuco*, até 1907, a circulação de impressos periódicos só fez crescer, não só na capital pernambucana, mas também, mesmo que de maneira mais modesta, nas localidades circunvizinhas (Areias, Apipucos, Tejipió, etc.) e no interior.

ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	ANO	QTD	TOTAL GERAL
--	--	1830	3	1840	0	1850	27	1860	9	1870	8	1880	22	1890	41	1900	46	
1821	3	1831	12	1841	7	1851	13	1861	13	1871	6	1881	13	1891	37	1901	37	
1822	6	1832	15	1842	4	1852	6	1862	12	1872	29	1882	36	1892	42	1902	27	
1823	7	1833	14	1843	8	1853	7	1863	27	1873	20	1883	78	1893	27	1903	48	
1824	7	1834	5	1844	9	1854	12	1864	11	1874	18	1884	36	1894	21	1904	40	
1825	1	1835	12	1845	14	1855	1	1865	21	1875	39	1885	26	1895	23	1905	32	
1826	0	1836	13	1846	12	1856	13	1866	21	1876	20	1886	24	1896	18	1906	51	
1827	0	1837	3	1847	18	1857	9	1867	14	1877	19	1887	29	1897	22	1907	30	
1828	1	1838	1	1848	15	1858	13	1868	17	1878	18	1888	28	1898	27	--	--	
1829	5	1839	0	1849	17	1859	11	1869	13	1879	19	1889	49	1899	30	--	--	
TOTAIS	30		78		104		112		158		196		341		288		311	1.618

Tabela 3 – *Anais da imprensa pernambucana (CARVALHO, 1908)* – Jornais segundo o ano de aparecimento

LOCALIDADE	QTD.	LOCALIDADE	QTD.	LOCALIDADE	QTD.	LOCALIDADE	QTD.	TOTAL GERAL
AFOGADOS	2	BONITO	1	GRAVATÁ	2	PETROLINA	1	
ÁGUA PRETA	1	CABO	8	IPOJUCA	1	QUIPAPÁ	6	
ALTINHO	1	CAMARAGIBE	1	JABOATÃO	5	RECIFE	1416	
APIUCOS	1	CANHOTINHO	3	LIMOEIRO	7	SÃO BENTO	1	
AREIAS	2	CARUARU	8	NAZARÉ	13	SÃO LOURENÇO	3	
BARREIROS	1	CHÃ DE CARPINA	1	OLINDA	13	TAMANDARÉ	1	
BARRO	1	ESCADA	14	PALMARES	29	TEJIPIÓ	3	
BEBEDOURO	1	GARANHUNS	1	PALMEIRA DE GARANUNS	1	TIMBAÚDA	2	
BOM								
CONSELHO	1	GLÓRIA DO GOITÁ	1	PAUDALHO	2	VITÓRIA	41	
BOM JARDIM	1	GLICÉRIO	1	PAULISTA	1			
		GOIANA	18	PESQUEIRA	2			
TOTAIS	12		57		76		1474	1619

Tabela 4 – *Anais da imprensa pernambucana (CARVALHO, 1908)* – Jornais segundo as localidades

Em Escada, por exemplo, cidade onde Tobias Barreto (1839-1889) residiu, montou uma pequena oficina tipográfica e fez circular um periódico germanista (*Deutscher Kämpfer*), apareceram 14 jornais. Ainda que se admita, conforme já mencionado, que esses jornais pudessem ter uma vida muito breve, não se deve duvidar de seu alcance no que diz respeito à circulação da cultura escrita, de modo geral, e das belas-letas, de modo específico.

No que concerne à difusão das belas-letas e, por conseguinte, à formação do sistema literário brasileiro, a imprensa periódica teve uma participação central – embora quase nunca reconhecida pela historiografia literária – nesse processo, não só porque foi, no geral, um veículo por meio do qual alguns autores e autoras alcançaram um reconhecimento mais rápido por parte do público leitor, mas sobretudo por se tratar de uma prática quase que “microbiana” – para utilizar uma expressão de Michel de Certeau (1994) – uma prática que se enraizou no cotidiano e possibilitou, entre outras coisas, que as camadas populares não alfabetizadas ou pouco letradas também participassem de seu funcionamento e usufríssem também de suas finalidades (BARBOSA, 2007).

Apesar de fugir um pouco aos objetivos da presente pesquisa, uma vez que não se pretende adentrar o universo das práticas de leitura das camadas mais pobres da sociedade pernambucana – diga-se, um trabalho de suma importância ainda por fazer – veja-se o exemplo

do *Academia Popular: semanário de instrução e recreio para o povo*, cuja finalidade de “instrução do povo” é manifesta em seu programa na primeira página.

ACADEMIA POPULAR.
SEMANARIO
DE
INSTRUÇÃO E RECREIO PARA O POVO.

1.º ANNO—1863. DOMINGO 3 DE MAIO.—N. 1

ASSIGNATURAS.	POR A DIRECÇÃO ou CICERO PEREGRINO.	As assignaturas começam no prin- cipio de maio; o pagamento é an- ticipado. A redacção recebe quinquenta ar- tigos de instrução e recreio, segundo o programma, remettendo-se no caso de não serem publicados.
Por um anno 32 000		
Por quatro mezes 12 000		
Por um meiz 3 000		
Avulso 500		

Toda a correspondência deve ser
dirigida a rua de Quedas, n. 26,
pórcula 2.ª.

Atenção a p. 2.ª da contracapa.

AO PUBLICO.

Es no dominio publico um periodo destinado á instrução do povo! Ficaríamos aquém da expectativa publica? Alimenta-nos a ideia de ser este o primeiro, e tranquilisa-nos a certeza de que a instrução de um povo como o nosso, não é obra de um dia, nem das primeiras linhas de um jornal; o sabio não nasceu sabio: mas isto não é razão para que se abandone as letras, quando só o tempo e a applicação poderão enriquecer-nos com as vantagens do estudo. A razão de nossa empresa é facil, e mostra-se ás vistas de todos.

A nossa sociedade ressen-te-se de um grande defeito: a falta de instrucção, não já recreativa, porem necessaria aos usos da vida; a classe instruida é tão pequena, que nos autoriza á enunciação deste pensamento. Assim, acontece que entre nós os artistas regulam-se mais pelas leis da curiosidade ou pelas exigencias da precisão, do que pelos preceitos que o progresso tem formulado. Muito concorre para isso o abandono em que se têm lançado as profissões artísticas; mas o motivo desse abandono é a nenhuma garantia que se suppõe a nós artistas, por falta de conhecimen-

tos. A causa do mal, portanto, é a ignorancia; essa classe immensa que se dedica ás artes é nobre, mas a sua nobreza calcula-se pela sua instrucção; ser artista e não saber, é o mesmo que não o ser. A ignorancia degrada e degenera o homem; a instrução o exalta e o regenera. E pois esse estado de degradação é um mal. Para saná-lo ha dous meios: a imprensa e a palavra; mas entre nós um nem outro exerce a sua poderosa influencia, como conviera exercer: a imprensa, porque até hoje não appareceu ainda um jornal dedicado á esta especialidade, sendo que os que existem ou são de grande preço, ou só tratam de assumptos politicos; a palavra, porque não temos cursos especiaes destinados ao proveito do povo, que não pode subir os degraus das Faculdades. Era preciso por consequencia derramar por entre a classe do povo esses conhecimentos, geraes mais ou menos elementares, que em outras partes circulam de casa em casa. Consultamos a efficacia dos meios indicados, e a força inoculadora de ambos supprio em nosso animo a falta de experiencia propria. O que entretanto se não pode contestar é que — o povo precisa de tal ou qual instrucção, que a imprensa eco-

Figura 1 – periódico *Academia Popular*, 03 mai. 1863.

Esse periódico não durou mais do que sete números (dos quais somente os números 1, 2, 5, 6 e 7 estão disponíveis), entretanto iniciou a inserção, a partir de seu segundo número, de 10 de maio de 1863, de uma prosa de ficção intitulada “A mulher que só tinha uma luva”, atribuído a L. Lespés, nomeada como “romance”, sem menção a tradutor/a, que foi concluída no número 5, de 07 de junho de 1863. Além disso, o jornal inseriu, nos números 6 e 7, outra prosa intitulada “Romeu e Julieta”, nomeada como “conto histórico”, cuja autoria foi atribuída a Henri Nevire, sem menção a tradutor/a. A narrativa se passa no estado da Virgínia, da então União da América do Norte, e conta a história de um casal de noivos obrigado a se separar, uma vez que suas famílias assumem lados opostos às vésperas da Guerra Civil.

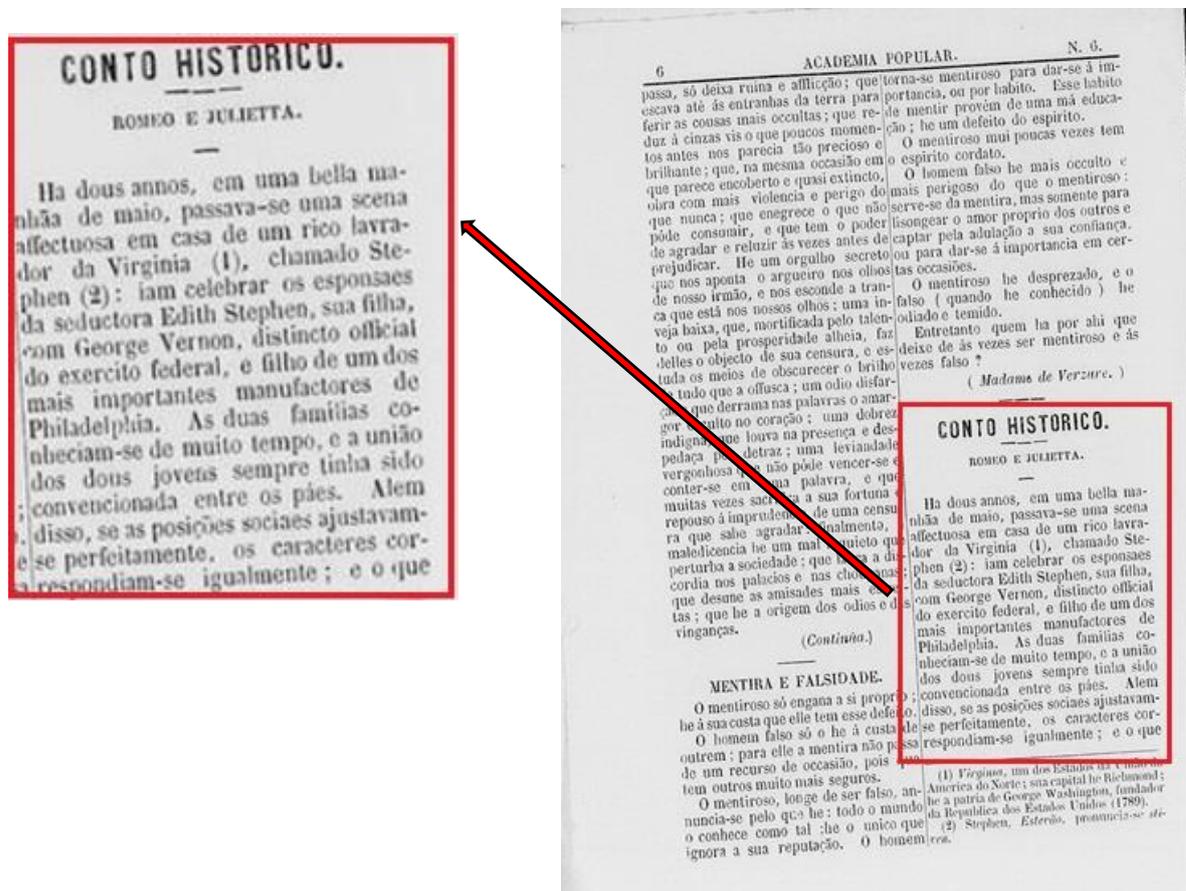


Figura 2 – Academia Popular – Prosa de ficção “Romeu e Julieta: conto histórico”.

Outro exemplo: no periódico *Diário Novo*, de 03 de fevereiro de 1852, pode-se ver um anúncio de venda de romances em português, impressos no Rio de Janeiro, no formato de brochura, ao preço de 200 réis.

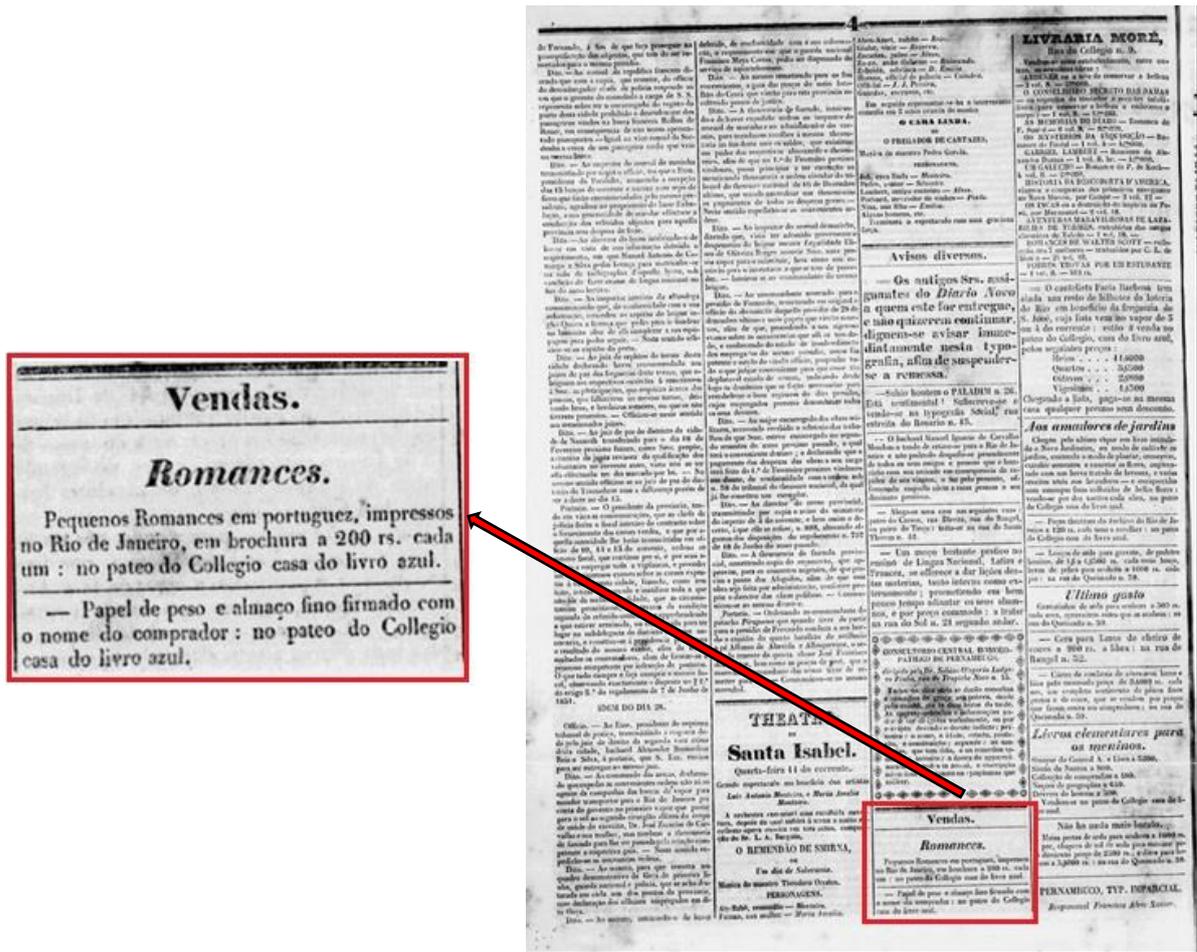


Figura 3 — Anúncio de venda de “romances”, *Diário Novo*, 03 fev. 1852

Desse modo, os anúncios de venda de romances em pequenas brochuras, dicionários, almanaques religiosos ou comerciais, livros elementares de ensino, manuais de medicina caseira e de homeopatia, além da circulação de periódicos que se voltavam diretamente para um público leitor mais pobre, revelam que, ao menos, uma parcela dessas camadas tinha acesso às práticas de leitura dessa época, inclusive as que estavam distantes de propósitos pragmáticos (como o comércio, o conhecimento do nome de uma doença e de como tratá-la, por exemplo) e pertenciam ao universo das belas-letas e, especialmente, da ficção.

Não obstante, o gosto do público leitor de camadas sociais que, para sua própria constituição como grupos ilustrados envolvidos num projeto civilizatório, vão tomando como referência a cultura europeia, especialmente a francesa, é o objeto que se intenciona desenhar na presente pesquisa. De acordo com Alencastro (1997, p. 43),

o estabelecimento do Segundo Império na França (1852-70) dá ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirma o francesismo das elites brasileiras. Francesismo que ia além da cópia das modas parisienses expostas nas lojas da rua do Ouvidor e referia-se, também, à vida rural francesa. A um modo de vida caracterizado por uma cultura camponesa rica, menos

desequilibrada que a da Itália, menos rústica que a da Espanha e Portugal, mais densa que a da Inglaterra, mais presente que a da América do Norte. Folhetins, operetas e romances vindos da França difundiam no Império a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado, entrelaçado de aldeias e pequenas cidades nas quais o padre e o militar, quando havia casernas, apareciam como personagens de prestígio.

Tais considerações de Alencastro convergem para o que Freyre (2004) encontra, do ponto de vista sociológico, no Recife de meados do século XIX, isto é, uma gradativa transformação do cenário da capital da província, um leve afrouxamento do cinturão patriarcal que se revela na vontade de ilustração das classes abastadas e, talvez, de uma camada média da sociedade que começa a se insinuar nesse cenário.

Sendo assim, a imprensa periódica que circulou no Recife em meados do Oitocentos é um *corpus* privilegiado para compreender esse processo de afrancesamento por que passaram esses segmentos da sociedade pernambucana. Por se tratar de um *corpus* de textos quase inesgotável, fez-se necessário selecionar, entre as mais de três centenas de periódicos que circularam nas duas referidas décadas, aqueles que poderiam oferecer dados suficientemente relevantes para demonstrar a circulação da prosa de ficção francesa por meio das seções dedicadas a esse gênero de prosa (“Folhetim”, “Miscelâneas”, “Variedades” e afins). Desse modo, como já foi informado no capítulo introdutório, foram selecionados, para compor o *corpus* da presente pesquisa, três periódicos: o *Diário de Pernambuco*, *O liberal pernambucano* e o *Jornal do Recife*.

1.2.1 O Diário de Pernambuco

Como se sabe, o *Diário de Pernambuco* é o jornal mais antigo em circulação da América Latina e, desde 1825, ano de seu aparecimento, circulou quase sem interrupções e alcançou a atualidade. Todo o tempo de sua longa sobrevivência foi marcado por transformações de proprietário, de oficinas tipográficas, de linha editorial, de público leitor, etc. Por isso, sua história se confunde com a história não só da imprensa brasileira, mas com a história de Pernambuco. Todavia, importa à presente pesquisa enfatizar, conforme já mencionado, o período de 1850-59.

Desse modo, no início de 1850, Manoel Figueiroa de Faria continuava como proprietário do *Diário de Pernambuco*, condição de que gozava desde 1835 e a qual só deixaria com sua morte em 1865. Comparado por Alfredo de Carvalho (1908) a François Buloz (1803-1877),

que dirigiu a *Revue des Deux Mondes* durante 40 anos, Figueiroa parecia ter um espírito empreendedor ao qual unia um grande senso de responsabilidade acerca das funções do homem de imprensa. Ao que tudo indica, pouco escreveu, mas sabia, assim como Buloz na *Revue des Deux Mondes*, selecionar os melhores homens de letras do seu tempo para colaborar com o *Diário de Pernambuco*. Sob sua direção, ainda em 1835, o *DP* fundiu-se com o *Diário da administração pública* e se tornou órgão oficial do governo da província, o que iria ocasionar mudanças substanciais tanto no que diz respeito às suas dimensões quanto no que se refere à variedade de textos que passariam a ser veiculados pelo periódico. Embora tenha perdido o privilégio de órgão oficial de imprensa do governo a partir de 1845, irá recuperá-lo antes do fim dessa década.

Após a Revolução Praieira (1848), o *Diário de Pernambuco* entraria na década de 50 do Oitocentos na condição de órgão oficial do governo, defendendo a política conservadora, embora declarasse em seus editoriais que assumia neutralidade em relação aos assuntos políticos (NASCIMENTO, 1968). Em 1851, Figueiroa adquiriu um prelo mecânico encomendado em Paris e, em 1854, o *DP* aumentou de tamanho, chegando ao fôlio-máximo (72x55), com sete colunas. A essa altura, o jornal criou partidas de correio para o interior de Pernambuco, mediante a exigência de um número mínimo de assinantes que compensasse as despesas. Por exemplo, às cidades, vilas ou povoações situadas a menos de 20 léguas (aproximadamente 96 quilômetros) de Recife, em que houvesse ao menos 50 assinantes, o jornal ofertaria sem despesas adicionais um correio semanal. Assim, em 1854, o periódico já chegava, duas vezes por mês, a Caruaru, Bonito, Garanhuns, Exu, Ouricuri, duas vezes por semana à Goiana e à Paraíba e uma vez por semana a Natal.

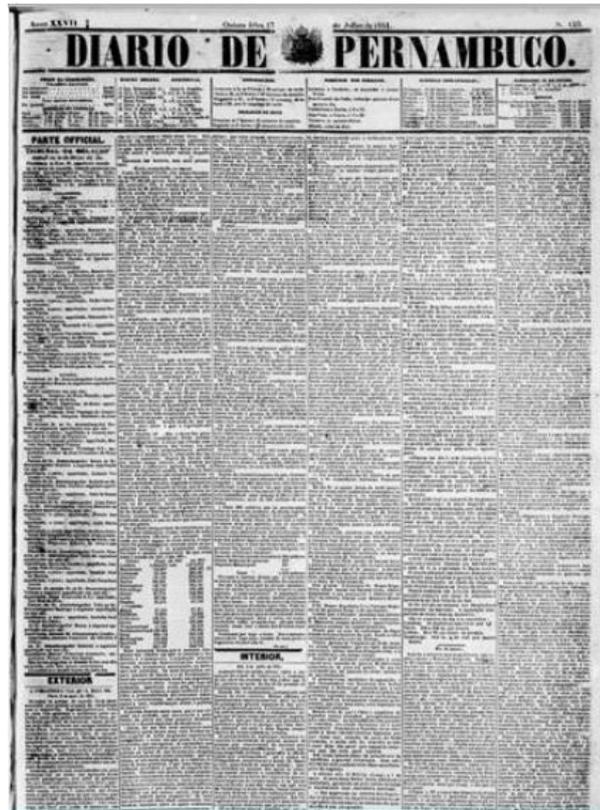


Figura 4 – *Diário de Pernambuco*, n. 159, 17 jul. 1851, capa.

Além disso, consta em um relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em março de 1855, citado por Nascimento (1968), que a empresa de Figueiroa empregava 72 pessoas e que possuía uma grande mecânica, igual à que imprimia a *Ilustração Francesa*, para imprimir o *DP*, bem como outra máquina e seis prelos de ferro que imprimiam trabalhos menores. Carvalho (1908) registra que, em 1856, o *DP* tornava-se o órgão genuíno do norte brasileiro, circulando profusamente de Alagoas ao Amazonas. Tinha uma tiragem de 4.000 exemplares e em tudo – tamanho, variedade de conteúdos e número de leitores – já se igualava aos diários da capital do Império.

Vale registrar ainda que, em 24 de setembro de 1855, surgiu o folhetim “A carteira”, “original do *Diário de Pernambuco*”, sob a pena de Abdallah-el-Kratif, pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo⁹. O folhetim “A carteira” era publicado às segundas-feiras e trazia sempre

⁹ Nascido na vila de Igarassu, Antônio Pedro de Figueiredo (1822-1859), filho de “pais deserdados de bens da fortuna” (COSTA, 1882, p. 145), dos quais não restam nem os nomes, mudou-se para Recife ainda muito jovem e entregou-se à carreira literária. Em 1846, foi professor no Liceu do Recife, onde acumulou a regência das cadeiras de geometria, inglês, língua nacional e de filosofia e, em 1849, foi nomeado lente de história e geografia do Ginásio Pernambucano. Tornou-se um dos mais ilustres redatores do *Diário de Pernambuco*, especialmente pelo folhetim “A carteira”, redigido entre 1855 e 1859, em que, sob o pseudônimo de Abdallah-el-Kratif, abordava os mais variados assuntos com desenvoltura e erudição. Já naquela época defendia ideias socialistas e se envolveu em polêmicas acerca do tema na imprensa periódica. Morreu com apenas 45 anos e alguns de seus amigos, se não imputaram sua morte prematura à incansável atividade intelectual a que se entregava diariamente

conteúdos diversificados que abrangiam a biografia de artistas, comentários sobre a produção de belas-letras e as apresentações teatrais, traduções etc. Esse folhetim, ao lado de outras seções do DP dessa década, a exemplo do “Retrospecto semanal” e da “Página Avulsas”, a cargo do padre Francisco Peixoto Duarte (?-1888)¹⁰, marca “uma época de primazia intelectual para o matutino” (NASCIMENTO, 1968, p. 60).



Figura 5 – “A carteira”, Folhetim original do *Diário de Pernambuco*, n. 220, 24 set. 1855, p. 1.

Ao traçar o perfil biográfico de Antônio Pedro de Figueiredo, Rios (2010) aponta que, nesse período, Pernambuco guardava certa independência intelectual em relação ao resto do Brasil. Efetivamente, o DP e seus colaboradores contribuíram sobremaneira para tal independência.

Já nesse primeiro artigo, além de ensaiar uma explicação acerca do folhetim que se iniciava sob sua responsabilidade e sobre quais assuntos seriam abordados naquele espaço, Figueiredo declara a preferência de seu olhar por “este pequeno canto do globo, que Venezuela inveja, e que nossos pais chamaram Pernambuco” (*Diário de Pernambuco*, 24 de set. 1855, p. 1). Apesar de exaltar os olhos pretos das moças pernambucanas, seus dentes de opala, seus lábios de coral e suas tranças “mais brilhantes e negras que a asa do corvo”, bem de acordo com o romantismo, “embebido de inspirações locais, procurando o *único* em lugar do *perene*” (CÂNDIDO, 2009, p. 341, grifos do autor), e de elevar tanto esses atributos das mulheres da província quanto a natureza local à dignidade de objetos da literatura, o autor admite a ausência de uma literatura nacional:

e às suas grandes aspirações literárias, ao menos consideraram que essas pudessem ter colaborado sobremaneira para a doença que o acometeu e o levou à morte. V. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Tipografia Universal, 1882, vol. 1, p. 145-151. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, vol. 1, p. 276-277. GONÇALVES, Luzilá Ferreira. *Escritores pernambucanos do século XIX*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2010, tomo 1, p. 161-186.

¹⁰ Sacramento Blake (1883) oferece umas poucas notas sobre Francisco Peixoto Duarte. Registra apenas que o padre nasceu em Pernambuco, não havendo referência sobre o local exato ou a data de nascimento. Seu nome não consta em nenhuma das obras de referência consultadas.

Com efeito, ainda não temos uma literatura nacional, uma literatura marcada distintamente com os caracteres da natureza tropical; ainda não possuímos um *Hamlet*, nem um *Macbeth*, nem uma peregrinação de *Shilde Harold*, nem produtos semelhantes aos das inspirações de Lamartine, Goethe, Victor Hugo, George Sand, etc., etc.; mas temos entre nós assuntos de inspiração grandiosa, infinita, sublime, condição fecunda para a aparição do gênio, que nos coube em partilha, e que já vai despontando. (*Diário de Pernambuco*, 24 de set. 1855, p. 1)

Nesse sentido, Figueiredo foi um desses homens de letras que reivindicou uma literatura cujos motivos fossem locais e de exaltação da pátria, mas tendo como parâmetro a literatura europeia, especialmente a francesa – Alphonse de Lamartine (1790-1869), Victor Hugo (1802-1855) e George Sand (1804-1876). Vale salientar também que, em 1843, quando contava apenas 21 anos, Figueiredo publicou pela tipografia de M. F. de Faria a tradução do *Cours d'Histoire de la Philosophie*¹¹ (Curso de história da filosofia), de Victor Cousin (1792-1867), que lhe rendeu, segundo Rios (2010), o apodo de “Coutin Cousin Fusco” (primo de cor parda) pelo qual lhe chamavam seus desafetos, a fim de evidenciar sua origem pobre e mestiça. Fundou a já mencionada revista *O progresso*, em 1846, na qual publica poemas de autores pernambucanos a exemplo de Soares de Azevedo e Maciel Monteiro, mas também dá a ler artigos de filosofia de Louis Léger Vauthier (1815-1901), traduções de poetas franceses e uma peça teatral de George Sand (RIOS, 2010).

Figueiredo parece ter sido um desses indivíduos que viveram, numa situação de “bastardia cultural” (HÉBRARD, 2001, p. 40), isto é, a condição de sujeitos que transcendem sua herança cultural precária e se apropriam da cultura escrita mediante um trabalho penoso de autodidatismo. Esses sujeitos tornam-se trânsfugas das práticas culturais de seus círculos de origem e ocupam espaços quase nunca alcançados por seus pares, ainda que, invariavelmente, não sejam reconhecidos – ou cheguem mesmo a ser rechaçados – por membros da elite letrada. No já mencionado folhetim, ele afirmaria sobre si mesmo: “...não sou mais que um átomo mesquinho, um mestiço sem nome, talvez um eco, um som, um relâmpago, um rumor vago. – Serei eu uma fada, um gnomo, um duende, um demônio? – Ainda menos! Sou a fantasia” (*Diário de Pernambuco*, 24 de set. 1855, p. 1).

Ao avançar para o final da década de 50, o *Diário de Pernambuco* se apresentaria com nova tipagem, mais nítida, e começaria a ter edições que variavam entre 6 e 8 páginas (antes eram 4). Nessa fase, a última página era, geralmente, dedicada à “literatura”, para a qual foram

¹¹ Não foi possível identificar de qual título e edição se tratam exatamente essa tradução de A. P. de Figueiredo, uma vez que há vários livros do filósofo francês em que constam o título de “Cours d’Histoire de la philosophie” e, além disso, ao que tudo indica, não restou nenhuma edição dessa tradução feita pelo autor.

transpostos o rodapé destinado aos folhetins, a seção de “Variedades” e em que eram também insertos artigos de jurisprudência e história.



Figura 6 – *Diário de Pernambuco*, n. 286, 15 dez. 1859, novo formato, p. 1

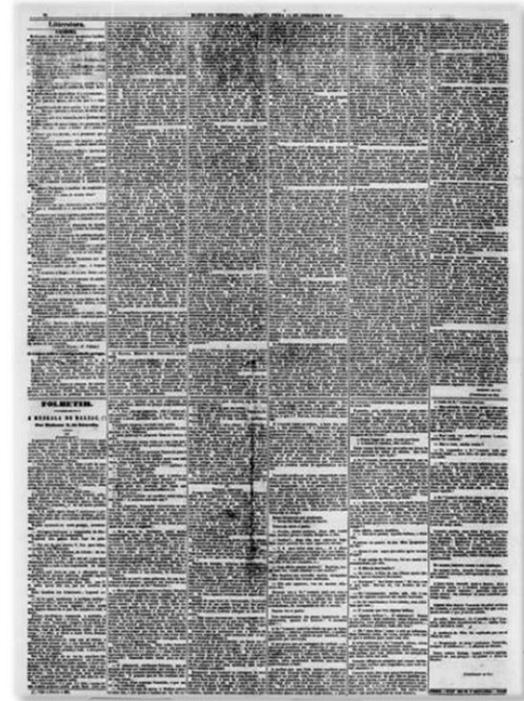


Figura 7 – *Diário de Pernambuco*, n. 286, 15 dez. 1859, p. 8, dedicada exclusivamente à “literatura”

No que diz respeito à prosa de ficção veiculada durante toda a década de 50, essa apareceu majoritariamente na seção de “Folhetim” e foi tomada de autoras e autores franceses e, em menor número, autores e autoras estrangeiros, cujas prosas de ficção apareceram, originalmente, em jornais franceses e foram traduzidas e transcritas no *Diário de Pernambuco*. Conforme se pode apreciar no quadro abaixo, foram encontrados 47 autores e 08 autoras, num total de 55 nomes, alguns recorrentes, aos quais foram atribuídas mais de uma prosa de ficção.

AUTOR/A	TÍTULO	INÍCIO DA INSERÇÃO	FIM DA INSERÇÃO
Marquês de Foudras	Tristão de Beauregard	05/08/1851	30/09/1851
Leon Guerin	Uma noite em barco de vapor	01/10/1851	17/11/1851
Eugène Sue	Fernando Duplessis ou Memórias de um marido	27/11/1851	11/05/1852
Gustavo Chadevil	Henrique IV e o Lasquenet	12/05/1852	06/07/1852
Molé Gentilhomme	O conde de Carmagnola	14/07/1852	09/10/1852
Rogério Beauvoir	O palácio Pimodan	18/10/1852	09/12/1852
Mme. Émile de Girardin	Margarida ou dois amores	11/12/1852	07/02/1853
Estephan de la Madelaine	Orestes e Pylades	09/02/1853	19/05/1853
Condessa de Orsay	A sombra da felicidade	20/05/1853	20/08/1853
Eugène Sue	Fernando Duplessis ou Memórias de um marido	27/08/1853	23/11/1853
Hippolyte Castille	Branca d'Orbe	25/11/1853	04/02/1854
Marquês de Foudras	O Duque de Atenas	10/01/1854	04/02/1854
Joseph Méry	O paraíso terrestre	15/02/1854	27/02/1854
Amedeo Achard	Os netos de Lovelacio	28/02/1854	04/04/1854
León Gozlan	Uma missão demasiadamente secreta	08/04/1854	12/04/1854
Marquês de Foudras; Pedro Zaccone	Memórias de um rei	18/04/1854	08/06/1854
Lourenço Pichat	Um conto de fada	12/06/1854	23/06/1854
Joseph Méry	Uma história de família	30/06/1854	29/07/1854
Th. Pavie	Antonina	31/07/1854	02/08/1854
Nathaniel	Dois casamentos infelizes	09/08/1854	23/09/1854
Paul Maurice	A família Aubry	25/09/1854	30/10/1854
A. de Bernard	O caminho do dever	15/11/1854	24/12/1854

Paulo Féval	O paraíso das mulheres	28/12/1854	10/02/1855
Alfredo Michiels	O novo pecado original	12/02/1855	23/02/1855
Henrique de la Madeleine	Germano Barba-Azul	24/02/1855	01/03/1855
E. Gaudin	O capitão Ploueven	03/03/1855	12/04/1855
Paulo Féval	O paraíso das mulheres	13/04/1855	06/06/1855
Hippolyte Castille	O campo de pedras	14/06/1855	20/06/1855
Mme. C. Reybaud	A última cigana	21/06/1855	26/07/1855
Paul Féval	O matador de tigres	28/07/1855	22/08/1855
Edmundo About	Tolla Feraldi	23/08/1855	22/09/1855
Maximo du Camp	O livro póstumo	26/09/1855	06/11/1855
Xavier Eyma	Tobina	14/11/1855	24/11/1855
L. de Beaurepaire	Episódio da guerra da Catalunha	27/11/1855	15/12/1855
Paul Féval	Os filhos da fortuna	18/12/1855	05/02/1856
Mr. Fanjat	Herodias	08/02/1856	18/02/1856
Carlos Monsellet	A maçonaria das mulheres	21/02/1856	20/05/1856
Fernan Caballero	Pobre Dolores	23/05/1856	18/06/1856
Edmundo About	Os casamentos de Paris	19/06/1856	12/08/1856
Ch. Deslys	Pedro	15/08/1856	--
Edmundo About	Os casamentos de Paris	03/09/1856	11/09/1856
Teophilo Gautier	Avatar (conto)	12/09/1856	01/10/1856
Mme. Antoinette	Um colégio de meninas em Província	02/10/1856	10/10/1856
Oscar Honoré	Os dois trânsfugas	11/10/1856	--
Henrique Conscience	Maijor	14/10/1856	31/10/1856
Teóphilo Gautier	Paulo de Aspremont (conto)	04/11/1856	19/11/1856
Conde de Legurat	O canto dos Helenos	20/11/1856	27/11/1856
Toussaint de Ville	Rosange	28/11/1856	19/12/1856
Madama Leonie d'Aunet	Um casamento em Província	23/12/1856	29/01/1857
Estevão Eggis	Pedro Moehr, uma vida de obreiro suíço	30/01/1857	05/02/1857

Madama de Grandefort	A senhora não está em casa	06/02/1857	10/02/1857
Roger de Beauvoir	Os ovos de Páscoa	11/02/1857	02/03/1857
Paulo de Molenes	Aisha Rosa, lembranças das margens do Bosphoro	18/03/1857	27/03/1857
Hildebrand	Gerrit Witse, cenas da vida holandesa	09/04/1857	29/04/1857
A. de Pontmartin	A Marquesa de Aurebonne	01/05/1857	15/05/1857
Edmundo About	O rei das montanhas	22/05/1857	31/07/1857
Amedeo Achard	Madama Rosa	11/08/1857	24/09/1857
Madama C. Reybaud	A taberna de Gaubert	06/10/1857	29/10/1857
Arsenio Houssaye	A procura da felicidade	10/11/1857	15/11/1857
O. M. Antoinette	Uma peça de renda	18/11/1857	24/11/1857
Pedro Berand	Nicolau Flamel	25/11/1857	24/12/1857
Max Valrey	Martha de Montbrun	29/12/1857	16/02/1858
Fernan Caballero	Lucas García, cenas de costumes andaluzes	18/02/1858	27/02/1858
Conde de Legurat	O filho do notário	02/03/1858	10/03/1858
Amedée Achard	Alexandrina du Rosier	18/03/1858	15/04/1858
Henrique Conscience	A órfã	07/07/1858	20/07/1858
Adolpho Belot	Um caso de consciência	21/07/1858	24/07/1858
Champfleury	Os amantes de Santa Perina	27/07/1858	27/08/1858
Eduardo Laboulaye	Lembranças de um viajante, O jasmim de Filhina	07/09/1858	17/09/1858
G. de La Landelle	O carneiro enfezado	01/10/1858	10/12/1858
Amedeo Achard	A sombra de Ludovico	21/12/1858	19/01/1859
Alfredo Assolant	Acácia, cenas da vida americana	20/01/1859	19/02/1859
Eduardo Lemoine	Uma andorinha só não faz verão	22/02/1859	--
Joseph Méry	Uma viagem aérea	24/02/1859	25/02/1859
Emmanuel Gonzalez	O cachimbo turco	01/03/1859	27/05/1859
Mme. Émile de Girardin	A bengala de Balzac	14/12/1859	30/02/1860

Quadro 1 – *Diário de Pernambuco* – Autores/as veiculados/as nas seções destinadas à prosa de ficção

Conforme ficará demonstrado a seguir, o *Diário de Pernambuco* difundiu a prosa de ficção francesa em suas páginas ao longo da década de 1850-59 por meio do recurso direto à *Revue de Paris*, mas também a outros impressos periódicos franceses como o *La Presse*, a *Revue des Deux Mondes* e o *Annuaire des Deux Mondes*. Nessa década, ao contrário do que se pode supor, o *DP* muitas vezes dispensou a mediação dos periódicos da capital do Império e também daqueles oriundos de Portugal, para receber e dar a ler, em primeira mão, periódicos e prosas de ficção advindos de Paris.

1.2.2 *O Liberal Pernambucano*

O periódico *O Liberal Pernambucano: jornal político e social (LP)* começou a circular em 07 de setembro de 1852, impresso pela Tipografia Nacional e dirigido pela Sociedade Liberal Pernambucana, associação que surgira em 1850 e congregaria, após o abafamento dos focos de resistência da Revolução Praieira, os liberais moderados de Pernambuco em torno da defesa de uma Constituinte e da nacionalização do comércio a retalho (NASCIMENTO, 1966, ROSAS, 1998). No início de sua circulação, o periódico se apresentava com quatro páginas, no formato 48x30 e sua assinatura trimestral custava 3\$000. Contou com a colaboração de redatores e publicistas do Partido Liberal como José Francisco de Arruda Câmara, Joaquim Francisco de Faria, Vicente Ferreira Gomes, Maximiano Lopes Machado, Joaquim Elviro de Moraes Carvalho, Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho, Sebastião Antônio de Acioli Lins, Francisco Brederode de Andrade e Antônio Vicente do Nascimento Feitosa (redator-chefe) (NASCIMENTO, 1966). A divisa da referida Sociedade, repetida em inúmeros artigos editoriais de *O Liberal Pernambucano*, era “A constituinte como meio e a monarquia democrática como fim” (*O Liberal Pernambucano*, 07 set. 1852, p. 1).

Nesse sentido, no artigo editorial que abre o primeiro número do *LP*, o redator chama a atenção para a “oligarquia do Senado” que escraviza o Brasil e, por meio da qual, Pernambuco fica “vergonhosamente submetido à família Rego Barros-Cavalcanti!” (*O Liberal Pernambucano*, 07 set. 1852, p. 1). Além de exortar os brasileiros à batalha pela Constituinte que possibilitaria, conforme os ideais defendidos por aquela Sociedade, uma

série de reformas do estado monárquico e o enfraquecimento do poder senatorial, o redator expôs o fim e os meios da ação da Sociedade Liberal Pernambucana presentes nos artigos do seu regimento, dos quais se dará destaque ao 3º artigo e ao parágrafo que discorre especialmente sobre a imprensa como meio de propagação das ideias liberais:

Art. 3. A sociedade somente empregará os meios pacíficos, capazes de convencer a razão, formando a opinião do país pela discussão de seus verdadeiros interesses, sendo que a ação dela se manifestará pelos meios seguintes:

§ 1. Promover por meio da imprensa o desenvolvimento das ideias liberais, sustentando-as com vigor e dignidade. (O Liberal Pernambucano, 07 set. 1852, p. 1, grifos meus)



Figura 8 – O Liberal Pernambucano, n. 1, 07 set. 1852, p. 1.

Em que pese aos segmentos conservadores da sociedade pernambucana, que hostilizaram o presidente Sousa Ramos (1812-1883) e o Gabinete Rodrigues Torres pela

branda atuação sobre o partido inimigo, a difusão das ideias liberais pela Sociedade Liberal Pernambucana não se limitou à capital da província, mas também alcançou o interior. Filiais da Sociedade chegaram a cidades como Goiana, Escada, Nazaré, Rio Formoso, Vitória, Limoeiro, São Lourenço, Pau D'Alho, Água Preta, Igarassu e Caruaru, onde havia frequentes reuniões de correligionários e onde circulava o impresso *LP* que tinha partidas de correio para as referidas localidades. A Sociedade era composta por oficiais da Guarda Nacional, bacharéis, clérigos, comerciantes, alguns poucos profissionais liberais e muitos proprietários de terra e de escravos (ROSAS, 1998). De modo incontornável, a Sociedade Liberal Pernambucana, ao menos até 1857, “foi o principal centro do partido de oposição de Pernambuco, cabendo a ela nos anos difíceis de reação conservadora, a tarefa de reorganizar o partido, orientar o seu eleitorado e lutar pela anistia dos envolvidos na rebelião de 1848” (ROSAS, 1998, p. 159).

Em 1856, na impossibilidade de adquirir um novo prelo, o *LP* inicia o ano com uma tipagem menor, a fim de conter mais matéria. Os anúncios que, desde o surgimento desse impresso periódico, ocupavam a quarta página, começam a tomar conta também da terceira.



Figura 9 – O Liberal Pernambucano, n. 968, 02 jan. 1856, p. 1.

No que diz respeito às belas-letas, a redação do jornal optou, até esse ano, pela veiculação de poesia, pelos artigos de filosofia política ou econômica, pelos escritos sobre bibliografia, gramática, história etc., sendo a prosa de ficção muito rara nas páginas do periódico. Não obstante, em 14 de janeiro, surgiu o rodapé dedicado à seção de “Folhetim”, cuja abertura fica por conta de *Os contos Noturnos*, de Ernst T. A. W. Hoffmann (1776-1822).

geral e os praieiros se recusaram a comparecer às urnas por divergências com parte dos correligionários da região e com os Partidos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo (ROSAS, 1998).

Enquanto um jornal como o *Diário de Pernambuco*, ainda na década anterior, conforme foi possível observar, reconhecia ser indispensável uma seção dedicada ao Folhetim e adentrou a década de 1850 com um rodapé assim intitulado que foi, de modo geral, dedicado à prosa de ficção francesa e veiculado quase ininterruptamente até o final de 1860, *O Liberal Pernambucano*, apesar de fazer circular variados gêneros das belas-letas em suas páginas, pouco se ocupou da prosa de ficção do começo ao fim de sua existência. Explicar essa especificidade do *LP* em relação a muitos dos impressos periódicos que circulavam no Recife na segunda metade do século XIX exige um comentário sobre a Sociedade Liberal, sobre a maneira como se relacionava ideologicamente com as reivindicações locais e nacionais e, por conseguinte, como se relacionava com os bens culturais advindos de uma França que vinha sofrendo com o golpe de Luís Bonaparte.

Desde o início da circulação de *O Liberal Pernambucano*, seja nos textos dos redatores, seja nos textos transcritos de periódicos de outras províncias, não se perdia uma oportunidade de distinguir a situação que ocorria na Europa, especialmente na França nos últimos anos do reinado de Luís Philippe e nos anos que sucederam o golpe de Luís Bonaparte, da situação do Brasil. Nesse sentido, era frequente o argumento de que o princípio monárquico na França havia se degenerado nos últimos anos de reinado dos Orleans. Num artigo intitulado “Minuta sem pretensões acerca do princípio monárquico e da conclusão”, transcrito do *Correio Mercantil* entre 09 e 12 de outubro de 1852 (n^{os} 26, 27 e 28), o redator J. M. A. dizia que o “princípio monárquico degenerou e perdeu-se em França, nos últimos tempos do reinado de Luís Philippe” (*O Liberal Pernambucano*, 12 out. 1852, p. 3). Outros dois argumentos, intimamente relacionados, diziam respeito à inviabilidade da experiência republicana no Brasil e à aceitação de que uma “monarquia democrática” seria a solução mais em acordo com a realidade brasileira.

Em inúmeros artigos a exemplo de “Os extremos se tocam”, veiculado em 13 de setembro de 1852, os redatores do *LP* se empenharam em defender que, no império francês, o elemento danoso era a aristocracia que lutava diariamente contra o povo e contra o monarca em proveito de seus próprios interesses. Conforme o redator, eis a primeira grande diferença entre a monarquia francesa e a brasileira: enquanto naquela a aristocracia era hereditária, nesta, o reconhecimento do elemento aristocrático, rezava a

Constituição do Império, era baseado no “merecimento e na inteligência” (*O Liberal Pernambucano*, 13 set. 1852, p. 2). Por isso, enquanto a primeira se enrijecia em postos familiares e estacionários, a segunda se mostrava dinâmica e não podia, portanto, admitir em sua composição resíduos espúrios a exemplo da vitaliciedade do Senado. Assim, segundo os redatores do *LP*, bastava que os vícios da atual Constituição fossem corrigidos, que a independência do “Poder Judicial” fosse garantida, que o voto como expressão da vontade do povo fosse legitimado e que as reformas reivindicadas pelo Partido Liberal fossem levadas a cabo, para que a monarquia brasileira se tornasse “um instrumento de civilização, moralidade e progresso” (*O Liberal Pernambucano*, 13 set. 1852, p. 2).

Além disso, de modo geral, os redatores do *LP* rechaçavam veementemente a curta experiência de república francesa que culminou com o golpe de Luís Bonaparte naquele mesmo ano em que o periódico começou a circular. Num artigo não assinado, em que se travava uma polêmica entre o *LP* e o periódico *A Revolução de Novembro*, de Antônio Borges da Fonseca (1808-1872), que vinha acusando os membros da Sociedade Liberal Pernambucana de traição ao ideário do partido, o redator questiona “para que são esses incessantes elogios do Sr. Borges da Fonseca e Companhia aos governos democráticos?” (*O Liberal Pernambucano*, 14 out. 1852, p. 2).

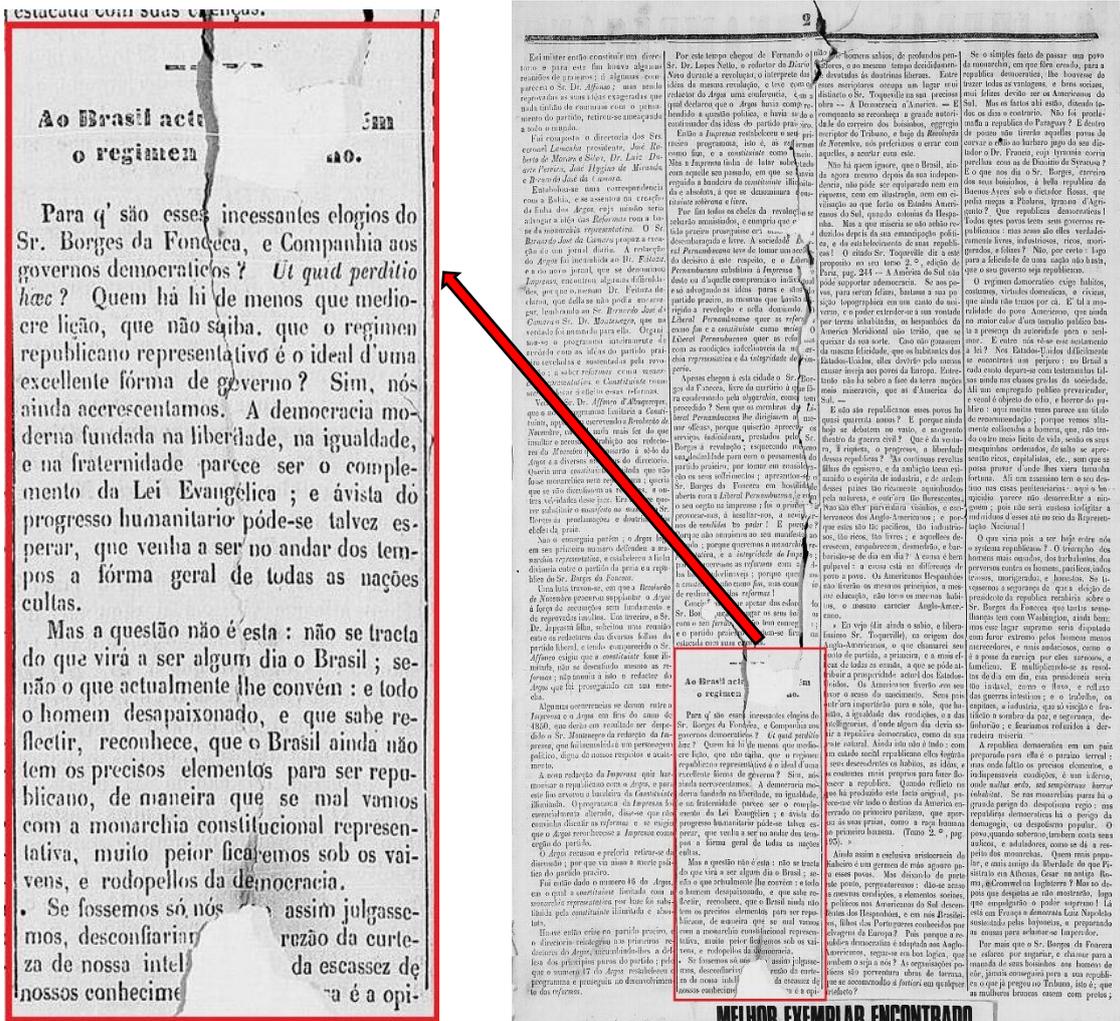


Figura 11 – O Liberal Pernambucano, 14 out. 1852, p. 2.

Borges da Fonseca pertencia ao segmento mais radical do partido praieiro e foi responsabilizado por causar nesse uma cisão devido às suas ideias republicanas. Esse fato lhe rendia o epíteto de “o Republico” entre os redatores do LP. Nessa polêmica, assim como em tantos outros artigos que expressavam a posição da Sociedade Liberal, insistia na falta de condições necessárias à implantação de uma república no Brasil:

A república democrática em um país preparado para ela é o paraíso terreal: mas onde faltam os precisos elementos, é um inferno, onde *nullus ordo, sed sempiternus horror inhabitat*.¹² Se nas monarquias puras há o grande perigo do despotismo régio: nas repúblicas democráticas há o perigo da demagogia, ou despotismo popular. O povo, quando soberano, também conta seus áulicos, e adutores, como se dá a respeito dos monarcas. Quem mais popular, e mais amigo da liberdade do que Pisistrato em Atenas, César na antiga Roma, e Cromwel na Inglaterra? Mas ao depois que déspotas

¹² “...não há ordem alguma, onde a própria luz é a escuridão.” (Jó 10: 22)

não se mostraram, logo que empolgaram o poder supremo! Lá está em França o *democrata* Luís Napoleão sustentado pelas baionetas, e preparando as coisas para aclamar-se Imperador. (*O Liberal Pernambucano*, 14 out. 1852, p. 2, grifo do autor)

Entre os exemplos que sustentam o argumento do redator, mais uma vez a França aparece para ilustrar os perigos de um empreendimento como a instauração de uma república, sujeita constantemente à ação de demagogos e de déspotas de ocasião, desde a Antiguidade até aqueles dias em que um golpe tornaria Imperador o presidente eleito no ano passado. Desse modo, se a experiência da república estava evidentemente fracassada numa nação europeia com alto nível de civilização como a França, não poderia ter resultado diverso no Brasil onde faltavam, ainda mais que em outros países, as condições para uma “república democrática”.

Não é de estranhar, portanto, que os redatores do *LP* apresentassem muitas reservas acerca dos eventos que se desenrolavam em solo francês. Era preciso resguardar “a pureza” do ideário liberal e a especificidade de uma monarquia à brasileira, supostamente resistente aos efeitos parasitários de uma nobreza hereditária e se apegar a causas nativistas como a defesa de uma Constituinte e da nacionalização do comércio a retalho (ROSAS, 1998). Era preciso, desse modo, não só observar criticamente os eventos que se davam na França naqueles anos, mas também suspeitar dos bens culturais advindos de uma nação que, tanto em política quanto em literatura, parecia se arriscar em aventuras consideradas temerosas e imorais.

1.2.3 *Jornal do Recife*

O *Jornal do Recife: Revista Semanal: Ciências, Letras e Artes* (JR) começou a circular em 1º de janeiro de 1859. Impresso pela Tipografia Acadêmica e sob a propriedade e direção de José de Vasconcelos (1829-1895), o JR foi um dos periódicos mais longevos da imprensa pernambucana e circulou até perto do final da metade do século XX (CARVALHO, 1902; NASCIMENTO, 1966).

Nos três primeiros anos de sua existência, era impresso nas dimensões de 28x21 e publicado aos sábados. No artigo editorial do primeiro exemplar, vê-se o programa desse impresso:

Instruir e deleitar, moralizando, tal é o fim a que se dirige o *Jornal do Recife*. Instruir sem pedantismo, deleitar sem mal gosto e moralizar sem

aborrecimento. Os meios que para isto empregaremos serão aqueles que estiverem ao alcance de qualquer inteligência; porque escrevemos para todas as classes da sociedade.

Uma minuciosa e variada escolha de matérias será o pasto e o condimento que oferecemos todas as semanas aos nossos subscritores. O romance verdadeiramente moral, o conto honesto, a poesia bem escrita, o dito espirituoso, a charada aguda e uma série variada de curiosidades literárias, artísticas ou comerciais ocuparão com preferência as colunas deste periódico. (*Jornal do Recife*, 01 jan. 1859, p. 1)

Ainda que, a essa altura, o impresso não apresentasse uma seção de Folhetim, a veiculação de prosa de ficção foi sempre um dos destaques do jornal por meio de suas seções fixas “Romance”, presente desde o primeiro número, no qual se passou a publicar a narrativa “O pastor do povo” de modo parcelado, e “Contos e Novelas” em que geralmente eram veiculados textos narrativos mais curtos.

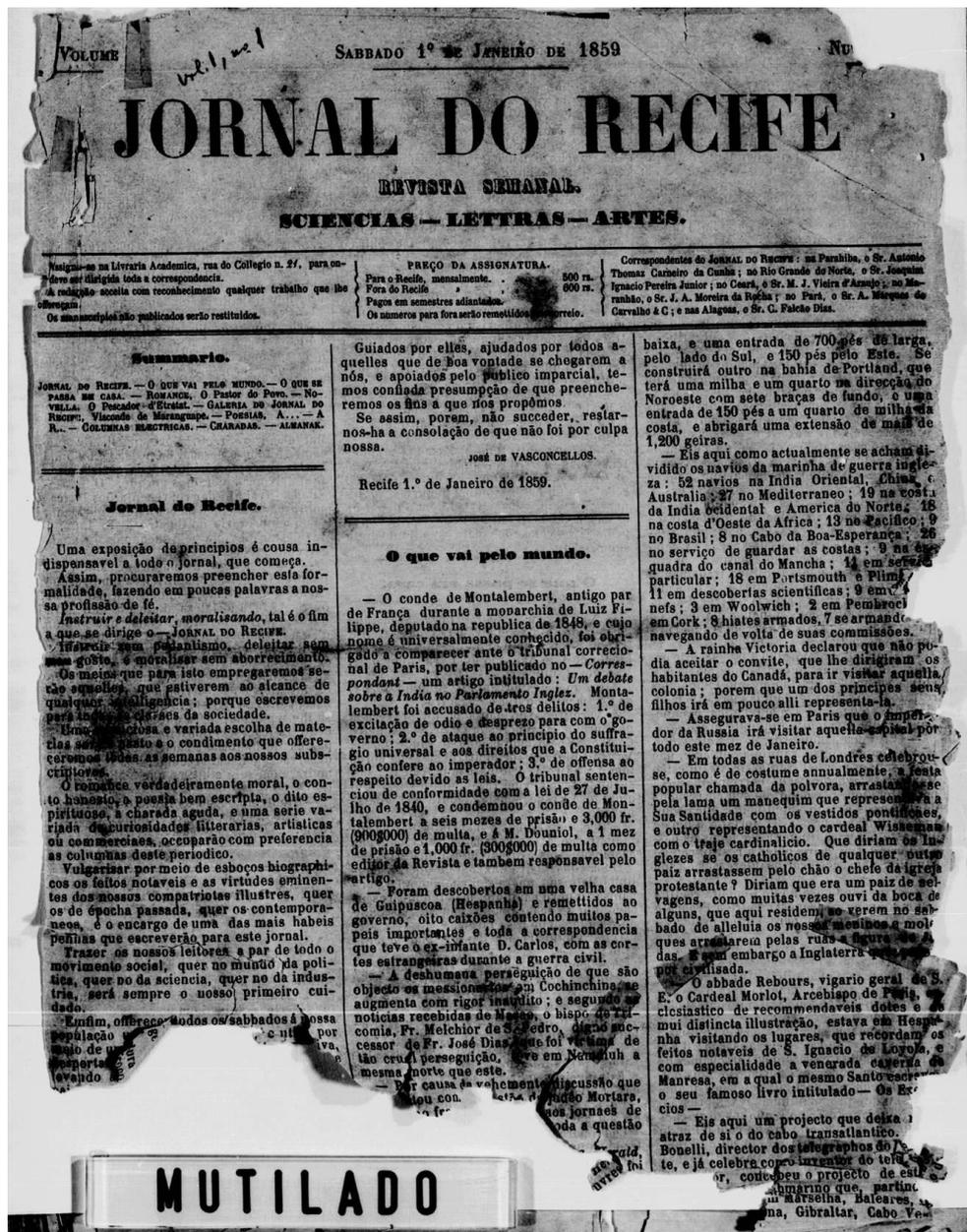


Figura 12 – *Jornal do Recife*, n. 1, 01 jan. 1859, p. 1.

O JR destacou-se, entre os muitos periódicos que circularam na década de 1860 em Recife, pela presença de um sumário na primeira página que indicava os títulos de cada seção. Assim, pode-se observar algumas das seções fixas e mais ou menos duradouras do periódico: “Almanak”, “Astronomia”, “Bazar”, “Charadas”, “Estatísticas”, “Economia Doméstica”, “Enigma Pitoresco”, “Jurisprudência”, “Medicina Doméstica”, “Mosaicos”, “O que se passa em casa”, “Cinco Minutos”, “Contos e Novelas”. Certamente, tal estratégia indica um esforço por parte do jornal de enquadrar os textos veiculados em determinados gêneros – romance, conto, novela, drama, charada, etc. – ou em áreas e

subáreas do saber. Esse sumário, considerado, segundo Nascimento (1966), como uma inovação do jornal, será suprimido em 1863, mas voltará a ser apresentado em 1868.

Ainda no início de sua circulação, o JR se destacou, por outro lado, pela presença de autores pernambucanos de ficção, mesmo que de modo vacilante, tanto de narrativas quanto de dramas. Em 1859, o periódico começou a publicar a prosa de ficção “O monge de Olinda, romance original”, cuja autoria foi atribuída ao “Dr. Barros Nogueira” (*Jornal do Recife*, 17 set. 1859, p. 3). Essa prosa de ficção foi publicada em cinco números e concluída no número 42, de 15 de outubro de 1859. José de Vasconcelos, por sua vez, publicou, de sua autoria, “Uma união desigual”, drama-comédia em um ato, “imitado do francês” (*Jornal do Recife*, 22 out. 1859, p. 3) entre 22 de outubro e 26 de novembro de 1859.

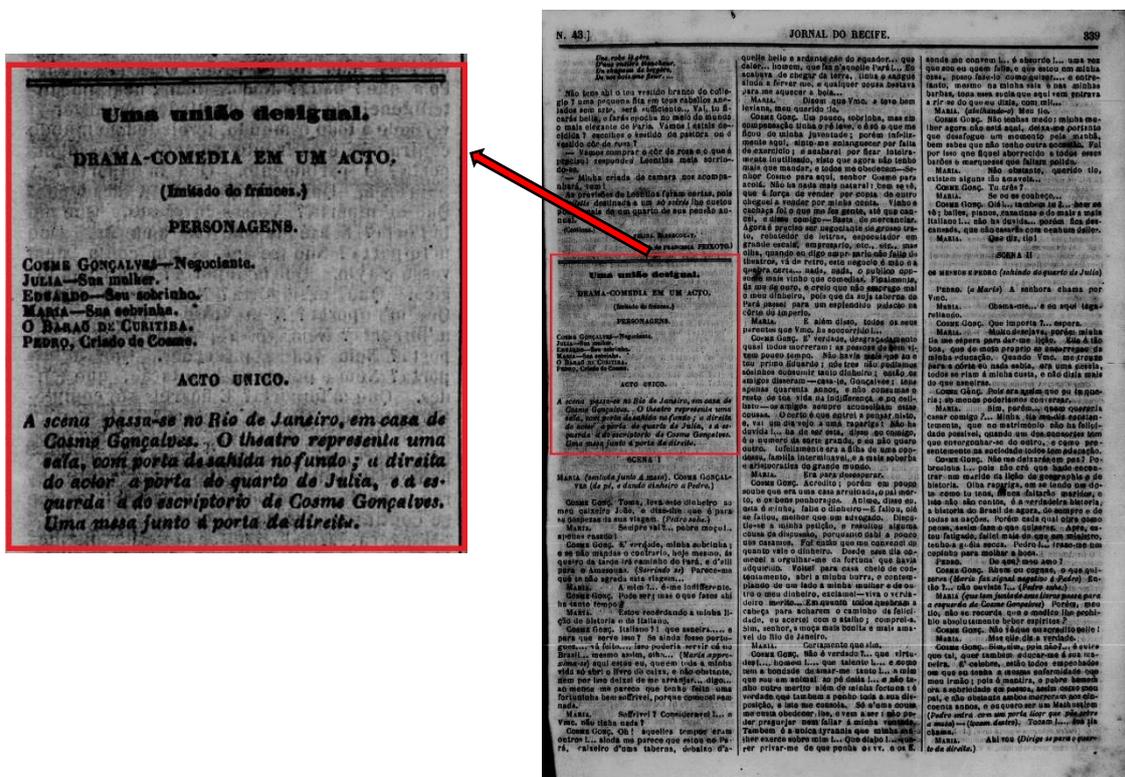


Figura 13 – *Jornal do Recife*, drama-comédia “Uma união desigual”, n. 43, 22 out. 1859, p. 3.

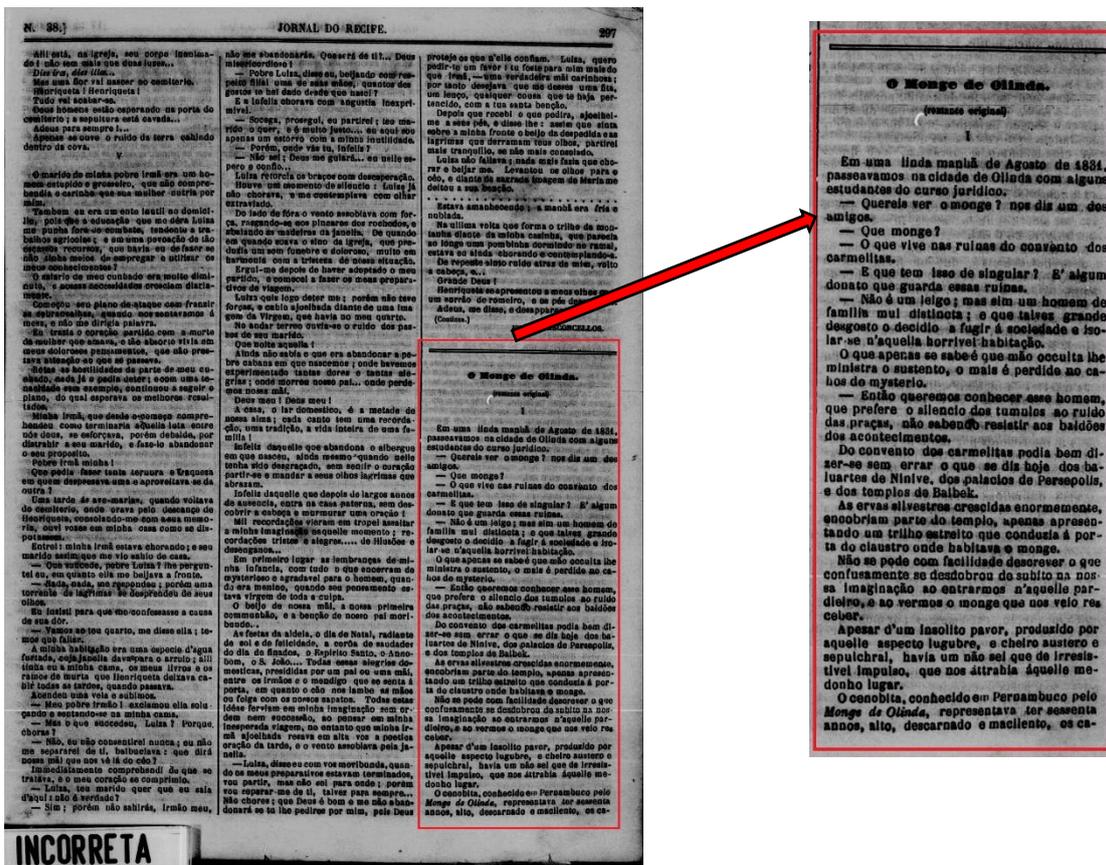


Figura 14 – *Jornal do Recife*, prosa de ficção “O monge de Olinda”, n. 38, 17 set. 1859, p. 3.

Mereceriam destaque também as colunas de variedades e afins que, no geral, se concentraram na vida política e cultural dos recifenses para construir crônicas bem humoradas a exemplo da “Coluna Elétrica”, assinada por Agripa, pseudônimo de Aprígio Guimarães (1832-1880)¹³, das “Cartas de Fígaro” dirigidas ao Tio Basílio, e da coluna “Cinco Minutos”, escrita alternadamente pelo poeta Pedro de Calazans (1836-1874)¹⁴ e

¹³ Aprígio Justiniano da Silva Guimarães nasceu em Pernambuco e bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1854. Após defesa de tese em 1856, prestou concursos sucessivos para obtenção de cadeira de docente substituto da faculdade onde se formou. Em 1870, foi nomeado catedrático de Direito Civil e, posteriormente, lente de Economia Política. Foi autor de inúmeras obras na área do Direito e de discursos extremamente aplaudidos e que foram publicados na imprensa periódica. Colaborou em vários jornais da capital da província de Pernambuco. (SACRAMENTO BLAKE, 1883)

¹⁴ Nascido na cidade da Estância, Sergipe, o poeta e jornalista Pedro Luziense de Bittencourt Calazans começou os preparatórios no Liceu de sua província e cursou Direito no Recife, onde bacharelou-se em 1859. Foi promotor público na sua cidade natal e eleito deputado geral para a legislatura de 1861-1864, período em que praticamente não produziu poesia e se concentrou nos embates da política e da imprensa. Dentre a considerável obra poética de Calazans, merece destaque o livro de poesias *Páginas soltas*, publicado no Recife em 1855, cuja grande acolhida do público fez com que a edição estivesse esgotada em pouco mais de um ano (SACRAMENTO BLAKE, 1902).

por E. Belmont¹⁵. A coluna “Carta de Fígaro”, apesar de não ter tido uma vida duradoura e de seu autor, até onde foi possível apurar, ter permanecido desconhecido para o público, apresentam grande interesse, uma vez que é produzida a partir da simulação do olhar estrangeiro sobre o que se passa na cidade. Assim, um personagem de nome Fígaro, cidadão do Velho Mundo que migra para o Brasil e se instala no Recife para exercer o ofício de barbeiro – numa evidente referência à ópera de Gioachino Rossini (1792-1868), *O barbeiro de Sevilha*, de 1816 – escreve cartas para o seu tio Basílio contando sua experiência no Novo Mundo. Na primeira carta, veiculada no dia 11 de junho de 1859, Fígaro explica as circunstâncias do seu humor e de sua vinda para o Brasil:

Eu creio, tio, que devo este humor folgazão ao ofício que me ensinaram. Um barbeiro não pode barbear sem entreter o freguês, e eu à força de rapar caras alheias, habituei-me a rapar no vício do próximo. Deus me perdoe o pecado. Provavelmente *Usted* desejará saber como vim reproduzir-me em tão longínqua região. Nada mais fácil. Cansado do velho mundo, e desejoso de fazer fortuna, embarquei-me, como tantos outros, em busca do El-Dourado. Tinha ouvido meus fregueses contar coisas fabulosas desta terra, em que até o gentio escreve peregrinações literárias. Não pude resistir. Comprei uma clássica jaqueta de belbutina *bronze-doré*, armei-me de um chapéu de Braga, e metendo a inseparável viola dentro da indispensável caixa vazia, atirei-me às vagas do oceano, em procura do rei do mundo de Emílio Souvestre. (*Jornal do Recife*, 11 jun. 1859, p. 7)

Num estilo que o próprio Fígaro chama “*corrente calamo*”, isto é, espontâneo, despreocupado, o personagem intercala, ao uso da língua portuguesa, expressões do espanhol, do italiano e do francês, quadras de poemas e canções populares, destila ironia contra personalidades religiosas como o Padre Lopes Gama e denuncia a ordem social provinciana que admite, ou melhor, valoriza a ascensão dos *parvenus*. Na França, a figura do *parvenu*, novo rico que adquire fortuna a partir de alianças e negócios geralmente duvidosos com a grande burguesia, é comum na crítica social e na literatura cujos exemplares prototípicos seriam Luís Bonaparte (MARX, 2011) e o personagem Rocambole, de Ponson du Terrail (MEYER, 1996). É possível perceber, por meio da análise das cartas de Fígaro, que esse tipo de ator social já se insinuava na paisagem da província pernambucana em meados do século XIX.

¹⁵ Nascimento (1966) identifica esse jornalista e tradutor como Eugênio do Couto Belmonte, mas não há nenhuma outra informação além dessa. Não foi possível coletar outros dados biográficos sobre esse homem de imprensa que traduziu boa parte da prosa de ficção francesa veiculada no JR.

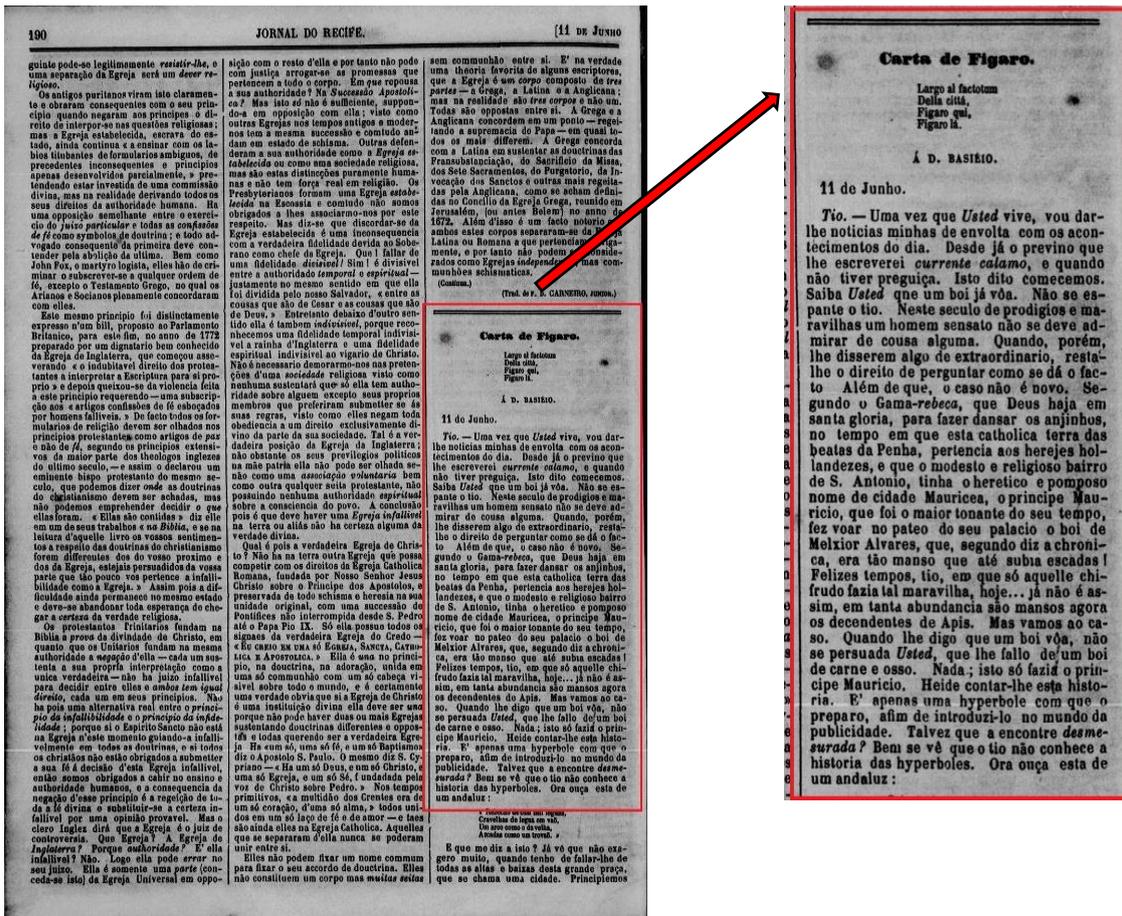


Figura 15 – *Jornal do Recife*, coluna “Carta de Fígaro”, n. 24, 11 jun. 1859, p. 6.

O *Jornal do Recife* guardou outra diferença em relação aos periódicos que circularam na província pernambucana na segunda metade do século XIX. Desde o princípio de sua publicação, boa parte das matérias traduzidas, sobretudo a prosa de ficção, trazia ao final o nome, e em algumas ocasiões, o pseudônimo de seu tradutor ou tradutora. Nos três primeiros anos de circulação, destacaram-se o já mencionado Eugênio do Couto Belmonte, Leonor A. do Couto Belmonte, Maria Pinto V. de Mello e Álcion, este último provavelmente um pseudônimo. Não foi possível encontrar informação biográfica sobre nenhum desses colaboradores e colaboradoras do periódico, porém a presença dos nomes indicia, pelo menos, dois fatos. Em primeiro lugar, a intensa atividade de tradução tanto de matérias gerais quanto de prosa de ficção que se desenvolvia na imprensa periódica recifense e demandava o trabalho de vários colaboradores. Em segundo, a admissão do trabalho das mulheres nos papéis de tradutoras, principalmente da prosa de ficção de fundo cristão e moralizante.

O jornal sustentou financeiramente os três primeiros anos da publicação somente com as subscrições pagas de forma adiantada. Ao longo desse período, a subscrição

mensal custou, inicialmente, \$500 para os residentes da capital da província e \$600 para os que residiam fora da cidade, sendo modificada, em 1862, para a subscrição trimestral a 5\$000, para os residentes da capital, e a 5\$500, para fora de Recife. O JR só cedeu à inserção de anúncios a partir do ano de 1862, quando se tornou “diário comercial, agrícola, industrial, literário e noticioso” (*Jornal do Recife*, 01 jan. 1862, p. 1). Nessa nova fase, ainda sob a propriedade e direção de José de Vasconcelos, o periódico alcançou as dimensões de 52x36 e passou a admitir anúncios, cobrados por linha impressa, ao custo de 40 réis para os assinantes e de 80 réis para os não assinantes. As matérias de interesse geral poderiam ser publicadas gratuitamente.

Na nova fase do jornal, a seção de “Folhetim” se alternou, por alguns meses, com outra intitulada “Do risco para baixo”, assinada por *Life*. Quando se estabeleceu definitivamente no *Jornal do Recife*, o “Folhetim” seguiu sendo uma parte bem diversificada do impresso na qual os leitores e as leitoras poderiam encontrar comentários sobre os espetáculos teatrais, crônicas bem humoradas transcritas dos jornais da Corte e, obviamente, a prosa de ficção, em especial a advinda da França. Em setembro de 1862, o jornal trouxe mais uma novidade no que diz respeito ao modo de veiculação dos textos ficcionais: o folhetim foi transferido para a terceira e a quarta páginas e essas, por sua vez, receberiam uma compaginação para que o rodapé pudesse ser recortado e encadernado em volume.

Na metade da segunda folha do nosso Jornal começamos hoje a publicar o romance “O primo cego”, de Francisco Magnard, compaginado de maneira a poder ser cortado e dobrado para fazer livro, sistema que seguiremos de hoje em diante em semelhantes publicações e que oferece aos nossos assinantes a vantagem de poderem ter, no fim de cada ano, nunca menos de seis volumes de 200 páginas cada um, contendo escolhidos romances, poesias, dramas e comédias, o que publicamos simultaneamente, à profusão que nos for sendo possível. No fim de alguns anos os nossos assinantes terão uma pequena biblioteca sem dispêndio algum, além da assinatura do jornal, que, por este modo, se torna ainda mais barato. (*Jornal do Recife*, 9 set. 1862, p. 3 *apud* NASCIMENTO, 1966)¹⁶

No que diz respeito aos autores e às autoras de ficção veiculados no *JR* no período pesquisado (1859-1870), pode-se afirmar que o jornal seguiu a tendência já observada no *Diário de Pernambuco* na década anterior, isto é, predominou a veiculação de autoras e autores franceses. Entretanto, conforme se poderá demonstrar no quadro abaixo, o *Jornal*

¹⁶ O número referido está indisponível tanto no acervo físico quanto no digital. Por isso, não foi possível exibir a página com a seção de folhetim.

do Recife foi um pouco mais diversificado na veiculação de prosa de ficção das seções do periódico destinadas a esse gênero. Nesse sentido, pode-se observar a presença de autores portugueses como Camilo Castelo Branco (1825-1890) – “Luta de Gigantes”, veiculada entre dezembro de 1865 e janeiro de 1866, mas sobretudo de brasileiros como Fagundes Varela (1841-1875) – teve quatro prosas de ficção publicadas no ano de 1861: “Esther”, em 16 de novembro, “As Bruxas”, em 07 de dezembro, “As ruínas de Glória”, em 14 de dezembro e, por fim, “A guarida de pedra”, em 28 de dezembro; Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) – “O culto do dever”, veiculado entre 02 de novembro e 05 de dezembro de 1865; Lycurgo José Henrique de Paiva (1842-1888) – “Adeus de um voluntário”, publicado em 23 de junho de 1865; Machado de Assis (1839-1908) – “Os primeiros amores de Bocage”, veiculado em 25 de setembro de 1865.

AUTOR/A	TÍTULO	INÍCIO DA INSERÇÃO	FIM DA INSERÇÃO
Clemencia Robert	O pastor do povo	01/01/1859	10/09/1859
Alfred des Essart	O pescador d'Etretat	01/01/1859	01/01/1859
Adam Boisgontier	Um mal hereditário	15/01/1859	15/01/1859
Sem menção	Quiproquó	15/01/1859	15/01/1859
Jules Le Sire	Joana	22/01/1859	22/01/1859
Sem menção	Viagem na América do Sul, incêndio numa floresta	29/01/1859	29/01/1859
Charles Lafont	A mendiga	12/02/1859	12/02/1859
Hoffman	"A visão"	19/02/1859	19/02/1859
mme. De Stolz	O sono do irmão	26/02/1859	26/02/1859
Sem menção	Recordações d'África	26/02/1859	02/04/1859
J. de Prémaray	História de uma agulha	12/03/1859	12/03/1859
Sem menção	Vida de um jornalista na Califórnia	12/03/1859	12/03/1859
Méry	Joaquim Murat	19/03/1859	19/03/1859
Charles Grandvallet	Debaixo de um guarda-chuva	26/03/1859	26/03/1859
Amedeu Pichot	O espelho mágico	02/04/1859	02/04/1859
Sem menção	O casamento	09/04/1859	09/04/1859
Sem menção	Katie, a donzela mais linda de Perth	14/05/1859	14/05/1859
Fr. Gerundio	As minhas botas	28/05/1859	28/05/1859
Sem menção	O vestido amarelo	04/06/1859	04/06/1859
Jorge Bell	Amor e perseverança	18/06/1859	18/06/1859
Sem menção	A sonambula sem o ser, comédia em um ato	25/06/1859	20/08/1859
R. da Cunha	Uma excursão pelo Ceará	25/06/1859	06/08/1859
Sem menção	Novela russa, Os morangos	09/07/1859	09/07/1859

A. Castro	Os frades e as formigas (recordações da vida colonial)	16/07/1859	16/07/1859
Sem menção	Conto fantástico de Pernambuco, O cavalheiro de Piratinin	23/07/1859	20/08/1859
Adele Cleret	Regina de Beaufreny	27/08/1859	03/09/1859
José de Vasconcellos	Henriqueta, conto fantástico (imitado do espanhol)	17/09/1859	24/09/1859
Dr. Nogueira de Barros	O monge de Olinda, romance original	17/09/1859	15/10/1859
Visconde Joseph de Ségur	História de um alfinete	01/10/1859	08/10/1859
mle. Gabrielle de Poligny	A azinheira dos pesares	15/10/1859	15/10/1859
Velina Bibbecouat	É preciso andar na moda	22/10/1859	29/10/1859
José de Vasconcellos	Uma união desigual, drama-comédia em um ato (imitado do francês)	22/10/1859	26/11/1859
Moléri	Um buraco no soalho, O meu observatório	12/11/1859	26/11/1859
N. Alvares	O senhor André	19/11/1859	19/11/1859
N. Alvares	Julia	26/11/1859	26/11/1859
Sem menção	A última Donati	03/12/1859	03/12/1859
F. C. de Abreu e Silva	A quebra de juramento	10/12/1859	10/12/1859
Hoffman	O voto, conto fantástico	24/12/1859	31/12/1859
mme. Eliza Gagne	O tio Gervásio	05/01/1861	05/01/1861
Maria Aycard	Os quarenta luíses de Joanhina	12/01/1861	12/01/1861
Luiz Ramos Figueira	Cateretê, cenas brasileiras,	12/01/1861	12/01/1861
Xavier Eyma	Francina, Cenas da vida escrava	19/01/1861	25/05/1861

Alfredo Des Essarts	A lei dos contrastes	26/01/1861	26/01/1861
Oscar Comettant	Os segredos do mar	02/02/1861	09/02/1861
Sem menção	Os bastidores da beleza	02/02/1861	02/02/1861
Méry	Um episódio	09/02/1861	09/02/1861
Ysabeau	A neve	16/02/1861	16/02/1861
Sem menção	Estudos no baile	16/02/1861	16/02/1861
Méry	A varinha mágica	23/02/1861	09/03/1861
H. Nevire	Uma caçada, lembrança dos Pirineus	02/03/1861	02/03/1861
Sem menção	Um drama de família	09/03/1861	09/03/1861
Alphonse Karr	A beleza pode muito e o amor pode mais	16/03/1861	16/03/1861
Xavier de Montepin	Maria de Lagarde	16/03/1861	11/05/1861
L. F. M. Pinheiro	Um cadáver	16/03/1861	16/03/1861
H. Nevirre	Lázaro ou o poder do amor materno	23/03/1861	23/03/1861
Sem menção	Um casamento romântico	30/03/1861	30/03/1861
Sem menção	O rouxinol e o cuco	30/03/1861	30/03/1861
X. Maistre	A cama	30/03/1861	30/03/1861
Sem menção	Borrasca conjugal	30/03/1861	30/03/1861
Sem menção	Cena conjugal	06/04/1861	06/04/1861
Jules Adenis	O organista de Chantilly, Recordação	06/04/1861	06/04/1861
Méry	A joia de família, I	13/04/1861	13/04/1861
Méry	A cruz de ouro	04/05/1861	04/05/1861
Hoffman	O morgado, conto noturno	11/05/1861	27/07/1861
Sem menção	O homem mais tolo do mundo	18/05/1861	18/05/1861
Sem menção	A primeira distribuição, monólogo de um carteiro filósofo	18/05/1861	18/05/1861

Sem menção	Como se fica bela	01/06/1861	08/06/1861
Sem menção	A justiça em Marrocos	15/06/1861	15/06/1861
Mme. Desormerie	Um francês na China, O duelo (I)	22/06/1861	29/06/1861
Sem menção	A cruz	06/07/1861	06/07/1861
Sem menção	A noite do casamento	06/07/1861	06/07/1861
Sem menção	Aparições e almas do outro mundo	06/07/1861	06/07/1861
Sem menção	Alexandre na África	13/07/1861	13/07/1861
A. Vaissiere	Um drama no deserto	20/07/1861	20/07/1861
“um cronista desconhecido”	O namorado, cena avulsa de uma comédia inédita	20/07/1861	20/07/1861
Ernest Daudet	Thereza, História de ontem	03/08/1861	26/10/1891
J. A. Ribeiro da Silva	Um amor antigo	03/08/1861	10/08/1861
Méry	Mahia	03/08/1861	03/08/1861
Diabo-coxo	Um suicídio de parceria	17/08/1861	17/08/1861
Alexandre Dumas Filho	Grangette	24/08/1861	02/11/1861
Leo Lespes	Um manejo eleitoral, recordações do reinado de Luiz Phillippe	30/08/1861	30/08/1861
Alfonse Karr	Um provérbio	30/08/1861	30/08/1861
R.	Recordações do clube	21/09/1861	21/09/1861
L. S.	Um sonho	28/09/1861	28/09/1861
O míope	A luneta à meia-noite	28/09/1861	28/09/1861
Seve Navarro	Enlevo, Ao meu amigo F. A. Cesário d’Azevedo	05/10/1861	05/10/1861
Maria de França	O lobisomem	12/10/1861	12/10/1861
L. S.	O gabinete da virgem	19/10/1861	19/10/1861
C.	A partida do cassino	19/10/1861	19/10/1861
D. Fuas Roupinho	Flanando	19/10/1861	19/10/1861

Romeu Jr.	A louca da aldeia	26/10/1891	26/10/1891
Romeu Jr	Um casamento	26/10/1891	26/10/1891
Victorina Bridoux	O donativo dos mortos na noite de finados	02/11/1861	02/11/1861
Manoel Garcia Gonzalez	O fratricida, crônica judia do século XIV	02/11/1861	02/11/1861
Charles Deslys	História de dois meninos e um cão	09/11/1861	16/11/1861
Sem menção	O Papagaio	09/11/1861	09/11/1861
Alfredo de Vigny	Fragmentos do livro de um sol	09/11/1861	09/11/1861
L. N. F. Varela	Esther	16/11/1861	16/11/1861
Sem menção	Apontamentos de um bebedor	16/11/1861	16/11/1861
Sem menção	Thereza	07/12/1861	21/12/1861
L. N. F Varela	As Bruxas	07/12/1861	07/12/1861
Mery	O Barão de Mornas	07/12/1861	07/12/1861
Sem menção	Minha Meninice	07/12/1861	07/12/1861
Sem menção	Anta ou Tatira	07/12/1861	07/12/1861
Sem menção	Tamanduá Bandeira	07/12/1861	07/12/1861
Sem menção	Onça ou Jaguar	07/12/1861	07/12/1861
L. N. F. Varela	As ruínas de Glória	14/12/1861	14/12/1861
Mery	Giovani e Margellina	14/12/1861	14/12/1861
Dr. Castro Santos	Qual é a causa dos ventos?	14/12/1861	21/12/1861
Moleri	A caixinha de Miguel Angelo	21/12/1861	21/12/1861
Sem menção	Themoteo Prevoste	21/12/1861	21/12/1861
Sem menção	Uma de tantas	28/12/1861	28/12/1861
L. N. F. Varela	A guarida de pedra	28/12/1861	28/12/1861
Sem menção	Horrores da pena de morte	28/12/1861	28/12/1861
José Paulino da Câmara	Despedida	29/04/1865	29/04/1865

Sem menção	Alienação	03/05/1865	03/05/1865
Lycurgo José Henrique de Paiva	Adeus de um Voluntário	23/06/1865	23/06/1865
L. Guimarães Junior	As Mulheres de Mármore	08/07/1865	08/07/1865
Sem menção	Folhas de Cypreste	09/08/1865	09/08/1865
Machado de Assis	Os Primeiros Amores de Bocage	25/09/1865	25/09/1865
Pierre Veron	As Formulas da Morte	28/10/1865	28/10/1865
Joaquim Manuel de Macedo	O Culto do Dever	02/11/1865	05/12/1865
Camilo Castelo Branco	Luta de Gigantes	06/12/1865	25/01/1866
D. Manuel Fernández y Gonzáles	O Cozinheiro de sua majestade	03/01/1868	07/10/1869
Sem menção	O Estudante de Cambridge	04/01/1868	04/01/1868
Sem menção	Mulheres da América do Norte	07/01/1868	07/01/1868
Sem menção	Carta de um músico ao boticário e vice-versa	09/01/1868	09/01/1868
Gustavo Naquet	Duelo de Morte	09/01/1868	09/01/1868
Sem menção	Uma Festa no Campo	24/02/1868	24/02/1868
L. J. Pereira e Silva	Riachuelo	19/08/1868	21/08/1868
Emilio Castelar	Uma carta de Emilio Castelar	25/08/1868	25/08/1868
Odysse - Barot	A Constituição Civil do Papado	24/09/1868	08/10/1868
A. D. de Pascual	As Quatro Derradeiras Noites	08/10/1868	18/10/1869
J. C. Fernandes Pinheiro	Antonio Jose e a Inquisição	18/10/1868	20/10/1869
H. Emilio Chevalier	Os Índios de Nariz Furado	21/10/1868	11/12/1869
Petrucelli de la Gattina	Um ex-Benedictino a um ex-Carmelita	04/11/1868	04/11/1868

Petrucelli de la Gattina	Concilio Ecumenico	05/11/1868	09/12/1868
Visconde Ponson du Terrail	Os Dramas de Paris ou Rocambole	20/12/1869	30/12/1870

Quadro 2 – *Jornal do Recife* – Autores/as veiculados/as nas seções destinadas à prosa de ficção

Foi possível também encontrar autores como Ernst. T. A. Hoffmann (1776-1822) – “A visão”, publicado em 19 de fevereiro de 1859; “O voto, conto fantástico”, publicado entre 24 e 31 de dezembro de 1859 e “O morgado, conto noturno”, publicado entre 11 de maio e 27 de julho de 1861. O espanhol Manuel Fernández y González (1821-1888) compareceu na seção de folhetim do *JR* com a prosa de ficção “O cozinheiro de sua majestade”, traduzida pelo pernambucano José Antônio de Almeida Cunha (1841-1919), que começou a ser publicada em 03 de janeiro de 1868 e permaneceu sendo veiculada, ininterruptamente, até 07 de outubro de 1869. Esse autor foi comparado a Alexandre Dumas (pai) no que se refere à intensa produção folhetinesca feita por encomenda e à exploração do trabalho de ficcionistas anônimos¹⁷. É possível que, assim como ocorreu com o *Diário de Pernambuco*, os raros autores espanhóis, alemães e italianos que compareceram nas seções destinadas à prosa de ficção do *Jornal do Recife* tenham chegado aos leitores recifenses pela mediação das publicações periódicas francesas.

Por outro lado, de maneira semelhante ao DP, a prosa de ficção de origem francesa predominou nas páginas do *Jornal do Recife*. Nesse sentido, pôde-se encontrar autores como Xavier Eyma (1816-1876), com a prosa de ficção “Francina, Cenas da vida escrava” – veiculada entre 19 de janeiro e 25 de maio de 1861 e Alphonse Karr (1808-1890) – “A beleza pode muito e o amor pode mais” e “Um provérbio”, prosas de ficção veiculadas, respectivamente, em 16 de março e 30 de agosto de 1861. Destaque, em primeiro lugar, para Joseph Méry com sete prosas de ficção veiculadas nos dois primeiros anos de circulação do *JR* – “Joaquim Murat”, em 19 de março de 1859; “Um episódio”, em 09 de fevereiro de 1861; “A varinha mágica”, entre 23 de fevereiro e 09 de março de 1861; “A joia da família”, em 13 de abril de 1861; “A cruz de ouro”, em 04 de maio de 1861; “Mahia”, em 03 de agosto de 1861; por fim, “Giovanni e Margellina”, em 14 de dezembro de 1861. Em segundo lugar, vale destacar o início da veiculação da primeira série de “Os dramas de Paris ou Rocambole”, “A herança misteriosa”, do visconde Pierre Alexis

¹⁷ <https://dbe.rah.es/biografias/9509/manuel-fernandez-y-gonzalez>

Ponson de Terrail (1829-1871) em 20 de dezembro de 1869. Daí por diante, o *Jornal do Recife* daria seguimento com a veiculação, quase ininterrupta, das demais partes daquele romance-folhetim: *O clube dos valetes de copas* (iniciado no número 55, de 09 de março de 1870, e concluído em 04 de julho de 1870, n. 148; *As proezas de Rocambole* (que teve início no número 149, de 05 de julho de 1870, e fim no número 237, de 18 de outubro de 1870); *A desforra de Baccarat* (com princípio no número 238, de 19 de outubro de 1870, e fim no número 264, de 19 de novembro de 1870); *Os cavalheiros do luar* (primeira parte iniciada em 21 de novembro de 1870, número 265, e concluída em 21 de dezembro de 1870, no número 290).

CAPÍTULO 2 – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS FRANCESAS: FONTES DE PROVENIÊNCIA DA PROSA DE FICÇÃO DA IMPRENSA RECIFENSE

Essa etapa da investigação exigiu pesquisas no sítio da Biblioteca Nacional da França (BNF) e, nela, foram enfrentados dois desafios metodológicos. Em primeiro lugar, o nome do autor. Conforme já se argumentou mais acima, nas práticas da imprensa periódica Oitocentista, o nome do autor poderia se prestar a variados usos. Poderia, por exemplo, ser uma estratégia de interpelação do público leitor. Nesse sentido, atribuir a autoria de um texto a um nome como o de Eugène Sue, mesmo que não tivesse saído de sua pena, seria um modo de atrair mais leitores ou subscritores para o periódico (BARBOSA, 2018).

O nome do autor pode oferecer ainda mais dificuldades quando, como é o caso do *Diário de Pernambuco*, a prática corriqueira era aporuguesar e, às vezes, abreviar os nomes dos autores e autoras. Assim, por exemplo, o nome de Eugène Sue era grafado “Eugênio Sue”, Charles Monselet, grafado “Carlos Monsellet”, e Théophile Gautier, grafado apenas “Th. Gautier”. Desse modo, a problemática do nome do autor leva a pôr sob suspeita qualquer atribuição de autoria que não possa ser verificada por meio do cotejo com textos originais, com outras fontes, a exemplo dos dicionários bibliográficos, ou por intermédio do confronto entre “pistas talvez infinitesimais” (GINZBURG, 1989, p. 150) oferecidas aqui e ali pelos próprios redatores nas páginas dos periódicos.

Nesse sentido, embora alguns nomes sejam mais notórios e lembrados até hoje, outros, como é o caso de “Amedeo Achard”, ofereceram dificuldade à investigação por conta justamente de seu aporuguesamento nas páginas do *DP*. Feitas algumas buscas no sítio da Biblioteca Nacional da França chegou-se ao nome de Louis Amédée Eugène Achard (1814-1875), jornalista, romancista e autor dramático, natural de Marselha. Em meio à escassez de documentos sobre a vida do autor, foi possível encontrar algumas notas biográficas sobre Amédée Achard, produzidas pelo historiador e bibliotecário Roger Musnik¹⁸, numa seção do sítio da BNF dedicada aos romancistas populares do século XIX. De acordo com Musnik, o autor marselhês é quem merece o título de pai do gênero de “capa e espada” (*De cape et d’épée*), em que pese o fato de Paul Féval ter usado pela primeira vez a expressão em 1857. Colaborador assíduo do *Journal des débats politiques et littéraires* entre as décadas de 1850 e 1860, Achard era politicamente

¹⁸ <https://gallica.bnf.fr/blog/01012013/amedee-achard?mode=desktop>

conservador e, talvez, por isso, tenha sido um dos romancistas preferenciais do *Diário de Pernambuco*. Entretanto, não se deve imputar a recorrência das prosas de ficção de Amédée Achard no periódico recifense apenas ao posicionamento político daquele homem de letras. O *DP* vinha manifestando ao longo dessa década o objetivo de ampliar e diversificar seu público e declarava, no editorial de 28 de novembro de 1859, que o periódico seria tão útil “ao particular como ao funcionário público, ao moço como ao velho, ao homem como a senhora...”. Além disso, é possível que Amédée Achard fosse preferido pelo periódico haja vista também sua prosa em que, segundo Charles Monselet (1857), em *La lorgnette littéraire: dictionnaire des grands et des petits auteurs de mon temps*, parece passar o sopro de Alexandre Dumas.

Outro problema relacionado ao nome do autor são os casos de pseudonímia ou a utilização de nomes fictícios, inventados pelos próprios redatores de jornais ao traduzir e/ou transpor determinados textos para as páginas dos periódicos. Conforme já demonstrado, a ordem dos discursos que imperava sobre as práticas de difusão do escrito próprias à imprensa oitocentista não tinha nem o nome do autor nem tampouco a estabilidade dos gêneros como princípio de sua coerência (CHARTIER, 2004). O intenso trabalho coletivo de cópia, recopilação e transposição de prosas de ficção de um livro para o periódico ou, o que era mais comum, de revistas e jornais oriundos de outras províncias brasileiras, mas também de periódicos estrangeiros revela as redes complexas de difusão dos textos ficcionais em que as coerções editoriais eram frágeis e “as publicações rearranjadas de textos e as traduções podiam abarcar outras fontes e autorias à sua história, as quais chegavam até a ofuscar a original” (RAMICELLI, 2004, p. 56).

Especialmente no que toca ao uso do pseudônimo, tratava-se de uma estratégia comum no século XIX utilizada por homens e mulheres de letras por variadas razões e com diversas finalidades. Dar-se-á destaque aqui ao curioso caso de Fernan Caballero, na verdade, Cecilia Böhl de Faber (1796-1877), que nasceu na Suíça, filha de pai alemão e de mãe espanhola, mas que viveu boa parte da vida em Sevilha e retratou em seus romances os costumes andaluzes.

Segundo a notícia biográfica, de autoria do conde de Bonneau-Avenant, aposta ao livro *Deux nouvelles andalouses posthumes de Fernan Caballero* (Duas novelas andaluzas póstumas de Fernan Caballero), publicado em 1882, Cecília Faber recorreu ao pseudônimo porque era uma mulher cristã, discreta e virtuosa, e resistiu muito a se pôr em evidência no mundo das letras. Ela publicara, em Hamburgo, no ano de 1831, uma prosa de ficção acerca de costumes populares intitulada “Sola”, composta em alemão e

sem referência à autoria. Quando decidiu publicar, em folhetim, no periódico madrileno *el Heraldo* a prosa de ficção “La mouette” (A gaivota), em 1849, escolheu como pseudônimo o nome de uma pequena vila de La Mancha, localizada entre Toledo e Cidade Real, chamada Fernan Caballero. Com ele assinou o manuscrito de sua primeira novela, que compôs primeiro em francês, para se distrair da longa ausência de seu terceiro marido, cuja viagem para a Austrália por questões financeiras e de saúde, deixara-lhe numa profunda melancolia. Essa prosa de ficção rendeu a Fernan Caballero o título de “Walter Scott espanhol”, dado por Eugène Ochoa, crítico de *la España*, quando ainda não se sabia que o autor, na verdade, era uma respeitável senhora de meia idade, demasiadamente modesta, segundo o conde de Bonneau-Avenant (1882), para ser assemelhada à madame de Girardin, e muito cristã para ser comparada a George Sand.

Ao aportar no Recife, no número 122 do *Diário de Pernambuco*, de 23 de maio de 1856, com a prosa de ficção “Pobre Dolores”, Cecília Faber, ao menos diante do público francês, já não podia contar com o anonimato, uma vez que Alfred Germond de Lavigne (1812-1891), tradutor de sua obra na França, revelara, por volta de 1853, o segredo que, na Espanha, vinha sendo conservado a pedido da autora (BONNEAU-AVENANT, 1882). Entretanto, nessa primeira inserção da prosa atribuída a Fernan Caballero, o *DP* optou por transcrever a “*NOTA DA TRADUÇÃO FRANCESA*”, posta ao final da primeira coluna, sem assinatura, e não revelar a identidade de “dona Cecília”:

A autora desta novela debalde procurou ocultar-se debaixo de um pseudônimo masculino. Cada passo, na leitura de sua obra, descobre-se esse segredo mal disfarçado.

A mulher trai-se por uma multidão de pensamentos graciosos, por uma sensibilidade profunda, e ao mesmo tempo por uma infeliz inexperiência dos efeitos, por uma frequente tendência para a filosofia benévola, por uma negligência involuntária e felizmente rara, e para outro sentimento, que chamarei graça estudada, temendo dizer afetação. Os espanhóis vivamente interessados por escritos de merecimento tão novo, quiseram saber quem se ocultava debaixo do pseudônimo. O segredo foi fielmente guardado durante muito tempo; a imprensa não publicou o nome de Dona Cecília... imitaremos esse respeitoso recato. (*Diário de Pernambuco*, 23 de mai. 1856, p. 1, grifos meus)

Fez-se questão de transcrever a nota inteira, uma vez que se desvela aí certa representação acerca da escrita de uma mulher, cujas características poderiam trair o disfarce de um pseudônimo masculino: “uma multidão de pensamentos graciosos”, “uma sensibilidade profunda”, “a frequente tendência para a filosofia benévola” e “uma graça estudada”. Do mesmo modo, o referido autor de sua notícia biográfica afirma que, em 1854, ano em que Cecília Faber passou a se dedicar integralmente às belas-letas, após

ficar viúva pela terceira vez, e publicou uma série de prosas de ficção no periódico *la España* – “Élie ou a Espanha há trinta anos”, “A família Alvaredo”, “Pobre Dolores”, “Lucas Garcia”, etc. –, já não havia dúvidas sobre o sexo que se escondia por trás do pseudônimo masculino, visto que “a mulher se traiu no escritor pela graça delicada dos pensamentos” – «La femme s'était trahie dans l'écrivain par la grâce exquise des pensées» (BONNEAU-AVENANT, 1882, p. 92, grifos meus). Paradoxalmente, quando ainda se ignorava a identidade da autora, ela fora comparada a Walter Scott e, em mais de uma ocasião, o mesmo conde de Bonneau-Avenant refere-se à virilidade de seu caráter e de seu talento.

O caso de Cecília Faber, nesse sentido, pode revelar a grande vacilação em torno do nome do autor no que tange à apreciação crítica de uma determinada obra por parte de um público mais especializado, sobretudo quando se trata, da escrita de prosa de ficção de mulheres sob pseudônimo no século XIX, uma vez que tal escrita está submetida a certas regras de apreciação que mudam conforme o conhecimento ou a ignorância do gênero feminino que se esconde atrás de um pseudônimo masculino. Não é um dado fortuito, nesse sentido, o fato de que as mulheres de letras, autoras de ficção e de outros gêneros publicados em impressos periódicos, que não recorriam ao pseudônimo ou deixavam, em algum momento, de a ele recorrer, eram identificadas quase sempre, não só no *Diário de Pernambuco*, mas também nos periódicos franceses consultados, pelos nomes de seus maridos homens de letras, a exemplo de Delphine de Girardin, sempre identificada como Mme. Émile de Girardin, ou Henriette Etiennette Fanny Reybaud (1802-1871), nomeada sempre Mme. Charles Reybaud.

Deslindado o problema do nome do autor, resta um segundo desafio metodológico: o confronto entre as prosas de ficção atribuídas a esses autores e veiculadas nos periódicos e as possíveis fontes (revistas e jornais periódicos ou livros) de que foram retiradas. A finalidade desse confronto não será verificar o respeito aos textos supostamente originais, visto que os processos tanto de tradução de uma língua a outra quanto de transposição de um periódico para outro ou de um livro para um periódico não implicavam necessariamente em fidelidade ao texto-fonte, sobretudo se se pensa nas práticas específicas da imprensa oitocentista.

Segundo Meyer (1999), o processo de tradução, nesse período, geralmente implicava uma inteira reescritura do texto com a finalidade de o adequar, tanto do ponto de vista da intriga quanto do estilo, ao gosto do público da língua para a qual era transposto. A pesquisadora comenta, entre outros, o caso de *Saint-Clair das Ilhas, ou os*

desterrados da Ilha da Barra, livro que, conforme demonstrou, teve grande penetração em Portugal e no Rio de Janeiro. A autoria desse livro é atribuída a Isabelle de Montolieu (1751-1832), mas que, em verdade, saiu da pena de uma autora inglesa chamada Elizabeth Helme, de quem só se tem notícia do ano de morte, -1814. Mme. de Montolieu traduziu e adaptou o *Saint-Clair das Ilhas* de modo a agradar o gosto do público francês. Essa tradução acabou por ofuscar o texto original e por servir de texto-fonte às traduções para outras línguas. Tido como “modelo narrativo”, a tradução de Mme. de Montolieu “deve ter contribuído, no Brasil que os recebeu por essa mediação, para modelar algo que era um gosto em formação” (MEYER, 1999, p. 37).

Quando se pensa em tais processos de mediação no contexto da imprensa periódica oitocentista, está-se diante de um fenômeno ainda mais complexo. Ramicelli (2004) aborda tal questão, concentrando-se na intrincada rede tecida pela difusão da prosa de ficção inglesa à qual o público leitor brasileiro teve acesso pelas traduções francesas presentes em impressos periódicos como a *Revue Britannique*. No cotejo dos textos originais em inglês e das traduções da referida revista, a pesquisadora identificou mudanças significativas tais como o deslocamento do ponto de vista narrativo, cortes de personagens e de intrigas paralelas, bem como sumarização de passagens consideradas muito longas, a fim de encurtar a narrativa, até mudanças radicais do posicionamento ideológico apresentado pelo narrador. Todos esses procedimentos visavam a uma adequação dos textos ao caráter do público leitor francês que a *Revue Britannique* pretendia atingir, entretanto, ao alcançar o público brasileiro, eles contribuíram para forjar modos de difusão e apropriação de textos ficcionais na imprensa periódica da capital do Império. Esse percurso metodológico permitiu à pesquisadora apreender “modos particulares de apropriação” (RAMICELLI, 2004, p. 14) envolvidos nos processos tradutórios, levando em conta o estatuto da escrita de ficção do período, relacionado ao crivo editorial das revistas que deram a ler ao público brasileiro prosas de ficção oriundas da Inglaterra.

Com propósito distinto ao da pesquisa de Ramicelli (2004), a presente investigação dedicou-se a compreender os modos de circulação da prosa de ficção francesa e não os aspectos ligados à tradução. Optou-se, nesse sentido, por interrogar acerca das fontes a que os redatores do *Diário de Pernambuco* recorreram para alimentar as seções destinadas à prosa de ficção presentes no periódico e, na medida do possível, relacionar os objetivos de tais impressos franceses tomados como fonte pelo *DP* com os próprios objetivos do periódico recifense, bem como os critérios de seleção das prosas de ficção.

Para tanto, foi necessária uma busca por revistas e jornais franceses, ainda por meio do sítio da BNF, a fim de identificar as possíveis fontes de onde foram retiradas as prosas de ficção atribuídas aos autores e autoras veiculados no *DP*. Como não foi possível abranger a totalidade dos autores e autoras veiculados pelo *DP* ao longo da década de 1850, já que ultrapassa o número de cinquenta, fez-se necessário se ater a alguns dos mais recorrentes.

2.1. A *Revue de Paris* e a cronologia de circulação da prosa de ficção no *Diário de Pernambuco*

O fio condutor da investigação será Amédée Achard. Ele foi um dos autores mais recorrentes nas páginas do folhetim do *DP*. Num período de aproximadamente cinco anos, 1854-1859, foram veiculadas quatro prosas de ficção a ele atribuídas: “Os netos de Lovelácio”, veiculada entre 28 de fevereiro e 04 de abril de 1854; “Madama Rosa”, inserta entre 11 de agosto e 24 de setembro de 1857; “Alexandrina du Rosier”, veiculada entre 18 de março e 15 de abril de 1858; e, finalmente, “A sombra de Ludovico”, cuja inserção se deu entre 21 de dezembro de 1858 e 20 de janeiro de 1859.

Foi possível encontrar, no sítio da BNF, a fonte da qual foi transposta a prosa de ficção “Os netos de Lovelácio”: a *Revue de Paris*. Esse impresso, inicialmente de periodicidade mensal, começou a circular em outubro de 1851 sob a direção de Théophile Gautier (1811-1872) e Arsène Houssaye (1814-1896), aos quais se juntará mais tarde Maxime du Camp (1822-1894).

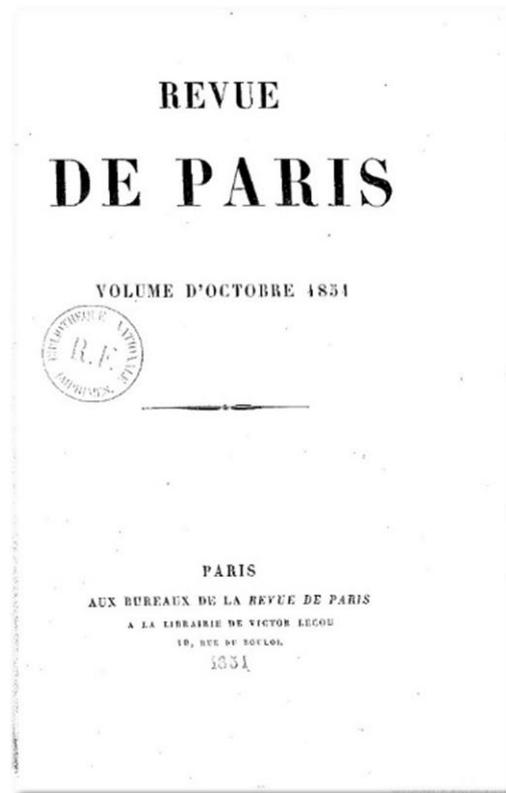


Figura 16 – *Revue de Paris*, capa da edição de outubro de 1851.

Na introdução (*Liminaire*) assinada por Gautier, questionava-se a empreitada de lançar uma revista inteiramente dedicada à “literatura” num período em que o medo do desconhecido diante das agitações sociais dos últimos anos aconselhava justamente um caminho distinto:

Vamos fazer uma nova revista sob um título antigo a que não faltou o sucesso, a *Revue de Paris*. – O momento é bem escolhido para uma obra puramente literária? Os experimentados e os prudentes responderiam que não. – Com efeito, a gravidade dos acontecimentos, a evidência das preocupações políticas, a expectativa ou o medo do desconhecido que atormenta os espíritos parecem lhes dar ganho de causa. O que impediria especuladores e pessoas hábeis é precisamente o que nos determina. É porque a época é ruim para a arte, que publicamos esta coleção em que a arte ocupará o melhor lugar. Não se deve abandonar seus amigos no infortúnio. (*Revue de Paris*, out. 1851, p. 5)¹⁹

De fato, os diretores da *Revue de Paris* de 1851 estavam retomando o nome de um outro periódico com propósitos mais ou menos semelhantes, que, de acordo com a

¹⁹ « Nous allons faire une revue nouvelle sous un vieux titre à qui le succès n’a pas manqué, la *Revue de Paris*. – Le moment est-il bien choisi pour une œuvre purement littéraire ? Les expérimentés et les prudents répondraient non. – En effet, la gravité des événements, l’évidence des préoccupations politiques, l’attente ou la peur de l’inconnu qui tourmentent les esprits, sembleraient leur donner gain de cause. Ce qui arrêterait des spéculateurs et des gens habiles, est précisément ce qui nous détermine. C’est parce que l’époque est mauvaise pour l’art, que nous publions ce recueil où l’art tiendra la meilleure place. Il ne faut pas abandonner ses amis dans l’infortune. »

investigação feita na hemeroteca da BNF, circulou entre 1829 e 1845, sob a direção de Louis Véron (1798-1867), Charles Rabou (1803-1871) e Amédée Pichot (1795-1877) e tinha como subtítulo “jornal crítico, político e literário” (*journal critique, politique et littéraire*). No prefácio ao seu primeiro número – ou, conforme os próprios redatores da revista, sua primeira “livração” (*première livraison*), de abril de 1829 –, a *Revue de Paris* asseverava que o século XIX era um século em que a razão não se apaixonava senão por fatos e resultados e prometia, dentro desse espírito, “um novo exame crítico de nosso repertório literário desde Homero até Marmontel, etc., etc.” – « Un nouvel examen critique de notre ancien répertoire littéraire depuis Homère jusqu'à Marmontel, etc., etc. » (*Revue de Paris*, abr. 1829, p. iv). Situada numa ordem de discursos em cujo cerne estavam as “belas-letras”, as quais não excluía escritos históricos, filosóficos e políticos, a primeira *Revue de Paris* deu abrigo aos gêneros da lírica, aos retratos e perfis biográficos de homens de letras a exemplo de Walter Scott e Jean-Jacques Rousseau e privilegiou a veiculação de autores como Alphonse de Lamartine e Saint-Beuve.

De modo distinto, o redator da nova *Revue de Paris* declarava, no referido prefácio, que a publicação seria “puramente literária”. Talvez essa tenha sido uma tática para que os redatores se esquivassem dos debates políticos que poderiam trazer consequências nefastas para o periódico nos anos que se sucederam à Revolução de 1848 e ao golpe de Luís Bonaparte, os quais foram permeados pela censura à imprensa. Mesmo assim, apesar de não se debruçar detalhadamente sobre as circunstâncias históricas que cercavam a iniciativa de trazer a revista à luz, Théophile Gautier esforçou-se para sublinhar a grande relevância das letras e o seu poder de movimentar as ideias e a sociedade: “...não é o verbo que subleva as massas com sua força imensa? Dois ou três substantivos mudaram a face material do mundo” – « n'est-ce pas le verbe qui soulève les masses avec sa force immense ? deux ou trois substantifs ont changé la face matérielle du monde » (*Revue de Paris*, out. 1851, p. 5). Mais adiante, o autor recusa a representação dos poetas “como espécies de faquires absorvidos na contemplação de si mesmos, insensíveis a tudo o que se passa ao redor deles...” – « ...comme des espèces de fakirs absorbés dans la contemplation d'eux-mêmes, insensibles à tout ce qui se passe autour d'eux... » (*Revue de Paris*, out. 1851, p. 6) – e afirma que as pessoas que fazem esse tipo de representação dos poetas esquecem

[...] que Dante participou ativamente das facções de Florença, que Byron, enquanto rimava com *Dom Juan*, ia morrer pela independência da Grécia, que Béranger contribuiu para a queda da Restauração, e que

a revolução de fevereiro é, em grande parte, obra de um poeta lírico. (*Revue de Paris*, out. 1851, p. 6)²⁰

Nessa perspectiva, a nova *Revue de Paris* recusava-se a ser uma “escola” e a professar teorias ou doutrinas obscuras e declarava seguir apenas um princípio em matéria literária: a liberdade absoluta. Liberdade para que cada escritor pudesse produzir de acordo com seu “gênio” e não fosse obrigado a se submeter às regras da literatura reinante. Ainda que a “literatura reinante” – e por essa expressão deve-se compreender os gêneros da prosa de ficção – também fosse bem-vinda às páginas do periódico e não se temesse “fazer atravessar *Clarissa Harlowe* pela voga de *Os mistérios de Paris*” – « ...nous ne craignons pas de faire traverser à *Clarissa Harlowe* la vogue des *Mystères de Paris* » (*Revue de Paris*, out. 1851, p. 8).

Assim, somente nos primeiros meses de circulação do periódico – outubro a dezembro de 1851 –, contava-se com a colaboração, além dos diretores-redatores já mencionados, de nomes tais como Alphonse de Lamartine, Honoré de Balzac (textos póstumos inéditos), George Sand e Delphine de Girardin. A partir de 1852, a lista de colaboradores só aumentou e abrangia homens e mulheres de letras, célebres ou desconhecidos/as, a exemplo de Alphonse Karr (1808-1890), Joseph Méry (1797-1866), Gérard de Nerval (1808-1855), Léon Gozlan (1803-1866), Charles Monselet (1825-1888), Aimée de Beauvoir (1823-1859), etc. Quanto aos preços de subscrição e de números avulsos da *Revue de Paris*, esses apareceram nas primeiras edições de 1852, expostos do seguinte modo: para os habitantes de Paris, a subscrição custava 25 francos por um ano e 13 francos por seis meses; para os habitantes das províncias, custava 30 francos por um ano e 16 francos por seis meses; para outros países, 35 francos por um ano e 18 francos por semestre. Cada volume separado custava 2 francos e 50 centavos.

A receita editorial da nova *Revue de Paris* parece ter alcançado um grande e rápido sucesso. É o que foi possível constatar no número de 1º de julho de 1853, à ocasião do terceiro ano de circulação do periódico.

²⁰ « [...] que Dante prit une part active aux factions de Florence, que Byron, tout en rimant don Juan, allait mourir pour l'indépendance de la Grèce, que Béranger contribua à la chute de la Restauration, et que la révolution de février est, en grande partie, l'oeuvre d'un poëte lyrique. »

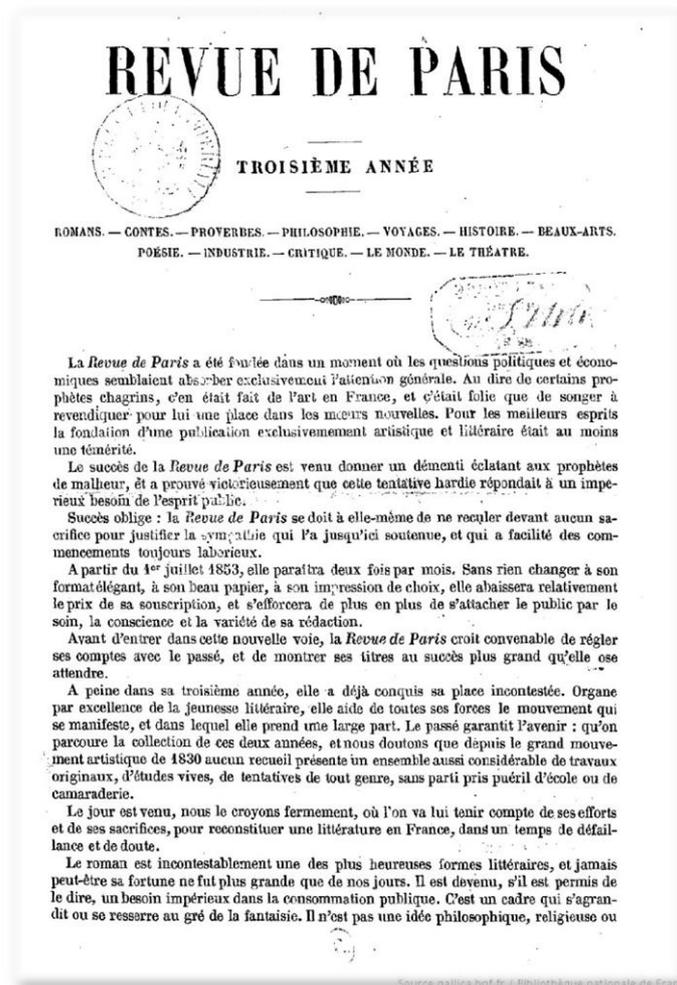


Figura 17 – Suplemento do número de 1º de julho de 1853, *Revue de Paris*, sem numeração de páginas.

Num suplemento de quatro páginas que abriu a revista nesse mês, os redatores afirmam que “o sucesso da *Revue de Paris* veio a desmentir os profetas do desastre e provou vitoriosamente que essa tentativa corajosa respondia a uma imperiosa necessidade do espírito público” – « Le succès de la *Revue de Paris* est venu donner un démenti éclatant aux prophètes de malheur, et a prouvé victorieusement que cette tentative hardie répondait à un impérieux besoin de l'esprit public » (*Revue de Paris*, 1º jul. 1853, s/ p.). Além disso, o suplemento informa que a revista passará, a partir daquele número, a ser quinzenal, sem nada mudar ao seu formato elegante, ao seu belo papel e que se esforçará para, cada vez mais, ligar-se ao público pelo cuidado, pela consciência e pela variedade de sua redação. É possível perceber também que, devido ao aumento das matérias e à agregação de novos colaboradores, o que fez aumentar significativamente o número de páginas do periódico, houve um ajuste dos preços e das modalidades de subscrição.

Assim, para o público de Paris, a subscrição poderia ser anual, a 40 francos, semestral, a 22 francos e trimestral, a 12 francos. Para outras cidades (*départements*) e para o estrangeiro, valiam os preços referidos sob taxaço adicional. De acordo com a informação cambial oferecida pelo próprio *DP*, em dezembro de 1853, 1 franco equivalia a 345 rs., então, a assinatura anual da *Revue de Paris*, deveria custar por volta de 13.800 rs., afora as taxas, ou seja, um preço que, possivelmente, ficava entre o valor da subscrição anual do próprio *DP*, que era de 15.000 rs.,²¹ ou do *Diário do Rio de Janeiro*, que custava 20.000 rs. para fora da Corte e de Niterói.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

CAMBIOS DE 5 DE DEZEMBRO.

Sobre Londres	28
α Paris	345
α Lisboa	95 por cento.
RETTAES.	
Ouro. — Onças hespanholas . . .	285500 a 298000
Moedas de 62400 velhas	165000
α de 62400 novas	165000
α de 48000	95000
Prata. — Patações brasileiros	15930
Pesos columnarios	15930
α mexicanos	15800
Acções do Banco	10 1/2
Desconto de Letras	9 a 11 1/2

MUTILADO

Figura 18 – *Diário de Pernambuco*, n. 273, 06 dez. 1853, câmbio referente a 05 de dez.

²¹ Em 1854, o valor da subscrição do *Diário de Pernambuco* era 15.000 rs. por ano adiantado, 4.000 rs. por trimestre adiantado e 4.500 rs. por trimestre vencido. Caso se divida o valor da subscrição por ano adiantado pelo total de impressos dados à luz naquele ano, ou seja, 299, chegar-se-á à cifra de aproximadamente 50 rs. por um número.

É digno de nota, todavia, o modo como, nesse suplemento, os redatores se referem ao romance:

O romance é incontestavelmente uma das mais felizes formas literárias e jamais talvez sua fortuna tenha sido tão grande quanto em nossos dias. Ele se tornou, se é permitido dizer, *uma necessidade imperiosa do consumo público*. É uma moldura que se expande ou se encurta de acordo com a fantasia. Não há uma ideia filosófica, religiosa ou moral que o romance não possa fazer aceitar sob uma fabulação engenhosa. O romancista moderno se diferencia nisso de seus antecessores. Por menor que seja a forma, a obra deixa de ser frívola. H. de Balzac fez autoridade tanto entre os moralistas quando entre os romancistas. (*Revue de Paris*, 1º jul. 1853, s/ p., grifos meus)²²

Um primeiro ponto que chama a atenção é a tentativa de alçar o gênero à legitimidade de outras formas de discurso – filosofia, religião, moral – com a vantagem que tem o romance, entretanto, de as submeter a um tratamento engenhoso e, logo, mais palatável a um público amplo e de gosto mais diversificado. De acordo com Abreu (2003b), desde o século XVIII, quando o romance surgiu, houve um aumento dos atores sociais envolvidos em sua produção e em seu consumo, mas também dos discursos que visavam a atacar o gênero como uma leitura frívola e/ou imoral. De qualquer modo, tais discursos não conseguiram aplacar a crescente popularidade do romance entre os leitores/as e, já no começo do século XIX, passaram a circular discursos tal qual o exposto no suplemento da *Revue de Paris* que consideravam o gênero como necessário e benfazejo ao público leitor.

Não se pode perder de vista, entretanto, que o poder das instituições parece ter estado sempre vigilante sobre os gêneros da ficção e o princípio de “liberdade absoluta” defendido pela *Revue de Paris* não passou ileso aos olhos desconfiados das autoridades que levaram Gustave Flaubert (1821-1880), ao lado do então diretor, Léon Laurent Pichat (1823-1886), aos tribunais para responder a uma acusação de ofensa à moral e à religião devido à publicação de “Madame Bovary”, que se deu a partir do número de 1º de outubro de 1856. Antes de mais nada, a representação em torno do romance presente no referido suplemento participa das regras de um jogo, faz comparecer uma contra-palavra num

²² « Le roman est incontestablement une des plus hereuses formes littéraires, et jamais peut-être sa fortune en fut plus grande que de nos jours. Il est devenu, s’il est permis de le dire, un besoin impérieux dans la consommation publique. C’est un cadre qui s’agrandit ou se resserre au gré de la fantasia. Il n’est pas une idée philosophique, religieuse ou morale, que le roman ne puisse faire accepter sous une affabulation ingénieuse. Le romancier moderne se distingue en ceci des ses devanciers. Quelque légère que soit la forme, l’œuvre a cessé d’être frivole. H. de Balzac fait autorité parmi les moralistes tout autant que parmi les romanciers. »

conjunto de discursos que intenta se apoderar de um objeto simbólico, o romance. Revela, enfim, a tensão entre os sujeitos e as instituições envolvidos na difusão das belas-letas, as disputas entre grupos de homens letrados no que tange aos gêneros e textos que devem ser dados a ler a determinados públicos de leitores.

Cabe assinalar, a esse respeito, que a revista trata o público leitor como “consumidor” – *consommateur* – à medida que define o romance como uma necessidade inapelável do “consumo público” – *consommation publique*. A palavra “*consommation*” guarda uma polissemia que merece comentário. De acordo com o *Dictionnaire de l’Académie Française* (1835), o verbete, entre outras acepções, significa a “consumação”, a “finalização”, a “realização” de algo: a consumação de uma obra ou de um afazer, a consumação de uma profecia ou de um sacrifício. Por outro lado, ela também refere o grande uso de uma coisa, uma mercadoria ou um produto. Provavelmente, é nessa última acepção que os redatores da *Revue de Paris* se utilizam do termo. A palavra *consommateur*, por sua vez, segundo o mesmo dicionário, é simplesmente o que consome, o sujeito que faz uso de uma mercadoria ou de um produto. Nesse sentido, não se pode perder de vista a relação de tal significado com determinadas práticas do cotidiano, práticas que talvez façam entrever “os grandes usos” de determinadas comunidades de leitores situadas num dado momento da história, usos materializados em pequenos gestos, useiros e ordinários, para cuja investigação “é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto” (DE CERTEAU, 1994, p. 35, grifos meus).

A imprensa periódica do Oitocentos obriga a essa reaprendizagem de operações comuns, a essa investigação que se apega a minúcias, que percorre a materialidade dos impressos em busca, do ponto de vista da História Cultural, dos objetos de consumo e dos modos mais ou menos determinados pelos quais esses objetos devem ser usados ou consumidos, bem como os efeitos que podem causar nos sujeitos que os usam e os consomem. É imprescindível a esta investigação embrenhar-se nas picadas oferecidas pela presença massiva de autoras e autores franceses, a exemplo de Amédée Achard, nos rodapés do Folhetim do *Diário de Pernambuco*, rastrear suas fontes, percorrer prospectos e prefácios, comparar cronologias de aparecimento, flagrar trocas de cartas entre redatores, atentar para os protestos dos moralistas, sem temer a constatação de que “o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases” (FOUCAULT, 2015, p. 59, grifos meus).

Com efeito, historicizar a relação entre cultura e leitura é uma forma de desembaraçar o pesquisador daquilo que a história pode impor como “pressuposto inconsciente” (CHARTIER; BOURDIEU, 2001, p. 233). Assim, operar um inquérito histórico acerca das práticas de difusão e das modalidades de uso e consumo da leitura da prosa de ficção contribuiria para desfazer as “ênfatuções” que se acercam dos estudos literários e desembaraçar o pesquisador dos “pressupostos inconscientes” que lhes são, geralmente, impostos por sua própria experiência como leitor moderno. Em outras palavras, a investigação que toma por objeto as referidas práticas deve se liberar do anacronismo com que a historiografia literária as tratou até bem recentemente e situá-las o quanto possível no interior de um sistema regido por uma noção de “literatura” que não pressupunha uma hierarquização rígida entre autores/as e textos.

2.2. Amédée Achard no rastro de Richardson: “Os netos de Lovelácio”, “Clarissa Harlowe” e os critérios de seleção das prosas de ficção no *Diário de Pernambuco*

Na investigação aqui em curso, “Os netos de Lovelácio”, de Amédée Achard, e, por conseguinte, a *Revue de Paris*, foram o fio de Ariadne que conduziu a investigação, no meio de um labirinto de textos e possíveis fontes, num emaranhado de mais de cinco dezenas de nomes de autor e mais de setenta prosas de ficção veiculados durante uma década pelo *DP*, a achados importantes para se compreender os modos pelos quais se deu a difusão da prosa de ficção francesa na capital da província de Pernambuco.

Seguindo o fio acima mencionado, foi possível constatar que outros autores e prosas franceses, veiculados no *DP* entre 1854 e 1855, foram retirados das páginas da *Revue de Paris*, traduzidos e transpostos na seção de Folhetim, em conformidade com uma cronologia passível de revelar o curto espaço de tempo que uma prosa de ficção veiculada num impresso periódico como a *Revue de Paris* levava para chegar até Recife, ser traduzido e dado a ler. Assim, a prosa de ficção “Le livre posthume”, de Maxime du Camp, começou a ser veiculada nesse periódico parisiense no número de dezembro de 1852 e foi concluída no número de março de 1853, quando a revista era ainda mensal. No *DP*, essa prosa apareceu traduzida – “O livro póstumo” – entre 26 de setembro e 06 de novembro de 1855.



Figura 19 – « Le livre Posthume », Maxime de Camp, *Revue de Paris*, dez. 1852.



Figura 20 – “O livro póstumo”, Maxime de Camp, *Diário de Pernambuco*, n. 222, 26 set. 1855.

A partir de julho de 1853, conforme já dito, a *Revue de Paris* passa a ser quinzenal com “livrações” trimestrais, as quais chegariam a mais de mil páginas, inclusive nos anos seguintes. Na “livração” do terceiro trimestre daquele ano, são veiculadas as prosas “Le tueur de tigres”, de Paul Féval (entre a primeira quinzena de agosto e a segunda quinzena de setembro), e “Un conte de fée”, de Léon Laurent Pichat (inserção única no número da segunda quinzena de setembro). “Les petits-fils de Lovelace”, de Amédée Achard, aparecerá no último trimestre daquele ano, iniciada no número de 15 de outubro e concluída no número de 15 de dezembro.



Figura 21 – « Le tueur de Tigres », Paul Féval, *Revue de Paris*, 1º ago. 1853



Figura 22 – « Un conte de fée », Léon Laurent-Pichat, *Revue de Paris*, 15 set. 1853



Figura 23 – « Les petits-fils de Lovelace », Amédée Achard, *Revue de Paris*, 15 out. 1853



Figura 24 – “Os netos de Lovelácio”, Amédée Achard, *Diário de Pernambuco*, n. 48, 28 fev. 1854



Figura 25 – “Um conto de fada”, Léon Laurent-Pichat, *Diário de Pernambuco*, n. 134, 12 jun. 1854



Figura 26 – “O matador de tigres”, Paul Féval, *Diário de Pernambuco*, n. 173, 28 jul. 1855

De maneira inversa à da cronologia de suas inserções no impresso parisiense, “Os netos de Lovelácio” foi veiculada entre 28 de fevereiro e 04 de abril de 1854, “Um conto de fada” entre 12 e 23 de junho de 1854, enquanto que “O matador de tigres” foi inserida somente no ano seguinte, entre 28 de julho e 22 de agosto de 1855.

Em 1854, a prosa de ficção, de autoria de Alfred Michiels (1813-1892), “Le nouveau péché originel” foi veiculada na *Revue de Paris* nos dois números de março daquele ano. Já “Germain Barbe-Bleue”, de Henri de La Madelène (1825-1887) foi inserida nos dois números de setembro de 1854.

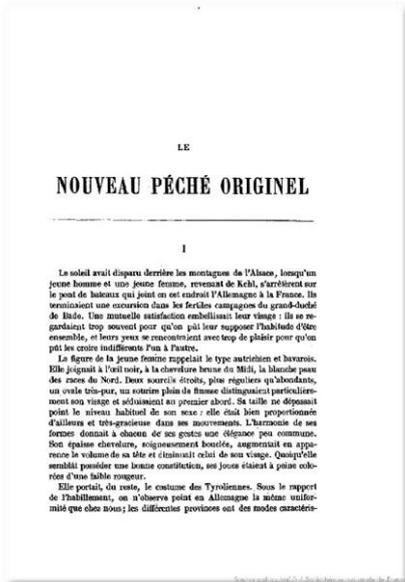


Figura 27 – « Le nouveau péché originel », Alfred Michiels, *Revue de Paris*, 1^o mar. 1854

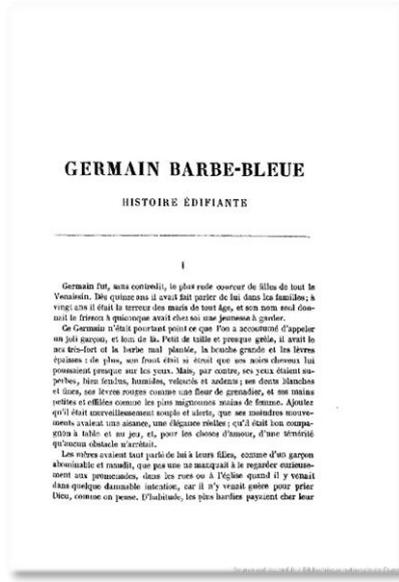


Figura 28 – « Germain Barbe-bleue », Henri de La Madelène, *Revue de Paris*, 1^o set. 1854



Figura 29 – “O novo pecado original”, Alfred Michiels, *Diário de Pernambuco*, n. 34, 12 fev. 1855



Figura 30 – “Germano Barba-azul”, Henri de La Madelène, *Diário de Pernambuco*, n. 45, 24 fev. 1855

Apesar de fazerem parte de “livrações” diferentes da *Revue de Paris* – a primeira estava contida no volume que enfeixava os números do primeiro trimestre e a segunda, no volume referente ao terceiro trimestre – foram veiculadas na *DP* uma em seguida da outra. Desse modo, “O novo pecado original” foi inserida na seção de Folhetim entre 12 e 23 de fevereiro de 1855 e, já no número seguinte, de 24 de fevereiro, iniciou-se a veiculação da prosa de autoria de Henri de La Madelène, traduzida como “Germano Barba-Azul”, concluída em 1^o de março.

Finalmente, em 1855, a prosa “Les champs de pierres”, de Hippolyte Castille (1820-1886), foi veiculada na *Revue de Paris*, em inserção única no número de 1º de março de 1855 e apareceu no *DP* – “O campo de pedras” – naquele mesmo ano entre 14 e 20 de junho.

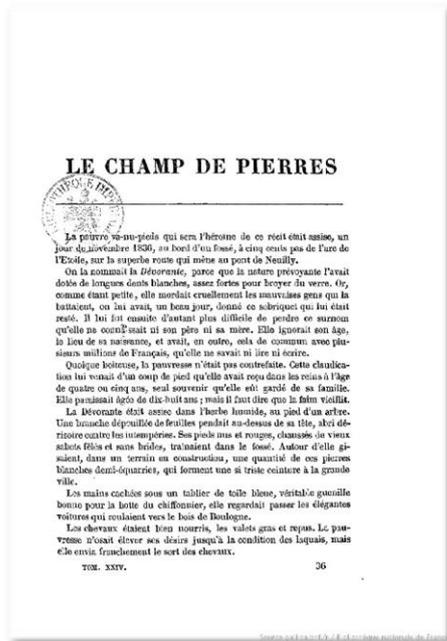


Figura 31 – « Le champ de pierres », Hippolytte Castille, *Revue de Paris*, 1º mar. 1855



Figura 32 – O campo de pedras, Hippolytte Castille, *Diário de Pernambuco*, n. 136, 14 jun. 1855

A cronologia de aparecimento dessas prosas, principalmente as veiculadas no *DP* no ano de 1854, dentre elas, “Os netos de Lovelácio”, sugere que, só por volta do fim de 1853 ou do início de 1854, os responsáveis pela redação do periódico – certamente Figueiroa e os tradutores a quem delegava a tarefa da tradução – começaram a ter acesso à *Revue de Paris* num espaço de tempo muito próximo ao de sua publicação em Paris. Para ficar apenas com o exemplo de “Os netos de Lovelácio”, note-se que essa prosa foi veiculada no periódico recifense menos de dois meses e meio depois de publicada originalmente no periódico parisiense. A inversão cronológica das inserções que se verifica ao longo do ano de 1854, bem como o fato de a prosa “Le livre posthume”, de Maxime du Camp, veiculada originalmente entre o final de 1852 e o início de 1853, ter sido veiculada no *DP* apenas em 1855, pode sugerir, por outro lado, que os números da *Revue de Paris* referentes ao último trimestre – outubro, novembro e dezembro – de 1853 foram adquiridos primeiro e só depois o jornal teve acesso a números anteriores.

No início de 1855, porém, encontraram-se provas de que o acesso aos números da *Revue de Paris* de 1854 se deu de maneira mais frequente e sistemática. Numa carta

datada de 05 de fevereiro de 1855, o já referido Antônio Pedro de Figueiredo propõe-se a desfazer um equívoco em torno do trabalho de tradução que prestava ao periódico do Sr. Figueiroa de Faria: “Constando-me que se tem dito que trabalho para o *Diário de Pernambuco*, sob a direção e inspeção de alguém, declaro que é um puro engano” (*Diário de Pernambuco*, 06 fev. 1855, p. 3). O autor da epístola explica que, desde inícios de 1853, o proprietário o havia encarregado da tradução de artigos das gazetas inglesas, mas que, pelo “acanhado espaço do *DP* naquela época”, não dava mais de 15 ou 20 artigos por mês. Figueiredo relata, entretanto, que, a partir dos primeiros dias de janeiro de 1854, o periódico sofreu uma grande mudança que afetou significativamente o seu trabalho de tradutor:

[...] o jornal tomou as largas dimensões em que se acha e de então para cá até hoje tenho dado mais de 300 artigos, a saber: quase todos os artigos ingleses; os artigos do *Anuário dos Dois Mundos*, sobre as repúblicas da América do Sul; quatro correspondências de Paris todos os meses, artigos da *Revista dos Dois Mundos*: Religiosos Budistas, Sociedade do governo do Hindustão; Passeio na América por Ampère, Vida de Rubens e suas obras; da *Revista de Paris*: Alquimia, Literatura Espanhola, Literatura Inglesa, Filosofia moral no século XIX por Julio Simon, os Extratos remetidos ao *Diário* pelo Sr. Sturts, e seis artigos sob a epígrafe *Diário de Pernambuco*, no impedimento da pessoa encarregada de fazer os extratos das gazetas estrangeiras, todas as vezes que chegam navios da Europa. (*Diário de Pernambuco*, 06 de fev. 1855, p. 3, grifos meus)

A carta de Antônio Pedro de Figueiredo é um documento valioso, porque, além de comprovar que muitos dos artigos editoriais veiculados pelo *DP* eram traduzidos diretamente dos impressos franceses em que foram originalmente publicados, a exemplo da *Revue des Deux Mondes*, do *Annuaire des Deux Mondes* e da *Revue de Paris* – sem falar dos periódicos ingleses –, podem comprovar a cronologia de acesso ou aquisição, por parte do jornal recifense, dos referidos impressos periódicos franceses que ora se intenta estabelecer. Assim, seguindo as pistas dos títulos dos artigos da *Revista de Paris*, de cuja tradução Figueiredo dizia ser o responsável, reafirmou-se a inferência feita a partir da cronologia de inserção das prosas mencionadas anteriormente.

Uma busca pelos números da *Revue de Paris* de 1854 permitiu identificar três artigos de títulos semelhantes aos mencionados por Figueiredo em sua carta: « Coup d’œil sur la doctrine et les travaux des alchimistes », de Louis Figuier, começou a ser veiculado na *Revue de Paris* no número de 15 de março de 1854 e foi concluído em 15 de maio; « Étude sur la philosophie morale au dixneuvième siècle : le devoir, par Jules Simon », de Jules Barny, teve uma inserção única no número de 1º de maio e, finalmente, « Esquisse

d'un tableau de la littérature anglaise (1830-1854) », de Alfred Hédouin, cuja inserção começou no número de 1º de setembro e foi concluída em 15 desse mês.



Figura 33 – « Coup d'œil sur la doctrine et les travaux des alchimistes », Louis Figuier, *Revue de Paris*, 15 mar. 1854



Figura 34 – « Étude sur la philosophie morale au dixneuvième siècle : le devoir, par Jules Simon », de Jules Barny, *Revue de Paris*, 1º mai. 1854



Figura 35 – « Esquisse d'un tableau de la littérature anglaise (1830-1854) », de Alfred Hédouin, *Revue de Paris*, 1º set. 1854

A julgar pela veracidade do que relatava em sua carta, Figueiredo ocupava-se de uma grande quantidade de traduções após o aumento de dimensões do *DP* que ocorreu

no início de 1854 e, desde então, vinha transpondo para o português mais de trezentos artigos. É bem possível, todavia, que essa cifra tenha sido exagerada, uma vez que, numa carta publicada dois dias depois, no *DP* de 08 de fevereiro de 1855, em que solicita ao proprietário do periódico que confirme todas as informações que expunha e repete praticamente todo o texto da carta anterior, ele omite justamente o número de artigos que vinha traduzindo. De qualquer maneira, não se deve duvidar da grande quantidade de artigos extraídos de periódicos franceses dos quais Figueiredo ficava responsável “no impedimento da pessoa encarregada de fazer os extratos das gazetas estrangeiras”.²³

Caberia perguntar quem era a outra pessoa encarregada de fazer os extratos das gazetas estrangeiras mencionada por Figueiredo. A resposta de Figueiroa de Faria à carta do seu colaborador, dada nesse mesmo dia 08, oferece uma pista. Antes, porém, gostaria de sublinhar a insistência de Figueiredo por receber uma resposta do proprietário do *DP* à sua correspondência, que assim começa: “Sr. Figueiroa. – Rogo-lhe o favor de responder-me ao pé desta aos seguintes quesitos...” (*Diário de Pernambuco*, 08 de fev. 1855, p. 3). Com efeito, diante dos apelos de Figueiredo, talvez ansioso por dar cabo da maledicência de quem o subestimava como tradutor, Figueiroa de Faria confirmou os trabalhos de tradução listados pelo correspondente, uma vez que “o Sr. Dr. Colaço, que dessa tarefa era exclusivamente encarregado, não podia mais por si só desempenhá-la satisfatoriamente pelos muitos trabalhos que sobre ele pesavam” (*Diário de Pernambuco*, 08 de fev. 1855, p. 3, grifos meus).

Ora, certamente Figueiroa de Faria estava, em sua resposta a Figueiredo, referindo-se a Felipe Néri Colaço (1813-?) que, segundo Nascimento (1968), era colaborador do *DP* desde 1846 e, naquele início de 1855, talvez já fosse o redator-chefe do jornal.²⁴ Eis uma figura que também mereceria algumas palavras.

²³ Embora, em meados do Oitocentos, segundo Morel (2009), o termo “gazeta” já estivesse sujeito a acepções variadas, geralmente designava periódicos oficiais ou oficiosos ligados, desde o século XVIII, às Coroas ou aos Estados modernos em formação. Comumente, visavam noticiar de modo cronológico ocorrências políticas tais como a publicização de leis e decretos, tratados ou medidas oficiais, etc. Fazer o “extrato das gazetas estrangeiras”, como relata Antônio Pedro de Figueiredo, consistia em traduzir e transpor de modo resumido as notícias desses impressos, sobretudo aquelas que poderiam interessar a um público específico, a exemplo da classe política e da diplomacia, além da dos comerciantes.

²⁴ Nascimento (1968) registra que Felipe Néri Colaço era redator-chefe do *Diário* entre 1856 e 1857. Devido à importância atribuída a ele nessa carta de Figueiroa de Faria, já que Colaço também delegava os trabalhos de tradução a Antônio Pedro de Figueiredo, conforme dito na resposta de Figueiroa de Faria ao colaborador, bem como ao número de trabalhos de tradução de que era encarregado, presumo que, no início de 1855, período em que houve essa troca de cartas, o Sr. Dr. Colaço já era o redator-chefe do periódico.

Encontramos o bacharel e jornalista no *Dicionário escolar afro-brasileiro*, de Nei Lopes (2014), em formato eletrônico. De acordo com as informações ali encontradas, “Felipe Nery Colaço” – a grafia do nome é flutuante – formou-se bacharel na Faculdade de Direito do Recife e foi lente de língua inglesa do Ginásio Pernambucano. Curiosamente, estabeleceu-se na capital pernambucana como chefe de um gabinete técnico de engenharia. Entretanto, parece ter sido na imprensa que o bacharel, homem negro, ganhou destaque. Nessa perspectiva, Constância Lima Duarte (2016), em *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*, apresenta-o como diretor de alguns periódicos voltados ao público feminino como *O Recreio das Belas*, que circulou em 1849, *O Jardim das Belas*, que circulou em 1852 e, finalmente, *O Monitor das Famílias: Periódico de Instrução e Recreio Dedicado ao Belo Sexo*, considerado por Nascimento (1970) o primeiro jornal ilustrado de Pernambuco e que começou a circular no ano de 1859.

Segundo Gilberto Freyre (2004), Felipe Néri Colaço foi um caso típico, porque, tal qual o bacharel, engenheiro e jornalista, surgiram, na primeira metade do século passado, vários mestiços hábeis, cujas qualidades foram sendo estudadas e aproveitadas. Notoriamente, sob a condição de intelectual que tentou minimizar em sua obra os efeitos danosos da escravidão no Brasil, Gilberto Freyre passou ao largo das possíveis dificuldades e preconceitos por que passaram homens de letras negros como Antônio Pedro de Figueiredo e Felipe Néri Colaço. Ainda está por se fazer a história desses homens, quase sempre à beira da pobreza, bastardos culturais invisibilizados devido às suas origens (HÉBRARD, 2001), intelectuais cujos talentos eram, não raro, objeto de descrença ou subestimação. Homens que, como Antônio Pedro de Figueiredo, talvez tenham pago com a própria vida o preço de uma pequena ascensão no campo da cultura.

Além dos tradutores já tratados acima, a carta de Figueiroa de Faria menciona uma terceira pessoa, essa encarregada da tradução de correspondências de Paris, todavia, não lhe nomeia, do que se pode depreender que se tratava de um colaborador ocasional. É bem provável, desse modo, que os impressos periódicos procedentes de Paris, especialmente a *Revue de Paris*, chegassem a Recife duas ou três vezes por ano, levando-se em conta que, desde as modificações sofridas pelo *DP* no início de 1854, e relatadas por Figueiredo em sua carta, até a publicação dessa no princípio de fevereiro de 1855, o trabalho de tradução era delegado a apenas mais dois colaboradores, além de Figueiredo, o que exigia um intervalo de tempo razoável à exequibilidade das traduções.

Por outro lado, é necessário chamar a atenção para uma provável proeminência do *Diário de Pernambuco* em relação aos periódicos da Corte no que concerne à tradução e à difusão de prosas de ficção oriundas de impressos periódicos parisienses na década de 50 do Oitocentos. A prosa de ficção “Os filhos de Lovelácio”, de Amédée Achard, pode ser usada como prova de tal proeminência. Assim, uma busca pelo nome do autor, por meio da hemeroteca digital da BN, nos jornais do Rio de Janeiro, permitiu verificar que, por lá, a referida prosa de ficção não aportou antes do final do ano de 1854. É o que se constata pelo anúncio da Livraria Garnier, da rua do Ouvidor, publicado no número 344 do *Diário do Rio de Janeiro*, de 18 de dezembro daquele ano, que faz o reclame “dos livros chegados pelo último pacote”, entre os quais, *Les petits-fils de Lovelace*, em dois volumes, na língua original, ao preço de 400 rs. por volume.

LIVROS

chegados pelo último pacote que se achão á venda na livraria Garnier, rua do Ouvidor n. 69.

A 400 RS. O VOLUME.

Mourage. Geneviève de Sickingen 3 vols.
 Ponson du Terrail. Diane de Lancy 2 vols.
 Champflury. Madame d'Agriselles 2 vols.
 Méry. Une histoire de famille 2 vols.
 Anquetil. Le prisonnier en Russie 2 vols.
 Amédée Achard. Les petits fils de Lovelace 2 vols.
 Eugène de Mirecourt. Ninon de Lenclos 6 vols.

A 500 RS. O VOLUME.

Contes d'Orient 2 vols.
 Henri Heurtel. L'Allemagne, son histoire, sa littérature, sa philosophie, sa géographie, etc., avec notes nouvelles, etc., l'Angleterre publiée par Vanderauwera 2 vols.
 Mémoires historiques et anecdotes, pièces diverses en l'honneur de notes nouvelles publiées par Vanderauwera 2 vols.
 Alcide d'Orbigny. Voyage dans les deux Amériques 4 vols.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1854.

LIVROS

chegados pelo último pacote que se achão á venda na livraria Garnier, rua do Ouvidor n. 69.

A 400 RS. O VOLUME.

Mourage. Geneviève de Sickingen 3 vols.
 Ponson du Terrail. Diane de Lancy 2 vols.
 Champflury. Madame d'Agriselles 2 vols.
 Méry. Une histoire de famille 2 vols.
 Anquetil. Le prisonnier en Russie 2 vols.
 Amédée Achard. Les petits fils de Lovelace 2 vols.
 Eugène de Mirecourt. Ninon de Lenclos 6 vols.

A 500 RS. O VOLUME.

Contes d'Orient 2 vols.
 Henri Heurtel. L'Allemagne, son histoire, sa littérature, sa philosophie, sa géographie, etc., avec notes nouvelles, etc., l'Angleterre publiée par Vanderauwera 2 vols.
 Mémoires historiques et anecdotes, pièces diverses en l'honneur de notes nouvelles publiées par Vanderauwera 2 vols.
 Alcide d'Orbigny. Voyage dans les deux Amériques 4 vols.

Figura 36 – Anúncio de venda de “Les petits-fils de Lovelace”, *Diário do Rio de Janeiro*, n. 344, 18 dez. 1854, p. 3

Portanto, enquanto o *Diário de Pernambuco* fez circular a prosa de ficção de autoria de Amédée Achard, traduzida para a língua portuguesa a partir, certamente, do texto impresso no suporte que a originou, para um público leitor mais amplo, na capital do Império, o acesso àquela prosa de ficção só foi possível mediante a compra dos volumes que a continham e, mesmo assim, em francês, o que, por conseguinte, restringiu seu

acesso a um público capaz de ler em língua francesa e com condições de dispender uma quantia significativa para adquirir aquele tipo de material impresso. Além disso, o impresso periódico de modo geral oferecia mais vantagens em relação ao livro, uma vez que, a um custo mais baixo, os leitores poderiam além de se instruir com matérias diversificadas sobre indústria, comércio e afins, poderiam também ter, não raro, em primeira mão, sua dose diária de deleite com prosas de ficção, seja de forma integral, seja de forma parcelada.

A prosa de ficção “Os netos de Lovelácio” permitirá explorar a segunda hipótese a que se aludiu anteriormente. Uma hipótese talvez mais sutil e mais especulativa acerca do público leitor do *Diário de Pernambuco* ou, ao menos, sobre a representação que esse periódico e seus redatores faziam de tal público.

Caso se leve em conta que os trabalhos de traduzir e de veicular uma determinada prosa de ficção num periódico não sejam ações totalmente fortuitas, mas sim práticas submetidas a ordenações próprias, cujas regras de seleção e distribuição são relativamente bem estabelecidas, torna-se imprescindível abordar esse texto menos por seu significado explícito ou implícito e mais por suas condições históricas de aparecimento. Trata-se, portanto, por um lado, de uma questão mais arqueológica do que hermenêutica: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2012, p. 32). Por outro lado, trata-se também de uma questão genealógica, isto é, mais da busca de uma “proveniência” do que de uma “origem” – já que a origem pode ser infinitamente recuada –, mais do inquérito de procedimentos que se formam peça por peça, como num mosaico, e se consolidam a partir de um ponto específico da história do que a busca de uma “essência” imutável dos objetos simbólicos (FOUCAULT, 2015).

Nesse sentido, se se aborda a prosa “Os netos de Lovelácio” é com vistas a escavar os entornos de seu aparecimento, a investigar a proveniência que a situa num corpo maleável de textos constantemente retomados, reescritos, reempregados conforme ordens de discurso específicas (CHARTIER, 2012) passíveis, por seu turno, de gerar modos de consumo, modos de uso, de engendrar, enfim, uma “experiência”, isto é, “a correlação, numa cultura, entre campos do saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984, p. 10, grifos meus). Caberia, então, situando a questão no universo das práticas de difusão de textos ficcionais nos jornais periódicos do século XIX, perguntar por que os sujeitos envolvidos na composição do *Diário de Pernambuco*, esses que poderiam ser chamados de “os intermediários esquecidos da literatura” (DARNTON, 2010, p. 150), selecionavam prosas a exemplo de “Os netos de Lovelácio” para serem

traduzidas e transpostas para as páginas do periódico e como tal seleção pode estar relacionada com a formação do gosto do público leitor da capital pernambucana.

Desde seu título, a prosa “Os netos de Lovelácio” é uma remissão direta ao romance epistolar de Samuel Richardson (1689-1761), *Clarissa*, publicado em 1748, que conta a história da virtuosa Clarissa que resiste até a morte à sedução de Robert Lovelace, um libertino arrogante e obstinado em destruir reputações. De acordo com Watt (2010), o título completo revela o propósito moralizante do autor – *Clarissa: ou A história de uma jovem: compreendendo os mais importantes aspectos da vida privada, e mostrando particularmente os infortúnios a que pode levar a má conduta de pais e filhos com relação ao casamento* – e, para esse historiador, “Richardson resolveu muitos problemas formais do romance e estabeleceu a relação entre o novo gênero e os mais elevados padrões morais e literários da época” (WATT, 2010, p. 231, grifos meus).

Segundo Chartier (2007), as traduções francesas dos romances de Richardson (*Pamela*, *Sir Charles Grandisson* e *Clarissa*) seguiram de perto suas publicações na Inglaterra, e *Clarissa*, especialmente, levou homens de letras como Diderot (1713-1784) às lágrimas. Homens, diga-se, que sustentavam posições muito ambíguas sobre o gênero romance e sua leitura.²⁵ Esse historiador da leitura, irá analisar o texto de Diderot, “Elogio a Richardson”, publicado no *Journal Étranger* em janeiro de 1762, a fim de pôr em evidência as modalidades de leitura suscitadas pelo romance no século XVIII e os efeitos que esse poderia despertar no público leitor. Em primeiro lugar, destaca que, na apreciação de Diderot, romances como *Clarissa* devem ser lidos e relidos, guardados na memória como modelos de conduta, do mesmo modo que os textos sagrados. Em segundo lugar, a leitura do romance poderia ocorrer de modo individual ou coletivo, não obstante a ênfase sobre a leitura individual, em que o leitor precisa se subtrair às urgências do cotidiano para melhor se imbuir de suas lições, já revele uma modalidade de leitura que se consolidará na modernidade.

Todavia, nas considerações de Chartier sobre “O Elogio...”, sobressai-se uma novidade no que toca aos modos de edição e consumo do romance no século XVIII que

²⁵ Marthe Robert (2007), em *Romance das origens, origens do romance*, é quem chama a atenção para essa ambiguidade dos homens de letras do século XVIII em torno do gênero. Essa pesquisadora salienta que, em “O Elogio a Richardson”, Diderot “fica dividido entre sua admiração pelo romancista e o desdém pelo gênero” ao ponto de “buscar um outro nome para as obras desse autor, considerando o termo ‘romance’ muito pedestre para designá-las” (ROBERT, 2007, p. 12). É interessante também o fato, registrado por Chartier (2007), de que Diderot na versão de “O Elogio...” publicado no *Journal Étranger*, tenha atribuído a outrem as lágrimas por ele derramadas ao ler a passagem que narra a morte e o funeral de Clarissa. Essa ambiguidade poderá ser verificada mais adiante entre os homens de letras recifenses ainda nos meados do século XIX.

interessa de perto à presente pesquisa. Diderot faz uma concessão aos apressados e impacientes, aos leitores e às leitoras para quem as vinte e quatro horas do dia já não bastam: os extensos romances de Richardson poderiam ser abreviados para que, assim, fosse possível melhor aproveitar suas lições. Com efeito, editores ingleses, às vezes sob protesto, mas, não raro, com a anuência do próprio Richardson, passaram a publicar edições abreviadas de romances como *Clarissa* das quais foi subtraída a forma epistolar em nome de uma narração contínua e impessoal. Não faltaram, de outro lado, as edições de antologias em que excertos das obras foram apartados do enredo e apresentados como verbetes em ordem alfabética. Exemplo desse tipo de iniciativa do próprio Richardson é o *Collections of the Moral and Instructive Sentiments, Maxims, Cautions, and Reflections, contained in the Histories of Pamela, Clarissa, and Sir Charles Grandisson*, publicado em 1755. Sumamente interessante é o fato de que essas máximas reunidas em coletânea, em 1760, ganharam a forma de um jogo de cartas gravadas em cobre – “Consisting of moral and diverting sentiments, extracted wholly from the much admired Histories of Pamela, Clarissa, and Sir Charles Grandisson” (CHARTIER, 2007, p. 259).

É nesse sentido, provavelmente, da reescrita, do reemprego de uma narrativa que já estava amplamente difundida entre o público francês, inscrita em sua memória, que os redatores da *Revue de Paris*, no início da segunda metade do século XIX, não irão temer atravessar *Clarissa Harlowe* pela voga de *Os mistérios de Paris* ou, em outras palavras, fazer cruzar formas relativamente novas de difusão e consumo dos gêneros do universo da ficção com a rapidez e a multiplicidade próprias à imprensa periódica oitocentista. E nisso parecem ter sido seguidos de perto pelos redatores do *DP*, certamente cílios por darem a ler prosas de ficção como “Os netos de Lovelácio”, ou mesmo “Germano Barba-Azul” (*Germain Barbe-Bleue*), cuja fonte de proveniência – no caso um romance grandemente difundido em variadas formas ainda no século XVIII e um conto tradicional de Charles Perrault (1697), “O Barba-Azul”, pertencente aos *Contos da Mamãe Gansa* – e fundo altamente moralizante já deviam constituir a mentalidade e a memória ao menos de uma parte mais culta do público recifense.

Efetivamente, foi possível verificar que, em 1843, *Clarissa* andava na boca e na pena de homens de letras como Padre Lopes Gama, para quem certas leituras, especialmente a leitura de “romances e novelas”, era uma prática perigosa, sobretudo para as mulheres.



Figura 37 – “Os bibliomaniacos”, de Padre Lopes Gama, seção “Variedade: O Carapuceiro”, *Diário de Pernambuco*, n. 71, 29 mar. 1843, p. 2

Num texto intitulado “Os bibliomaniacos”, publicado na seção de “Variedade” do *DP* de 29 de março, o padre “Carapuceiro” classificará a “bibliomania” como uma “espécie de loucura” que acomete aqueles “sujeitos, cuja paixão dominante, cuja ideia fixa é ter muitos livros, ainda que de bem poucos se aproveite, e utilize.” (*Diário de Pernambuco*, 29 de mar. 1843, p. 2). Lopes Gama subdividirá os bibliomaniacos em subespécies: “os exclusivos”, “os fantásticos”, “os invejosos”, “os vaidosos” e, finalmente, “os tesaurizadores”. Todos os bibliomaniacos listados e definidos por Gama são dignos de comentário e, sem dúvida, a alguns deles se voltará mais adiante, mas importa aqui ressaltar “os invejosos”, pois justamente esses são comparados ao libertino do romance de Richardson:

Este bibliomaniaco é desgraçadíssimo, como devem ser todos os invejosos, e a sua infelicidade desponta de parceria com cada novo desejo. Podemos-lo chamar o Lovelace dos livros. Não há quem ignore, que este herói do famoso romance de Richardson intitulado *Clarissa Harlowe* é um protótipo dos sedutores do belo sexo. Assim o nosso invejoso ama apaixonadamente os livros, namora-os, requebra-os, persegue-os até empolgá-los; e depois enfastia-se deles, despreza-os, e vai procurar outra vítima. (*Diário de Pernambuco*, 29 de mar. 1843, p. 2, grifos meus)

Perceba-se que era imprescindível, para que as leitoras e os leitores desse texto compreendessem plenamente o caráter de um bibliomaniaco “invejoso”, que se tivesse conhecimento ou que, ao menos, tivesse se ouvido falar da personagem do romance de Richardson. Como um bom retórico e um arguto observador da sociedade recifense que era, Lopes Gama contava com esse conhecimento prévio. Do que se infere, portanto, que o romance *Clarissa* não era ignorado por parte do público da capital da província pernambucana, ao menos, dez anos antes da veiculação de “Os netos de Lovelácio”, de Amédée Achard naquele periódico. Mesmo sendo, geralmente, um detrator dos romances e das novelas, uma vez que sua leitura poderia “alucinar a imaginação” (*Diário de Pernambuco*, 29 mar. 1843, p. 2), o padre Carapuceiro reconhece que se tratava de um “romance famoso” ao ponto de criar uma analogia entre o que acreditava ser um tipo específico de leitor e a personagem do libertino Robert Lovelace.

No alvorecer da década de 50, encontrou-se outro texto em que fica demonstrada não só a penetração desse romance entre os recifenses, mas também sua inscrição entre os romances “populares” que poderiam engrandecer a moralidade de quem os lia.

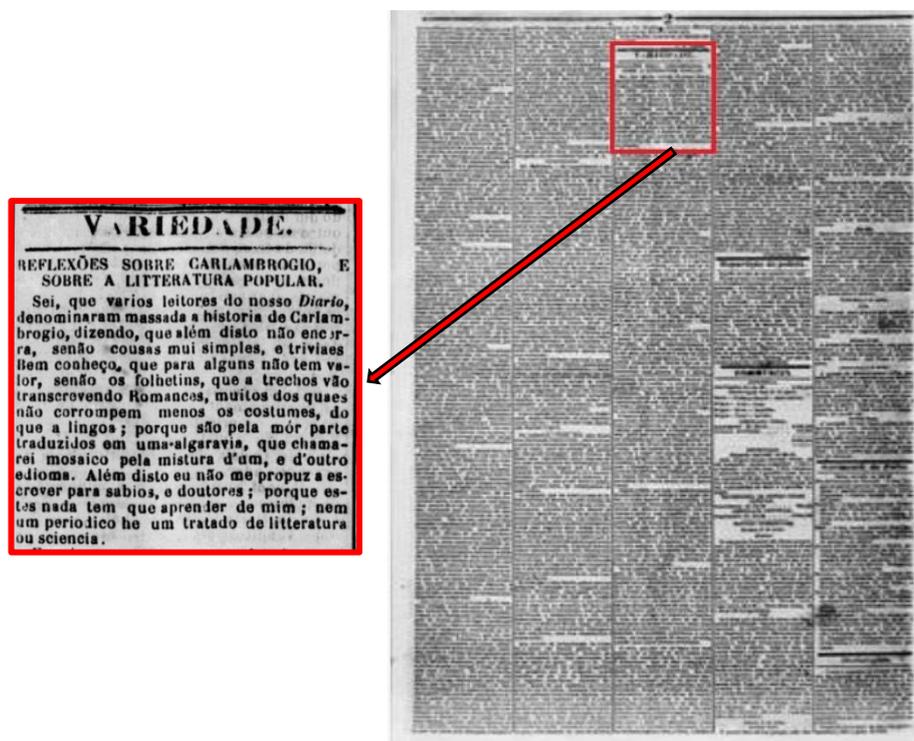


Figura 38 – “Reflexões sobre Carlambrogio e sobre a literatura popular”, assinado por *Americus*, seção “Variedade”, *Diário de Pernambuco*, n. 191, 27 1850, p. 2

Assinado com o pseudônimo *Americus*, “Reflexões sobre Carlbrogio e sobre a

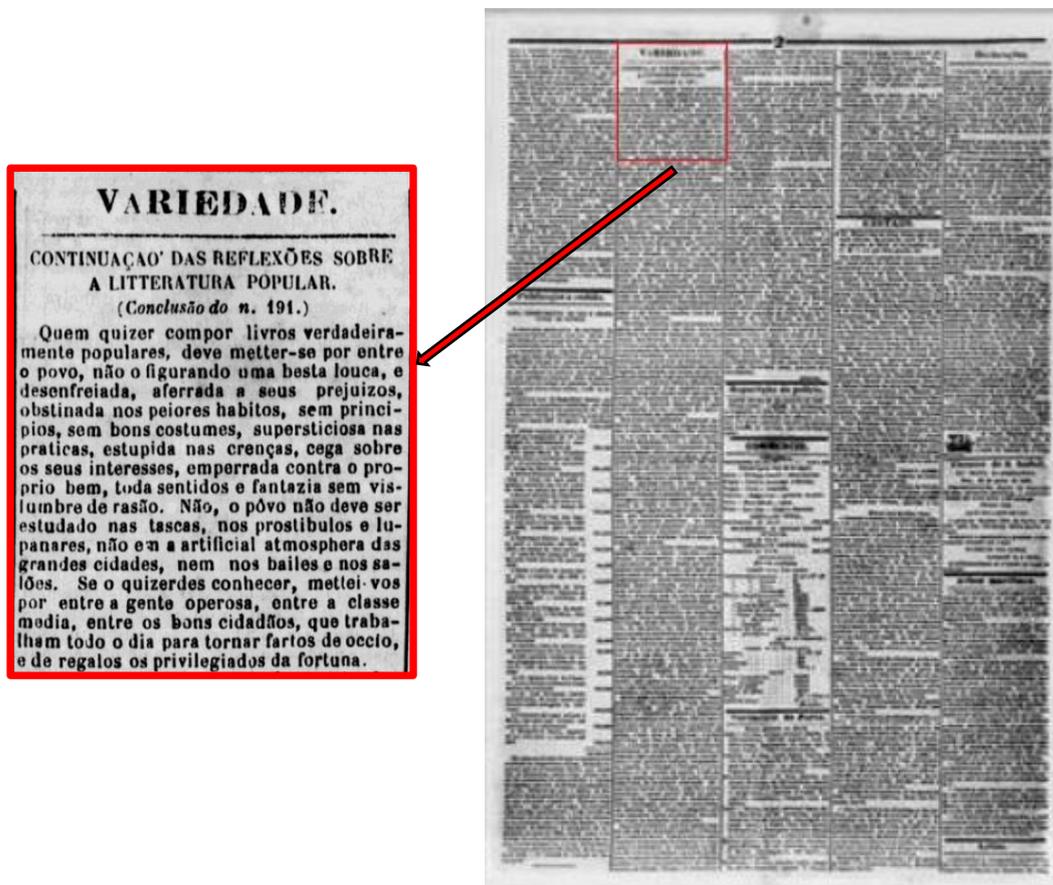


Figura 39 – “Continuação das Reflexões sobre a literatura popular”, assinado por *Americus*, seção “Variedade”, *Diário de Pernambuco*, n. 192, 28 ago. 1850, p. 2

literatura popular”, veiculado no número 191 do *DP*, de 28 de agosto, endereça-se ao “povo”,

isto é, para o maior número de meus concidadãos faltos de ilustração e de estudos; para o povo sim, por quem se devem derramar não os enredos dramáticos, as intrigas amorosas, as máximas sensualistas e incrédulas, os quadros torpes, ou horríveis da sociedade; mas os são princípios da religião, da moral, da piedade, e dos deveres... (*Diário de Pernambuco*, 27 de ago. 1850, p. 2).

Tal qual Lopes Gama, *Americus* age, discursivamente, como um pedagogo que intenta educar o povo e arbitrar sobre as leituras dignas de serem feitas e as que devem ser rechaçadas pelo público leitor. Ele afirma que há um erro grave no modo como alguns homens de letras encaram o povo, ora lhe oferecendo charlatanices como conhecimentos úteis, ora imaginando “o mesmo povo por uma parte cem anos atrasado, por outra tão adiantado que à pura força [...] querem acomodar ao Brasil tudo quanto se faz na França

ou na Inglaterra, sem advertirem que toda nação tem suas próprias precisões...” (*Diário de Pernambuco*, 27 de ago. 1850, p. 2, grifos meus).

Na continuação de seu artigo, que aparece na mesma seção de “Variedade”, no número seguinte do *DP*, ele revela duas preocupações centrais acerca da proliferação de romances franceses que são trazidos para a província: a qualidade das traduções e a ausência de moral de tais escritos:

Entre nós modernos em tanta sobejidão de escritos, quão poucos se ocupam dessa [Moral], que é sem dúvida a primeira de todas as ciências! Qual é por esta parte a mais geral instrução popular que temos? São indubitavelmente os romances, as novelas. A França principalmente é uma grandíssima fábrica, de onde diariamente saem pacotes dessas produções, que para cá são logo transportadas, e traduzidas em um idioma, que será o Cassange, ou tudo que quiserem; mas português não é certamente. E o que são pela maior parte esses escritos? Outros tantos mananciais ora de incredulidade, ora de estímulos às paixões mais flagrantes e perigosas. (*Diário de Pernambuco*, 28 de ago. 1850, p. 2).

Chama a atenção a representação do autor acerca da ideia de que os romances e as novelas são responsáveis pela “mais geral instrução do povo”. Caso não se possa acreditar plenamente na correspondência entre tal representação e a realidade, ao menos se pode afirmar que o discurso de *Americus* indicia uma situação observável: a leitura da prosa de ficção, sem dúvida, fazia parte do cotidiano de uma parcela significativa da população da capital pernambucana ao ponto de despertar a suspeita e o desagrado de cidadãos, homens de letras ou não, preocupados com a instrução do povo. Outro fato também fica evidente: homens de letras como *Americus*, que recorreu a um pseudônimo, mas também Lopes Gama, sem dúvida, deviam ser leitores assíduos desse gênero de modo que chegavam a questionar a qualidade das traduções para o português dos romances franceses e eram capazes de diferenciar detalhadamente os modos pelos quais tanto os personagens quanto suas ações eram caracterizados em romances e novelas. Veja-se abaixo, por exemplo, como *Americus* se indigna com a maneira pela qual os “homens de bem” eram descritos nos gêneros da prosa de ficção:

Nesses romances os caracteres por via de regra são desempenhados de tal arte, que as pessoas cheias dos vícios mais torpes, ou dos mais horrorosos crimes são pintadas com tanto heroísmo, e quase sempre com um triunfo cabal, que mete cobiça o imitá-las para obter os mesmos resultados; e os homens de bem, ou são descritos de um modo frio, e sem interesse, ou vem a acabar tristemente. Entretanto, é esta a lição quase cotidiana de inumeráveis jovens de ambos os sexos, sem que preceda escolha alguma, senão a da novidade: e o mais é, que tudo, que não é romance ou novela, já é batizado em maçada pelo esquadrão

cerrados dos *diletantes* desse gênero de literatura. (*Diário de Pernambuco*, 28 ago. 1850, p. 2, grifo do autor)

Para *Americus*, o modo frio e desinteressante com que eram descritos os homens de bem nos romances desencorajava os leitores “jovens de ambos os sexos” a seguirem seus exemplos. Assim, os modelos de conduta a serem seguidos eram os dos personagens que se utilizavam de expedientes torpes ou até mesmo criminosos, pintados pelos romancistas como heroicos e bem-sucedidos. É digno de atenção o uso da expressão “dilete” no discurso do redator, uma vez que aponta para uma leitura praticada simplesmente por prazer e que não busca necessariamente nos gêneros da prosa de ficção uma lição moral ou uma elevação por meio da instrução. Nesse sentido, tal qual os albores, no século XIX, de uma obstinada *sciencia sexualis* que extraía “o prazer da verdade do prazer” (FOUCAULT, 1988, p. 81), esses homens de letras, pelo menos desde o século XVIII, em que, conforme Chartier (2007), o discurso sobre a leitura se medicaliza, talvez se obstinassem em extrair prazer da verdade da leitura por prazer.

Não à toa, Lopes Gama, em “Os bibliomaníacos”, categoriza determinadas relações estabelecidas entre leitores e livros como uma “espécie de loucura”, uma paixão, um *pathos* que se abate sobre os sujeitos e os faz se comportar de uma maneira que a ele parecia uma doença do juízo ou da imaginação. Não só como um pedagogo, um mestre que intenta guiar a conduta de seus discípulos, mas sobretudo ao modo de um médico que diagnostica doentes, o padre Carapuceiro constrói uma grade de condutas patológicas de leitores e leitoras para com seus livros. Assim, os “tesaurizadores” são acumuladores de livros que tratam seu acervo como um “serralho”, isto é, um harém onde os sultões mantinham guardadas as suas “amásias”, palácios inacessíveis até mesmo aos eunucos, e acresce que esse tipo de bibliomaníaco tinha prazeres “discretos, silenciosos e ignorados” (*Diário de Pernambuco*, 29 de mar. 1843, p. 2). Para ele, há também mulheres “tesaurizadoras”, mas essas se restringem a gêneros específicos de livros: os de novelas e os de poesias. Essas leitoras, nas palavras de Lopes Gama, “...à força de lidar com seu tesouro, tomam um estilo romântico, sentimental e açucarado, que as torna assaz desfrutáveis, quando não chegam a corromper-se de todo” (*Diário de Pernambuco*, 29 de mar. 1843, p. 2).

Afora o “bibliomaníaco invejoso”, de que já se tratou acima, há, ainda, segundo o padre Carapuceiro, outros dois tipos de bibliomaníacos que valem a pena comentar: o “vaidoso” e o “fantástico”. Este recolhe os livros com empenho, veste-os com generosidade, instala-os com honra; aquele tem belas edições, encadernações

esplêndidas, uma biblioteca bem escolhida e bem arranjada. O primeiro nunca leu nem quer ler seus livros, ele tão somente quer fazer coleções, como faria de passarinhos empalhados ou de quadros etc. e se envaidece em exhibir seus livros, mesmo para quem não entende do assunto. O segundo se comporta tal qual o bibliomaníaco “invejoso”, uma vez que o amor que tem aos seus livros facilmente se enfraquece e ele os leiloa para adquirir outros, seu gosto migra de tema em tema, de obra em obra, de autor em autor, ora se apega aos filósofos, ora se apaixona pelos historiadores e, finalmente, extasia-se “no gosto romântico, cuja escola diz por aí muita gente ser o último apuro do entendimento humano” (*Diário de Pernambuco*, 29 mar. 1843, p. 2).

Portanto, a proliferação da cultura escrita e, especialmente dos gêneros da prosa de ficção, facilitada, entre outras coisas, pela presença da imprensa periódica, gerou também, por seu turno, uma profusão de discursos que, quando não eram ambíguos – visto que, a um só tempo, condenavam os gêneros ditos ficcionais e salvavam alguns autores e obras desses gêneros como exemplares de instrução e moralidade –, eram de total difamação não só dos livros e da relação que os leitores e as leitoras com eles poderiam estabelecer, mas sobretudo dos livros que, aparentemente, não tinham nada de instrutivos e não poderiam ofertar senão o prazer a quem os lia. Essa realidade já pôde ser comprovada para uma parte da Europa e para algumas províncias brasileiras (ABREU, 2003; BARBOSA, 2006; CHARTIER, 2007). Conforme se pôde verificar por meio da apreciação dos artigos de Lopes Gama e *Americus*, essa também era uma realidade presente na capital da província pernambucana. Novas modalidades de leitura fluidas, dispersas, caracterizadas por um desapego quase que “libertino”, seja por impressos, seja por temas, seja por obras e/ou autores, eram veementemente combatidas por homens preocupados com a instrução pública como o padre Carapuceiro e *Americus*. Pode-se afirmar, portanto, que, no Recife de meados do século XIX, presencia-se uma tensão entre o que Chartier (2007) chama de leitura “intensiva” – centrada em poucos textos, continuamente lidos e relidos, guardados na memória com vistas a serem modelos de conduta – e uma leitura “extensiva”, cujas principais características são a variedade de impressos e um contínuo vagar dos leitores e leitoras por esses materiais, um processo quase irrefreável pelos atores sociais e pelas instituições imbuídas de seu controle.

Haja vista que ambos, em seus artigos, defendem uma prática de leitura centrada nos clássicos da tradição greco-latina, Lopes Gama e *Americus* parecem ter sido formados por uma mesma corrente de pensamento ligada à Retórica. Por um lado, *Americus* enfatiza que, entre os antigos, embora fossem feitos livros em menor número, “muitos destes

punham a mira em formar os bons costumes” (*Diário de Pernambuco*, 28 ago. 1850, p. 2) e lista como exemplos os opúsculos de Plutarco, a *Cyropedia* e o *Econômico* de Xenofonte, os ofícios de Cícero, os tratados e as cartas de Sêneca, o manual de Epiteto, os ditos de Marco Aurélio, o livro dos Provérbios e do Eclesiástico, as fábulas de Esopo, etc. Por outro lado, Lopes Gama, mais ou menos dez anos antes, lança mão de Horácio para desacreditar os dramaturgos românticos: “Não ousarei reprovar esse gosto [romântico] aliás mui prezado de grandes engenhos; mas ao ver inteiramente desprezadas a unidade de tempo e de lugar, sempre me recordo do *incredulus odi*²⁶ do Mestre Horácio” (*Diário de Pernambuco*, 29 mar. 1843, p. 2).

Enquanto *Americus* condena Eugène Sue, Alexandre Dumas, George Sand como uma “verdadeira peste” que derrama entre o povo o “racionalismo e o comunismo” (*Diário de Pernambuco*, 28 ago. 1850, p. 2), Lopes Gama afirma que “ainda as boas novelas só servem de recreio, e a instrução deve andar em primeiro lugar” (*Diário de Pernambuco*, 29 mar. 1843, p. 2). Ambos, portanto, embora separados pela distância de quase uma década, parecem compartilhar de uma mesma injunção que impõe uma única finalidade às práticas da leitura e que atravessa, por seu turno, a imprensa periódica brasileira de meados do século XIX. Uma finalidade que remete mais uma vez ao “Mestre Horácio”: “instruir e deleitar” (BARBOSA, 2006). Por isso, seria possível relativizar a afirmação feita mais acima de que o *DP* parece ter seguido de perto os propósitos da *Revue de Paris* no que diz respeito aos modos de difundir a prosa de ficção entre leitores e leitoras recifenses. Talvez fosse mais adequado afirmar que o *Diário de Pernambuco* seguiu determinadas tendências da imprensa periódica francesa a uma distância segura e regulada sempre por essa injunção, por esse tipo de normatividade que fez frequentemente pesar, na balança da leitura, o lado da instrução e da moralidade mais que o do deleite.

Permanece, contudo, a já referida ambiguidade. *Americus* fez concessão a algumas obras romanescas e a alguns autores a exemplo de Victor Hugo, Lamartine, Charles Nodier (1780-1844) e, inclusive, uma mulher: Mme. Campan – Jeanne Louise Henriette Campan (1752-1822), e revelou-se um entusiasta de Richardson:

Não se imagine, que trago ojeriza a tais produções. Pelo contrário entendo, que uma obra dessas bem concebida, e executada por mão de mestre, como um Richardson na sua Pamela, na Clarissa Harlowe, no Grandisson, produções, das quais diz o sábio Johnson, que engradece

²⁶ O verso *Quodcumque ostendis mihi sic, incredulus odi* – “O que quer que me mostres assim, incrédulo, repugno” – pertence à “Epístola aos Pisões” (*Epistola ad Pisones*), organizada em edição bilingue por Maciel et al (2013).

a ciência do coração humano... (*Diário de Pernambuco*, 28 ago. 1850, p. 2)

Diante do exposto, pode-se afirmar que não haveria uma iniciativa mais compreensível, para os propósitos do *Diário de Pernambuco* de “instruir e deleitar” seu público, do que veicular uma prosa de ficção como “Os netos de Lovelácio”, porque se tratava de uma narrativa que reempregava um enredo que, desde pelo menos a década anterior, já estava inscrito na memória do público leitor recifense e que tomava por personagens-chave de sua intriga a figura do libertino que, por sua vez, já tinha também uma longa história e uma ampla penetração na cultura literária europeia.

Segundo Watt (2010), o próprio Richardson, ao construir a personagem de Robert Lovelace, tinha em mente o Lothario, de *Fair penitent (A bela penitente)*, de Rowe (1703), bem como alguns de seus conhecidos, nobres ociosos que não tinham outra via para expurgar suas energias supérfluas senão as de seduzir e comprometer a reputação ilibada de algumas mulheres. Na França, um pouco mais de três décadas depois da publicação de *Clarissa*, em 1782, surgirão *As ligações perigosas ou cartas recolhidas de uma sociedade e publicadas visando à instrução de outras (Les liaisons dangereuses)*, de Choderlos de Laclos (1741-1803), também um romance epistolar que narra os ardis da Marquesa de Merteuil e do Visconde de Valmont, aristocratas libertinos que também se compraziam em seduzir e expor suas vítimas ao escárnio público. Alguns lugares comuns de romances epistolares do século XVIII como *Clarissa* e *As ligações perigosas* – cartas perdidas e interceptadas para servirem a vis chantagens, duelos pela honra, a ociosidade da nobreza que se entrega ao vício e à jogatina, a ingenuidade de mães de famílias austeras ou de jovens devotas que se deixam seduzir por promessas de libertinos – serão apropriados e reempregados pela prosa de ficção do século XIX, especialmente pelo “romance-folhetim” que circulará em impressos periódicos, cujas próprias condições de publicação devem ter influído na estrutura narrativa” (MEYER, 1996, p. 31).

Por intermédio da análise de alguns elementos da prosa “Os netos de Lovelácio” – narrativa que dialoga diretamente com *Clarissa Harlowe*, de Samuel Richardson (1689-1761) – em confronto com outros textos veiculados pelo periódico recifense nessa década e num período imediatamente anterior, foi possível identificar critérios de seleção e difusão de textos ficcionais por parte do periódico pernambucano que podem apontar para certos gostos e usos das belas-lettras ou, ao menos, representações em torno desses gostos e usos, específicos ao público da província.

2.3. *O Liberal Pernambucano* e as reservas em relação à leitura de romances

O modo pelo qual os redatores se apropriavam das belas-letas francesas por meio da transcrição de artigos publicados em periódicos como a *Revue des Deux Mondes* para as páginas do *LP*, bem como as representações verificáveis acerca da prosa de ficção nesses artigos podem constituir uma evidência dessas reservas.

No mesmo mês de janeiro em que o rodapé dedicado ao Folhetim surgiu no *LP*, veiculou-se um longo artigo, transcrito da *Revue des Deux Mondes*, de autoria de Saint-René Taillandier²⁷ – intitulado “Uma academia de romancistas na Alemanha”²⁸. Por intermédio da abordagem da obra de Otto Müller²⁹, bem como da “escola” que esse fundara juntamente com outros escritores alemães, o crítico se propunha a defender que apenas a existência do talento num determinado escritor não era suficiente para que se tornasse um grande autor. Segundo Taillandier, no momento em que ocorria a “disseminação das forças intelectuais”, sobretudo nos países onde se concentrava o trabalho do pensamento, notadamente a Alemanha, a Inglaterra e a França, muitos talentos se dissipavam mal dados os primeiros passos na carreira (*O Liberal Pernambucano*, 10 jan. 1856, p. 1).

²⁷ De acordo com o *Dictionnaire universel des contemporains: contenant toutes les personnes notables de la France et des pays étrangers*, de Gustave Vapereau (1870), René Gaspard Ernest Taillandier (1817-1879) foi um literato francês, professor de literatura francesa e alemã, assíduo colaborador da *Revue des Deux Mondes*, periódico em que publicou diversos estudos de história e de bibliografia, sobretudo acerca da Alemanha e dos países do norte. Exerceu, a partir de 1870, entre outros cargos público relacionados à instrução, o cargo de Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública. Link para o dicionário: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k24235j/f1728.image.r=%22Ren%C3%A9%20Gaspard%20Ernest%20Taillandier%22?rk=150215:2>

²⁸ O artigo começou a ser publicado em novembro de 1855 na *Revue des Deux Mondes*. A versão digital do texto “*Une académie de romanciers en Allemagne*” pode ser encontrada no sítio da revista: <https://www.revedesdeuxmondes.fr/article-revue/une-academie-de-romanciers-en-allemande/>.

²⁹ Não foi possível encontrar referências a Otto Müller. Encontrou-se, entretanto, uma referência à *Charlotte Ackermann*, peça do autor citada por Taillandier ao longo de seu artigo, no verbete “*künstlerdrama*”, na *The feminist encyclopedia of German literature*, editada por Friederike Eigler e Susanne Kord em 1997. Segundo Taillandier, a peça de Otto Müller retratava a vida trágica da jovem atriz Charlotte Ackermann, que viveu no século XVI e fazia parte de uma família de artistas de grande notoriedade. Conforme o verbete, *Charlotte Ackermann*, de 1854, seria um exemplar de *künstlerdrama*, isto é, do gênero que dramatiza a problemática da existência de um/a determinado/a artista, dos poucos que tematizaram a vida de uma mulher. Link para o dicionário: https://books.google.com.br/books/about/The_Feminist_Encyclopedia_of_German_Lite.html?id=8taL9KiA0ykC&redir_esc=y

modelo para a vizinha literatura os mais medíocres produtos. (*O Liberal Pernambucano*, 10 jan. 1856, p. 1)

Ao que parece, o grande problema não estava propriamente na imitação, mas sim na imitação dos “triumfos do dia”, uma vez que, “quando o desejo de regular-se pelo século de Luís XIV sufocava na Alemanha toda a livre inspiração, não era Corneille ou Racine que se tomavam por guias” (*O Liberal Pernambucano*, 10 jan. 1856, p. 1). Assim, o crítico relaciona, de modo geral, os triunfos literários do momento, especialmente o *vaudeville* e o “folhetim afetado” (*O Liberal Pernambucano*, 10 jan. 1856, p. 1), com produtos medíocres que são tomados como modelos pelos jovens escritores de outras nações. A solução para esse problema, portanto, consistia em se pôr num plano mais alto para contemplar o complicado trabalho do gênero humano, desejar a conservação do espírito de cada povo e o correspondente desenvolvimento de sua “originalidade nativa” (*O Liberal Pernambucano*, 10 jan. 1856, p. 1). Assim, tanto o problema quanto a solução apresentados por Taillandier pareciam se coadunar com os princípios ideológicos que a Sociedade Liberal Pernambucana e, por conseguinte, o jornal que lhe representava, vinham defendendo até aquele ano de 1856.

Outro dado significativo é que o artigo de Taillandier foi introduzido com uma questão que parecia anunciar o futuro discurso moderado que o Partido Liberal pernambucano assumiria ao chegar ao poder: “Quantos escritores há que se possuam completamente, e que, sem se desviarem para a direita ou para a esquerda, saibam resolutamente caminhar para um alvo de antemão determinado?” (*O Liberal Pernambucano*, 10 jan. 1856, p. 1, grifos meus). O Partido Liberal ganharia o poder em Pernambuco com a eleição de 1856. A partir daí, irá se revestir de um discurso moderado e sacrificar a demanda que lhe garantia coesão local: a nacionalização do comércio a retalho. Além disso, o Partido Liberal pernambucano irá se aproximar dos correligionários de São Paulo e do Rio de Janeiro e abandonará a luta pela Constituinte em 1859. De acordo com Rosa (1998), isso causará a decadência da Sociedade Liberal Pernambucana, uma vez que, insatisfeitos com a estratégia do partido no poder, muitos membros deixarão seus quadros. Portanto, é possível que, para os redatores do *LP*, assim como dá a entender a questão posta pelo crítico francês e o desenvolvimento de sua argumentação, o florescimento de um grande talento literário passa, em primeiro lugar, por não assumir nenhum lado do espectro político; em segundo, evitar a imitação dos triunfos literários, principalmente os franceses e, finalmente, deixar que a semente de inspiração, nascida da terra de origem de cada artista, faça o seu trabalho.

No que tange à relação com a prosa ficcional que circulava nas seções de Folhetim, o LP parece ter assumido, em determinados momentos, a posição moral – já observada em redatores do *Diário de Pernambuco* – que atribuiu todos os vícios e todas as falhas humanas à leitura dos romances, especialmente os veiculados abaixo da linha do rodapé. Nesse sentido, foi possível encontrar um artigo do Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), transcrito do *Diário do Rio de Janeiro* e veiculado na seção “Variedade” do LP em 08 de agosto de 1854, intitulado “O suicídio”. No texto, o autor se levanta, na condição de escritor religioso, contra “essa lepra horrível da sociedade moderna” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2, grifos do autor).

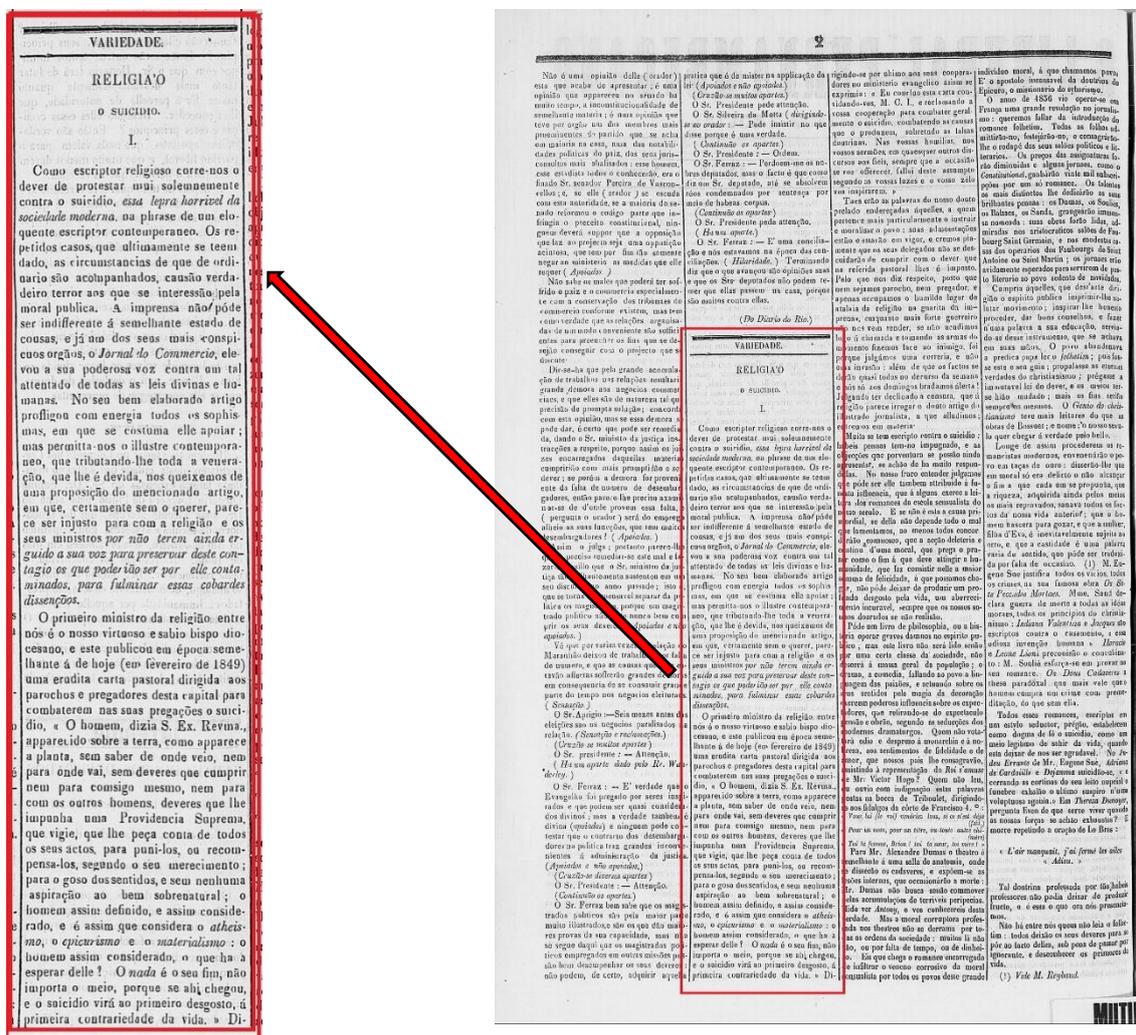


Figura 41 – *O Liberal Pernambucano*, “Variedade”, n. 975, 08 ago. 1854, p. 2.

Nesse ano, efetivamente, foram inúmeras as notícias de suicídios e de tentativas de suicídio quanto em jornais da Corte quanto em jornais da capital da província pernambucana. Somente no *Diário do Rio de Janeiro*, até onde foi possível apurar,

noticiaram-se eventos dessa natureza em 20 de janeiro, em 02 de maio, em 08, 04, 12 e 13 de junho, em 06 e 15 de julho, em 1º de agosto, em 30 de setembro, em 02 de outubro. Em 17 de maio, o *DP* transcreveu uma notícia do *Jornal da Bahia* daquele mesmo mês em que se relatava o suicídio de um jovem que, “estando à sua janela a fumar um charuto”, repentinamente, foi ao interior da casa, pegou uma pistola, apontou-a contra o próprio peito e atirou. Especulou-se que a causa do suicídio teria sido “uma paixão amorosa” (*Diário de Pernambuco*, 17 mai. 1854, p. 3). As tentativas de suicídio estiveram nas páginas de *O Liberal Pernambucano* mais de uma vez, mesmo que não se tratasse de fatos contemporâneos. Desse modo, fica perceptível que o suicídio estava na ordem do dia e, por conseguinte, homens de letras e representantes da religião como Fernandes Pinheiro, viram-se obrigados a intervir sobre o problema e combater suas causas.

Após uma longa introdução em que explica como a igreja vinha intervindo sobre esse problema desde 1849, o autor expõe o objetivo de acrescentar, às tantas causas do suicídio já debatidas, “a funesta influência, que a alguns exerce a leitura de romances da escola sensualista do nosso século” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2). Segundo Fernandes Pinheiro, embora não fosse a causa principal do problema, a difusão da “moral sensualista” não poderia “deixar de produzir um profundo desgosto pela vida, um aborrecimento incurável, sempre que os nossos sonhos dourados se não realizam” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2).

Diferentemente da leitura de livros de filosofia ou de história, que eram lidos por determinadas classes da sociedade e não chegavam à “massa geral da população”, o drama e a comédia, diluindo a moral sensualista, “falando ao povo a linguagem das paixões, e atuando sobre os seus sentidos pela magia da decoração”, exerciam uma poderosa influência sobre os espectadores (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2). Entretanto, a moral sensualista que circulava nos teatros também não alcançava a sociedade como um todo, porque muitos não iam ao teatro, fosse por falta de tempo, fosse por falta de dinheiro. O drama e a comédia, assim, não faziam tão mal aos espectadores quanto o romance aos seus leitores e leitoras, uma vez que esse gênero era “o apóstolo incansável da doutrina de Epicuro”, era o gênero “encarregado de infiltrar o veneno corrosivo da moral sensualista por todos os povos desse grande indivíduo moral, a que chamamos povo” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2, grifos meus).

Na França – continua Fernandes Pinheiro, na sua forma de folhetim, o romance foi admitido, festejado e consagrado pelo rodapé e representou, depois de 1836, uma “grande revolução no jornalismo” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2). O preço das

subscrições caiu devido à grande acolhida do público e o gênero alcançou os salões da aristocracia do bairro de *Saint-Germain*, mas também as casas dos operários de *Saint-Martin* e de *Saint-Antoine*. Todos abandonavam seus deveres para ler o folhetim e não passar por ignorante ou por quem desconhece “os primores da vida” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2). Talentos os mais distintos lhe dedicaram suas penas, “...os Dumas, os Souliés, os Balzacs, os Sands”, porém, todos e cada um desses autores e autoras, nada mais fizeram com seus romances do que envenenar o povo em “taças de ouro” (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2). Nesse sentido, Eugène Sue é acusado de justificar “todos os crimes” e “todos os vícios” na sua obra *Os sete pecados mortais*; imputa-se a George Sand a declaração de guerra contra todas as ideias morais e contra todos os princípios do cristianismo em *Indiana*, *Valentina* e *Jacques*; a Frédéric Soulié se atribui a culpa de tentar provar a ideia, em seu romance *Os dois cadáveres*, de que é recomendável que um crime seja bem premeditado (*O Liberal Pernambucano*, 08 ago. 1854, p. 2).

Daí por diante, Fernandes Pinheiro seguirá repetindo argumentos já conhecidos sobre como os romances representam determinadas ações e personagens e como isso influenciaria leitores e leitoras, ou seja, o romance apresenta o crime recompensado, a castidade desencorajada, a riqueza como o fim último do ser humano e como a veste que cobriria um passado plebeu ou criminoso e, no final das contas, até o suicídio seria um dogma de fé difundido pelo estilo sedutor dos romances.

CAPÍTULO 3 – JOSEPH MÉRY: UMA CELEBRIDADE LITERÁRIA DA PROVÍNCIA A PARIS, DE PARIS AO RECIFE

Na França, o auge da carreira de Joseph Méry como ficcionista, perto de meados do século XIX, desenrola-se num contexto muito especial para a ficção, principalmente a que circulava nos jornais periódicos. Nesse contexto, a literatura convergia para a vida, mas também a vida convergia para a literatura de modo que as tensões produzidas por essa convergência passaram a figurar na ficção como é o caso de *Ilusões perdidas*, de Honoré de Balzac, romance que fazia parte do grande projeto de “estudos de costumes” intitulado *A comédia humana*. As três partes desse romance – “Os dois poetas”, “Um grande homem de província em Paris” e “Os sofrimentos do inventor” – foram publicadas em volume entre 1836 e 1843, ou seja, não foram submetidas ao regime de publicação próprio à imprensa periódica que se estabelecia naquele período, entretanto, as personagens que se movem na narrativa evidenciam, além da oposição entre província (Angoulême) e capital (Paris), o modo de vida que se organizava a partir da atividade tipográfica, da publicação e da venda de livros, bem como do jornalismo e que causava uma transformação radical nos processos de sociabilidade dos sujeitos envolvidos no mundo letrado. No prefácio à primeira parte, “Os dois poetas”, publicada em 1836, Balzac afirmava que

as *Ilusões perdidas* não devem mais apenas dizer respeito a um rapaz que se julga um grande poeta e à mulher que o incentiva em sua crença e o joga no meio de Paris, pobre e sem proteção. As relações existentes entre Paris e a província, sua atração funesta, mostraram ao autor o rapaz do século XIX sob uma nova face: pensou repentinamente na grande chaga desse século, no jornalismo que devora tantas existências, tantas belas cabeças, e que produz terríveis reações nas modestas crenças da vida de província. (BALZAC, 2010, p. 247)

Assim, o romance narra as dificuldades do jovem Lucien de Chardon, filho de um farmacêutico e de uma nobre decadente, migrando da província em direção a Paris, sob a proteção de uma fidalga entediada, com os manuscritos de um romance histórico e de um livro de poemas, a fim de alcançar a celebridade e a glória como escritor. Ao chegar a Paris, o jovem poeta e romancista é abandonado por sua protetora e se depara com todos os obstáculos ao seu ambicioso plano: o grande contingente de jovens provincianos que, como ele, lutam desesperadamente para ascender na carreira da escrita; o cerrado conjunto de regras que dificulta a mobilidade de sujeitos oriundos das camadas mais baixas da sociedade no mundo das letras, o sistema da imprensa periódica que contribuiu

para uma nova divisão do trabalho da escrita; a tentação de ceder a uma vida luxuosa, desregrada e boêmia a que convidava Paris. Não obstante as dificuldades que tinha diante de si, Lucien persiste em seus planos com a ilusão de que o talento lhe garantiria o lugar almejado entre as ricas “celebridades literárias” do tempo. Entretanto, o resultado não será distinto do destino de tantos outros que se fiaram no talento e fracassaram porque lhes faltava todo o resto.³⁰

3.1. Um grande homem de província em Paris: notas biográficas, retratos e anedotas

São inúmeras as coincidências entre a trajetória do personagem Lucien, “o grande homem de província” criado por Balzac, e Joseph Méry, embora o destino de cada um tenha sido completamente diferente. Ambos advêm de províncias: Lucien de Angoulême e Méry de Marselha. Nenhum deles se origina da nobreza. O autor marselhês é filho de um vendedor de tecidos e há controvérsia sobre a data e o local de seu nascimento.³¹

Lucien, como dito antes, era filho de um farmacêutico. Tanto um quanto outro partem definitivamente para Paris nos primeiros anos da década de 1820. Todavia, a sobrevida de Lucien, “o grande homem de província”, não durou mais que dezoito meses na capital, ao longo dos quais o personagem passou rapidamente da notoriedade à miséria, acochado pelas intrigas dos inimigos e explorado por editores e donos de jornais, enquanto a carreira de Méry foi repleta de boas relações de camaradagem, além de êxitos na poesia, na dramaturgia e, principalmente, no jornalismo e na escrita de ficção. Nesse sentido, de modo distinto ao que ocorreu com Lucien, Méry conheceu a celebridade e adquiriu uma considerável fortuna, apesar de não resistir ao vício nos “jogos de azar”, lugar-comum entre literatos da época, de que também foram vítimas o personagem Lucien e seu criador, Balzac.

³⁰ Baseando-me na relação que Bourdieu, em *As regras da arte*, faz entre o personagem Frédéric, de *Educação Sentimental*, e seu autor, Gustave Flaubert, tentei traçar uma relação entre Joseph Méry e Lucien de Rubempré, de *Ilusões Perdidas*. Na França, durante a primeira metade do século XIX, surgirão inúmeros personagens romanescos cuja existência e desenvolvimento nas narrativas está atravessado pelo desejo de ascensão a qualquer custo. Seja na imprensa e nas belas-letas, como é o caso de Lucien de Rubempré, seja no exército, tal qual Julien Sorèl, de *O vermelho e o negro*, de Stendhal, esses personagens se confundem, não raro, com a existência histórica de homens como Balzac, Méry e tantos outros.

³¹ No catálogo da BNF, a notícia bibliográfica sobre o autor indica 1797 e Aygalades, como ano e local de nascimento.

Joseph Méry foi um desses autores que figurou na imprensa periódica de Paris, como na imprensa do Rio de Janeiro e na do Recife mais tarde, sempre envolto numa aura de celebridade. Seu nome foi constantemente repetido, comentado e glosado. As anedotas que contava nos salões parisienses, não raro, iam parar nas páginas dos jornais e ele próprio foi personagem de anedotas contadas na imprensa. Passou boa parte de sua carreira se dedicando à poesia e à dramaturgia, porém, no início da década de 1830, estreia na ficção. Foi certamente a obra de Méry como ficcionista que lhe trouxe a consagração e lhe garantiu um lugar no Panteão Nadar (*Pathéon Nadar*), litografia de Félix Nadar (1820-1910), publicada em março de 1854. A litografia apresenta caricaturas de 249 homens e mulheres de letras, entre os quais, Victor Hugo, Alexandre Dumas (pai e filho), Honoré de Balzac, Alphonse de Lamartine, Alfred de Musset, George Sand etc. No Panteão de escritores e escritoras, representa-se um Méry curvado pela idade.



Figura 42 – Panteão dos homens e mulheres de letras da França, gravura de Félix Nadar, 1854.

Nascido François Joseph Pierre André Méry – ao que tudo indica, em 1797, e morto em 1866 – o autor marseilhês não deixou de ser biografado enquanto ainda vivia. Dois anos depois da morte do autor, Gustave Claudin (1868), no primeiro capítulo de *Méry: sa vie intime, anecdotique et littéraire*, afirma que, antes dele, inúmeros homens de talento contaram os triunfos políticos e literários de Méry. Com efeito, Eugène de Mirecourt, produziu uma biografia do autor dentro de uma série intitulada “*Les contemporains*”. Os cem volumes in-16° – um formato que não passava dos 14cm, mais barato e, portanto, mais acessível a mais leitores e leitoras – foram publicados por J. P. Roret entre 1854 e

1858. Na verdade, algumas daquelas biografias já haviam sido publicadas anteriormente, como as de George Sand, Guizot, Lamartine e a do próprio Méry. Anos mais tarde, muitas delas também seriam publicadas de modo independente, inclusive por outras casas editoras. De acordo com Mirecourt (1854), na introdução ao volume dedicado a Méry, essas biografias faziam parte de um grande projeto de história da literatura no século XIX, abandonado por falta de materiais e de documentos precisos em bibliotecas sobre os homens e mulheres de letras que ainda viviam. É imprescindível enfatizar esse dado: o projeto de Mirecourt se concentrava exclusivamente em autoras e autores vivos.

Isso se deu, provavelmente, como consequência do culto à celebridade dos homens e mulheres de letras viabilizado pela imprensa periódica. O romantismo, de que dependeu todo o século XIX, traz um renovado interesse pelo “indivíduo” (HAUSER, 1998) e a intensa circulação de nomes “célebres” estampando as páginas dos jornais deve ter despertado a curiosidade do público leitor sobre tais figuras. Os editores, por sua vez, não ficaram alheios a essa demanda, mesmo que, muitas vezes, a publicação de uma série como “*Les contemporains*” lhes parecesse uma empreitada de risco. Mirecourt, numa carta endereçada a George Sand, autora que censurara as inexatidões do biógrafo nas páginas do *La presse*, chega a dizer que, ao publicar as biografias da série, o editor Roret “se gabou de um ato de heroísmo de que os editores de nossos dias são incapazes” (*La presse*, 10 mar. 1854, p. 3). De qualquer modo, se se leva em conta o fato de que algumas daquelas biografias já estavam na terceira (Lamartine e Guizot) e na quarta (Pierre Dupont) edições, pode-se fazer a seguinte inferência: havia uma parcela considerável do público, inclusive das camadas sociais mais baixas, que procurava por esse gênero.

Ora, desde a Grécia antiga, havia um público leitor interessado na vida particular de sujeitos considerados proeminentes ou heroicos – imperadores, generais, demagogos, políticos etc. Por volta do século IV, o interesse pelas biografias foi capaz de regular o trabalho dos biógrafos de modo que a filosofia socrática se uniu à retórica para introduzir a ficção no gênero biográfico (MOMIGLIANO, 1986). Essa foi uma tendência que alcançou o Renascimento, época que testemunhou um sensível aumento do interesse tanto pela produção quanto pela leitura de biografias (BURKE, 1997) bem como o século XIX em que o gênero biográfico viu-se aceito plenamente como uma forma historiográfica e contribuiu para difundir a ideia de que a ação dos indivíduos, ao menos de certos indivíduos tomados como heróis, é um dos motores da história (LORIGA, 1998).

No Renascimento, não obstante o tratamento altamente “modelar” do gênero, a emergência da noção de “individualidade da autoria” é um deslocamento crucial nas

biografias desse período (BURKE, 1997). A partir de fins do século XV, tornou-se comum que as vidas dos escritores fossem escritas para compor prefácios, o que indicia o pressuposto de que coletar informações sobre a vida pessoal de um autor pode ajudar a compreender a sua obra. O intercurso entre biografia e ficção, como ocorrera na Antiguidade, permanece um traço característico das biografias renascentistas. É recorrente, então, o uso de diálogos, de falas de personagens, de anedotas etc. Data desse período também a prática de incluir o retrato dos autores nas suas obras, geralmente como frontispício.

Pode parecer paradoxal que os biógrafos renascentistas tenham contribuído para a construção do conceito de “indivíduo” e, a um só tempo, tratado de modo tão convencional o gênero biográfico ao ponto de, por exemplo, contarem a mesma anedota sobre mais de um biografado. Todavia, deve-se ter em mente que a noção de “indivíduo” esboçada pelas biografias dessa época se relaciona estreitamente com noções morais e médicas. A noção de “indivíduo”, portanto, é atravessada pela de “exemplaridade” por meio da qual o sujeito não escapa a uma espécie de processo serial em que sua fisionomia é gravada a partir de uma determinada matriz. São frequentes, nesse sentido, os casos de biografias em que o biografado é descrito como “novo Augusto” ou “segundo Petrarca” (BURKE, 1997). Além disso, a personalidade construída pelas biografias é uma personalidade estática, ou seja, “o produto fixo de um equilíbrio de humores e, para alguns escritores, o resultado inevitável de uma constelação de fatores ligados ao nascimento. Daí a possibilidade de prever o futuro do herói” (BURKE, 1997, p. 95).

Em meados do Oitocentos, em especial, segundo Loriga (1998), as tonalidades heroicas, titânicas até, com que se pintavam aqueles que eram considerados grandes figuras históricas como Dante, Lutero, Maomé, tornam-se bastante vivas. Thomas Carlyle foi o intérprete mais apaixonado do gênero e sustentou que “a verdadeira arte da biografia ia muito além daquilo que é particular da pessoa, para iluminar a relação existente entre a imaginação individual e o universo” (LORIGA, 1998, p. 234). Na França, país em que as primeiras gerações românticas tomaram como referência a Antiguidade latina filtrada pelo Renascimento italiano (HAUSER, 1998), o culto ao indivíduo, aos seus sentimentos e pensamentos íntimos, à afirmação de sua singularidade, ou mesmo inadequação, diante do mundo social, disseminou-se amplamente.

Na imprensa até metade do século XIX, devido ao grande êxito que a ficção parcelada em doses diárias fizera, viabilizava-se a celebração de autores e autoras e se fomentava o mercado editorial. Esse, por seu turno, publicava em volume os sucessos

folhetinescos saídos das páginas dos periódicos e, a depender do tamanho da celebridade do autor ou da autora, encomendava escritos biográficos para compor prefácios, coleções de biografias etc. Ainda que sob uma forma heroica ou arquetípica, na escrita da História ou na biografia, mas também nas páginas dos jornais que exaltavam nomes como Paul de Kock e Alexandre Dumas (pai), a individualidade foi exaltada de tal modo ao longo desse século que, bem antes do seu final, os próprios autores e autoras começariam a ser encarados não mais como mulheres e homens de carne e osso, mas como personagens romanescos (BOURDIEU, 1996; LORIGA, 1998).

As biografias de Méry produzidas por Mirecourt (1854) e Claudin (1868) seguem de perto ao menos algumas das convenções da biografia herdadas pelo século XIX. Na primeira, o uso de diálogos e de anedotas “perfeitamente autênticas”, de que se lança mão para ilustrar fases específicas da vida de Méry, concorre para “remontar uma carreira ilustre e observar suas peripécias emocionantes, os curiosos acidentes que semeiam a estrada do gênio” (MIRECOURT, 1868, p. 36). Na segunda, fica bem claro desde o título o propósito de introduzir o público leitor à parte anedótica e íntima da existência do poeta, ficcionista e dramaturgo e essa “escolha” se justifica por se abordar a vida de um escritor que oferecia talento e espírito tanto na conversação com seus amigos quanto em toda a sua obra (CLAUDIN, 1868). Ambas apresentam o retrato do autor nos seus frontispícios. Daqui por diante, será analisado mais de perto o uso do “retrato” e da “anedota” na composição das biografias de Joseph Méry.



Figura 43 – Retrato de J. Méry, rep. de litografia de Marie-Alexandre Alophe, sem data.

Como um dos componentes da forma material tomada por determinado texto, o retrato no frontispício das biografias estabelece um protocolo de leitura, adianta sentidos (CHARTIER, 2002). Em outras palavras, o retrato colabora para constituir certo *ethos* do biografado e, assim, orientar o modo como os leitores e as leitoras devem se aproximar desse texto. Esse recurso é de tal importância na biografia que a própria escrita se assimila, metaforicamente, à atividade de pintar um retrato. Na introdução ao volume de 1854, que iniciou a série “*Les contemporains*”, o biógrafo afirma que todos os biografados de quem se ofereceram os “esboços” ao público, “posaram diante de nós, sem suspeitar que os íamos pintar. Dessa forma, obtivemos certos marcos para nos guiar em nossa grande *história*, e as imprecisões apontadas no esboço podem ser facilmente corrigidas no quadro” (MIRECOURT, 1854, p. 6-7, grifos meus).³²

A referida edição traz o retrato de um aparentemente jovem e elegante Méry, cujo corpo preenche quase todo o quadro. Um homem altivo que, sentado confortavelmente numa espécie de formação rochosa, atrás da qual se observam as linhas esmaecidas de grandes montanhas, encara um determinado ponto com um olhar firme e reto, atitude que

³² « Tous les personnages dont nous offrons l'esquisse au public ont posé devant nous, sans se douter que nous allions les peindre. Nous avons obtenu de la sorte des jalons certains pour nous guider dans notre grande *histoire*, et les inexactitudes signalées dans l'ébauche pourront aisément se corriger dans le tableau. »

o obriga a quase alinhar o queixo ao ombro direito. Esse retrato de Méry, no entanto, não foi produzido originalmente para o livro, e sim reproduzido da litografia de Marie-Alexandre Alophe (em versão digital no sítio da BNF).³³

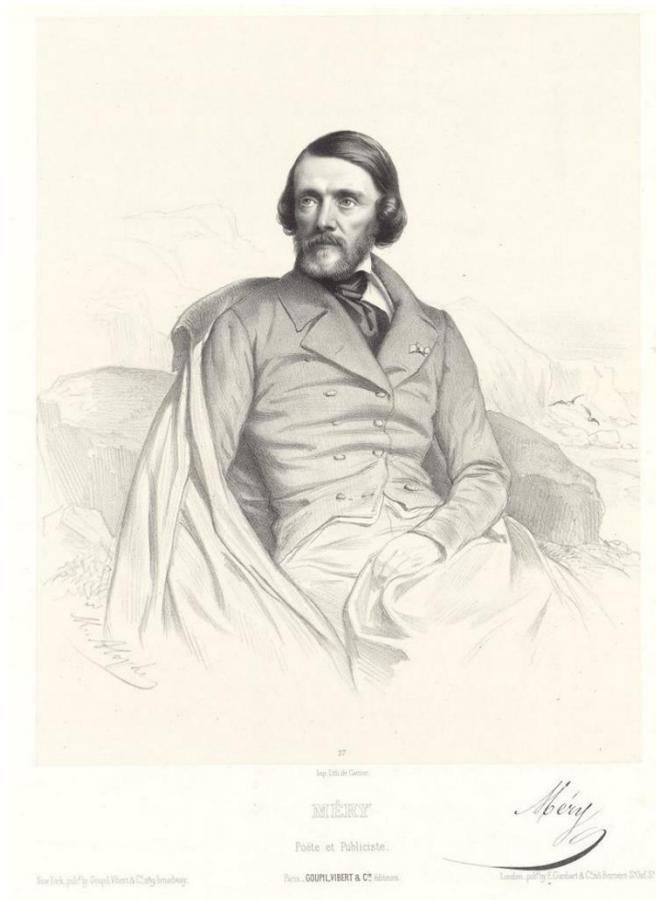


Figura 44 – Retrato de J. Méry, litografia de Marie-Alexandre Alophe, sem data.

Quando comparadas, ficam nítidos os contrastes entre as duas imagens. Entretanto, não se abordará a questão por uma perspectiva que oponha “reprodução” e “cópia”. A variação do retrato de uma forma editorial a outra pode revelar uma escolha que afeta diretamente a constituição do *ethos* do biografado. O cotejamento entre o retrato do frontispício da biografia e sua “imagem-fonte” permite observar que, no primeiro, houve um recorte que deu ainda mais destaque ao corpo do autor em detrimento da paisagem montanhosa do fundo.

Além disso, apesar de não ser possível afirmar que se trata de uma escolha intencional do editor, parece que houve um esforço de rejuvenescer o biografado no retrato do frontispício, haja vista o tom mais escuro com que se preencheu a pele do rosto,

³³ <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8454336b/f1.item>

tom que destoou fortemente do resto do corpo e se sobrepôs a linhas e sombras que cavavam as bochechas do autor na litografia e lhe davam um ar mais maduro, mais grave e mais profundo na imagem-fonte. Nessa direção, outra mudança significativa ocorre no ângulo de visão do retratado. No retrato do volume, o olhar é reto e parece apontar um ponto fixo à frente, enquanto que, na litografia, percebe-se que o olhar do retratado se volta para o alto numa atitude de reverência e reflexão.

Nesse sentido, tais modificações poderiam ser relacionadas diretamente a algumas condições materiais³⁴ (estado da técnica de impressão, fatores econômicos que determinam a qualidade da edição etc.), todavia, fica evidente que as modificações operadas entre um retrato e outro, sejam elas intencionais ou resultantes de condições que escapam à intencionalidade do autor ou do editor, convergem para enfraquecer, ou mesmo apagar, características marcantes da iconografia romântica: por um lado, a imensidão e a imponente da natureza que dão a impressão de pequenez ou insignificância do homem e, por outro, a própria representação do ser humano que, diante dessa natureza, adquire traços de melancolia ou de grave reflexão (HAUSER, 1998).

³⁴ J. P. Roret era um editor obscuro, muitas vezes desacreditado, e a série “*Les contemporains*” era uma empresa que exigia baixos custos.



Figura 45 – Retrato de J. Méry, litografia de Pierre-Gustave Staal, sem data.

Na biografia escrita por Claudin (1868), publicada dois anos depois da morte do autor, apresenta-se uma imagem de Joseph Méry bem mais velho, o rosto vincado fortemente por linhas escuras, especialmente abaixo dos olhos e no nariz. Nesse retrato, o destaque fica para a moldura que enquadra o biografado: abaixo, nos cantos direito e esquerdo, espalham-se grossos volumes em cujas lombadas é possível ler títulos de algumas de suas obras – *le Bonnet Vert*, *La Comtesse Hortensia*, *Les fils de l’homme* etc. Podem-se ler títulos de obras do autor também nos manuscritos que estão presos entre os volumes – *La Floride*, *Napoléon en Egypte*, *La guerre du Nizam* etc. Não foi possível identificar a figura feminina que apoia o cotovelo na coluna ao centro do retrato, mas o escudo que está encostado do seu lado direito certamente é uma representação de Napoleão. Eram comuns, no século XIX, as representações de Napoleão como César e sua presença na composição do retrato de Méry não é aleatória.

Ainda muito jovem, o autor se indignou com o processo de Restauração e se tornou bonapartista e liberal. *Napoléon no Egito*, um poema em oito cantos que exaltava a campanha de Napoleão para desmantelar uma rota do comércio inglês naquela região em

1798, foi um dos inúmeros poemas dedicados ao imperador francês destituído e exilado que morrera em 1821. Esse poema, assim como outros, foi escrito em coautoria com Auguste Barthélemy (1796-1867), amigo do autor desde a adolescência, e estava em sua sétima edição em 1828. Mais tarde, apareceriam edições de poemas reunidos em que *Napoleão no Egito* vem acompanhado de outros dois que também louvavam o imperador, *Waterloo* e *Os filhos do homem* (*Les fils de l’homme*). A devoção de Méry por Napoleão se estendia à família exilada e dispersa por distintas partes da Europa.

Em 1832, Méry viaja em peregrinação para visitar membros da família imperial exilada. O autor esteve entre os insurgentes da Revolução de 1830, mas não tardou a frustração com seus resultados. Decepcionado com a política e acossado pelas dívidas de jogo, resolve partir para a Itália, onde encontra pessoas da família Bonaparte com as quais vinha mantendo uma correspondência por cartas. Numa dessas cartas, a então duquesa Hortênsia de Beauharnais (1783-1837) afirma que leu *Napoleão no Egito* e que ensinava os “belos versos” aos seus filhos, entre esses, Charles-Louis Napoléon Bonaparte (1808-1873), sobrinho de Napoleão I, futuro Napoleão III (MIRECOURT, 1854). De acordo com George Bell (1853), Méry era devotado, quase que por instinto, àquela família, cujas glórias ele cantara em seus versos e levou, à ocasião de sua viagem à Itália, a consolação de sua poesia àqueles augustos infortúnios, razões pelas quais foi acolhido com calor e reconhecimento.

Assim, o fato de determinada representação de Napoleão Bonaparte figurar na composição do retrato de Joseph Méry, representado como um velho cercado por sua obra, pode revelar o propósito da biografia escrita por Claudin (1868): a consagração de um autor que, aparentemente, está prestes a ser esquecido. Reivindicava-se, no texto da biografia, uma edição das obras completas de Méry, dispersas por milhares de páginas de publicações periódicas ou publicadas em formatos facilmente perecíveis. Era preciso reler certas histórias “um tanto esquecidas” (« *um peu trop oubliées* ») do ficcionista e poeta que eram verdadeiras “obras-primas” (« *chef-d’œuvre* ») (CLAUDIN, 1868, p. 24). Méry era, desse modo, apresentado como um homem de letras, cujas obra e memória deveriam ser salvaguardadas do esquecimento. O escudo gravado com o rosto de um Napoleão-César garante, ao menos do ponto de vista simbólico, a coroação do autor e a salvaguarda de sua obra, bem como sugere ao público leitor, antes mesmo de passar os olhos sobre o texto biográfico, que se trata de uma vida mais elevada e espiritual do que tantas outras não só pela obra que construiu, mas sobretudo por sua relação, ainda que indireta, com um personagem histórico representado miticamente.

Por outro lado, ter a ocasião de publicar a biografia de um autor cuja relação com a família Bonaparte era comprovada, deveria ser altamente recomendável para as editoras, já que a censura à imprensa como à publicação de livros era forte no regime bonapartista pós-revolucionário. Ainda mais para uma editora como Bachelin-Deflorenne, especializada em obras luxuosas de heráldica e de genealogia (JIMENES, 2009). Embora, sob o ponto vista de um editor, Méry não pertencesse a uma família merecedora de uma genealogia, uma biografia do autor introduzida com um retrato que relacionasse o biografado com a família Bonaparte, mesmo que se tratasse de uma relação indireta, seria uma estratégia eficaz de alinhar os propósitos da obra aos objetivos comerciais da editora, mas, sobretudo, um modo bem engenhoso de estar ao lado do poder, ou ao menos de não despertar sua ira, e atrair grandes famílias nobres francesas, para contemplarem a si mesmas no espelho de suas genealogias.

Por sua vez, conforme dito antes, a utilização de anedotas como meio de escrever a vida de um determinado sujeito ou chamar a atenção para um ponto específico dessa trajetória de vida ocorre desde a Grécia antiga e, no século XIX, lançou-se mão desse recurso amplamente não só nas biografias, mas também na História e na imprensa periódica. O percurso das palavras “*anedocte*” (anedota) e “*anecdote*” (anedótico) por alguns dicionários pode revelar alguns aspectos interessantes do seu funcionamento nas práticas letradas.

O *Novo Dicionário da Língua Francesa*, de Jean-Charles Laveaux (1820)³⁵, define “*anecdote*” – do grego, *anékdotos* – como aquilo que ainda não foi publicado, inédito, privativo. Por extensão, pode designar um fato secreto ou particularidade pouco conhecida, própria a esclarecer certos eventos históricos. A expressão “*anecdote*”, por sua vez, é definida como o que relata ou contém anedotas. Ao que tudo indica, até perto da metade do Oitocentos, não havia consenso entre os dicionários sobre o uso do adjetivo “anedótico” (CUNHA, 2010). No *Dicionário da Academia Francesa*, de 1835, não constava “*anecdote*” e a palavra “*anecdote*” poderia exercer essa função, conforme se pode observar pelo exemplo dado pelo dicionário: “*L’Histoire anecdote de Procope*”. O *Dicionário geral e gramatical dos dicionários franceses*, de Napoléon Landais (1834)³⁶, considerava “*anecdote*” um barbarismo. Entretanto, de acordo com o que foi possível apurar no *Catalogue des livres François qui se trouve chez Changuion et Den*

³⁵ <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50750g/f84.item.r=%22histoire%20anecdote%22.zoom>

³⁶ <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5849314w/f150.image.r=%22histoire%20anecdote%22?rk=643780;0>

*Hengst*³⁷, de 1802, títulos como *Histoire anecdotique & raisonnée du Théâtre Italien* (1769) eram comuns desde o século anterior e proliferaram ao longo do século XIX.

Nos salões da nobreza ou da alta burguesia francesas das primeiras décadas do século XIX, um homem de letras era apreciado também pela sua “*causerie*”, ou seja, a habilidade de falar de modo inteligente e bem-humorado sobre qualquer assunto e entreter o público ouvinte. Na ficção, são abundantes os exemplos em que personagens de literatos são postos à prova nesse quesito. O já mencionado personagem Lucien, de *Ilusões perdidas*, passa por esse tipo de prova tanto na província quanto em Paris. Joseph Méry, por seu turno, frequentava o disputado salão de Delphine de Girardin, mulher de letras e esposa de Émile de Girardin, fundador do *La Presse*. Nesse jornal, Méry construiu sua notoriedade como autor de ficção. Nas reuniões promovidas pelos Girardin, foi celebrado como grande “*causer*”, prosador, contador de anedotas (MIRECOURT, 1854; CLAUDIN, 1868).

Foi, provavelmente, nesses espaços de sociabilidade que a anedota se revestiu de humor, da despreensão e da frivolidade da conversa casual de salão, bem conforme às práticas culturais que vinham se desenvolvendo naquele período. Na imprensa, faziam-se diferentes usos das anedotas. Poderiam aparecer na composição dos mais variados textos (comentários sobre determinadas obras, perfis biográficos, artigos de História etc.) ou ser veiculadas isoladamente em colunas destinadas ao entretenimento (na França, principalmente o “*Fait-divers*”; no Brasil, “*Variedades*”, “*Miscelânea*”, etc.). Quanto aos seus propósitos, esses também eram variados. Por meio das anedotas, era possível atacar os adversários literários ou políticos até os reduzir a figuras caricaturais ou grotescas, tornando públicos aspectos de suas intimidades, fossem factuais ou não, mas também dar contornos de humanidade ao protagonista desse tipo de relato, tratando com bom-humor os “vícios” e deslizes de personalidades célebres por quem o público leitor tinha afeto ou a quem era conveniente homenagear. A fim de demonstrar que o gênero poderia ser utilizado como forma de humanizar as falhas de certos sujeitos, atente-se para a anedota contada sobre Méry e que versa sobre seu vício em jogos de azar, veiculada pela coluna “Um pouco de tudo” do *Diário de Pernambuco*, algum tempo depois da morte do autor:

Méry, o célebre autor da “Florida” e da “Guerra do Nizan”, falecido há poucos dias, jogou enquanto Deus lhe deu vida.

Certa noite, de julho em Baden, Méry, tiritando com frio, embuçado numa capa e com o rosto meio escondido numa gravata esperava ansioso a hora de começar o jogo para ir ganhar.

³⁷ <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9816652p/f69.image.r=%22histoire%20anecdotique%22>

- Jogo sempre na vermelha, que me deve já trinta e seis contos de réis. Passo-lhe quitação total se me der hoje nove contos de réis. Méry jogou e perdeu.
 - Estúpido azar! Dizia depois Méry.
 O jogo podia pagar-me com 25 por cento e agora há de me pagar por inteiro.
 Debalde correu Méry o resto da vida atrás do que perdera. (*Diário de Pernambuco*, 01 ago. 1866, p. 8)

O carácter sintético da narrativa chama a atenção. Trata-se de um episódio narrado de modo breve com um clímax que quebra certa expectativa e aciona o efeito de humor. O narrador não faz grande julgamento moral do sujeito da anedota e se limita apenas a constatar que, “debalde”, o autor passou o resto da vida correndo atrás do que perdera. A estratégia fica ainda mais evidente se se leva em conta que, alguns dias antes, a mesma coluna veiculara uma pequena nota informando sobre a morte de Joseph Méry, ao final da qual se afirmou que o poeta, romancista e dramaturgo “morreu pobre, como todos os grandes escritores que não são superiores às paixões da alma” (*Diário de Pernambuco*, 21 jul. 1866, p. 8, grifos meus).

Outra característica do gênero que se evidencia no texto em tela é o frequente anonimato e a impossibilidade de rastrear sua origem. Quem é o responsável pelo registro escrito dessa anedota? Menciona-se a fonte de que foi retirada? O narrador é testemunha ocular do acontecimento ou ouviu o relato do sujeito que o protagonizou, ou ainda, ouviu-o da boca de um terceiro? Trata-se de um acontecimento factível por que passou o sujeito da anedota ou se trata de um caso exemplar reutilizado para ilustrar determinada característica desse sujeito? Essas são perguntas muito difíceis de responder quando se está diante de um gênero como a anedota. Na condição de um dado inédito, fora da História, a anedota é sustentada pelo testemunho oral que a faz circular e ganhar corpo, mas também que a libera, a cada realização concreta, de um compromisso com a realidade factual. Assim, a anedota é um dito tomado por dado, que circula entre o oral e o escrito, que se desprende de sua origem e que, a cada novo aparecimento, pode dar lugar a reformulações, deslizamentos de sentido, flutuação ou apagamento de autoria. É provável que esse gênero tenha se adequado perfeitamente à ordem de discurso própria à imprensa do século XIX e a relação entre a anedota e a ficção do período tenha se estreitado ainda mais no interior dessa ordem.

Para concluir essa discussão sobre a utilização das anedotas no gênero biográfico, será transposto um relato de Mirecourt (1858) sobre o primeiro sucesso editorial de Méry em Paris. Trata-se do poema satírico *la Villéliade*, escrito em coautoria com Auguste

Barthélemy (1796-1867) e publicado em brochura. O modo como esse impresso se tornou um sucesso de vendas entre os parisienses merece ser aqui sintetizado, porque ilustra muito bem o processo pelo qual a imprensa modificou sobremaneira as práticas editoriais e se tornou um veículo incontornável na publicização do escrito.

Auguste Barthélemy era um homem de letras pobre que tentou obter benesses do poder imperial. Em 1826, ele acorreu, incansavelmente e sem êxito, ao gabinete do ministro Joseph Villéle (1773-1854) em busca de uma gratificação por seu trabalho, mas tudo o que, finalmente, conseguiu foi uma moeda de um luís dada por um funcionário com os cumprimentos do ministro que sequer se dignou a recebê-lo. Segundo Mirecourt (1858), Barthélemy jogou a moeda contra o rosto do funcionário e se retirou enfurecido. Ao chegar à rua, encontra-se com Méry, seu amigo desde os tempos de colégio em Marselha, e narra o que ocorrera. No mesmo instante, eles têm a ideia de escrever o poema satírico com a finalidade de derrubar o ministro Villéle, conhecido por ser uma rocha contra a qual as oposições haviam investido e se quebrado.

Mais tarde, finalizado o poema, restava o desafio da impressão.

Não obstante o reconhecimento de alguns pares de que se tratava de uma “obra-prima” – *chef-d’œuvre* – nenhum livreiro quis comprar o manuscrito e os autores se viram na impossibilidade de o imprimir. Um empréstimo oferecido por um dos ouvintes para quem foi lido o poema, permitiu que o manuscrito fosse impresso num modesto atelier tipográfico. No entanto, Méry tinha consciência de que, caso a imprensa periódica não interviesse na publicização do poema, *la Villéliade* não chegaria ao público e, muito provavelmente, cairia no esquecimento. Na década de 1820 na França, os anúncios ainda não tinham se tornado uma prática de divulgação nos jornais e, para fazer sucesso, um livro dependia da iniciativa de algum redator que se dignasse a lhe dedicar um artigo elogioso. Iniciativa, geralmente, facilitada por recompensas financeiras, conforme o denunciou Sainte-Beuve (2009) e tal qual se pode ver bem figurado no romance *Ilusões perdidas*, de Balzac.³⁸

³⁸ Na Paris desse período, os homens de letras ligados à imprensa tinham ciência do poder dos ataques pessoais e da polêmica para promover determinados escritos. Em *Ilusões perdidas*, Balzac ficcionaliza muitas dessas práticas em que jornalistas, escritores e escritoras de ficção, submetiam-se ao “fogo amigo”, planejado estrategicamente para incendiar a curiosidade do público leitor. Geralmente, combinava-se a publicação de uma série de artigos de crítica (muitos sob pseudônimo) contra uma obra recentemente lançada, artigos que seriam contraditos por outro jornalista no mesmo periódico ou em outro. Não raro, o ataque e a defesa poderiam ser feitos pelo mesmo jornalista.

Méry, então, resolve entregar exemplares do panfleto no jornal *le Constitutionnel* onde trabalhavam os redatores considerados “verdadeiros reis da imprensa e distribuidores únicos da publicidade” (MIRECOURT, 1858, p. 27). No jornal e viu, mais uma vez, diante de dificuldades, haja vista que dois daqueles redatores folhearam o impresso, apenas um elogiou a qualidade do poema, mas ninguém prometeu o tão esperado artigo. Ao chegar à rua, arrependido de não ter expressado diretamente o seu desejo de ver *la Villéiade* promovido por um daqueles “reis da imprensa”, Méry se lembra de que sabia onde o redator que elogiou o poema jantava todas as noites e resolve segui-lo, a fim de o convencer a escrever o tão necessário artigo. Colocando-se no encalço do redator, Méry percebe que o sujeito lia atentamente o impresso enquanto caminhava para o restaurante. O coautor de *la Villéiade* decide continuar a seguir o redator à distância e esperar até que ele termine a leitura.

Dentro do restaurante, numa galeria vizinha à do redator, Méry observa e aguarda. Ele vê, finalmente, o redator do *le Constitutionnel* fechar a brochura, soltar um sorriso e mover a cabeça num gesto de aprovação. O autor compreende que não precisaria pedir mais nada, o artigo estava garantido.

Jeunesse, féderée par le ministère.
 — *La Villéiade* obtient un succès de vogue; les ministériels eux-mêmes en rient; il n'y a que les romantiques qui n'en soient pas contents.

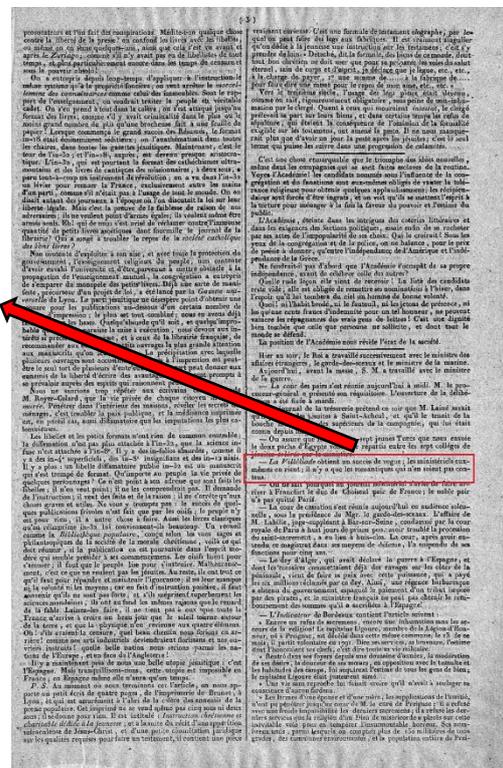


Figura 46 – *le Constitutionnel*, nota sobre *la Villéiade*, 23 jul. 1826, p. 2.

Na manhã seguinte, conforme Mirecourt (1858), o dinheiro que Méry trazia consigo era apenas o suficiente para tomar um parco café da manhã e comprar o *le Constitutionnel*. O autor ficou exultante ao ver um folhetim completo de seis colunas dedicado ao poema satírico que escrevera com seu amigo Barthélemy. Todavia, a satisfação ainda não era plena para Méry, uma vez que seus bolsos estavam vazios. Ele, então, dirige-se à loja do livreiro Ponthieu, localizada na *Galerie de Bois*, portando treze brochuras de *la Villéliade*.

Na década de 1820, a *Galerie de Bois* era o lugar onde se concentrava o comércio livreiro de Paris e onde se ia, entre outras coisas, para vender e comprar as novidades literárias. Esse espaço de sociabilidade da cultura letrada em que se encontravam homens de negócios e homens de letras foi descrito com maestria pelo narrador de *Ilusões Perdidas* como um aglomerado de pequenas lojas sujas e mal cuidadas em que especuladores da Bolsa fechavam seus negócios e no qual, especialmente à noite, grassava a prostituição:

Havia ali apenas livreiros, poesia, política e prosa, comerciantes de moda e, por fim, mulheres da vida que vinham somente à noite. Ali floresciam as notícias e os livros, as jovens e as velhas glórias, as conspirações da Tribuna e as mentiras das livrarias. Vendiam-se novidades ao público, que se obstinava a comprá-las somente ali. (BALZAC, 2010, p. 306)

Na loja, Méry oferece as brochuras a Ponthieu, mas o livreiro se mostra reticente diante de um possível mal negócio. O coautor da sátira, então, pede ao negociante que leia o folhetim do *le Constitutionnel*. Mal havia terminado de ler o folhetim, Ponthieu viu entrar na loja um cliente interessado em adquirir *la Villéliade*. Ele pega uma das brochuras trazidas por Méry e a vende por cinco francos. Depois daquele comprador, sucedem-se outros de modo que, em pouco tempo, todas as brochuras do poema trazidas pelo autor haviam sido vendidas e o livreiro tinha chegado à conclusão de que o folhetim surtira efeito. *La Villéliade* seria um ótimo negócio. Mirecourt (1858) relata que, em menos de uma semana, mais de doze mil exemplares do panfleto contra o ministro Villèle foram vendidos em Paris e que, em 1830, o poema chegaria à sua vigésima oitava edição. Ao poema satírico *la Villéliade*, seguiram-se outros – *la Peyronnéide* (1826), *la Corbiéréide* (1827), *la Bacriade* (1827) – em ataque a membros do governo imperial.

A história literária francesa ignorou Méry como fez a tantos outros autores e autoras de ficção para o jornal e as biografias do autor escritas por Mirecourt (1854) e Claudin (1868) são dos poucos documentos impressos em que é possível encontrar informações

sobre a vida do poeta, dramaturgo e ficcionista marselhês. Ambas são biografias anedóticas, ainda que apenas Claudin (1868) assuma esse caráter no subtítulo. Basta, todavia, recordar as condições em que Eugène de Mirecourt produziu a série “*Les contemporains*”, para se chegar à conclusão de que o biógrafo foi, em boa medida, obrigado a abrir mão da erudição historiográfica, seja pela própria finalidade do trabalho, pelo custo financeiro que representava para o editor e pelo público a que era destinado, seja pela escassez de documentos confiáveis sobre os homens e mulheres biografados.

O mesmo vale para Claudin (1868) que, além do recurso às *Memórias*, de Alexandre Dumas e artigos de jornal, glosou muitos documentos apresentados por Mirecourt (1854), a exemplo do prefácio de George Bell (1853) à edição conjunta de *La ferme de l'Orange* e *Héva*, prosas de ficção publicadas originalmente em jornais parisienses na década anterior. Mais de uma vez, as mesmas anedotas são contadas. É o caso, por exemplo, da noite em que Méry, numa reunião na casa dos Girardin, lançou críticas galhofeiras a certa tragédia recém estreada e afirmou que seria capaz de compor o primeiro ato de uma peça semelhante àquela em menos de cinco horas. Delphine de Girardin, então, o desafiou a cumprir a promessa, trancou-o num gabinete e aguardou do lado de fora juntamente com os convidados. A confiar no relato dos dois biógrafos, o autor cumpriu o desafio. Por fim, apesar de darem relevo à produção ficcional do autor dispersa por inúmeras publicações periódicas e de atribuírem o êxito de Méry à sua atividade como jornalista em periódicos como *La presse*, *le Figaro* e *Nain-Jaune*, as duas biografias não oferecem informações detalhadas sobre tal produção e não se atêm às datas exatas da maioria das publicações das obras de Méry, contentando-se ambas com a menção a algumas obras específicas. É preciso advertir que as datas de veiculação nos periódicos ou anos de publicação em livro da obra ficcional do autor que aparecem nessa seção foram pesquisadas no sítio da BNF, assim como as amostras de imagens do periódico *La Presse* em que aparecem prosas de ficção atribuídas a Méry. Nesse sentido, as biografias de Mirecourt (1854) e de Claudin (1868) são documentos muito semelhantes no que diz respeito às fontes que utilizam, à opção pela estrutura temática, às anedotas que narram e aos limites a que estão submetidos.

Não obstante, as referidas biografias permitem abrir uma trilha pela vida e obra de Joseph Méry, enquanto pesquisas mais profundas e sistemáticas não são desenvolvidas. Assim, foi possível destacar, desses documentos mais alguns dados significativos, além dos já apresentados pela observação das estratégias de Mirecourt (1854) e Claudin (1868)

sobre a vida do autor, sua carreira como jornalista e sua ascensão no mercado editorial francês como ficcionista.

Méry recebeu uma educação conforme os padrões do período, isto é, uma educação religiosa que girava em torno da língua latina e dos clássicos. Aos dezoito anos, era um profundo conhecedor de História e um grande latinista. Começa, nesse período, sua carreira na imprensa de Marselha, onde desenvolve sua habilidade de jornalista incisivo, espirituoso e mordaz. Publica versos satíricos e alguns artigos no jornal *le Phocéen* com os quais ataca o inspetor chefe dos colégios e ofende a administração universitária, ditada pelos católicos Ultramontanos. Essas publicações lhe renderão um processo e uma condenação a quinze meses de prisão. Méry parece ter aceitado resignadamente sua condenação e aproveitou os meses de cumprimento de pena para produzir odes e outros gêneros de poesia. Enquanto se divide entre a província e a capital na atividade de jornalista, funda o *la Méditerranée* em Marselha, periódico liberal que, mais tarde, seria fundido ao *le Phocéen* e daria origem ao *le Sémaphore* (MIRECOURT, 1854; CLAUDIN, 1868).

Sob a proteção de homens de letras como Alphonse Rabbe (1786-1829), Méry se instala definitivamente em Paris por volta de 1824, passa a colaborar em periódicos parisienses e, assim, abre caminho para a grande notoriedade que alcançaria nas duas próximas décadas. Ao que tudo indica, o periódico satírico *Nain-Jaune* foi o órgão de imprensa que primeiro acolheu o jovem autor como jornalista, após esse ter demonstrado sua capacidade de escrever artigos, plenos de humor e charme, num diminuto intervalo de tempo. Essa capacidade o tornou um dos redatores preferenciais daquele periódico.

Após a Revolução de 1830, ao retornar de seu exílio autoimposto, durante o qual peregrinou pela Itália e visitou a família Bonaparte com quem mantinha correspondência, o autor volta a Paris e passa a frequentar o círculo dos românticos, trava relações com Émile de Girardin e abre caminho para a bem-sucedida carreira como ficcionista. A estreia na prosa de ficção se deu com o romance *Le bonnet vert* (O gorro verde), que, conforme Mirecourt (1854), disputou o primeiro prêmio de um concurso com *Le rouge et le noir* (O vermelho e o negro), de Stendhal. Mirecourt (1858) afirma que essa viagem terminou por elevar Méry à elite dos prosadores do período, uma vez que o autor volta a Paris, trazendo as preciosas notas a partir das quais escreverá a prosa de ficção “*Scènes de la vie italienne*” (Cenas da vida italiana). Segundo Bell (1853), a vida e o cenário italianos farão parte de muitas outras ficções produzidas pelo autor marselhês a exemplo de “*Un amour dans l’avenir*”, “*Van-Dick au palais Brignola*”, “*les Adeptes de*

l'immortalité”, “*l'Ame transmise*”, publicadas em variados impressos periódicos do tempo. Para Bell, especialmente “*Amour dans l'avenir*”, publicada pela primeira vez na *Revue de Paris* e cujo sucesso cresceu ainda mais ao aparecer em volume e receber inúmeras edições, prova que a ficção de Méry não é daquelas que passa com a moda do dia.

Na década de 1840, Méry se torna prolífico na produção de ficção para os jornais. Entre 1842 e 1844, publicou no folhetim do *La Presse* as prosas de ficção *Héva*, *la Floride* e *la Guerre du Nizam* quase sem interrupção e sem deixar respirar os assinantes do periódico. Essa brilhante trilogia trouxe “sacos de ouro” para o caixa do jornal (MIRECOURT, 1854, p. 79). Seria interessante pontuar que nem os biógrafos consultados – Mirecourt (1858) e Claudin (1868) – nem o prefaciador Bell (1853) se atêm às datas exatas de publicação das obras de Méry. As datas de veiculação nos periódicos ou anos de publicação em livro da obra ficcional do autor que aparecerem nessa seção foram pesquisadas no sítio da BNF. A obra de Méry, no entanto, é um grande desafio aos pesquisadores, visto que abrange materiais diversos, desde partituras, textos dramáticos, iconografia até poemas e prosas de ficção publicados em livro, num total de 540 entradas no catálogo da referida biblioteca. Afora a produção do autor espalhada por dezenas de publicações como o *La Presse*, *le Constitutionnel*, *le Figaro*, entre tantos outros impressos periódicos, o que, sem dúvida, como afirmou Claudin (1868), deve ultrapassar alguns milhares de páginas que seguem quase que totalmente inexplorados.



Figura 47 – La presse, seção de Folhetim, “Héva”, de J. Méry, 26 fev. 1842, p. 1.



Figura 48 – La presse, seção de Folhetim, “La Floride”, de J. Méry, 07 fev. 1844, p. 1.

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 49 – *La presse*, seção de Folhetim, *la Guerre du Nizam*, de J. Méry, 13 ago. 1844, p. 1

Antes, no mesmo periódico, publicara *Mystères d'Udolphe*, *l'Histoire d'une Colline* e *Famille Dherbier*. Os biógrafos ainda citam inúmeras obras de ficção produzidas pela pena do autor marselhês: *la Ferme de l'Orange* (1853), *Une conspiration au Louvre* (1846), *la Circé de Paris* (1856), *Une veuve inconsolable* (1847), *Un mariage de Paris* (1851), *Anglais et Chinois* (1843). Essa última prosa de ficção, conforme Mirecourt (1854), uma deliciosa novela que fez nomear um notório embaixador francês para um posto na China, de tanto que sua esposa, leitora de Méry e especialmente desse texto, atormentou o ministro Guizot para que enviasse o casal para um país cuja descrição lhe tinha parecido adorável.

A obra de Méry segue sendo um grande desafio aos pesquisadores, visto que abrange materiais diversos, desde partituras, textos dramáticos, iconografia até poemas e prosas de ficção publicados em livro, num total de 540 entradas no catálogo da BNF. Afora a produção do autor espalhada por dezenas de publicações como o *La Presse*, *le Constitutionnel*, *le Figaro*, entre tantos outros impressos periódicos, o que, sem dúvida, como afirmou Claudin (1868), deve ultrapassar alguns milhares de páginas que permanecem quase que totalmente inexplorados.

3.2. A imprensa e o folhetim na França da primeira metade do século XIX: a emergência da celebridade literária

Antes de tratar propriamente da chegada e da circulação dos textos de Joseph Méry na capital da província pernambucana, importa situar o autor francês no contexto das práticas de difusão do escrito que se desenvolviam na França por volta da década de 1830, especialmente as modalidades de difusão relacionadas à imprensa periódica. No decorrer da primeira metade do século XIX, segundo Bourdieu (1996), o desenvolvimento da imprensa, entre outros fatores, foi o indício de uma expansão sem precedentes do mercado dos bens culturais. Até a revolução de 1848 e suas consequências, a imprensa francesa seria uma imprensa diversificada e fortemente politizada que, a partir de 1836, ano em que surge o “Folhetim”, estratégia comercial de Émile de Girardin que visou a atrair mais assinantes para o jornal *La Presse*, criaria as condições para que a prosa de ficção circulasse profusamente entre um público leitor mais amplo e as Belas-letras convivessem de maneira harmônica com outras práticas culturais como a moda, a música, o teatro.

A estratégia de dar a ler prosas de ficção de modo parcelado não demorou a se disseminar entre os demais jornais parisienses como o *Le Siècle* (1836) e o *Journal des Débats* (1837), e a motivar, inclusive, a criação de publicações inteiramente dedicadas a oferecer esse gênero de escrito a um público ávido por ficção como a *Revue Pittoresque*, *Le Magasin Littéraire* e *Musée des familles*. Nesse sentido, o folhetim é responsável, de acordo com Mollier (2018), na condição de nova modalidade de consumo da cultura escrita, por uma revolução nas práticas de leitura dos franceses e, ademais, pela contribuição para o declínio dos gabinetes de leitura e do crescimento das livrarias-editoras.

As páginas de anúncios do *La Presse*, tomadas geralmente pelos reclames de publicações periódicas dirigidas aos mais variados públicos, revelam o quanto proprietários de jornais, redatores e editores vinham investindo num recurso que se tornava extremamente lucrativo. Assim, os anúncios, bem como todos os modos pelos quais a ficção comparecia nas páginas dos jornais, demonstram que, independente do público a que eram destinados e a que lado do espectro político pertenciam, a veiculação de textos ficcionais tornou-se praticamente obrigatória para qualquer periódico que

optasse por atender o crescente interesse do público leitor e, desse modo, obter mais subscrições (MEYER, 1996).

O crescimento do público leitor foi, por conseguinte, acompanhado por uma demanda por profissionais da escrita, o que gerou um “afluxo de uma população muito importante de jovens sem fortuna, oriundos das classes médias ou populares da capital e sobretudo da província, que [iam] a Paris tentar carreiras de escritor ou de artista” (BOURDIEU, 1996, p. 70). Até então essas carreiras eram mais estritamente destinadas à nobreza ou à burguesia parisiense, mas o sucesso e a fortuna alcançados por alguns autores favoreciam o fascínio pela carreira de escritor, principalmente entre aqueles diplomados do ensino secundário que não puderam ser absorvidos pelos postos das finanças nem pelo serviço público (BOURDIEU, 1996). Portanto, a consolidação do espaço do folhetim no jornal, em atendimento a uma demanda do público, coincidirá com a profissionalização da atividade da escrita e com a celebração dos nomes de certos ficcionistas a exemplo de Alexandre Dumas, Paul de Kock, Eugène Sue, etc. Num anúncio da *Revue Pittoresque*, publicação dedicada exclusivamente à prosa de ficção, veiculado pelo *La presse* no início de 1844, pode-se apreciar o culto a determinados autores, frequentemente referidos como “celebridades literárias” (*célébrités littéraires*):

A *Revue Pittoresque*, uma feliz combinação de leituras envolventes e obras de arte, é agora a maior, a mais bonita e de melhor preço de todas as coleções do mesmo gênero. A cada mês, ela fornece a seus assinantes de *noventa e seis a cento e vinte e oito* colunas de texto in-8°, belamente ilustradas por Garvani, Tony Johannot, Jules David, de Beaumont, Francês e Nanteuil. As doze edições reunidas formam, no final do ano, uma esplêndida lembrança, enriquecida com mais de *duzentas gravuras* de madeira compostas expressamente para novelas tomadas de empréstimo a celebridades literárias da época: Eugène Sue, Alex. Dumas, Méry, Alph. Karr, Jules Sandeau, Frédéric Soulié, Léon Gozlan. (*Revue Pittoresque*, 17 fev. 1844, p. 4, grifos meus)³⁹

A reação da crítica literária, ainda em processo de constituição nesse período, diante das novas modalidades de produção e difusão da literatura pode ser encarada como outro indício das transformações que se davam no âmbito da cultura e das belas-letas na França. Críticos como Charles Augustin Sainte-Beuve (1804-1869) reagiram

³⁹ *La Revue Pittoresque*, heureuse combinaison de lectures attachantes et d’œuvres d’art, est désormais le plus grand, le plus beau et le meilleur marché de tous les recueils du même genre. Chaque mois elle donne à ses abonnés *quatre-vingt-seize à cent vingt-huit* colonnes de texte in-8°, magnifiquement illustrées par Garvani, Tony Johannot, Jules David, de Beaumont, Français, Nanteuil. Les douze livraisons réunies forment, au bout de l’année, un *keepsake* splendide, enrichi de plus de *deux cents gravures* sur bois expressément composée pour les nouvelles empruntées aux célébrités littéraires de l’époque : Eugène Sue, Alex. Dumas, Méry, Alph. Karr, Jules Sandeau, Frédéric Soulié, Léon Gozlan.

negativamente aos novos modos de produção e difusão da literatura, nomeando-os de “literatura industrial” em artigo – *De la littérature industrielle* – publicado na *Revue des Deux Mondes*, em 1º de setembro de 1839.⁴⁰

Num tom que poderia ser caracterizado como entre catastrófico e belicoso, o crítico francês reage aos primeiros anos da bem sucedida circulação da ficção parcelada cujas consequências vinham se apresentando num curto espaço de tempo. Sainte-Beuve (2009) admite que a “literatura industrial” é um fenômeno que sempre existiu, entretanto considera que nunca antes o campo literário foi ameaçado de ataque e invasão em nível tão alto, o que tornava esse tipo de literatura algo muito próprio ao tempo em que o crítico escreveu e que devia ser veementemente rechaçado. Na perspectiva de Sainte-Beuve, o barateamento dos jornais impressos devido à inserção de anúncios e o grande aumento de subscrições causado pela presença da ficção parcelada fizeram com que se reduzisse o espaço da crítica. Os anúncios, por um lado, além de condicionar a sobrevivência comercial dos jornais à contratação desse serviço, facilitaram, no caso dos anúncios de livros, a divulgação de obras sem a mediação da crítica. Por outro lado, o novo modo de circulação dos gêneros da ficção na imprensa periódica provocou uma democratização das práticas letradas que põe em cena jovens literatos em busca de lucro e prestígio, dispostos a se firmar no mundo das letras a qualquer custo.

Embora parecesse forçoso, a Sainte-Beuve, adequar-se aos novos tempos em que a democracia alcançava também a coisa literária, era preciso admitir, por consequência, que escrever e fazer imprimir deixavam de ser traços distintivos. Principalmente quando se estava diante do efeito mais grave e, ao um só tempo, o fator a ser mais combatido dessa literatura industrial: “o de se misturar a uma paixão desenfreada pela glória, ou antes, pela celebridade” (SAINTE-BEUVE, 2009, p. 186, grifos meus). Em outras palavras, o contingente cada vez maior de jovens escritores que almejava um lugar de prestígio e de fortuna no mundo das letras começava a dismantelar as fronteiras, até então mais ou menos bem estabelecidas, do espaço social, de poder e de consagração onde se moviam homens de letras como o crítico francês.

Note-se, entretanto, que não era a pretensão de Sainte-Beuve exterminar o que ele denominava de “literatura industrial”. Ainda que se referisse recorrentemente ao fenômeno como uma praga ou uma invasão bárbara que deviam ser firmemente combatidas, seu objetivo era o de minimizar os efeitos, para ele danosos, da literatura

⁴⁰ Trabalhou-se com a tradução de Jefferson Cano, publicada na *Revista Remate de Males*, Dossiê Literatura e Arquivos, de 2009.

industrial, fazê-la voltar “a correr em seu leito, aprofundando-o devagar” (SAINTE-BEUVE, 2009, p. 195). Reconhecia, assim, o direito a esse tipo de literatura de existir e de se desenvolver no campo literário, mas se posicionava como um agente regulador desse campo e reclamava para si, e para alguns pares, o poder de estabelecer suas regras e seus limites, de ordenar e hierarquizar o trabalho que se fazia em seu interior, de disseminar a crença acerca do papel fundamental e indispensável que a crítica deveria desempenhar nesse âmbito. Sainte-Beuve buscava, portanto, deslocar para a crítica literária nascente os elementos distintivos que, sob seu ponto de vista, perdiam-se com as novas modalidades de circulação e recepção do escrito e, por conseguinte, com a democratização da imprensa, e reivindicava o poder de arbitrar sobre as produções do campo, de separar, entre tais produções, aquelas que mereciam ser apreciadas pelo público e aquelas que não mereciam (BOURDIEU, 1999; 2009).

Nessa disputa pelo poder simbólico de arbitrar acerca dos bens literários, a imprensa periódica puxava a corda para o lado oposto, reduzia o espaço e o poder da crítica e alargava o sentido do que discursos como o de Sainte-Beuve compreendiam por “alta literatura”, a fim de, certamente, colocar-se em consonância com as aspirações do público leitor, conforme se pode constatar no “Programa Literário” (*Programme Littéraire*) exposto no folhetim do *La Presse* alguns anos depois do artigo de Sainte-Beuve:

Depois que nós introduzimos a literatura na imprensa diária, onde apenas a crítica tinha o direito de entrar, queríamos que nosso folhetim fosse o local de encontro de todos os grandes talentos de nosso tempo. Entendemos que poderia haver em um jornal uma hospitalidade simpática, imparcial e eclética, que soubesse respeitar o escritor sem impor ou sem assumir a responsabilidade por convicções políticas. Podemos dizer hoje que nosso jornal representa a alta literatura e as grandes reputações da França. (*La Presse*, 1º dez. 1844, p. 1, grifos meus)⁴¹

Não obstante as invectivas da crítica literária ainda em gênese na primeira metade do século XIX, a imprensa periódica contribuiu para que a leitura de ficção passasse a compor um modo de vida parisiense do qual faziam parte a moda, a música, o teatro etc. Desse modo, a leitura de ficção se tornava uma prática num conjunto de outras práticas que constituíam o cotidiano parisiense. No *La presse*, um anúncio que toma mais da

⁴¹ « Lorsque nous avons introduit la littérature dans la presse quotidienne, où la critique seule avait droit d'entrée, nous avons voulu faire de notre feuilleton le rendez-vous de tous les grands talents de notre époque. Nous avons compris qu'il pouvait y avoir dans un journal une hospitalité sympathique, impartiale, éclectique, qui sût respecter l'écrivain sans imposer ou sans prendre la responsabilité des convictions politiques. Nous pouvons dire aujourd'hui que notre journal représente la haute littérature et les plus grandes renommées de la France. »

literárias encontram no mundo elegante” (*La Presse*, 19 nov. 1840, p. 4).⁴² Para tanto, “confiou a uma pluma espiritual e muito amada pelo público, a escrita *de seus anais de toalete, de sua crônica de salões, de suas conversas sobre o mundo, dos interiores do teatro [...]*” e garantiu “a colaboração de todas as nossas notabilidades literárias” (*La Presse*, 19 nov. 1840, p. 4, grifos do autor).⁴³ Nesse sentido, a direção de *La Psyqué* recorreu aos nomes mais célebres do tempo – « *...noms les plus célèbres de notre époque...* » – para colaborarem com a prosa de ficção. Efetivamente, no anúncio aparece uma lista de vinte e um nomes de autores, entre os quais, podem-se destacar os mais recorrentes em outros anúncios do *La Presse*: Alexandre Dumas, Frédéric Soulié, Théophile Gautier, Alphonse Karr, Joseph Méry, Léon Gozlan, Gérard de Nerval etc.

É interessante notar que o periódico se negava a ser uma publicação dedicada somente aos cuidados da *toalete* e assumia a função de um guia de consulta para mobiliar a casa, informar acerca de obras de arte, em suma, para satisfazer “todas as vaidades e todas as frivolidades da vida” (*La Presse*, 19 nov. 1840, p. 4).⁴⁴ Assim, a imprensa periódica viabilizava uma articulação entre a prosa de ficção e um determinado modo de vida que se desenvolvia na capital da França, caracterizado pela leveza e pela integração de variadas práticas culturais. Mollier (2018) refere-se ao fenômeno como uma mutação que levou a imprensa a invadir o campo literário ou a literatura a invadir o campo midiático. Conforme esse pesquisador, “as fronteiras entre os dois universos tendiam a esmaecer, e a literatura invadia a vida, alterando completamente as práticas culturais e renunciando a cultura de massa que vai prosperar depois de 1860 ou 1880” (MOLLIER, 2018, p. 22, grifos meus).

A celebridade de Méry, porém, não perdurou no tempo. À ocasião de sua morte, em 18 de junho de 1866, a fama já se encontrava bastante obscurecida (MIRECOURT, 1854; CLAUDIN, 1868). Em Paris, o *La presse* noticiou sua morte com pesar e lhe prestou homenagens:

Acabamos de saber a dolorosa notícia da morte de M. Méry, esse espírito vivo e encantador, esse poeta de inspiração constante, que a França ouviu e admirou durante quarenta anos. Méry morreu ontem à noite em Paris.

O *La Presse*, de que foi um dos fundadores e onde publicou suas principais obras-primas, não podia deixar passar esse triste acontecimento sem se juntar à dor dos amigos e dos admiradores do

⁴² « ...participer à la faveur que nos meilleurs recueils littéraires reçoivent dans le monde élégant. »

⁴³ « ...elle a confié à une plume spirituelle et depuis longtemps aimée du public, la rédaction de *ses annales de la toilette, de sa chronique des salons, de ses causeries du monde, des foyers de théâtre* » et « assuré la collaboration de toutes nos notabilités littéraires... »

⁴⁴ « ...toutes les vanités et de toutes les frivolités de la vie. »

autor de *Héva* e de *A Guerra de Nizam*. Dedicaremos mais tarde um estudo à vida e à obra completa de Méry. (*La Presse*, 19 jun. 1866, p. 3)⁴⁵

No Recife, a notícia da morte do autor marselhês foi veiculada no mês seguinte na coluna “Um pouco de tudo”, do *DP*: “No dia 17 do corrente morreu em Paris, com 68 anos de idade, um dos mais brilhantes escritores franceses deste século, que improvisava com tão rara facilidade um romance, um poema ou um drama, como inventava ou adivinhava um país” (*Diário de Pernambuco*, 21 jul. 1866, p. 8). As homenagens foram inúmeras, as promessas de dedicar estudos à obra do dramaturgo, poeta e folhetinista também não devem ter sido poucas.

Todavia, a memória de Méry certamente não resistiu à invisibilidade imposta pela historiografia literária e aos golpes das vanguardas que começariam a surgir no final do século XIX. Logo após o golpe de Luís Bonaparte, o campo literário passou por um processo que despartou a literatura das demais práticas culturais, dando-lhe autonomia. As gerações de literatos que surgiram ao longo da segunda metade do Oitocentos seriam cultoras da “arte pela arte” e veementemente refratárias à consagração imediata, tanto a propiciada pelo público leitor de jornais e de edições baratas em pequenos formatos, identificado com as camadas pobres da sociedade, quanto a regulada por instâncias tradicionais, relacionadas à burguesia (BOURDIEU, 1996). Por isso, Joseph Méry teve o mesmo destino de muitos autores de ficção que escreveram para a imprensa nas décadas que antecederam a revolução de 1848, o quase esquecimento.

3.3. A prosa de ficção de J. Méry nos jornais periódicos do Recife

Quando, na década de 1850, Joseph Méry chegou aos folhetins e demais espaços dedicados à prosa de ficção dos jornais periódicos brasileiros, estava no auge sua celebridade como ficcionista. Assim, embora tivesse já consolidada uma carreira como poeta e dramaturgo, quase não houve ocorrência de dramas ou de poemas de Méry nos jornais senão pela presença de um ou outro anúncio da Livraria Garnier que ofereciam

⁴⁵ Nous apprenons à l’instant la douloureuse nouvelle de la mort de M. Méry, cet sprit si vif et si charmant, ce poete si constamment inspiré, que la France écoutait et admirait depuis quarante ans. M. Méry est mort hier soir à Paris.

La Presse, dont il fut un des fondateurs et où il a publié ses principaux chefs-d’œuvre, ne pouvait laisser passer ce triste évènement sans s’associer à la douleur des amis et des admirateurs de l’auteur d’*Héva* et de *la Guerre du Nizam*. Nous consacrerons plus tard une étude a la vie et à l’œuvre complète de Méry.

volumes de poemas a exemplo do *Melodies Poetiques* em 1855. Mas a trajetória do autor como ficcionista na imprensa periódica brasileira começa um pouco antes. Em 28 de junho de 1851, no *Diário do Rio de Janeiro*, anunciou-se a publicação do romance de Méry, *A judia no Vaticano ou Amor e Roma*, que deveria ser transcrito do *l'Ordre*, periódico francês que o vinha publicando naqueles dias.⁴⁶

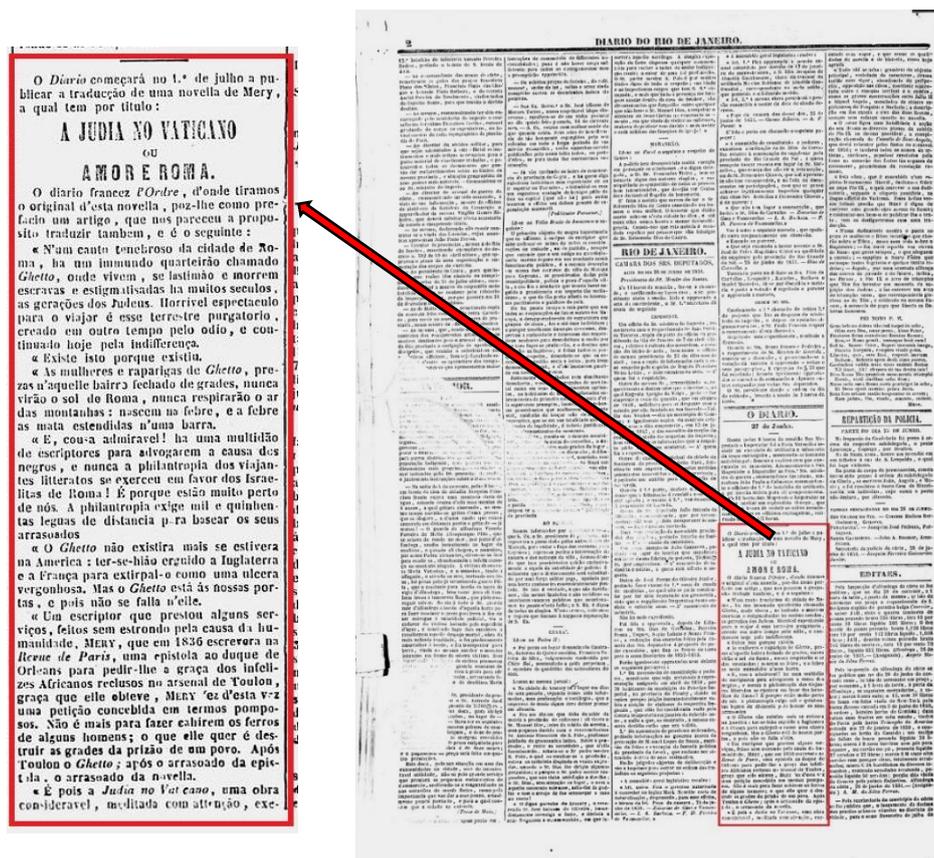


Figura 51 – *Diário do Rio de Janeiro*, anúncio da prosa *A judia no Vaticano*, 28 jun. 1851, p. 2.

Como se pode observar pelo título, a narrativa se passa na Itália e conta a história de uma família de judeus habitantes de Túnis (atual capital da Tunísia) que, sofrendo opressões por sua origem, precisam fugir para Roma. Na ocasião do anúncio, foi traduzido e transcrito o prefácio que o *l'Ordre* dedicara ao romance no qual se expõem algumas das qualidades de Méry como ficcionista, recorrentemente evocadas pelos comentadores de sua obra nas páginas dos jornais e em prefácios que introduzem coletâneas de prosas do autor. Em primeiro lugar, o romance é exaltado, no pequeno prefácio, por reunir qualidades “de novela e de história, como hoje agrada” (*Diário do Rio de Janeiro*, 28 jun. 1851, p. 2). Afora isso, afirma-se que, no romance *Judia no*

⁴⁶ Não foi possível encontrar o periódico *l'Ordre* no sítio da BNF.

Vaticano, pode-se encontrar de tudo: “grandeza do objeto, variedade de caracteres, drama tecido com vigor, abundância de peripécias, oposição nas cores, contraste sustentado entre a emoção terrível e a cômica” e, enfim, a descrição “exata e viva das duas Romas” (*Diário do Rio de Janeiro*, 28 jun. 1851, p. 2). Com efeito, essa prosa de ficção começará a ser publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em 1º de julho daquele ano e seguirá, ininterruptamente, até sua conclusão em 03 de fevereiro de 1852.

Pelo que se pôde apurar, essa foi a primeira aparição de uma prosa de ficção de Méry nos periódicos da Corte, mas, a partir principalmente de 1854, o autor não cessaria de comparecer nos anúncios de venda de livros publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, principalmente, os da Livraria Garnier. Nesse sentido, são ilustrativos inúmeros reclames do livreiro da rua do Ouvidor veiculados ao longo do ano de 1854 a exemplo do anúncio do mês de agosto no qual os leitores e as leitoras são chamados a escolher “os melhores romances franceses, a 400rs. o volume” (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 ago. 1854, p. 4). Méry comparece nesse anúncio com as prosas de ficção *André Chenier*, *Deux amazones*, *Eva*, *La floride*, *Guerre du Nizan*, *La Juive au Vatican* e *Un mariage à Paris*, todas em língua original, como é possível verificar. Entretanto, nesse mesmo ano, começam a aparecer também obras de Méry traduzidas para o português, conforme demonstra o extrato do catálogo dos livros portugueses, “novelas, romances, e historietas”, da livraria Garnier, que anuncia as prosas de ficção *O deportado*, *Eva* e *A judia no Vaticano* (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 nov. 1854, p. 3)

Figura 52 – Diário do Rio de Janeiro, anúncio da livraria Garnier, 05 ago. 1854, p. 4

Figura 53 – Diário do Rio de Janeiro, anúncio da livraria Garnier, 05 nov. 1854, p. 3

Em abril de 1855, pelo paquete, chegavam ao Rio de Janeiro livros publicados na França no fim de 1854 e no início daquele ano. É o que anuncia o reclame da Livraria Garnier, que traz, entre dezenas de títulos de autores e autoras franceses, prosas de ficção da série *Les nuits...* (*As noites*) – *Les nuits espagnoles* (*As noites espanholas*), *Les nuits d'Orient* (*As noites do Oriente*), *Les nuits anglaises* (*As noites inglesas*), *Les nuits italiennes* (*As noites italianas*), *Les nuits parisiennes* (*As noites parisienses*). Ao que tudo indica, essa série de prosas de ficção, compósita no que diz respeito ao gênero a que pertenceria – crônica, relato de viagens, algumas são nomeadas como “contos noturnos” em seus subtítulos nas edições em livro⁴⁷ – repleta de peripécias e de cenários exóticos, fez muito sucesso em Paris e, no final dessa década, conforme se verá mais adiante, seria referida com familiaridade e afeto por um redator do *Jornal do Recife*.

LIVRARIA GARNIER
69 RUA DO OUVIDOR 69
Obras recém-chegadas.
A MAIOR PARTE PUBLICADAS NO FIM DE 1854 E NOS PRIMEIROS MEZES DE 1855.
A 30000 O VOLUME, MUITO BEM ENCADERNADAS.

Mery. *Les nuits espagnoles*, 1 vol.
— *Les nuits d'orient*, 1 vol.
— *Les nuits anglaises*, 1 vol.
— *Nouvelles nouvelles*, 1 vol.
— *Melodies poetiques*, 1 vol.

LIVRARIA GARNIER
69 RUA DO OUVIDOR 69
Obras recém-chegadas.
A MAIOR PARTE PUBLICADAS NO FIM DE 1854 E NOS PRIMEIROS MEZES DE 1855.
A 30000 O VOLUME, MUITO BEM ENCADERNADAS.

LOUÇADÃO.
A LA RENAISSANCE.
64 RUA DO OUVIDOR 64
Grande abastecimento nos preços.

BANHOS PHAROU.
COMMODIDADE, ASSIO E PROMPTIDÃO.
Aberto ao serviço de 12 horas, com o melhor de tudo.
Rua de Ovidor n. 27, 12 andar.
Certo de ser o melhor.

ABERTURA DO SALÃO FLUMINENSE.
Rua de Ovidor n. 27, 12 andar.
Certo de ser o melhor.

JULIO CEZAR DEVIWIER
30000 O VOLUME
REPRODUÇÃO FIDEL DO ORIGINAL
REPRODUÇÃO FIDEL DO ORIGINAL

FABRICA BRASILEIRA
FABRICA DE AGUAS MINERAES
RUA NOVA DO OUVIDOR N. 2.
Aberto ao serviço de 12 horas, com o melhor de tudo.

Figura 54 – *Diário do Rio de Janeiro*, anúncio da livraria Garnier, 11 abr. 1854, p. 4

⁴⁷ Não foi possível verificar se essas prosas de ficção foram publicadas originalmente na imprensa periódica e, somente depois, publicadas em livro. Na pesquisa no sítio da BNF, encontraram-se todas essas obras publicadas em livro com mais de uma edição. Serão mencionadas algumas a seguir: *Les nuits anglaises* (1853), *Les nuits italiennes* (1853), *Les nuits d'Orient* (1854), *Les nuits parisiennes* (1855), *Les nuits espagnoles* (1859).

Por outro lado, não obstante a presença significativa das prosas de ficção de Joseph Méry em livro na Corte, conforme se pode verificar pelos anúncios em que livros de prosa de ficção do autor eram recorrentemente oferecidos, as prosas de ficção do autor não estiveram tão presentes nas páginas dos periódicos fluminenses. Afora a *Judia no Vaticano*, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou apenas mais uma das tantas prosas de ficção do autor no período pesquisado, “Viver nas estrelas”, presente em *Les Nuits espagnoles*, na seção de “Variedades” dos dias 12 e 13 de junho de 1855. Por sua vez, no periódico *Courrier du Brésil*, também na seção de “Variedades” (*Variétés*), uma única veiculação em 12 de abril de 1857, a prosa de ficção “*Une vengeance de femme*” (Uma vingança de mulher).

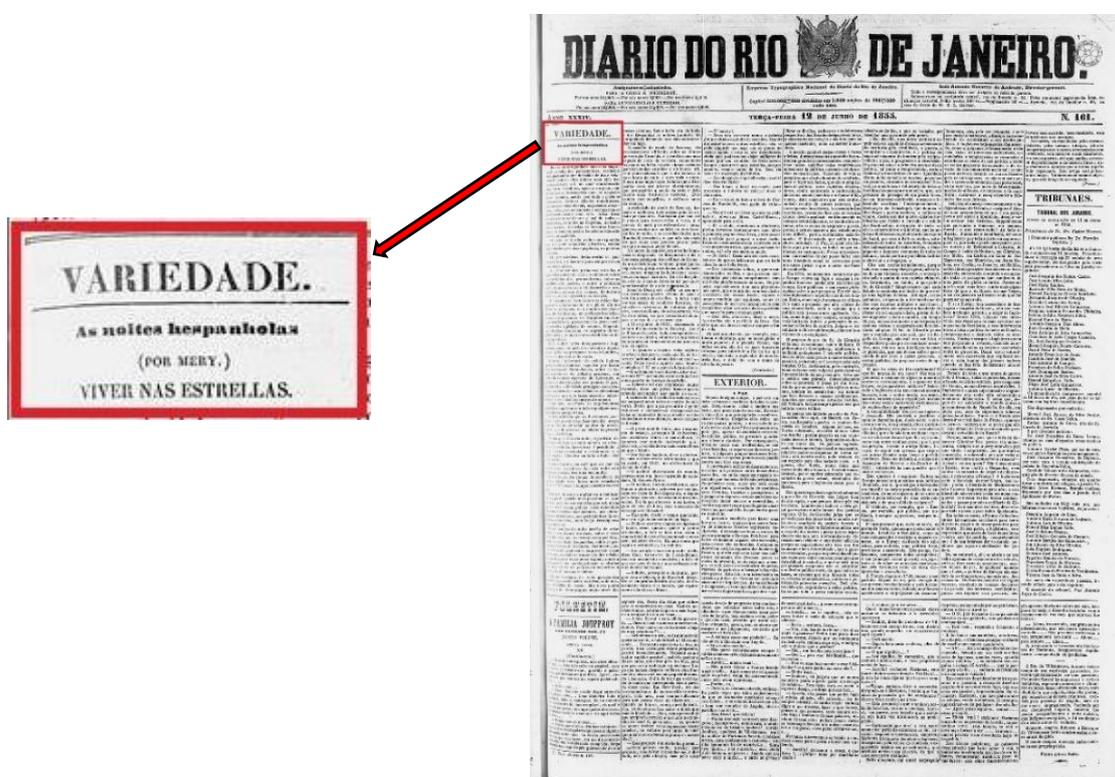


Figura 55 – *Diário do Rio de Janeiro*, seção de “Variedades”, 12 jun. 1855, p. 1.

VARIÉTÉS.

Une vengeance de femme.

Cyprien G*** a épousé, le 19 mars 1853, une jeune héritière normande, et l'a délévée d'une petite prison de province pour la faire vivre au grand jour de Paris, rue de la Chaussée-d'Antin. Cyprien ne refuse rien à sa femme; le moindre ca-



Figura 56 – *Courrier du Brésil*, seção de “Variedades”, 12 jun. 1855, p. 1.

Nos periódicos do Recife, ocorreu um movimento bem diferente. Nos vinte anos de circulação dos jornais recifenses pesquisados, foi possível encontrar apenas três anúncios que ofereciam livros de prosas de ficção de Joseph Méry no *Diário de Pernambuco* e somente um anúncio no *Jornal do Recife*. Não houve anúncios de obras de Méry em *O Liberal Pernambucano*. Desse modo, em 27 de julho de 1857, a Livraria da rua do Colégio, oferecia alguns volumes da série *Les nuits...* ao lado de livros de Lamartine e de Gustave Planche (1808-1857). Em 1859, um anúncio da Livraria Universal, localizada na rua do Colégio, oferece jornais, revistas e livros “pelos mesmos preços porque o sr. Garnier [...] vende no Rio de Janeiro” (*Diário de Pernambuco*, 09 de abr. 1859, p. 4). Nesse anúncio, aparece o romance *Raphael e a Fornarina*. A *Librairie Française* (Libraria Francesa), localizada na rua do Crespo, anunciou romances, com menção a títulos, de Méry e de outros autores como Balzac, Dumas, Feval, Karr, Kock, Soulié etc. em 28 de outubro de 1865. Por fim, no *Jornal do Recife*, a Livraria Francesa anunciou o

livro *Os condenados da Índia*, editado em Lisboa, no formato in-18°, em 06 de abril de 1872.

Lamartine.
Nouvelles Confidences, Nouvelle voyage ou Orient, Toussaint Louverture, Genevieve, Crazielle, La jeunesse, Regina, L'enfance.
Mery.
Les nuits d'orient, les nuits anglaises, les nuits espagnoles, les nuits romaines, André Chenier.
Gustavo Plance.
Portraits des artistes, Etudes sur l'ecole française.
Estas obras estão a venda na nova livraria da rua do Colégio n. 21.

Figura 57 – *Diário de Pernambuco*, anúncio da Livraria da rua do Colégio, 27 jul. 1857, p. 4.

LIVRARIA UNIVERSAL.
Rua do Collegio n. 20.

Grammatica & Oliveira fazem publico, que pelo ultimo vapor recoberam da livraria do Sr. E. L. Garnier, do Rio de Janeiro, as obras que o mesmo senhor havia annuciado pelo *Diario de Pernambuco*, e outras que abaixo se menciona, as quaes são vendidas na livraria dos annunciantes pelos mesmos preços porque o Sr. Garnier as vende no Rio de Janeiro.

Revista Popular, Jornal de Litteratura (por assignatura).

Grammatica Latina por Castro Lopes.
Historia da Idade média por Calogeras.
Catheseo da Doutrina Christã por Pinheiro.
Arithmetica grande e pequena por Avila.
Algebra grande e pequena pelo mesmo.
Compendio de Grammatica Portugueza por Cyrillo.
Titelure et morale por Rossmalen.
Credito rural e hypothecario por Werneck.
Bordo, Diccionario italiano-portuguez e vice-versa.
Sophia Printemps por A. Dumas filho.
O Marquez de Pombal por Clémence Robert.
Martha por Max Valres.
Raphael e a Fornarina por Mery.
Ultima Marqueza por Mircourt.

Recobem-se assignaturas para as seguintes obras e Jornaes Litterarios :

Tratado pratico sobre bancos por Gilbert.
Capital, Circulação e bancos por Wilson.
Revista Popular.
Galeria Lusitana.
Universo Illustrado.
Uma Trindade de penhas.

Figura 58 – *Diário de Pernambuco*, anúncio da Livraria Universal, 09 abr. 1859, p. 4.

Garraux, de Lailhacar et C^{ie}
LIBRAIRIE FRANÇAISE
 Rua do Crespo N. 9

HISTOIRE DE JULES CESAR.
 TOME I
 En vel. in 8 e atlas.

LAMARTINE—*Vie de Cesar* in 4, 1865.
Demouray (L. A.)—*Histoire cosmogonique et politique du Paraguay*, 2 in 4 e atlas.
Bronard—*Etiquettes de la Flote*, in 4.
Ducroz—*Histoire politique du Rio de la Plata*, in 4.
Stonckamp—*Histoire du Bresil*, 3 in 4.
Dauz—*Le Bresil*, in 4.
Dauz—*Impire du Bresil*, in 4.
Scudo—*le Bresil*.
Saint-Hilaire—*Voyage au Bresil*.
Charleux—*le Mexique*, in 8.
Duhalde—*Campagnes de l'Amérique du Nord*, in 8.
Lafont—*Paris en Amerique*, in 8.
Burton—*Voyage aux grands lacs de l'Afrique orientale*, in 4.
Tyde d'Arceve—*Voyage dans le Nord du Bresil fait pendant les années 1813 et 1814*.
Ande—*St. Justin philosophe et martyr*, in 4.
Berard—*Victoire de St. Augustin*, in 4.
F. Hargulippe—*et les Evêques de France*, 2^e édition, 1865, in 4.
L'Esquippede—*et l'Empire Français*, 1865, in 4.
Pavani—*Expédition et Enchaînement du Dogme Catholique*, 2 in 4.
Perron—*Institution philosophique à l'instaurer générale de la Belgique*.
Belleguon—*la liberté dans la foi catholique*, 1864 in 4.
Pindar—*Conférences données à N. D. de Paris*, in 4.

Poyssand—*le Père de Bayeux*, in Vient ses œuvres, in 4.
Siguer—*Grandeur du Catholisme*, 2 in 4.
Burgues—*Essai sur le Christianisme*, in 4.
Troust—*de la Prédication par le Cœur de St. Julien*, 2^e édition, 1863.
Œuvres de Altop, Balzac, Baudelaire, Baudouin, Chateaub., St. François de Sales, Fenelon, Grégoire, Guizot, Lamennais, Montaigne, Massillon, Montalembert, Neuchâtel, de Voltaire, Vauvenargues, Voltaire, Rousseau, Fontenay, Fénelon.
Alvarez de Arceve—*Obras*, 3 vol. in 8.
Alvarez—*Guarany*, 2 vol. in 8.
 * — *Asas de um Anjo* comedia, 2^a edição, 1865.
 * — *Mil*, Drama, 1865.
 * — *Antonio Ferrive*—*Obras Completas*, 4^a edição, 2 in 8, 1865.
 * — *Almeida Garrett*—*Obras Completas* (J. R. de Silva) Folia, in 4, 1865.
 * — *Ramus Bernardes*—*Œuvres*, 2 in 8, 1865.
 * — *Bayeux*—*Drama*, in 4.
 * — *Silva Faria*—*Œuvres*, in 4, 2^a edição, 1865.
 * — *Partes de Euzébio*—*Tragedia*, in 4.
 * — *Confederação dos Bayeux*, in 4.
 * — *Mundo* (J. M.)—*Thema*, 3 in 4.
 * — *Duas Anos*, 2 in 8.
 * — *Ilha*, 2 in 8.
 * — *O Mag. Louco*, 2 in 8.
 * — *A Malvada*, in 8.
 * — *Humano da Jenseis*, in 8.
 * — *História de Bresil*, in 8.
 * — *Pereira da Silva*—*Poetas Brasileiros*, 2 in 8, 1865.
 * — *Jeronymo Colla Rest*, in 8, 1865.

Pereira da Silva—*Variedades Literarias e Politicas*, 3 in 4.
Obras de A. Berrando, Camilo, Barros, Costa Guarany, Th. Braga, etc. etc.
Pollon (E. P.)—*de la Capacité politique des classes ouvrières*, in 8, 1865.
 * — *Principe de l'art*, in 8, 1865.

LIVROS DE PRÁTICA.
Andrade Pinto—*Atribuições dos Presidentes de Província*, in 4, 1862.
Código Commercial—*Anuário*, unica edição completa de 1865.
Diário das Apêles—*por J. H. Corréa Telles*, 6^a edição, 1865.

LETTERRATURA.
Obras de Ampère, Barthelemy, Capelle, Chateaub., Châteauneuf, Comen, Gœthe, Guizot, etc. etc.

ROMANÇOS.
Obras de Balzac, Barthelemy, Casanova, Dumas Cooper, Féral, Gervais, Eury, Mary, Merger, etc. etc. etc. etc. etc. etc.

POESIA.
Obras de Arriaga, Barthelemy, Chateaub., Dantas, Berrando, Braga, Lamerlay, etc. etc.
LIVROS DE LEZO—*durante e reconstrução encostas das praias para presentir.*

ALMANACK DE LEMBRANÇA.
 LEZO-BRASILIANO, PARA O ANNO DE 1865.
FOLHINHAS DE LAEMMERT.
 PARA O ANNO DE 1865.

LIBRAIRIE FRANÇAISE

LIQUIDACAO GERAL
 DIÁRIO DE JORNAL (PROSA E VERSO)
 TITULO: "O GERAL" RAFFOZ

PERFUMARIAS FINAS

Atenção!

Figura 59 – Diário de Pernambuco, anúncio da Libreria Française, 28 out. 1865, p. 4.

Livros novos

Mery --- Os condemnados da India. --- Lisboa, 1872. in 4^o encad. 3\$000

ALFALATE

BANDEIRA

Figura 60 – Jornal do Recife, anúncio da Libreria Française, 06 abr. 1872, p. 4.

Todavia, no que diz respeito à veiculação da obra ficcional de Méry nas seções destinadas à prosa de ficção dos periódicos do Recife, pode-se dizer que essa, em comparação com o que ocorreu no Rio de Janeiro, foi bastante proeminente e, portanto, deve ter penetrado fundo no cotidiano de determinadas comunidades de leitores da capital da província pernambucana. No *Diário de Pernambuco*, durante o período pesquisado, foram veiculadas seis prosas de ficção do autor marselhês: “O paraíso terrestre”, publicada entre 15 e 27 de fevereiro de 1854; “Uma caçada de tigre”, em 03 de fevereiro de 1859; “Uma história simples”, em 13 de janeiro de 1860; “História de uma colina”, entre 20 de abril e 02 de maio de 1860; “Dona Jacinta”, em 27 de agosto de 1860; e finalmente, “A bela estrela”, publicada nos dias 08 e 09 de outubro de 1860. No *Jornal do Recife*, foram publicadas sete prosas de ficção de autoria de Méry: “Joaquim Murat”, em 19 de março de 1859; “Um episódio”, em 09 de fevereiro de 1861; “A varinha mágica”, entre 23 de fevereiro e 09 de março de 1861; “A joia da família”, em 13 de abril de 1861; “A cruz de ouro”, em 04 de maio de 1861; “Mahia”, em 03 de agosto de 1861; por fim, “Giovanni e Margellina”, em 14 de dezembro de 1861. Em *O Liberal Pernambucano*, não houve publicação de prosas ficcionais do autor, entretanto, conforme se verá a seguir, esse periódico foi o que mais apresentou menções ao nome de Méry nas colunas de comentários, demonstrando certa familiaridade com a obra do autor e a fazendo participar de observações gerais e bem humoradas acerca do cotidiano.



Figura 61 – *Diário de Pernambuco*, “O paraíso terrestre”, de J. Méry, 15 fev. 1854, p. 1.

A prosa de ficção intitulada “O paraíso terrestre” (*le Paradis Terrestre*) foi originalmente publicada na *Revue Contemporaine*, nos números dos meses de outubro e novembro de 1853. Certamente foi desse impresso mensal que circulava em Paris que os redatores do *DP* traduziram e transcreveram o texto de Méry para a seção de Folhetim do jornal recifense. “O paraíso terrestre” narra a história de Lietor Adriacen, um jovem rico, que viaja em direção à costa da Índia em 1832, passando pelo continente africano, em busca de aventuras amorosas, ao lado de seu assistente e cúmplice, Bernardino. Enquanto o navio *Mersy*, em que são passageiros, cruza uma região conhecida como *Zanguebar*, ambos apreciam a paisagem da costa através de um binóculo e se deparam com uma rica propriedade à beira mar, onde um jovem casal conversa cercado por seus empregados e por um enorme elefante preto. Lietor Adriacen se apaixona loucamente pela jovem que prestava atenção à leitura de um livro feita por seu esposo. A fim de satisfazer a paixão doentia que o atacava, o rapaz passa a traçar um plano para seduzir e raptar a moça, e nisso será auxiliado por Bernardino. Não imaginava, entretanto, que o elefante Nabab, animal a que se atribuía uma grande inteligência e um amor devotado pelo casal, fosse ameaçar a execução dos seus ardis.

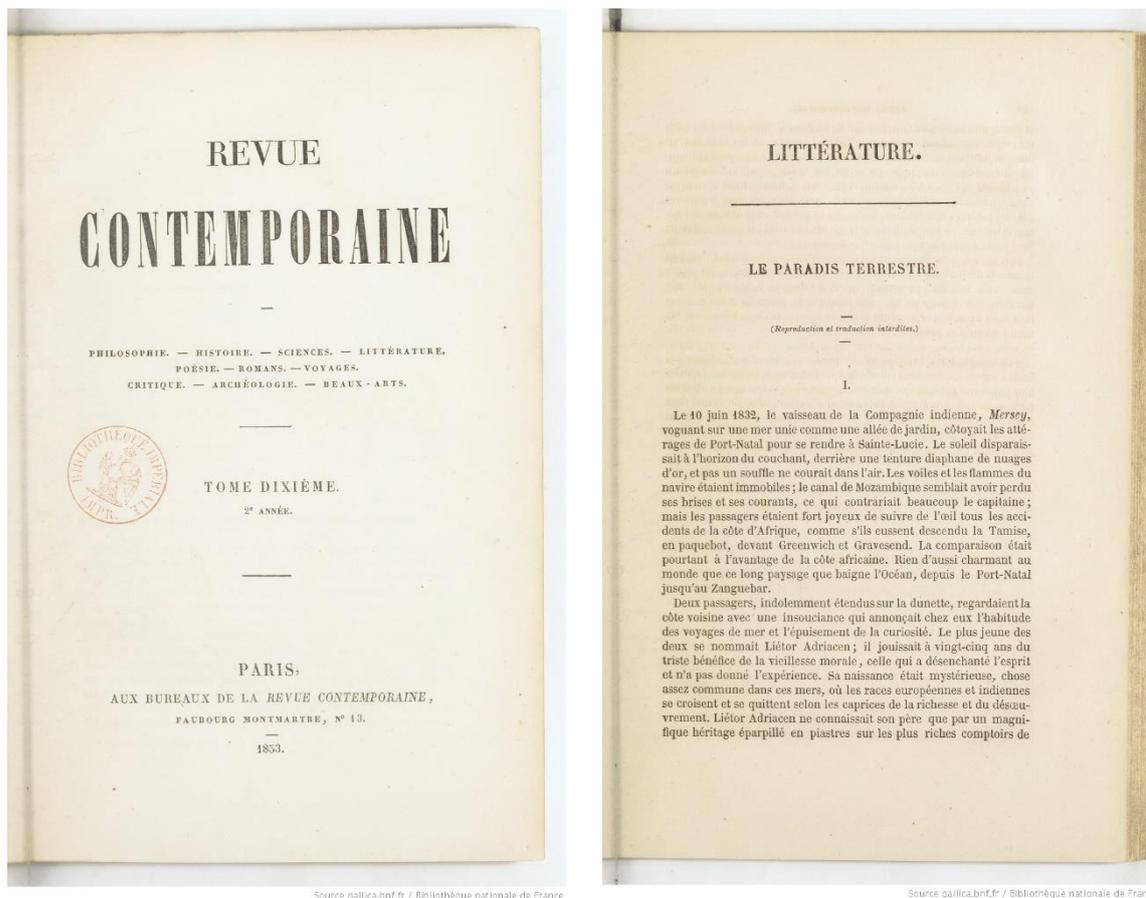


Figura 62 – *Revue Contemporaine*, “*Le paradis terrestre*”, 1853.

Outra prosa de ficção de autoria de Méry, veiculada pelo *DP* foi “História de uma colina”, originalmente publicada no *La Presse*, como *Histoire d'une colline*, entre 27 de junho e 3 de julho de 1838. A narrativa se passa na Inglaterra em 1835, durante a construção de uma estrada de ferro entre Londres e Oxford. John Lively, um pobre rapaz irlandês, migra para Londres para procurar trabalho e viver numa pequena propriedade, herança paterna, localizada numa colina. Devido a uma mudança no projeto original, a estrada de ferro precisará passar pela propriedade de John Lively, cortar a colina e isso gera uma parte da intriga dessa narrativa. Paralelamente à disputa em torno do valor da propriedade, o personagem do irlandês, fervorosamente católico, apaixonou-se por uma jovem viúva, taberneira de origem irlandesa e católica, que dá de comer e de beber aos miseráveis que chegam ao seu estabelecimento, a meio caminho da propriedade do rapaz.

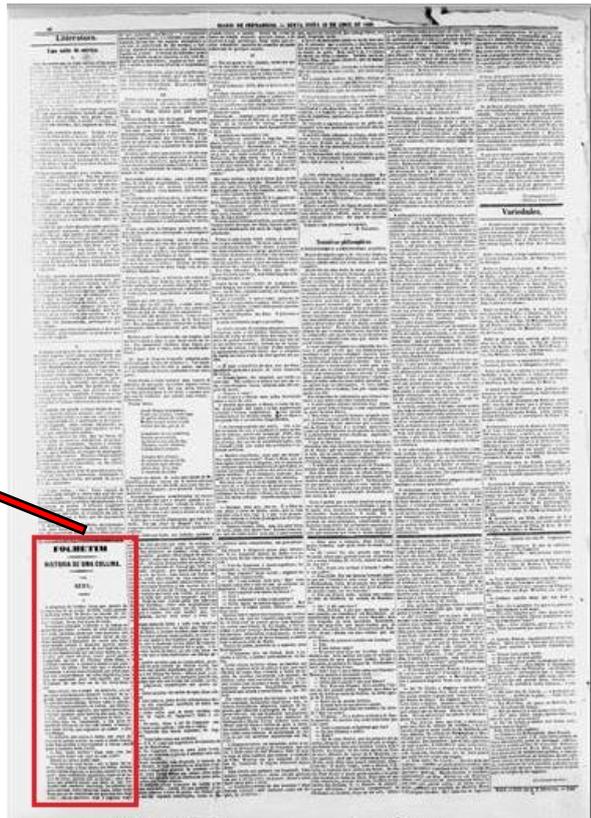


Figura 63 – Diário de Pernambuco, “História de uma colina”, de J. Méry, 20 abr. 1860, p. 1

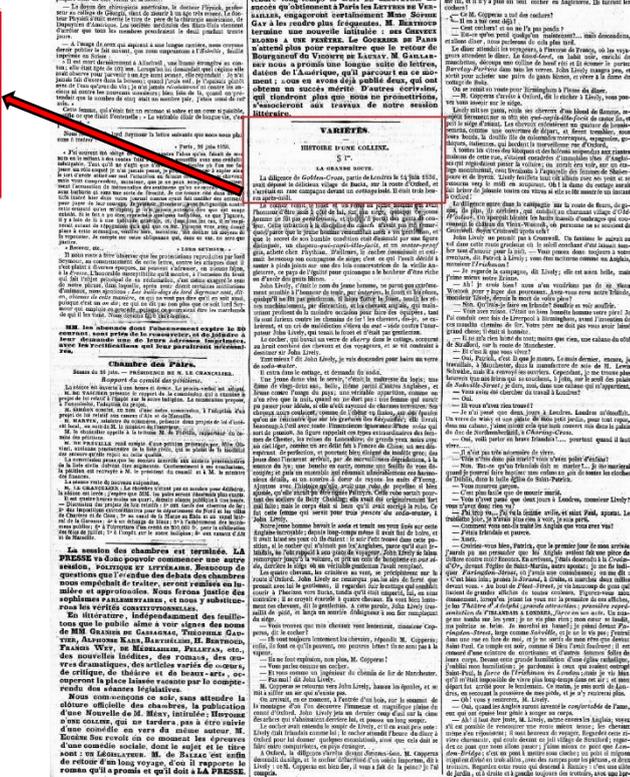


Figura 64 – La Presse, “Histoire d’une colline”, de J. Méry, « Variétés », 27 jun. 1838, p. 3.

Essas duas prosas de ficção são bem representativas de algumas características da obra ficcional de Joseph Méry: cenários exóticos a exemplo de portos no continente africano e na Índia; oposição bem demarcada entre o bem e o mal, enredos repletos de peripécias extraordinárias, ou seja, características bem próprias aos modos de escrita desenvolvidos na imprensa periódica, especialmente à prosa de ficção veiculada em folhetim (MEYER, 1996). George Bell (1853, p. VIII), chamou a atenção para esses traços do “estilo” de Méry:

Todos esses trabalhos foram realizados com esse cuidado meticoloso, essa exatidão de detalhes que são como o selo próprio dos livros de M. Méry. Em tudo se encontra, no meio de vários incidentes de um drama comovente e sob o feitiço deste maravilhoso estilo peculiar ao autor, que desde o início seduz e encanta, em todos os lugares, dizemos, até nos encontramos sob uma aparência desprezar a preocupação interior que dá ao livro seu escopo e torna o trabalho mais fútil um trabalho de ensino superior.⁴⁸

Um modo de demonstrar o impacto de tais características sobre o público leitor, seria interessante observar como os redatores de colunas de comentários, crônicas e textos afins se referiam ao autor e ao seu estilo.

3.2 O público leitor e a prosa de ficção de J. Méry

No *Jornal do Recife* havia a prática de redatores de determinadas colunas se abordarem uns aos outros com questões ou polêmicas que eram respondidas geralmente nas colunas dos números seguintes. Esse é o caso do número 26, de 25 de junho de 1859, no qual José de Vasconcelos, redator da coluna “O que se passa em casa”, dirige uma pergunta a Calasans, redator da coluna “Cinco minutos”, pergunta que será respondida no número 27, de 02 de julho. José de Vasconcelos narra sua ida ao teatro Apolo para assistir a um espetáculo lírico, onde encontrou uma “sofrível concorrência” de “famílias e senhoras elegantes” que lembrou de modo fraco e longínquo as noites do teatro Santa Isabel (*Jornal do Recife*, 26 jun. 1859, p. 8).

⁴⁸ “Tous ces travaux ont été accomplis avec ce soin minutieux, cette exactitude de détails qui sont comme le cachet propre des livres de M. Méry. Dans tous on rencontre au milieu des incidents divers d’un drame émouvant et sous le charme de ce style merveilleux particulier à l’auteur, qui dès le début vous entraîne et vous ravit, partout, disons-nous, on rencontre même sous une apparence légère la préoccupation intérieure qui donne au livre sa portée et fait de l’œuvre la plus futile une œuvre de haut enseignement. »

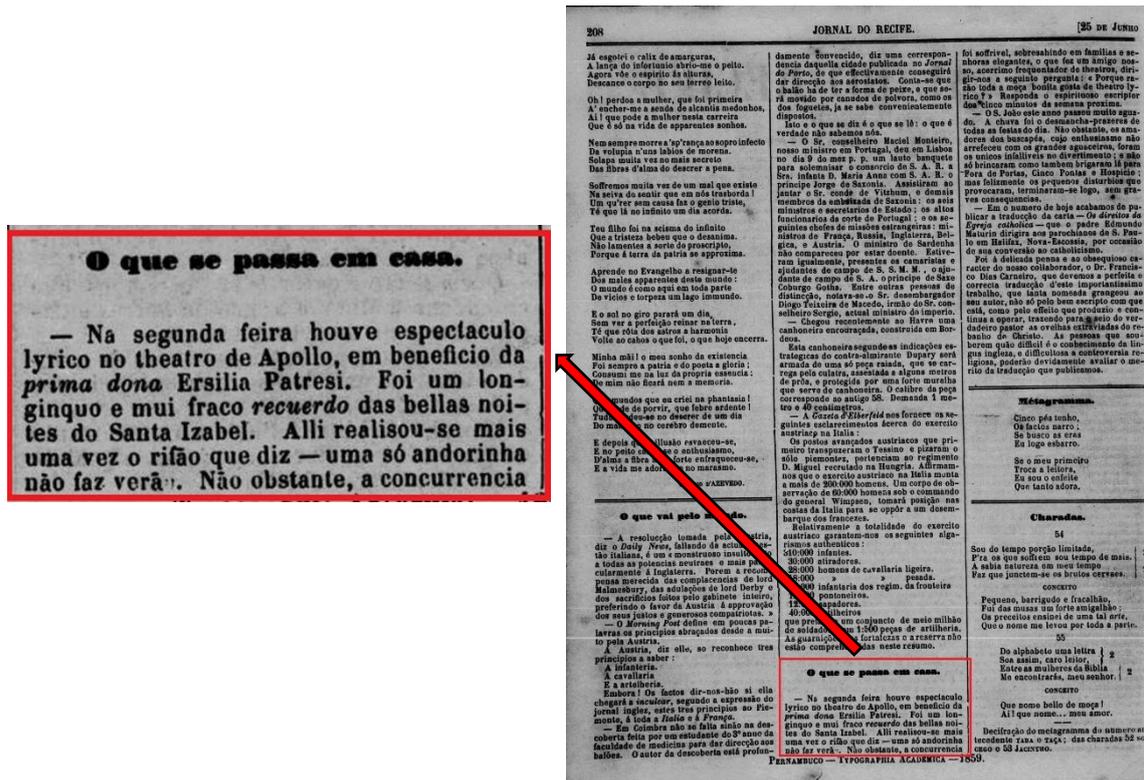


Figura 65 – Jornal do Recife, coluna “O que se passa em casa”, 26 jun. 1859, p. 8

Lá, continua o redator, um amigo com quem encontra, “acérrimo frequentador de teatros”, faz-lhe a seguinte pergunta: “Por que razão toda moça bonita gosta de teatro lírico?”. Afirmando não saber responder à pergunta do amigo, o redator repassa a questão: “Responda o espirituoso escritor dos cinco minutos da semana próxima” (*Jornal do Recife*, 26 jun. 1859, p. 8).

Na semana seguinte, na sua coluna “Cinco minutos”, o redator Calasans refará a pergunta ao seu modo – “Por que razão toda moça bonita gosta mais do teatro lírico do dramático?” – e afirmará que, para responder àquela “grave questão de *toilette*”, seria necessário investigar “o solo do gosto feminino” e recolher as palavras das próprias moças (*Jornal do Recife*, 02 jul. 1859, p. 5). Traz, então, os supostos depoimentos de três moças. A primeira, comparada pelo redator à personagem Virgínia, do romance de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814), *Paulo e Virgínia* (1788), afirma que o prestígio do teatro dramático passou, visto que “os ouvidos delicados do século acharam a última palavra da perfeição dentre o montão de ruínas. [...] Essa última palavra é a música” (*Jornal do Recife*, 02 jul. 1859, p. 5). Para as constituições “franzinas” e “delicadas” como a da jovem, seria inconveniente o efeito de punhaladas e de grandes maldades interpretadas por um ator que só calcula “mover as massas” e “dominar um auditório pesado” (*Jornal*

A terceira moça, descrita como uma dessas “meninas traquinas”, de “vivacidade tentadora”, “louquinha”, “inconstante” e “maliciosa”, “bela como a moreninha de Macedo”, não poupa críticas ao teatro dramático para o qual, segundo suas palavras, concorrem “taberneiros encadernados numa casaca do tempo de El-Rei D. Sebastião” (*Jornal do Recife*, 02 jul. 1859, p. 5).

O redator da coluna “Cinco minutos” referiu-se certamente a algum (ou a todos publicados até aquele ano) dos livros da série *Les nuits...: Les nuits italiennes* (As noites italianas), *Les nuits anglaises* (As noites inglesas), *Les nuits d'Orient* (As noites do Oriente) – os dois primeiros publicados em 1853 e o terceiro em 1854, em Paris, pelos editores e livreiros Michel Lévy Frères. Como pode se verificar pelo anúncio apresentado mais acima, esses livros já estavam à venda em Recife no ano de 1857, ou seja, mais ou menos quatro anos depois da publicação de *Les nuits italiennes* e *Les nuits anglaises* em Paris. Portanto, pode-se afirmar que a prosa de ficção de Joseph Méry já constituía o gosto do público leitor da capital pernambucana em meados do século XIX e, provavelmente, essa preferência durou até perto do final do Oitocentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de 1850, Recife era capital de uma província que viveu as convulsões de duas insurgências sociais – 1824 e 1848, cuja população contava há algum tempo com a constituição de segmentos médios da sociedade, geralmente envolvidos em atividades como a tipografia, o jornalismo, a produção das belas-letas, a administração municipal e provincial, o ensino, além das carreiras militares e clericais de menor estatura. No Recife de meados do século, havia instituições diretamente encarregadas pela difusão da cultura escrita: oficinas tipográficas, escolas de primeiras letras, um ginásio provincial, um gabinete de leitura pública e a faculdade de Direito. Ademais, no período de 1850 a 1870, circularam mais de três centenas de jornais periódicos com distintas tendências políticas e com os mais variados propósitos.

A tipografia cresceu notoriamente nesse período. Em 1858, havia oito oficinas tipográficas em atividade, mas esse número chegaria a dez em 1860 e a dezoito nos primeiros anos da década de 1870. Entre 1847 e 1879, algumas dessas oficinas publicaram livros, por exemplo, a tipografia de Manoel Figueiroa de Faria, proprietário do *Diário de Pernambuco*, imprimiu, no formato in-8º, *Nossa senhora dos Guararapes: romance histórico, descritivo, moral e crítico*, do português Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro (1809-1871). Essa obra foi considerada, pelo historiador Antônio Gonsalves de Melo, o primeiro romance pernambucano e foi amplamente divulgada pela imprensa periódica não só do Recife, mas também do Ceará e do Rio de Janeiro. Nesse sentido, pode-se afirmar que, nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, a tipografia, ocupada especialmente com a imprensa periódica, cresceu de modo significativo e foi capaz de movimentar um modesto campo editorial e uma rede de circulação de bens e práticas culturais, além de contribuir para a construção do sistema literário nacional.

Além do crescimento da tipografia, deve-se dar destaque ao Gabinete Português de Leitura em Pernambuco (GPLPE) como um espaço privilegiado da sociabilidade que se dá em torno das práticas letradas. O GPLPE começou a funcionar um pouco precariamente no ano de 1851 e os primeiros registros sobre seu funcionamento são de 1854. A instituição contava com 340 sócios e fez circular mais de 8.000 volumes de um acervo que abrangia um pouco mais de 2.200 obras. É bem possível que o gênero predileto do público leitor que frequentava o gabinete fosse o “romance”, uma vez que mais de um terço do acervo foi registrado sob essa rubrica. Nesse conjunto, sobressai-se a ficção

francesa, representada por autores e autoras célebres como Alexandre Dumas (pai), Paul Féval, Victor Hugo, Paul de Kock, Eugène Sue e Mme. de Montolieu, entre outros, que apareceram tanto em edições originais quanto em traduções portuguesas. Por fim, circularam no GPLPE, as mais diversificadas publicações periódicas, a exemplo de *Marmota Fluminense*, *Braz. Tizana*, *Periódico dos pobres*, *Semanário Pitoresco* e *L'illustration*, advindas de outras províncias como Maranhão e Rio de Janeiro, mas também de cidades europeias como Porto, Lisboa, Madri e Paris.

Entretanto, o GPLPE não foi a única, tampouco a principal via de acesso do público leitor às publicações periódicas e à prosa de ficção que circularam naquele período. A imprensa periódica em Pernambuco havia alcançado uma significativa penetração social não só no Recife, mas também nas vilas circunvizinhas e no interior da província. O *Diário de Pernambuco*, que começou a circular em 1825, antes do término da década de 1850, já se igualava em todos os aspectos aos diários da capital do Império e tinha subscritores em Caruaru, Bonito, Garanhuns, Exu, Ouricuri, Goiana, Paraíba e Natal. Por sua vez, a Sociedade Liberal Pernambucana fundou, em 1852, *O Liberal Pernambucano*, que era lido pelos correligionários do Partido Liberal no Recife e em localidades como Goiana, Escada, Nazaré, Rio Formoso, Vitória, Limoeiro, São Lourenço, Pau D'Alho, Água Preta, Igarassu e Caruaru.

Na esteira do crescimento da imprensa periódica, a prosa de ficção foi ganhando cada vez mais espaço, ocupou distintas colunas como “Miscelâneas” e “Variedades”, até que se consolidou no rodapé da primeira página dos jornais, parte geralmente nomeada de “folhetim”. Na França, desde pelo menos 1836, o “*feuilleton*”, espaço genérico dedicado aos textos de variedades, vinha agregando prosas de ficção parceladas em episódios diários como estratégia para atrair mais subscritores. Desse modo, não só mais assinantes foram atraídos para os jornais que adotaram essa estratégia, mas, sobretudo, um novo gênero de ficção começou a ser gestado dentro das condições de produção próprias ao jornalismo: o “romance-folhetim”.

A imprensa periódica brasileira de modo geral não demorou a aderir à “voga” francesa e, nos jornais do Recife, especialmente, a década de 1850 parece ter sido um período de consolidação do folhetim como espaço consagrado à prosa de ficção. Assim, no final dessa década, o *Diário de Pernambuco* irá dedicar a oitava página exclusivamente à “literatura”, para a qual será transferido o rodapé com o folhetim. Em 1859, começa a circular o *Jornal do Recife*, publicação que, inicialmente, propôs-se a ser uma revista literária semanal, mas que se tornará um jornal diário em 1862. Desde o seu

aparecimento, o *Jornal do Recife* privilegiou a publicação da prosa de ficção e, mesmo depois de se tornar um diário, continuou alimentando o folhetim quase que exclusivamente com esse gênero de texto. Além disso, apresentou colunas específicas que variavam entre a crônica da cena cultural da cidade e as narrativas curtas. Por outro lado, *O Liberal Pernambucano* apresenta uma configuração distinta. Assim como na maior parte dos jornais que circulou nesse período, o folhetim do periódico da Sociedade Liberal Pernambucana teve uma vida ainda mais curta do que a folha política que lhe serviu de suporte. Das centenas de impressos periódicos que circularam nas duas décadas pesquisadas, tanto o *Diário de Pernambuco* quanto o *Jornal do Recife* foram, sem dúvida, os que de modo mais sistemático e duradouro mantiveram seções de folhetim em suas páginas e, portanto, mais deram a ler a ficção em prosa.

Sendo assim, tornou-se pertinente questionar acerca da procedência das prosas de ficção que apareceram nas seções de folhetim dos jornais referidos acima e em que medida o processo de apropriação desses textos por parte dos redatores poderia esclarecer sobre possíveis critérios de seleção da ficção em prosa, bem como sobre a relação de tais critérios de seleção com os objetivos dos jornais e com o público leitor. A esse respeito, pode-se afirmar que, de 1850 a 1870, a maior parte das prosas de ficção publicadas nos folhetins do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife* foi extraída de jornais diários e de publicações periódicas advindas especialmente de Paris. Na investigação, foi possível rastrear essa procedência até o jornal diário *La Presse* e as publicações periódicas *Revue de Paris* e *Revue des Deux Mondes*, mas certamente as fontes foram bem mais numerosas. A partir da análise desse material, foi possível construir algumas interpretações sobre o trânsito das publicações parisienses até o Recife.

Na década de 1850, são perceptíveis as condições materiais que permitiam a importação direta das publicações periódicas parisienses para o Recife. Assim, foi possível verificar que os proprietários de alguns jornais, a exemplo do *Diário de Pernambuco*, podiam receber impressos periódicos advindos de Paris por meio da subscrição mais o pagamento da taxa de importação. Entre 1853 e 1854, a *Revue de Paris* chegou ao Recife, através do porto, por um preço equivalente ao da assinatura de um jornal como o *Diário do Rio de Janeiro* e num intervalo de tempo que não deveria ultrapassar três meses após a data de publicação original.

Na França, de maneira geral, desde pelo menos 1830, o desenvolvimento da imprensa periódica vinha ocorrendo dentro de uma expansão jamais vista do mercado dos bens culturais. Por conseguinte, a prosa de ficção, nas suas mais variadas formas e mais

distintos modos de publicação, tornou-se presença obrigatória, seja nos periódicos como a *Revue de Paris*, que se dedicavam basicamente à produção e à crítica das belas-letas, seja nos jornais diários, pelos quais nasceu o romance-folhetim, seja, finalmente, nas publicações com variadíssimas finalidades e diferentes públicos leitores como as revistas de modas, de decoração, das óperas e do teatro. Não é difícil inferir que esse contexto foi favorável à constituição, por um lado, de um campo profissional que absorveu mais e mais quadros para exercerem as atividades do jornalismo e, especialmente, da ficção. Por outro lado, a imprensa periódica constituiu uma determinada “cultura” a partir da qual alguns autores e autoras foram alçados à condição de “celebridades literárias”, cujas vidas são merecedoras de interesse por parte do público e objeto de biografias para editores e biógrafos.

Nesse contexto, à medida que a imprensa periódica se desenvolvia, a atividade da escrita ia se profissionalizando e ficcionistas iam ficando mais populares, novas concepções sobre a ficção, especialmente sobre o romance, iam se construindo de modo a igualar a ficção a discursos como a História e a Filosofia e, sobretudo, cruzar maneiras relativamente novas de difusão e consumo dos textos ficcionais com a rapidez e a multiplicidade próprias à imprensa periódica do século XIX. Portanto, os jornais do Recife não estavam somente importando da França uma estratégia de circulação dos textos ficcionais com vistas a atrair mais assinantes, mas também estavam se apropriando da prosa de ficção extraída de publicações parisienses e das concepções sobre a ficção que tais publicações iam apresentando implícita ou explicitamente em suas páginas.

Além disso, a presença majoritária da prosa de ficção francesa na imprensa periódica do Recife confirma uma tendência, já sinalizada por estudiosos do século XIX, ao afrancesamento da sociedade brasileira nas duas décadas em análise. Nesse período, um ou outro autor alemão ou inglês apareceu no rodapé dos jornais recifenses; tudo o mais foi Dumas, Féval, Kock, Achard, Méry, Karr etc. Mulheres, quase sempre francesas, também tiveram seu espaço no folhetim a exemplo de Delphine de Girardin e Henriette Étiennette Fanny Reybaud. A cultura francesa estava de tal modo arraigada na mentalidade e nas práticas letradas do Recife que, mesmo autores e autoras de nacionalidades diferentes da francesa, chegaram aos folhetins dos jornais pesquisados por meio das publicações periódicas parisienses. Esse foi o caso de Cecília Böhl de Faber, autora de origem hispânica e alemã que escreveu inúmeras novelas para a imprensa periódica sobre os costumes andaluzes, utilizando-se do pseudônimo “Fernan Caballero”. O *Diário de Pernambuco* publicou duas prosas de ficção de Cecília Faber mais ou menos

quatro anos depois que a autora foi traduzida na França e que o segredo de seu pseudônimo tinha sido revelado pelo tradutor Alfred Germond de Lavigne na imprensa periódica parisiense.

Não obstante, os discursos que representavam a leitura da ficção como benéfica aos leitores e leitoras tinham também sua contraface no Recife de meados do Oitocentos. Desde a década de 1840, homens de letras como Padre Lopes Gama vinham se manifestando na imprensa periódica sobre os malefícios da leitura dos romances, principalmente para as leitoras. Esses discursos resvalaram para as décadas seguintes e, de modo geral, ressentiam-se de que a leitura dos romances não tinha nenhuma finalidade senão a do próprio prazer da leitura, que a maneira pela qual as personagens torpes e vis eram descritas, ou seja, com tintas de heroísmo, exercia uma má influência sobre a conduta dos leitores e das leitoras e, por fim, que alguns autores, como Dumas, Sue e Sand, eram uma verdadeira peste que espalhava o “racionalismo” e o “comunismo”. Contraditoriamente, nem sempre esses discursos condenavam a leitura do romance em si mesma, mas impunham determinadas injunções sobre a prática da leitura de modo a limitá-la à função de instruir e deleitar, ou seja, o gênero romance era admitido desde que sua leitura cumprisse uma função moralizante para o sujeito leitor, uma função que unisse o prazer e uma lição moral ou de civilidade. Nesse sentido, seria possível asseverar que o *Diário de Pernambuco* seguiu determinadas tendências da imprensa periódica francesa a uma distância segura e regulada sempre por essa injunção de modo que as prosas de ficção publicadas no folhetim desse jornal no período analisado pareciam submetidas a critérios que sobrepunham uma mentalidade constituída por narrativas altamente moralizantes e grandemente difundidas, a exemplo de *Clarissa Harlowe*, de Richardson, a novas concepções de produção e circulação do romance materializadas em narrativas como *Os netos de Lovelácio*, de Amédée Achard, que retomam, reescrevem e reformulam a forma e o tema de *Clarissa* para os fazer servir aos propósitos específicos da prosa de ficção que circulava na imprensa periódica.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

- Academia Popular*. Recife, 03 mai. 1863.
- Academia Popular*. Conto Histórico – Romeu e Julieta. Recife, ed., s/d.
- Diário Novo. Venda de Romances*. Recife, ed., 1852.
- Diário de Pernambuco*. Recife, ed., 1851.
- Diário de Pernambuco. Folhetim: A Carteira*. Recife, ed., 1855.
- Diário de Pernambuco*. Recife, ed., 1859.
- Diário de Pernambuco*. Recife, ed., 1859.
- Revue de Paris*. Paris, ed., 1851.
- Revue de Paris*. Paris, ed., s/d.
- Diário de Pernambuco*. Recife, ed., 1853
- Revue de Paris. Le Livre Posthume*. Paris, ed., 1852.
- Diário de Pernambuco. O Livro Póstumo*. Recife, ed., 1855.
- Revue de Paris. Le tueur de Tigres*. Paris, ed., 1853.
- Revue de Paris. Un conte de fée*. Paris, ed., 1853.
- Revue de Paris. Les petits-fils de Lovelace*. Paris, ed., 1853.
- Diário de Pernambuco. Os netos de Lovelácio*. Recife, ed., 1854.
- Diário de Pernambuco. Um conto de fada*. Recife, ed., 1854.
- Diário de Pernambuco. O matador de tigres*. Recife, ed., 1855.
- Revue de Paris. Le nouveau péché originel*. Paris, ed., 1854.
- Revue de Paris. Germain Barbe-bleue*. Paris, ed., 1854.
- Diário de Pernambuco. O novo pecado original*. Recife, ed., 1855.
- Diário de Pernambuco. Germano Barba-azul*. Recife, ed., 1855.
- Revue de Paris. Le champ de pierres*. Paris, ed., 1855.
- Diário de Pernambuco. O campo de pedras*. Recife, ed., 1855.
- Revue de Paris. Coup d’œil sur la doctrine et les travaux des alchimistes*. Paris, ed., 1854.
- Revue de Paris. Étude sur la philosophie morale au dixneuvième siècle : le devoir*. Paris, ed., 1854.
- Revue de Paris. Esquisse d’un tableau de la littérature anglaise*. Paris, ed., 1854.
- Diário do Rio de Janeiro*. Anúncio de venda de “Les petits-fils de Lovelace. Rio de Janeiro, ed., 1854.
- Diário de Pernambuco. Os bibliomaníacos*. Recife, 1843.
- Diário de Pernambuco. Reflexões sobre Carlambrógio e sobre a literatura popular*. Recife, ed., 1850.

Diário de Pernambuco. Continuação das Reflexões sobre a literatura popular. Recife, ed., 1850.

DICIONÁRIOS BIOBIBLIOGRÁFICOS, CATÁLOGOS DE LIVROS E OUTRAS OBRAS DE REFERÊNCIA

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 1.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 2.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 3

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 4.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 5.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 6.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 7.

CARVALHO, Alfredo. *Anais da imprensa periódica pernambucana (1821-1908): dados históricos e bibliográficos*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908.

CATALOGUE DES LIVRES FRANÇOIS. Amsterdã: Changuion et Den Hengst, 1802.

Disponível em

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98116079/f3.item.r=Catalogue%20des%20livres%20Fran%C3%A7ois%20qui%20se%20trouve%20chez%20Changuion%20et%20Den%20Hengst>

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Tipografia Universal, 1882, v. 1.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 4. ed., 2010.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. *A imprensa em Pernambuco: uma bibliografia*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em https://www.fundaj.gov.br/images/stories/biblioteca/inventarios/imprensa_pe_bibliografia.pdf.

LANDAIS, Napoléon. *Dictionnaire général et grammatical des dictionnaires français*. Paris: Bureau Central, 1834, t. 1. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5849314w.r=Napol%C3%A9on%20Landais?rk=21459;2>

LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau dictionnaire de la langue française...* Paris: Deterville, 2. ed., 1820, t. 1. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50750g?rk=321890;0>

MELO, Antônio Joaquim de. *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife: Tipografia Universal, 1856, tomo 1.

_____. *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife: Tipografia Universal, 1858, tomo 2.

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Reedição da publicação de 1852)

VAPEREAU, Gustave. *Dictionnaire universel des contemporains: contenant toutes les personnes notables de la France et des pays étrangers...* Paris: Hachette et C^{ie}, 4. ed., 1870. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k24235j.r=gustave%20vapereau?rk=107296;4>

HISTÓRIA DA IMPRENSA, DOS LIVROS E DA LEITURA

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003b.

BALZAC, Honoré. *Ilusões Perdidas*. São Paulo: Abril, 2010, vol. 1.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. As ‘Cartas Chilenas’ do jornal *Minerva Brasiliense* e a murmuração da Corte no Segundo Reinado. *Veredas*, jan./jun. 2018, p. 53-78.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo Renascentista. *Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, 1997, p. 83-98.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi Revista de História*, n. 1, vol. 1, jan./dez. 2000, p. 123-152.

CLAUDIN, Gustave. *Méry: sa vie intime, anecdotique et littéraire*. Paris: Librairie Bachelin-Deflorenne, 1868.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 2. ed., 1999.

_____; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: _____. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2 ed., 2001, p. 231-246.

_____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare: história de uma peça perdida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 168-201.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2 ed., 2001, p. 35-73.

JIMENES, Rémi. Le Bibliophile français illustré et la librairie Bachelin-Deflorenne. *Nouvelle revue des livres anciens*, 2009, 2, pp. 59-64. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01158350>

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 3 ed., 2015, p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999, p. 395-410.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2 ed., 1996.

_____. *Mil faces de um herói canalha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

MIRECOURT, Eugène de. *Méry*. Paris: J.-P. Roret et Cie.éditeurs, 1854.

MOLLIER, Jean-Yves. As origens do romance-folhetim: do espaço textual ao recorte de uma obra de ficção. *Alea: Estudos Neolatinos*, vol. 20, n. 3, 2018, p. 17-36.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco: Diário de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária, 2 ed., 1968, vol. 1.

_____. *História da imprensa de Pernambuco: Diários do Recife (1828-1900)*. Recife: Imprensa Universitária, 1966, vol. 2.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999, p. 183-212.

HISTÓRIA, CRÍTICA E TEORIA DA LITERATURA

ABREU E CASTRO, Bernardino Freire de Figueiredo. *Nossa Senhora dos Guararapes: romance histórico, descritivo, moral e crítico*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

ABREU, Márcia. Letras, Belas-Letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmem Zink. (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003a, p. 11-70.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2, p. 11-94.

AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. 2006. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BELL, George. Introdução. In: MÉRY, Joseph. *Ferme de l'Orange et Héva*. Paris: Baudry Libraire-Editeur, 1853, p. I-XXVIII.

BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 5. ed., 1999.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 12. ed., 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos: 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 12. ed., 2009.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: EdUFScar, 2014.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 7 ed., 1994, vol. 1.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. *Escritores pernambucanos do século XIX*. Recife: Cepe, 2010, tomo 1.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 14 ed., 2006.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8 ed., 2012.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, v. 1.

_____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, v. 2.

_____. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. *Foucault: a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 137-174.

_____. O que é um autor? In: _____. *Ditos e escritos: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4 ed., 2015, p. 268-302.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. *Sobrados & mucambos*. São Paulo: Editora Global, 15 ed., 2004.

FRIAS, José Maria Correia de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. São Luís: Indústria do Maranhão, 1866.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 3. ed., 2012.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Génesis y desarrollo de la biografía en Grecia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

RAMICELLI, Maria Eulália. *Narrativas itinerantes: aspectos franco-britânicos da ficção brasileira, em periódicos do século XIX*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da Nação: a antologia nacional e o ensino de português (1838-1971)*. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. Circulação de romances nos periódicos Matogrossenses dos Oitocentos. In: ABREU, Márcia. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 187-198.

ROSAS, Suzana Cavani. Ação, Reação e Transação: a Sociedade Liberal Pernambucana (1851-1861), *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, v. 17, n. 1, 1998, p. 159-170.

SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. Da literatura industrial. *Remate de males*, v. 29, n. 2, jul./dez., 2009, p. 185-197.

SCHAPOCHINIK, Nelson. Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas gabinetes de leitura brasileiros. In: ABREU, Márcia. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 155-170.

SILVA, Alan Victor Flora da. *Vida literária na Belém oitocentista: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889)*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUZA, Antônia Pereira de. *A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.